

JANAINA LOPES PEREIRA PERES

**REINTERPRETANDO O FLUXO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
A PARTIR DA EXPERIÊNCIA**

do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF

**PRÊMIO AUGUSTO TAVARES DE
TESES, DISSERTAÇÕES E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO
CAMPO DE PÚBLICAS**

Janaina Lopes Pereira Peres

**REINTERPRETANDO O FLUXO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA:**
do pragmatismo crítico ao hip hop da Ceilândia/DF

Juazeiro do Norte-CE
2022

CONSELHO EDITORIAL

Airton Cardoso Cançado (Universidade Federal do Tocantins)
Alcides Fernando Gussi (Universidade Federal do Ceará)
Breyner Ricardo de Oliveira (Universidade Federal de Ouro Preto)
Carla Bronzo Ladeira (Fundação João Pinheiro)
Carlos Bernardo Vainer (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Cibele Franzese (Fundação Getúlio Vargas)
Christiana Freitas (Universidade de Brasília)
Cláudia Torres Lopes (Fundação João Pinheiro)
Cibele Franzese (Fundação Getúlio Vargas)
Edgilson Tavares de Araújo (Universidade Federal da Bahia)
Fernanda Natasha Bravo Cruz (Universidade de Brasília)
Gabriela Spanghero Lotta (Fundação Getúlio Vargas)
Geovani de Oliveira Tavares (Universidade Federal do Cariri)
Gustavo Costa de Souza (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Ives Romero Tavares do Nascimento (Universidade Federal do Cariri)
Jorgiene dos Santos Oliveira (Universidade Federal do Oeste do Pará)
Laura Hévila Inocencio Leite (Universidade Federal do Cariri)
Lindijane de Souza Bento Almeida (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
Lizandra Serafim (Universidade Federal da Paraíba)
Luciana Leite Lima (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Maria Aparecida Azevedo Abreu (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Maria Carolina Martinez Andion (Universidade do Estado de Santa Catarina)
Maria Isabel Araújo Rodrigues (Fundação João Pinheiro)
Natalia Brito Bessa (Universidade Federal do Cariri)
Paula Chies Schommer (Universidade do Estado de Santa Catarina)
Pedro de Moura Costa (Universidade Federal de São Carlos)
Raquel Maria da Costa Silveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
Regina Claudia Laisner (Universidade Estadual Paulista)
Rodrigo Rossi Horochovski (Universidade Federal do Paraná)
Suylan de Almeida Midlej e Silva (Universidade de Brasília)
Valdemir Pires (Universidade Estadual Paulista)
Vanessa Campagnac da Silva Barros (Instituto República)
Washington Luís de Sousa Bonfim (Universidade Federal do Piauí)

**COLEÇÃO PRÊMIO AUGUSTO TAVARES
DE TESES, DISSERTAÇÕES E TCC
DO CAMPO DE PÚBLICAS**

FICHA TÉCNICA

**REINTERPRETANDO O FLUXO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA:
do pragmatismo crítico ao hip hop da Ceilândia/DF**

**Coleção Prêmio Augusto Tavares
de Teses, Dissertações e Tccs
do Campo de Públicas**

ORGANIZADORAS(ES)
Fernanda Natasha Bravo Cruz
(Universidade de Brasília)
Edgilson Tavares de Araújo
(Universidade Federal da Bahia)
Maria Isabel Araújo Rodrigues
(Fundação João Pinheiro)
Claúdia Torres Lopes
(Fundação João Pinheiro)

EDIÇÃO
Natália Brito Bessa
Ana Lúcia Lucio Pinheiro

CAPA
Gabriela Catunda

PROJETO GRÁFICO
Gabriela Catunda
Bárbara Larissa Alexandre F. Mota

DIAGRAMAÇÃO
Bárbara Larissa Alexandre F. Mota

IDEALIZAÇÃO
Universidade Federal do Cariri (UFCA)
**Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e
Extensão do Campo de Públicas (ANECEPC)**

SOBRE O LIVRO
Formato: 210 x 297 mm
1ª Edição - 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

P437r Peres, Janaina Lopes Pereira.
Reinterpretando o fluxo das políticas públicas a partir da experiência : do pragmatismo crítico ao hip hop da Ceilândia / DF / Janaina Lopes Pereira Peres. - Juazeiro do Norte : Universidade Federal do Cariri, 2022.
PDF 248 p.: il. Color.

Coleção Prêmio Augusto Tavares de Teses, Dissertações e Trabalho de Conclusão de Curso do Campo de Públicas.
ISBN 978-65-88329-26-9

1. Políticas públicas. 2. Hip Hop. Título.

CDD 320.6

Bibliotecária: Glacínésia Leal Mendonça
CRB 3/ 925

“

ARTESÃO DOS SONHOS

Eu, infiel e insubordinado.
Deserdado do destino limitado das verdades desse mundo.
Um aventureiro sem ventura.
Rival dos planos pretensamente bem sucedidos.
Eu, sobejo da tradição cultural.
Restrito ao paroxismo dos meus pensamentos.
Com uma forte tendência ao anonimato.
Eu, um axioma impronunciável.
Um romântico com sonhos futuristas
para quando o amor for reinventado.

Augusto Tavares

”

APRESENTAÇÃO

A configuração de um campo de conhecimentos interdisciplinar, aberto à articulação de múltiplas perspectivas das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas, voltado a desvendar e a aprimorar modos de fazer do Estado, da ação coletiva e das políticas públicas tem, no Brasil, se constituído enquanto Campo de Públicas. Esse campo, há quinze anos, é tecido entre pesquisadores, professores, estudantes e profissionais, que encontram sentido comum em suas dedicações para compreender e coproduzir a democratização do Estado e o aprimoramento da efetividade de suas políticas, estreitando laços socioestatais. O Campo de Públicas vem se consagrando, inclusive, com a formação de gestores, políticos e analistas de políticas públicas que colaboram com o reconhecimento e a solvência de questões públicas complexas, exigentes de capacidades e instrumentos de gestão qualificados.

Em 2015, a potente articulação em rede de um Fórum Nacional de Coordenadores e Professores do Campo de Públicas, agregador de professores de cursos de administração pública, gestão pública, gestão social, políticas públicas, gestão de políticas públicas e correlatos, institucionalizou-se para conformar a atual Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPECP), de modo a congregiar sentidos e propósitos voltados a essa perspectiva ética, plural e transformadora para a gestão e as políticas públicas.

Desde então, bianualmente, um dos marcos do Campo de Públicas é a realização de Encontros Nacionais de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPCP), que se configuram em tempo-espacos acolhedores da diversidade de trajetórias acadêmicas que se expressam em *papers*, sessões temáticas, rodas de conversa, mostras culturais, mesas redondas, conferências e outras iniciativas que se aperfeiçoam a cada edição.

Em 2021, a quarta realização do ENEPCP foi realizada em modalidade virtual, devido aos desafios impostos pela Pandemia de Covid-19. Na ocasião, o Encontro voltou-se ao tema “Sociedade, Estado e o Público: formação e ação por caminhos democráticos em contextos de crise” e acolheu mais de 1400 participantes, com 440 resumos submetidos para apresentação nas Sessões Temáticas do evento e a inscrição de 80 trabalhos acadêmicos inovadores que foram candidatos ao “Prêmio Augusto Tavares de Teses, Dissertações e TCCs do Campo de Públicas”. Nesta, que foi a primeira edição de um prêmio do Campo de Públicas, foi oportuna a

homenagem ao professor Augusto, do curso de Administração Pública, Gestão Pública e Social da Universidade Federal do Cariri. Ele, que participou ativamente da fundação da ANEPEC e foi diretor de Extensão da associação, também colaborou com colegas do Campo de Públicas visando a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais de Administração Pública junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Augusto infelizmente foi acometido de um câncer que levou ao seu precoce falecimento em julho de 2020.

A Coleção “Prêmio Augusto Tavares de Teses, Dissertações e TCCs do Campo de Públicas” apresenta obras cuidadosamente selecionadas por acadêmicos notáveis do Campo de Públicas, considerando a colaboração de oitenta e oito avaliadores indicados pelo Comitê Acadêmico do Prêmio, vinculado à Diretoria e ao Conselho Consultivo da ANEPEC na Gestão 2020-2021. Tempos de crises simultâneas e imbricadas entre a política, a saúde e a gestão contextualizam os inovadores trabalhos selecionados, que referiram-se tanto a problemas públicos como a possibilidades de resolução efetiva, observando temas concernentes a políticas públicas de educação, cultura, saúde, assistência social, gênero, igualdade racial, economia solidária, ciência, tecnologia e inovação. Os estudos remeteram ainda a processos de gestão pública e social nos âmbitos do orçamento público, do trabalho no serviço público, da reforma agrária, do controle social, da transição de governo, da transversalidade e da experiência pública. O Prêmio considerou a relevância temática e prezou ainda pela acuidade metodológica, em investigações interdisciplinares concernentes ao Campo de Públicas. As pesquisas inscritas foram oriundas de instituições de prestígio das cinco regiões do país e houve representatividade de todas as regiões entre os trabalhos destacados para premiação ou menção honrosa, bem como diversidade de gênero e raça entre selecionadas e selecionados.

Duas teses de doutorado foram escolhidas para o Prêmio: de autoria de Mariana Mazzini Marcondes, “Transversalidade de gênero em políticas de cuidado: uma análise comparada das políticas de cuidado infantil no Brasil, Argentina e Uruguai durante o giro à esquerda”, orientada por Marta Farah, da Fundação Getúlio Vargas (FGV); e de autoria de Janaina Lopes Pereira Peres, “Reinterpretando o fluxo das políticas públicas a partir da experiência: do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF”, orientado por Luiz Fernando Macedo Bessa e Rosana de Freitas Boullosa, da Universidade de Brasília (UnB). Outras cinco teses foram destacadas para a Menção Honrosa: “Controle social e desenvolvimento na perspectiva da Gestão social e do Bem Viver: estudos de caso na Argentina, Brasil, Chile e Equador”, de Alex Luiz Barros Vargas, orientada por Cezar Augusto Miranda Guedes, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); “*Urban conflicts in Medellín and São Paulo: devices, courses of action and regimes of engagement towards the right to the city*”, de Morgana G. Martins Krieger, orientada por Marlei Pozzebon, da FGV; “Ações para enfrentamento a desigualdades na política estadual de ciência, tecnologia e inovação no Pará: abrangência e conformações nas temáticas de tecnologia assistiva e tecnologia social”, de Diana Cruz Rodrigues, orientada por Mário Vasconcellos Sobrinho, da Universidade da Amazônia (UNAMA); “A Influência dos Fatores Estruturais na Criação de Valor

Público no Governo Digital Brasileiro”, de Karen Maria Gross Lopes, orientada por Edimara Mezzomo Luciano, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS); e “Mudança institucional, discurso e instituições: políticas públicas de igualdade racial no governo federal de 2000 a 2014”, de Tatiana Dias Silva, orientada por Suylan de Almeida Midlej e Silva, da UnB.

No que tange aos trabalhos de mestrado acadêmico, a dissertação premiada foi de Dalila Martins Viol, “Entre o texto e o contexto: institucionalização dos programas de integridade no Brasil”, orientada por Marcus Vinicius Gonçalves da Cruz, da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (FJP). Quatro trabalhos foram selecionados para menção honrosa nessa modalidade: “Política pública de assistência técnica e inclusão socioprodutiva: um olhar dos empreendedores da economia solidária da Rede Mata Atlântica no Território Baixo Sul da Bahia”, de Adriana Vilas-Bôas Borges, orientado por Sandra Adriana Neves Nunes, da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); “(Re) pensando a participação e o seu papel na democracia à Luz do Pragmatismo: um estudo junto ao Fórum de Políticas Públicas de Florianópolis”, de Cíntia Moura Mendonça, orientado por Carolina Andion, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); “Existem princípios de justiça equitativa na educação? Um estudo de programas educacionais executados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação” Francymonni Yasmim Marques de Melo, orientado por Sandra Gomes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); e “Tricotomia nas empresas sociais sob o invólucro da reforma agrária: um estudo de caso no Assentamento Che Guevara-Casserengue/PB”, de Adarlam Tadeu da Silva, orientado por Vanderson Gonçalves Carneiro, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Das dissertações de mestrado profissional do Campo de Públicas, destacou-se para a premiação o trabalho de Liz Vanessa de Oliveira, sobre o “Perfil de gasto público em saúde e sua influência sobre a curva da mortalidade infantil: uma análise dos municípios baianos”, orientado por Andrea Cardoso Ventura, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foram selecionados para menções honrosas de mestrado profissional os seguintes estudos: de Mírian Lucia Pereira “Transição de Governo Municipal: lançar dados não para contar com a sorte, mas preparando o futuro da gestão”, orientado por Francisco Ricardo Duarte e David Fernando de Moraes Neri, da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf); de Márcia Monalisa de Moraes Sousa Garcia, o trabalho “Trajetórias da internacionalização da universidade pública: avaliação do programa ciência sem fronteiras à luz da experiência da Universidade Federal Do Ceará”, orientado por Alcides Fernando Gussi, da Universidade Federal do Ceará (UFC); e de Iago Itã de Almeida Pereira, “Ocas Populares: Uma Interpretação Propositiva sobre a Gestão em Organizações Culturais Populares”, orientado por Genauto Carvalho de França Filho, da UFBA.

Entre os trabalhos de conclusão de curso recepcionados, foi selecionado para a premiação “Teletrabalho durante a pandemia de Covid-19: uma análise da percepção dos teletrabalhadores

e gestores sobre a experiência do estado de Minas Gerais”, de autoria de Maria Julia Moura Tolentino, e orientado por Kamila Pagel de Oliveira, da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (FJP). Para a Menção Honrosa de TCC, foram escolhidos os seguintes trabalhos: de Lidia Nicole dos Santos Ten Cate, “Quem recebe e que diferença fazem? Um estudo sobre alocação de emendas orçamentárias individuais nos municípios brasileiros”, orientado por André Marengo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); de Letícia Zamarion Campagnoli, “Coletiva “Roda das Minas” como experiência pública: uma avaliação axiológica das rodas de conversa feministas”, orientado por Janaina Lopes Pereira Peres, da UnB; e de Fernando Resende Anelli, “Teoria democrática e inclusão política: representação, participação e deliberação nos Fóruns Regionais de Governo de Minas Gerais”, orientado por Flávia de Paula Duque Brasil, da Escola de Governo da FJP.

Nesta oportunidade, a Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas agradece às e aos participantes do Prêmio: candidatas, candidatos, avaliadoras, avaliadores e membros do Comitê Acadêmico; e agradece em especial a oportunidade ímpar de parceria com a Universidade Federal do Cariri e com a Comunitas para a viabilização da ampla divulgação dos trabalhos premiados, revisados e, desta vez, apresentados em formato de livro para todas e todos os interessados em pesquisas de excelência concernentes a administração pública, gestão social e políticas públicas — com reflexões tão oportunas quanto inspiradoras para as transformações indispensáveis ao nosso país.

Organizadoras(es)

Fernanda Natasha Bravo Cruz (Universidade de Brasília)
Edgilson Tavares de Araújo (Universidade Federal da Bahia)
Maria Isabel Araújo Rodrigues (Fundação João Pinheiro)
Cláudia Torres Lopes (Fundação João Pinheiro)

NOTA À EDIÇÃO DIGITAL

Esta obra compreende a tese de doutorado realizada por Janaina Lopes Pereira Peres, orientada por Luiz Fernando Macedo Bessa e coorientada por Rosana de Freitas Boullosa, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília. O trabalho foi devidamente revisado e adaptado para livro digital pela equipe da Universidade Federal do Cariri, e recebeu criteriosa avaliação pela Comissão Acadêmica do Prêmio Augusto Tavares de Teses, Dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso do Campo de Públicas, por ocasião do IV Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, em 2021. Este texto, tal como os demais trabalhos selecionados para publicação pelo Prêmio Augusto Tavares, foi destacado devido à sua relevante vinculação ao Campo de Públicas, ao caráter inovador do estudo, à relevância temática, à acuidade metodológica, à qualidade da redação e à sua ampla capacidade de contribuição para o aperfeiçoamento de processos tecnopolíticos.

PREFÁCIO

Entre encruzilhadas e desembocaduras: a experiência pública como método (inspirador) para (novos) estudos em políticas públicas

A crescente complexidade dos problemas públicos tem exigido de pesquisadores e analistas do campo de estudo em políticas públicas a construção de novas abordagens, referenciais e novos olhares. Cada vez mais multidimensionais e com origens e contornos que não podem ser claramente definidos, nossos problemas públicos demandam a reorganização das dinâmicas sociais e o desenvolvimento coletivo de outras formas de agir e de interagir, que reflitam com mais justiça a diversidade de interesses, de demandas, de identidades, de experiências e dos valores em disputa.

Este livro de autoria de Janaina Lopes Pereira Peres, objeto de sua tese de doutorado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, apresenta um modo próprio de interpretar as políticas públicas, concentrando-se em vê-las como fluxos multiautoriais, multidirecionais, multidimensionais, multiescalares e, sobretudo, multissensoriais, valorizando um processo que vai muito além dos atores estatais.

As páginas que se seguem propõem, portanto, uma tese em políticas públicas. Mas não é somente isto. Propõem também uma tese em como podemos interpretar e construir teses em políticas públicas e em como (fluxos de) políticas públicas podem (se) ver (em) teses. Estes múltiplos alcances foram se realizando à medida que este premiado trabalho se corporificava na pesquisa de Janaina. Em uma experiência cientificamente rigorosa, sensível, curiosa e criativa, Janaina, como uma Dona Janaina – Iemanjá na Bahia, Yem já na Nigéria, Yemayá em Cuba, moveu-se com maestria em águas epistemologicamente densas de saberes, propôs corajosamente novas desembocaduras teóricas e assumiu-se, pedindo permissão à Exu, como aprendiz das encruzilhadas metodológicas que, com profundidade reflexiva e posicionalidade valorativa, construiu para si e para todos nós. Com uma lucidez poética que lhe é própria, construiu um universo de pesquisa inovador para continuarmos a (re)pensar as políticas públicas, particularmente aquelas urbanas, a partir de um conjunto cuidadoso de lentes cognitivas, que, ajustadas no modo “experiência pública”, nos ajuda a apreender, desvendar e realçar a dimensão estética e processual das políticas públicas.

A tese em políticas públicas que nos apresenta traz para o primeiro plano o que acontece por dentro nos fluxos de políticas públicas: a experiência, à qual ela talentosamente qualifica como pública, reforçando não somente seus loci de produção mas sobretudo nos forçando a ampliar o nosso olhar para outros públicos, outros produtores de argumentos, outrora invisíveis, que conformam a multiatorialidade de tais fluxos, como é o caso do Movimento Hip Hop da Ceilândia, que nas palavras da própria Janaina “reúne um conjunto de práticas – territoriais, artísticas, culturais, econômicas, educacionais, de saúde etc. – capaz de criar espaços ‘radicalmente criativos’ (HOOKS, 1990, p. 153) e ‘radicalmente democráticos’ (DEWEY, [1937] 1998), em que aquele que o experimenta é transformado individual e coletivamente, por meio da afirmação e da sustentação de suas subjetividades”.

Com este movimento de pesquisa, Janaína nos conduz para um mergulho profundo nos diferentes planos – ontológico, epistemológico, deontológico, metodológico e empírico – e diferentes matrizes que conformam sua estrutura analítica, em cujo quadro valorativo estão as firmes ideias de que todo fazer é político e de que precisamos, portanto, pluralizar nossa compreensão sobre as linguagens e racionalidades que moldam os processos de políticas públicas. É este seu inspirador ponto de partida, mas de alguma forma também o de chegada, pela impressionante coerência valorativa de seus achados, para quem deseja interpretar outras experiências como experiências potencialmente públicas.

Seu empolgante processo de pesquisa nos leva também para algumas considerações sobre como podemos interpretar e construir teses em políticas públicas. Janaina o fez a partir de uma encruzilhada metodológica entre os estudos críticos em políticas públicas, o pragmatismo deweyano e os estudos em gestão social, explicitando-a, debatendo-a, ancorado-a. Emerge daí seu compromisso com a reflexividade, ponto em comum em todos eles. Mas ela foi além, pois deu mais ênfase a uma dimensão da reflexividade, que, embora presente, em situações de pesquisa como esta, precisa ser ainda mais valorizada: a posicionalidade, uma ideia especialmente cultivada pelos estudos feministas, como nos lembra Patrícia Hill Collins (2016), com seu *black feminist standpoint*. Sua postura reflexiva-posicionalizada tem o potencial de nos ensinar que precisamos interpretar teses em políticas públicas a partir de seus lugares de fala, como diria Djamila Ribeiro (2019), buscando compreender seus quadros de valores, problematizando sua natureza política, suas ancoragens epistemológicas, seus compromissos com um projeto democrático de sociedade. Com Janaina, aprendemos que precisamos fazer mais pesquisa implicada do que simplesmente aplicada.

Mas há algo também em sua tese que fala sobre como (fluxos de) políticas públicas podem (se) ver (em) teses. Por isto, precisamos falar de um debate antigo e recorrente sobre o papel do conhecimento especializado nos processos de definição e construção de alternativas em políticas públicas. No Brasil, por ser recente, este debate ainda precisa ganhar consistência e

pluralidade, superando as amarras atuais que tentam defini-lo apenas em torno de um dos lados das disputas que estruturam e tensionam nosso cada vez mais amplo campo de estudos. Neste começo, a escola racional-funcionalista tem puxado a difusão de termos como “alimentar” e “informar”, utilizados como categorias que explicariam o supramencionado papel, com presença crescente em falas (re)construídas na academia, nas arenas de debate, nos centros de pesquisa, na mídia mais especializada, dentre outros. Entretanto, para muito além de integrarem um léxico especializado equivocadamente considerado como neutro, estes verbos imputam uma condição de franca superioridade discursiva de quem “alimentaria” ou “informaria” os processos de políticas públicas, de quem seria capaz de produzir o “alimento” ou a “informação”, em detrimento de uma passividade de quem ou do que é “alimentado” ou “informado”.

Em seu trabalho, Janaina não conjuga estes verbos - nem o “alimentar”, tampouco o “informar”; pelo contrário, do íntimo de suas encruzilhadas, ela nos explica que seu percurso, sua escrita, seu processo, seus achados, estão implicados em experiências públicas que se conformam nos próprios fluxos de políticas públicas que são seus objetos de estudo e vivência. Ao deixá-los de lado, ela nos propõe verbos alternativos: “argumentar”, “dialogar”, “construir”, “disputar”. Mas também, “ouvir”. Mas também “sentir”. Mas também “perceber-se”. Propõe um léxico que valorativamente reconhece as vozes dos/as outros/as, separadas e/ou articuladas, como conformadoras de arenas públicas, mas que também assume normativamente que os fluxos de políticas públicas deveriam possuir uma natureza público-deliberativa.

Ao se apresentar como produtora de argumentos, ela projeta seu trabalho em um espaço democrático e democratizador dos processos públicos de construção de conhecimento que deveriam modelar e serem modelados pelos fluxos de políticas públicas. Ela assume que seu trabalho desemboca em águas que já corriam, cujos caminhos não podiam ser previstos, tampouco orquestrados à priori. Mais ainda, ela assume o seu trabalho como argumento e o disponibiliza como (mais um) argumento, como um material para outras práticas, de futuras encruzilhadas metodológicas, de novas desembocaduras teóricas. Seu argumento, porém, é complexo: não é neutro, como nenhum outro, mas explicita seus valores, seu projeto de sociedade, explica com quem dialoga, reconhece vozes que outros não reconhecem. Soma-se ao compromisso pela democratização da produção de conhecimento em fluxos de políticas públicas. O fluxo, ou parte dele, em suas multiatorialidades, tem assim a possibilidade de se ver na tese, de encontrar nela um espaço de reflexão cientificamente rigoroso, mas abertamente plural no que concerne os materiais que vê no fluxo, que reconhece como constituidores.

Com tantos alcances, o Prêmio Augusto Tavares, primeira edição, em 2021, na categoria de melhor tese do Campo de Públicas, compartilhado com Mariana Mazzini Marcondes, chega para confirmar a qualidade excepcional deste trabalho, que agora poderá ser lido por um público mais amplo, dando concretude e corpo ao desejo mais íntimo de sua autora de apresentar como

argumento em uma arena que tem a qualidade deliberativa de seu processo de construção de conhecimento reconhecida e incentivada por esta autora. Este reconhecimento é também de alguma forma o reconhecimento do Campo de Públicas pela busca de novas ancoragens epistemológicas, pela valorização de novos olhares e novas encruzilhadas metodológicas. E ele se estende à Universidade de Brasília, que tem tido em seu Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, lócus institucional do mestrado e agora do doutorado de Janaina, um espaço para novos e consistentes percursos de investigação social.

Foi uma honra e um prazer orientarmos o trabalho de Janaina, pesquisadora sensível e criativa com uma imensa competência argumentativa. Cabe ainda lembrar que este trabalho recebeu também menção honrosa no Prêmio Brasília 60 anos, que buscou reconhecer as dissertações ou teses, defendidas entre 2018 e 2020 na Universidade de Brasília dentre todas as áreas do conhecimento, cujo tema tenha sido a Capital Federal.

Com alegria, assim, encerramos este prefácio, ainda encantados com a experiência de termos acompanhado os desenvolvimentos de Janaina e agradecidos pelo privilégio de termos lido com prazer, discutido com calor e aprendido com amor as/das páginas que agora ganham o mundo.

Dra. Rosana de Freitas Boullosa

Professora da UnB

Co-orientadora

Dr. Luis Fernando Macedo Bessa

Professor da UnB

Orientador



“Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça”

Provérbio africano extraído do livro ‘A confissão da Leoa’, de Mia Couto (2012).

SUMÁRIO

EU-PESQUISADORA: FRAGMENTOS IDENTITÁRIOS.....	22
INTRODUÇÃO.....	24
BREVE ESTADO DA ARTE: O MOVIMENTO HIP HOP NA CIÊNCIA BRASILEIRA.....	29

PARTE I

CAPÍTULO 01.....	34
1 O CAMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ENCRUZILHADA: RE-LOCALIZANDO SUAS BASES TEÓRICAS.....	42
2 TRÊS CAMINHOS, UM CRUZO: ESCOLHENDO SAÍDAS.....	47
2.1 O CAMINHO DOS ESTUDOS CRÍTICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS.....	47
2.1.1 ARGUMENTO.....	48
2.1.2 REFLEXIVIDADE.....	50
2.2 O CAMINHO DO PRAGMATISMO.....	51
2.2.1 PÚBLICO.....	53
2.2.2 PRÁTICA.....	55
2.2.3 EXPERIÊNCIA ESTÉTICA.....	57
2.3 O CAMINHO DA GESTÃO SOCIAL.....	59
3 DAS ENCRUZILHADAS INCONCLUSIVAS A NOVOS RUMOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	60

CAPÍTULO 02.....	63
1 PROBLEMATIZANDO O CONCEITO DE 'POLÍTICA PÚBLICA'.....	66
2 QUAL POLÍTICA? QUAL PÚBLICO? QUAL EXPERIÊNCIA?.....	69
3 A DIMENSÃO ESTÉTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	74
4 O QUE UMA 'EXPERIÊNCIA PÚBLICA' PODE SER.....	78
5 ENTRE PROMESSAS DE FUTURO E TRANSFORMAÇÕES AQUI-AGORA.....	86

CAPÍTULO 03.....88

1 PLANOS DE PESQUISA E EXPERIÊNCIA PÚBLICA: O QUE PRECISAMOS ASSUMIR EM CADA PLANO?.....	93
1.1 PLANO ONTOLÓGICO.....	93
1.2 PLANO EPISTEMOLÓGICO.....	96
1.3 PLANO DEONTOLÓGICO.....	99
1.4 PLANO METODOLÓGICO.....	102
1.5 PLANO EMPÍRICO.....	107
2 CONSTRUINDO UMA MATRIZ ANALÍTICA: COMO ESTUDAR 'EXPERIÊNCIAS PÚBLICAS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS?.....	109
3 A EXPERIÊNCIA PÚBLICA COMO O ENCANTAMENTO QUE PRODUZ EM NÓS.....	117

PARTE II

CAPÍTULO 04.....122

1 DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA AO MOVIMENTO HIP HOP DA CEILÂNDIA: ORIGENS DA DISPUTA POR SIGNOS E SIGNIFICADOS NO CONTEXTO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADE.....	126
--	-----

2 O MOVIMENTO HIP HOP DA CEILÂNDIA NO FLUXO DE PRODUÇÃO DE ARGUMENTOS E SIGNIFICADOS.....	129
3 TEXTOS E ANÁLOGOS DE TEXTO: ARGUMENTOS QUE EMERGEM DO MHH DA CEILÂNDIA.....	137
4 A RAIX NA REDE DE PRÁTICAS: RELACIONALIDADE PERIFÉRICA SOB O OLHAR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA GESTÃO SOCIAL.....	146
5 TUDO É BLUES?.....	151
CAPÍTULO 05.....	154
1 APROXIMAÇÕES COM O MOVIMENTO HIP HOP.....	155
2 APROXIMAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS COM A CEILÂNDIA: O TERRITÓRIO COMO RESULTADO DA INTERAÇÃO CENTRO-PERIFERIA.....	158
3 PODE, O MOVIMENTO HIP HOP DA CEILÂNDIA, SER VISTO COMO 'EXPERIÊNCIA PÚBLICA'?.....	165
4 CONSEQUÊNCIAS DO MOVIMENTO HIP HOP DA CEILÂNDIA NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (OU, PARA QUE/QUEM ELE SERVE?).....	183
5 EM BUSCA DA "BOLINHA DO ZÓIO".....	188
6 BATALHAS FINAIS: DESAFIOS PASSADOS E O PORVIR.....	192
POSFÁCIO.....	197
REFERÊNCIAS.....	199
APÊNDICE.....	231

EU-PESQUISADORA: fragmentos identitários

Quando cremos piamente na neutralidade científica, não faz diferença saber quem somos ou quem escreve o que lemos. Entendo, porém, que o lugar de onde eu olho, de onde eu interpreto e de onde eu falo influencia o que eu vejo, o que eu construo e como me expresso. Os resultados desta pesquisa só são o que são em função de minhas posições, das situações em que me coloquei, das experiências em que me engajei, das coisas que vi e senti e das relações que pude construir. Assim, antes de introduzir o conteúdo deste livro, gostaria de me introduzir. Nasci em Santa Catarina, filha de pais de ‘Exatas’ – um engenheiro e uma química, professora universitária. Cresci nas fronteiras, nos entre-lugares, em função de constantes mudanças de escola, de bairro, de cidade, de estado e de país. Morei na Ásia. Passei parte da infância em sítios. Morei nos Estados Unidos. Cresci me pendurando em galhos de árvores e pulando destemida sobre telhados. Morei em um navio que transitava entre o Caribe e o Alasca. E a cada pergunta sobre ‘de onde eu era’, aproveitava para reconstruir meu discurso sobre mim. Nos trânsitos, percebi que somos simultaneamente muitos e que nos tornamos outro a cada mudança de lugar.

Percebi que nenhuma transição é mera passagem suave e que ser estranho tem uma ‘negatividade’ geradora de outros olhares, de outras sensibilidades, de outras formas de saber, que emergem, justamente, do contato com o diferente, com o que não somos. Tive o privilégio de uma educação formal de qualidade e de ter sido iniciada no mundo mágico da literatura, das artes e das cores muito cedo. Tive o privilégio de viajar e aprender outras línguas – códigos para decifrar outros mundos. Tive o privilégio de uma família extremamente amorosa e presente, que me ensinou a duvidar sem deixar de ser empática.

Tive o privilégio de ingressar (e de ser bolsista) em uma das melhores universidades públicas do país – a Universidade de Brasília –, para desenvolver pesquisas em nível de mestrado e de doutorado. Mais uma vez na fronteira, agora entre campos científicos, em um programa de pós-graduação multidisciplinar.

Quando ingressei no doutorado, orientada pelo Prof. Dr. Luiz Fernando Macedo Bessa, já morava em Brasília há aproximadamente cinco anos e já tinha estado, ao menos uma vez e por curiosidade, em quase todas as 31 Regiões Administrativas do Distrito Federal¹. Mas sempre fui

¹ Com a criação da Região Administrativa (RA) do Sol Nascente, Brasília passou a ser constituída por 32 RAs.

“do plano”. Terminei minha dissertação de mestrado, sobre as relações entre patrimonialização e desenvolvimento na cidade de Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade, com a sensação de que precisava virar tudo o que eu pensava saber do avesso. Precisava desaprender. Precisava transformar meu olhar e meus trajetos.

No primeiro semestre do doutorado, em uma disciplina ofertada pelo Prof. Dr. José Walter Nunes, encontrei-me – nas páginas do livro ‘Se me deixam falar...’ (VIEZZER, 1981) – com Domitila, uma mulher das minas da Bolívia, mãe de sete filhos, que acordava às 4h, para fazer café e salteñas e complementar a renda do marido. Por meio de sua experiência e de suas memórias, Domitila me ensinou sobre confiança e solidariedade, sobre desejos e sensibilidades e sobre a fonte inesgotável de sabedoria e de fortaleza que é o povo. Ela ensinou que nosso lugar no mundo é que nos educa a lutar. E, ao narrar como foi jogada, com seus pertences e com seus filhos, em um caminhão, arrancada do seu lugar, ela provou que entre os mineiros bolivianos e os candangos da Vila do IAPI pode haver muito em comum. Na tribuna Internacional da Mulher, organizada pelas Nações Unidas, em 1975, Domitila centrou seu discurso – conhecido como ‘Si me permiten hablar...’ – na ideia de que a consciência política e reflexiva só pode ser adquirida no processo, no decurso da experiência. E por esse caminho, Domitila me levou à Ceilândia – a terra que nasceu da Campanha de Erradicação de Invasões (e de invasores).

Uma vez na Ceilândia, por intermédio de um colega da Universidade de Brasília (campus Ceilândia), Edson Rodrigues, cheguei ao rapper Japão e, guiada por seu discurso, ao movimento hip hop e a tantos outros atores. Daí emergiu a sensação de que o movimento hip hop da Ceilândia poderia ter algo mais a dizer, algo que transbordasse seu meio artístico e sociopolítico, algo que pudesse me contaminar e ao campo de estudos em políticas públicas. Daí se abriram caminhos e se multiplicaram minhas idas à Ceilândia. Depois vieram as perguntas; as conversas; as entrevistas; os eventos; vieram os teóricos; vieram os métodos e, com tudo isso, a intuição de que o movimento hip hop poderia constituir uma ‘experiência pública’ e que poderia ser estudado como parte essencial dos fluxos de políticas públicas. E veio, também, a necessidade de construir relações de confiança e de desconstruir relações de assimetria. Eu precisei lidar com os rótulos e os praticantes do movimento hip hop precisaram lidar com minha presença estrangeira. Eu precisei ler suas falas e seus silêncios e eles precisaram expressar o que queriam ou o que achavam conveniente. Negociamos, diariamente, os limites e as distâncias – geográficas, culturais e socioeconômicas – que nos separam. Negociamos minha condição de outsider.

Este livro é resultado de um processo coletivo de construção de conhecimento e de reconhecimento da validade das pesquisas em movimento. É resultado da minha própria experimentação e do esforço constante de me rever e de me reinventar no (e para o) mundo.

INTRODUÇÃO

“REINTERPRETANDO O FLUXO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA: do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF²”

... De que se trata?

De uma experiência de pesquisa doutoral, desenvolvida a partir do campo de estudos em políticas públicas e que tem por sujeito de pesquisa (e não por objeto), a interação entre o movimento hip hop da Ceilândia (Distrito Federal/Brasil) e os fluxos de políticas públicas. Trata-se de uma proposta pouco corriqueira, que despertou (e ainda desperta), as mais diversas reações: de espanto, de estranhamento, de curiosidade, de interesse, de dúvida quanto a sua validade científica e quanto a sua utilidade prática no campo das políticas públicas. Proponho-me a produzir conhecimento científico pautada na ideia de que a ciência nada mais é do que uma forma de ver, de perceber, de interpretar e de conferir significados. Isso significa que nunca conduzirá a uma verdade científica, mas a uma interpretação científica que é absolutamente indissociável de experiências pessoais e coletivas e de quadros valorativos que acompanham cada pesquisador. Em outras palavras: o que eu vejo depende de quem eu sou, do que eu sei, de onde estou e, sobretudo, do grau de liberdade de reflexão e de expressão que eu tenho ou que ousou construir. Ademais, estudar o que está em movimento – tudo aquilo que é fugaz, incerto, cambiante e, portanto, complexo – implica em colocar-se, também, em movimento.

Os estudos em políticas públicas, no Brasil, vêm se tornando, sobretudo na última década, cada vez mais complexos e interdisciplinares, deslocando-se, para “além do Estado”, para além dos ciclos de políticas públicas, para além de abordagens pautadas na racionalidade instrumental, para além de dicotomias como ‘público-privado’ e ‘estado-sociedade’ (FARAH, 2011) e para além de abordagens que confundem ‘políticas públicas’ com instrumentos de políticas públicas ou que as reduzem a um produto ou resultado da ação de atores estatais (ou não estatais) com poder de decisão e/ou de persuasão. Tal evolução, porém, tem se dado

² Este livro é resultado de pesquisa doutoral financiada pela Capes e realizada de 2016 a 2020, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília. A tese, defendida em 10 de março de 2020, recebeu menção honrosa no Prêmio Brasília 60 anos, conferida pelo Decanato de Pós-Graduação da Universidade de Brasília (UnB), em outubro de 2020, e foi vencedora do I Prêmio Augusto Tavares de Teses, Dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso, no âmbito do IV Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas – ENEPCP (2021).

de forma tímida, lenta e fragmentada, com estudos em políticas públicas comumente setoriais e descritivos – realizados no âmbito das mais diversas áreas do conhecimento (administração pública, gestão de políticas públicas, gestão social, ciência política, direito, economia, educação e pedagogia, serviço social, sociologia e antropologia, comunicação, geografia, planejamento urbano, arquitetura e urbanismo, demografia, saúde coletiva, serviço social etc.). Estudos que, muitas vezes, carecem de densidade reflexiva e analítica, de capacidade dialógica e pouco se beneficiam do conhecimento acumulado (SOUZA, 2003; FARAH, 2018; BOULLOSA *et al.*, 2021).

Ainda que a produção científica nacional, no campo das políticas públicas, apresente alto crescimento quantitativo e venha incorporando, sobretudo a partir do início do século 21, novos temas, atores e arranjos participativos – mobilizando teorias e modelos diversos, como o de coalizões de defesa (SABATIER; JENKINS-SMITH, 1993), do equilíbrio pontuado (BAUMGARTNER; JONES, 1991), de redes, comunidades e subsistemas ou subgovernos (HECLO, 1978; HOWLETT; RAMESH, 1995; HAAS, 1992; OSPINA-BOZZI, 1998), da teoria dos múltiplos fluxos decisórios (KINGDON, 2003) e dos sistemas complexos (LIPSKY, 1980; GRAU-SOLÉS *et al.*, 2011) de wicked problems (RITTEL; WEBBER, 1973; HEAD, 2008), de comunidades epistêmicas e de política, da virada argumentativa (FISCHER; FORESTER, 1993) ou da noção de ação pública (LASCOUMES; LÈS GALES, 2012) – ainda são poucos os trabalhos dedicados a compreender e a interpretar iniciativas públicas informais, não institucionalizadas ou não estatais como partes constitutivas dos fluxos ou processos de políticas públicas. Nesse sentido, seria também precipitado dizer que a pluralização e a diversificação do desenvolvimento intelectual das políticas públicas tenham influenciado, significativamente, os modos de pensar, de fazer e de avaliar políticas públicas, na prática.

Este livro é, portanto, resultado de um vai-e-vém experiencial, de um exercício de “engolir de um jeito, para cuspir de outra forma totalmente transformada”, a exemplo do que faz Exu nas encruzilhadas (RUFINO, 2016, p. 61). Por meio desse exercício – que é simultaneamente científico, simbólico e sensível – pude construir uma interpretação possível acerca do movimento hip hop da Ceilândia e de sua capacidade de articulação e interlocução com elementos tradicionais dos fluxos de políticas públicas – atores estatais, ações, intenções, instrumentos. Isso dependeu, porém, de diversos movimentos (ou deslocamentos), que envolveram: a) problematizar o conceito de ‘políticas públicas’ mais comumente mobilizado e conferir-lhe outros significados, que permitissem compreender ‘políticas públicas’ como fluxo ou processo multiatorial, multidirecional, multidimensional e multissensorial; b) abandonar a perspectiva estadocêntrica, dominante no campo de estudos em políticas públicas, e adotar uma perspectiva radicalmente sociocêntrica; c) politizar os processos de políticas públicas, compreendendo que fatos, evidências, técnicas, métodos, decisões e instrumentos são indissociáveis do político (dos espaços de poder, de conflito e de exclusões) e da política (do conjunto de instituições, mas, também, de práticas que constroem significados e organizam a coexistência humana) (MOUFFE, 2005; CEFAÏ, TERZI, 2012) de modo a conferir-lhes qualidade pública e qualidade estética (DEWEY, 1927; 2010).

De que são feitos (ou deveriam ser) os fluxos de políticas públicas? Que bases teóricas e metodológicas nos auxiliam a construir a visibilidade e a inteligibilidade de experiências estéticas no campo de estudos em políticas públicas? O que uma ‘experiência pública’ pode ser? Que argumentos produzem? O que elas têm a nos ensinar? Que outros papéis podem desempenhar? Quais são seus limites? Como desestabilizam e reorganizam os fluxos de políticas públicas de modo a torná-los mais plurais, mais heterogêneos e, portanto, mais representativos da sociedade brasileira e dos problemas públicos contemporâneos? Como podem contribuir para democratizar a democracia? Para responder a estas perguntas – derivadas do objetivo geral de reinterpretar o fluxo das políticas públicas a partir da experiência –, este livro está organizado em cinco capítulos, que podem ser lidos de forma independente, embora sejam complementares. Nos três primeiros, desenvolvo os caminhos teóricos, conceituais e metodológicos necessários à construção da visibilidade e da inteligibilidade de ‘experiências públicas’ no campo de estudos em políticas públicas – a partir dos estudos críticos em políticas públicas (critical policy studies), do pragmatismo deweyano e do paradigma da gestão social. Nos dois últimos, utilizo o arcabouço e as matrizes reflexivo-interpretativas que construí na primeira parte, para interpretar o movimento hip hop da Ceilândia.

No *Capítulo 01*³, apresento uma lacuna de pesquisa: a invisibilidade e a ininteligibilidade de experiências estéticas (como o movimento hip hop, por exemplo) no campo de estudos em políticas públicas. E, partindo do reconhecimento desta lacuna – percebida (ou intuída) a partir de uma experiência (abduktivamente) busco estabelecer bases teórico-metodológicas alternativas, capazes de auxiliar não apenas a enxergar tais experiências a partir deste campo de estudos (construir sua visibilidade), mas de refletir sobre como podem ser estudadas e interpretadas (construir sua inteligibilidade). A partir da aproximação entre três correntes de pensamentos – os estudos críticos em políticas públicas (com as categorias ‘argumento’ e ‘reflexividade’), o pragmatismo (sobretudo deweyano, com as categorias ‘público’, ‘prática’ e ‘experiência estética’) e o paradigma da gestão social (com os princípios da dialogicidade, da horizontalidade e do fazer-junto) – construí a visibilidade de experiências estéticas e potencialmente públicas no campo de estudos em políticas públicas. Mas, afinal, como uma experiência estética se publiciza (constrói públicos) no campo das políticas públicas?

Busco responder a esta pergunta no *Capítulo 02*, em que problematizo mais detidamente o conceito de ‘políticas públicas’, criticando-o por ser pouco político e pouco público e evidenciando quais os caminhos para que se politize e se publicize. Embora possam existir diversos caminhos para tais reflexões, escolhi fazê-lo por meio da explicitação da dimensão estética das políticas públicas, porque entendo que este caminho auxilia a reconectar a vida política à vida cotidiana, a razão ao sensível, os centros às periferias, alimentando o fluxo de políticas públicas com novos

³ Uma da discussão realizada no Capítulo 01 foi publicada no formato de artigo, na Revista Nau Social, sob o título “O campo de políticas públicas na encruzilhada: aproximações teórico-metodológicas entre os estudos críticos, o pragmatismo e a gestão social” (PERES *et al.*, 2021).

atores e novas versões de mundo. Sobrepondo estes dois campos – o das políticas públicas e o estético – lanço luz sobre diferentes modos de fazer e sobre diferentes princípios de apreciação e de interpretação de problemas públicos, fazendo emergir a noção ‘experiência pública’ no centro dos fluxos de políticas públicas, de modo a ampliar as fronteiras deste campo de estudos. Demonstro como essa noção pode ser teoricamente sustentada pelos conceitos de público, prática e experiência estética e quão férteis podem ser suas relações com os fluxos de políticas públicas, situando-me, mais uma vez, em uma encruzilhada. Uma vez que a noção de ‘experiência pública’ consegue emergir no centro dos fluxos de políticas públicas, como estudá-las? Que instrumentos podemos mobilizar para interpretá-las? Que materiais adotar para construir sua inteligibilidade?

Dedico todo o *Capítulo 03* à construção dessas lentes cognitivas. Ou seja, o desenho (ou projeção) de um arcabouço e de duas matrizes analíticas que não configuram ‘modelos’, mas têm o objetivo de inspirar outros tipos de pesquisa no campo de estudos em políticas públicas e de permitir que ‘experiências públicas’ – como a do movimento hip hop da Ceilândia, por exemplo – possam ser vistas como partes essenciais dos fluxos de políticas públicas. Nesse capítulo, defendo que, para situar ‘experiências’ públicas no centro dos fluxos de políticas públicas, de forma a gerarem uma força centrífuga capaz de expandir esses fluxos (e as fronteiras dos próprios campos de estudos em políticas), abarcando outros atores, outras racionalidades, gramáticas, expressões artísticas, intuições, emoções, performances, estéticas, dissensos, valores, conflitos, corporeidades, saberes, percepções, práticas, sentimentos, é necessário assumir a indissociabilidade entre os planos de pesquisa. Em outras palavras, é necessário – em minha perspectiva – ser construtivista no plano ontológico, argumentativo no plano epistemológico, reflexivo no plano metodológico, interpretativo no plano empírico e, por fim, é necessário ancorar-se deontologicamente nos princípios da gestão social. Por esse caminho, busco construir a inteligibilidade de ‘experiências públicas’ no campo das políticas públicas, indicando quais são as possíveis consequências para o campo, se a experiência estudada for, de fato, uma experiência pública. Se analisarmos o movimento hip hop da Ceilândia a partir das noções de prática, de experiência estética e de público, podemos considerá-lo um ‘produtor de argumentos e significados’? Se o interpretarmos através das lentes aqui dconstruídas, podemos considerá-lo uma ‘experiência pública’?

São estas as perguntas que busco responder nos capítulos 4 e 5. Vale ressaltar, porém, que as matrizes construídas não constituem um passo a passo que, se for seguido, leva a um lugar específico ou ao lugar a que cheguei. Meu intuito, ao contrário, foi o de abrir novos caminhos interpretativos a partir dessas matrizes – a partir de entrecruzamentos práticos, teóricos e metodológicos – que permitam a realização de pesquisas em movimento, de pesquisas “implicadas” (BOULLOSA, 2019), que permitam que pesquisadores, cientistas e profissionais do campo das políticas públicas sigam lançando luz sobre racionalidades e atores tradicionalmente invisibilizados, marginalizados ou subestimados e que ousem descobrir o que estes atores e racionalidades têm a ensinar. Isso porque, às vezes, em lugar de tentar moldar, espremer, apertar ou recortar objetos de pesquisa, para que possam caber dentro dos limites de um campo científico,

pode ser mais profícuo o esforço de ampliar as fronteiras dos campos, para que outros sujeitos de pesquisa possam passar a fazer parte deles. No campo de estudos em políticas públicas, este caminho provou-se bastante trabalhoso, ainda que já venha sendo pavimentado, há mais de três décadas, por um grupo bastante consolidado de pensadores pós-positivistas, entre eles Callahan e Jennings (1983), Fischer e Forester (1993), Fischer e Gottweiss (2012) e Fischer (*et al.*, 2016). De toda forma, o maior desafio foi o de construir, a partir dos estudos desses autores, interlocuções com outras correntes de pensamento - como o pragmatismo deweyano e a gestão social - que pudessem dar consistência teórico-metodológica a um arcabouço analítico novo, para a interpretação de 'sujeitos de pesquisa' não tradicionais.

Embora tenha escolhido estudar uma experiência específica - o movimento hip hop da Ceilândia-DF, busco enfatizar (com o arcabouço construído no Capítulo 03), a potência das experiências que pulsam nas escalas microlocais e que, por sua capacidade de articulação e de interlocução com outras escalas, podem colaborar com o desenvolvimento de arranjos governativos inovadores e com o desenho de novos instrumentos de políticas públicas. Entendendo que esse tipo de conhecimento só pode ser construído a posteriori da experiência, incentivo o estudo de outras tantas experiências (potencialmente) públicas e sistematicamente ignoradas e desperdiçadas. Experiências capazes de impregnar o campo de estudos em políticas públicas com outros saberes, práticas, estéticas, fazeres - artísticos e políticos, econômicos e sociais, culturais e tecnológicos, ambientais etc. - outras racionalidades e outras normatividades. Na relação entre a prática, o olhar e a interpretação, entre cadernos de campo e registros fotográficos, entre escutas e trocas de informação, entre conversas e trocas de afeto, apresento não apenas um percurso de pesquisa, mas ecoo uma experiência vivida.

BREVE ESTADO DA ARTE: o movimento hip hop na ciência brasileira

É interessante notar que, justamente quando o movimento hip hop se politiza, no Brasil, dando origem a um estilo específico de rap, conhecido como ‘rap nacional’⁴, ele experimenta seu segundo nascimento: como ‘objeto’ de estudo. No Brasil, a discussão sobre as relações entre política e hip hop adentra a Academia no início da década de 1990, pelas mãos da socióloga Marília Pontes Sposito, que – em um artigo publicado na Revista Tempo Social, intitulado “A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva” – se refere ao movimento hip hop como uma forma de apropriação do espaço urbano e um tradutor (ou espelho) da sociabilidade juvenil, o que faria dele um instrumento auxiliar de avaliação dos desafios que afetam as condições de vida nas metrópoles.

A estes trabalhos, seguiram-se outras obras importantes, como o livro “Grafite, Pichação e Cia”, de Celia Maria Ramos (1994), além de “Abalando os anos 90 - Funk e Hip Hop” e “O funk e o hip hop invadem a cena”, ambos de Michael Herschmann (1997; 2000), em que o autor discute como o movimento hip hop, por meio de sua estética e da experiência social, realiza sua própria política, buscando retrair fronteiras, ocupar espaços e se articular à cultura institucionalizada (aos circuitos de produção e consumo cultural), ao Mercado, entre outros.

O reconhecimento da dimensão política do movimento hip hop e de seu potencial de mobilização, por parte de acadêmicos, pesquisadores e cientistas, não é novidade no Brasil. O que causa espanto é que o movimento hip hop não figure como sujeito de pesquisa em estudos situados no campo das políticas públicas, seja em nível de graduação ou de pós-graduação. Por meio da análise de um corpus⁵ de 334 trabalhos publicados no Brasil (e em português) – entre dissertações (114), artigos (111), livros (33), teses (28), monografias (20), trabalhos em Anais de eventos (17) e capítulos de livro (11) – é possível perceber que os estudos sobre o hip hop, além de recentes⁶, ainda são bastante difusos e fragmentados. Por um lado, alcançam campos científicos⁷ variados, como Economia, Direito, Ciência Política, Educação Física, Saúde Coletiva, Biblioteconomia, Artes, Serviço Social, Arquitetura e Urbanismo, Administração e Filosofia; por outro lado, quase 60% dos trabalhos concentram-se em apenas quatro campos científicos: o das Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia), com 21,55% dos trabalhos; o da Comunicação e da Educação, cada um com 14%

dos trabalhos e o de Letras/Literatura, que abarca 10% dos trabalhos publicados. No campo das políticas públicas, por sua vez, a pesquisa revelou, em 2020 apenas um (01) trabalho publicado: a dissertação de Sérgio Domingues (2014), intitulada “A contribuição do hip hop para a construção de pedagogias de resistência e de transformação social”, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)⁸.

Há outras coisas interessantes que emergiram da análise desse *corpus*. A partir dos anos 2000, os trabalhos passaram a apresentar mais diversificação regional e temática (abarcando as relações do hip hop com questões de raça, gênero, religião, sexualidade, identidade, de classe, de consumo etc.). As pesquisas sobre o hip hop, antes desenvolvidas quase exclusivamente em universidades do Sudeste do país, passaram a ser realizadas, também, em universidades do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste e do Sul do país. Outro ponto interessante é que, para além da diversificação e do aumento numérico de estudos sobre o movimento hip hop (em todas as regiões do país e nas diversas áreas do conhecimento), aproximamo-nos da paridade de gênero em termos de autoria, com mulheres assinando 48% das publicações analisadas. Destes, porém, apenas 09 trabalhos (menos de 3% do total de trabalhos) fazem referência explícita, em seus títulos, às questões de gênero, à participação de meninas ou mulheres no movimento ou às relações entre o movimento hip hop e o movimento feminista. Talvez este último número seja mais representativo da realidade de um movimento que, embora venha se pluralizando e problematizando suas estruturas, ainda permanece predominantemente masculino.

Vale ressaltar ainda que, principalmente a partir de meados dos anos 2000, os próprios praticantes do movimento hip hop começaram a se perceber como autores e a escrever suas histórias. Foram identificados 11 livros de autoria de praticantes do movimento, entre autobiografias e relatos que pretendem narrar a história do hip hop a partir “de dentro”. São exemplos os livros “O que é Graffiti?”, de Celso Githay (1999); “Hip-Hop: Consciência e Atitude”, de Big Richard (2005); “Cabeça de Porco”, escrito por Luiz Eduardo Soares, MV Bill e Celso Athayde (2005); “Trajetória de um guerreiro: história do DJ Raffa”, uma autobiografia do principal produtor musical do rap brasileiro (DJ RAFFA, 2007); “Acorda Hip Hop!: despertando um movimento em transformação”, do Dj TR (LEAL, 2007); “Hip Hop: dentro do movimento”, de Alexandre Buzo (2010) e “A Rima

8 O trabalho de Domingues, embora institucionalmente situado no campo das políticas públicas, não mobiliza referências bibliográficas deste campo e menciona o termo “políticas públicas” apenas duas vezes (e de forma genérica) no corpo do texto: uma primeira vez, ao dizer que jovens negros continuam a ser “vítimas preferenciais da repressão estatal, ao mesmo tempo em que [são] ignorados por grande parte das políticas públicas” (DOMINGUES, 2014, p. 49) e, uma última vez, ao citar o portal do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), mencionando que o Conselho tem, por atribuições, a formulação e a proposição de diretrizes voltadas às “políticas públicas de juventude” (idem, p. 66). Em termos gerais, o trabalho fundamenta-se na matriz teórica marxista e mobiliza pesquisadores dos movimentos sociais e culturais, dentre os quais: Karl Marx, Friedrich Engels, Rosa Luxemburgo, Vladimir Lênin, Alain Touraine, Georg Lukács, Antonio Gramsci, Norberto Bobbio, Mikhail Bakunin, Hannah Arendt, Manuel Castells, Maria da Glória Gohn e Paulo Freire. O que buscamos enfatizar é que, apesar da relevância das contribuições de Domingues (2014), os trabalhos acerca do MHH pouco dialogam com o campo das políticas públicas e com essa proposta de aproximação teórica entre o pragmatismo deweyano, os critical policy studies e a gestão social.

Denúncia”, escrito por Genival Oliveira Gonçalves, o GOG (2010).

Por fim, interessa-me enfatizar que, dos trabalhos deste corpus, apenas dois, um no campo da Comunicação e outro no campo da Educação, mobilizam um arcabouço teórico pragmatista, para analisar o movimento hip hop (GUIMARÃES, 2012; FIUZA, MACEDO, 2013) – por meio de autores como John Dewey, George Mead, Louis Quéré e Richard Shusterman. Sobre os demais, vale dizer que muitos se pautam em teorias sociológicas, voltando-se, principalmente, à Sociologia da Juventude e à Sociologia da Violência e da Criminalidade e mobilizando conceitos como “identidade”, “cultura”, “pobreza”, “raça” e “etnia”. Outro grupo importante de trabalhos realiza suas análises por meio da abordagem dos Estudos Culturais, mobilizando autores como Homi Bhabha, Néstor García Canclini, Stuart Hall, Antonio Candido, Marilena Chauí, Maria Elisa Cevalco, Raymond Williams, Edward Thompson etc. E o grupo de trabalhos que talvez seja o mais numeroso, apresenta, como marco teórico, os estudos oriundos da Sociologia dos Movimentos Sociais, a partir de autores como Maria da Glória Gohn, Ângela Alonso, Eder Sader, Alberto Melucci, Michel Maffesoli e Claus Offe. No campo da Geografia, predomina a matriz crítica marxista, reunindo autores como Milton Santos, Marcelo Lopes de Souza, Rogério Haesbert, Henri Lefebvre, David Harvey, Jürgen Habermas, Louis Althusser, além dos clássicos Karl Marx, Rosa Luxemburgo, Friedrich Engels, Mikhail Bakhtin, Antonio Gramsci etc., mas, também, estudos oriundos da Antropologia e da Sociologia Urbanas, com Manuel Castells, Anthony Giddens, Robert Park, Louis Wirth, Alba Zaluar, Otávio Velho etc.

Diante do exposto, não seria exagero afirmar que, para além de uma cultura, uma filosofia ou um estilo de vida, o hip hop vem se consolidando como objeto/sujeito de estudos científicos e conformando, nesse sentido, um construto fortemente multidisciplinar e crítico. É como se a tensão e os conflitos, há muito presentes nas ruas e na vida cotidiana – entre arte e política, popular e erudito, cultura e entretenimento, centro e periferia, saber científico e saber popular – e, sobretudo, as tensões entre políticas públicas estadocêntricas (pensadas e construídas em espaços institucionalizados) e as ‘micro’ ou ‘nanopolíticas’ levadas a cabo, diariamente, em espaços informais, tantas vezes marginais (marginalizados?) ou periféricos (periferizados?) ganhassem uma nova arena de diálogo, de negociação e de ação.

Ao transitar por esses processos de construção percebo dois riscos principais: a) estudar sobre o movimento hip hop (em lugar de estudar com ele), objetificando-o e interpretando-o de forma estática e por meio de um olhar distante, “de cima” ou “de fora”; b) reduzi-lo, analiticamente, a uma forma de protesto e de resistência ou a um instrumento de prevenção da violência e de correção de conduta, o que lhe conferiria o status de ‘fórmula mágica’ para a solução de problemas considerados dos jovens ou das periferias, como a delinquência, a precariedade das condições de vida e a violência urbana, por exemplo. Tais reducionismos não invalidam as análises, mas nos impedem de apreender sua complexidade. Sim, é evidente (e reivindicado

pelos próprios praticantes do movimento) seu papel de denúncia de problemas sociais, de protesto e de resistência aos poderes hegemônicos, mas também se torna cada vez mais evidente sua capacidade de transformação dos territórios e de dar resposta aos problemas (percebidos coletivamente por aqueles que se engajam no movimento), o que torna cada vez mais comuns frases como “o hip hop me salvou” ou “o hip hop me deu tudo que tenho”.

O que gostaria de propor, porém, é sua interpretação por meio de lentes que revelem sua multidimensionalidade, como uma tentativa de superar dicotomias, de evitar olhares moralizante, associados à ideia de que as periferias constituem ‘problemas sociais’ (SILVA & SILVA, 2008) a serem resolvidos (com urgência) pelos não-periféricos e de evitar, ainda, visões estereotipadas e/ou utilitaristas da ação dos praticantes do movimento hip hop, como se sua prova de valor ou de validade estivesse em seus resultados materiais/numéricos e não nas consequências da experiência, como defende o pensamento pragmatista. Essa foi a lacuna de pesquisa que identifiquei no campo de estudos em políticas públicas, tanto no que diz respeito à mobilização do pragmatismo, enquanto teoria e método, quanto no que concerne a análise de “casos” ou de experiências que não estejam centrados no Estado ou nas instituições estatais.

PARTE I

CAPÍTULO 01

PROBLEMATIZANDO TEORIA E MÉTODO NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Crônica de uma experiência estética: “licença pra chegar”

Fui ‘n’ vezes à Ceilândia e ainda me lembro da primeira. E, se é teimosa na memória, é porque não é banal. Sair do plano piloto é como romper uma bolha. Não uma bolha efêmera, de ar, mas uma bolha de parede espessa, de textura lisa, de cor branca. Toda lisa e branca. À metáfora do muro, prefiro essa, da bolha, que não separa só duas porções de terra, mas que encarcera o ar, que tem um dentro e que tem um fora. E que não é trivial, porque quando se fura a bolha, despenca-se no outro e tal queda-livre é sempre incômoda. Porque o outro tem outra cor, tem outro cheiro, outro gosto. Lá tem outro ritmo. Não é meramente outro lugar, é, também, outro tempo. Ensopada de suor e de academicismo, quando vou à Ceilândia - de vidro escancarado à poeira, ouvindo Cultura FM - sempre me vem Milton Santos, o geógrafo-brasileiro. Negro. Brasileiro. Geógrafo-negro-brasileiro, que pensou muita coisa e, também pensou a distância. Pensou a falácia da distância.

Pensou a tirania da distância, pra ser mais exata.

Talvez tenha até pensado a Ceilândia, à distância.

Parece que o problema da distância entre a Brasília-plano e a não-Brasília-Ceilândia não é problema geográfico. Tampouco é puramente político. É problema que reflete que a distância é sociotirânica.

Naquela sexta-feira à tarde, enquanto eu ia me engarrafando rumo à Ceilândia, o sol ia se pondo. E tem um ponto em que o céu vira espelho da terra laranja que margeia a via estrutural.

É tudo metade seco e metade mágico. Era setembro. Engarrafada, pensando essa Ceilândia-distante pelas letras de Milton Santos, arrombei a bolha e caí em cheio na Praça da Bíblia. No P Norte. O Jamaika me disse que, em 1979, o P Norte era só terra, poeira e malandro... O P Norte virou rap. Primeiro, com o GOG, que cantou o P Norte naquela letra quilométrica de ‘Brasília Periferia’. Não fosse quilométrica e não tivesse a ‘Parte II’, não cabia tanta periferia.

Lobo do Asfalto também cantou a quebrada. E até os Racionais, à distância, lá do Capão Redondo, deram um Salve pro P Norte. Mano Brown, Edi Rock, KL Jay e até Mv Bill já foram à Ceilândia. Acho que Milton Santos, não... Nunca foi à Ceilândia e não sabia nada do P Norte.

O Japão sabe. Não o país, o rapper... Eu sei que ele sabe, porque quando ele me falou do P Norte, estávamos dentro do setor. Em uma mesa de bar, do Fluminense, mesmo ele sendo

flamenguista... no meio do P Norte, olhando pra Praça da Bíblia. Falou do P Norte, do Fundão, da Expansão, da viela 17, da esposa, da mãe e do irmão, que é padre.

Olha, acho que não dá, mesmo, pra pensar a Ceilândia só pela cabeça de quem não esteve com o pé lá... a Ceilândia é que tem que se pensar e ser pensada pela pele do Japão, de quem mais tenha a Ceilândia cicatrizada. As cidades têm que ser pensadas pelas cicatrizes, por essas marcas que não são só de cor, porque até a cor pode ser lisa, mas a cicatriz não. Cicatriz tem textura. E a Ceilândia toda tem textura. Lá, nada é branco, nada é claro, nada tem borda definida. Tem uma aspereza distintiva. Tem quina. É o oposto do liso.

A pele preta do Japão também. E a do Jamaika. E a do Kabala e de toda essa gente que, todo dia, muda de pele e de nome. Se reinventa. A pele da Wemmia, da Rayane e a pele da Reallega, que brilha no sol nascente. A do GOG. E a do Mano Brown. Tudo pele viva, carne viva. Voz com textura. Tudo boca que profere palavra áspera.

É a cicatriz que implode o mito do moderno.

Na Ceilândia é tudo crespo. Foi por isso que, quando perguntei pro Japão o que ele achava dos muros invisíveis ou imaginários que dividem “cidades constitucionalmente indivisíveis”, a resposta foi um tiro [...que furou a bolha e dissipou a mágica, enquanto o sol a essa altura já ia longe]:

“Só são imaginários pra quem acredita em imaginação. O muro é real, ele existe. E ele segura. E ele expele. E se você chega perto, ele te expulsa”.

Tailândia. Ceilondres.

Quando eu entro na Ceilândia, pela Hélio Prates, meus teóricos também já vão longe.

E eu sinto o peso do nome. CEI-lândia. Pesa como barril de água. E tudo o que eu achava saber, fica gasto. Puído. Esgarçado. Na Ceilândia não tem verdade simples (ela existe?). Nada está dado (e onde está?). Se Sei-lândia se escrevesse com S, seria outra coisa?

E se a Campanha tivesse sido de Erradicação da Intolerância? E se, por engano, não tiverem erradicado só os ‘invasores’ lá do plano, mas, também, toda a possibilidade de inovação?

A essa altura eu já estava me inclinando no banco pra encostar a cabeça no concreto quente, bem ali, entre-tempos: entre o momento em que nasceu a RUAS e o vogueing no coreto. Praça do Cidadão.

Eu sei que rua, coreto e cidadão, quando se juntam em linhas, constroem uma imagem quase idílica. E que seja... porque paira, na praça, uma liberdade de estar (e de ser, talvez) que beira mesmo o bucolismo.

Pra mim, que trago o estereótipo da CEI-lândia tatuado na retina, a praça é como um enclave. Ali, me esparramo. Quero esticar as costas no calor do banco que não é meu. Quero esperar 2010 voltar, pra ouvir as três palmas que precederam o ‘pé na porta’. Quero sorrir pra quem está e pra quem passa, como quem diz: “eu te vejo”. E sinto meu olho na bolinha do olho do outro. E me escuto. Parece ser libertador e,

simultaneamente, inútil.

Cair da bolha é quase um golpe seco, que pode rachar o concreto. Porque a frustração também é a fissura do hábito. E é na brecha, no defeito, no conflito, na rugosidade da cicatriz, que moram outras cidades possíveis. É, também, paradoxalmente, pelas brechas que se costumam os espaços frouxos, o choro frouxo, os problemas frouxos – fios frouxos, prontos para serem amarrados. A brecha é pública. A praça é pública. Praça e Brecha: pacificamente violentas, continuamente em guerra.

Porque a paz só é, enquanto negociada, batalhada. Igual a democracia.

O rapaz, encostado na parede (bem na minha frente), barganhou com cautela a metade do banco. Abaixou, no radinho, a voz do Sabotage – “um bom lugar a gente constrói com humildade”. E foi se chegando.

Nesse brasil e nessa Ceilândia, o homem estranho (e preto) quando se aproxima traz a latência do medo. Mas, latente mesmo é o preconceito, da minha geração branca, que achou que rap era música de bandido. E que não percebeu que, de novo, na história da Ceilândia não tem verdade simples. Tem disco de rap que moveu multidão. Tem cara feia nos encartes, taco de beiseball, tem a morte, tem as chamas. Por trás dos discos, tem Cláudio Raffaello Serzedello Corrêa Santoro – branco e ‘do plano’ –, pelejando pra aguentar o peso do rap e o peso dos significados que atribuímos aos nomes.

Selado, no concreto da praça, tem medo e cansaço. Tem corpos prescritos. Mas também tem arroubo, tem ímpeto e empuxo.

Um ritmo tipicamente plural embalou a sexta-feira. Passavam das 19 horas, horário de Brasília.

Dentro do ‘Jovem’, tinha classe. Fora, também. O garoto do lado, com o olhar receptivo, tentou me vender algo. Acenei, timidamente, um ‘não’. Depois, me ofereceu seda. Depois, me pediu um isqueiro. Depois, se questionou, em silêncio, ‘pra quê’ eu ‘era’, ali. E me ignorou na conversa entre homens. E me ignoraram, também, os que riscavam a quadra de basquete, dançando sem bola e sem cesta.

No coreto, atrás de mim, inclinavam-se pescoços curiosos com o Voguing e com as complexas performances dos garotos sobre altíssimos saltos. E os saltos bastavam, para que se impusesse o debate tácito. Sob o olhar desconfiado do rapaz mergulhado no meu banco e no seu próprio som – misturados com mil outros – e sob os olhares indiferentes de outros grupos, reunidos ao redor de outros bancos, todo mundo se enxergava, se estranhava, se reconhecia, se julgava, se aceitava. Tão diferentes. Tão rotulados.

Diante do cenho franzido e do olhar silencioso do rapaz ao meu lado, cortei o ar:

“Difícil, ähn?”, indicando os corpos masculinos de salto alto, que se dobravam em movimento.

Na opacidade do ar, espesso de conflito, minha voz ecoou artificial, fora de lugar, quase invasiva. Ele respondeu, quase sorrindo: “muito...”.

Há, na cidade, mil conflitos latentes.

Mas há, também, na praça, mil pulsões. Há arte, antes do que nunca.

E há muita dúvida! O que acontece quando se escreve no muro que separa?

Lá, acontece tudo, inclusive nada.

Janaina Lopes Pereira Peres (Plano Piloto/Brasília, 08 de outubro de 2019)

“Compreendi que devia me libertar das imagens que até ali haviam anunciado as coisas que procurava: só então seria capaz de entender a linguagem de Ipásia.”

Ítalo Calvino (1990)

Foda-se a imagem que vocês criaram / Não sou legível, não sou entendível / Sou meu próprio Deus, meu próprio santo, meu próprio poeta / Me olhe como uma tela preta, de um único pintor / Só eu posso fazer minha arte / Só eu posso me descrever

Baco Exu do Blues(2018)

À medida que nos inserimos em uma comunidade acadêmica, sobretudo quando engajados em programas de pós-graduação de Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, absolutamente preocupados com a cientificidade de nossas pesquisas – com as provas de verdade – e com as métricas de publicação e de avaliação estabelecidas por agências estatais; ávidos por encontrar conexões entre teoria, método e prática; ansiosos em descrever, compreender, problematizar e analisar objetos de pesquisa; e determinados a responder perguntas pré-formuladas, acabamos destituindo, inevitavelmente, as experiências científicas de sua dimensão estética e, muitas vezes, de seu valor e subjetividade, ofuscados pela coleta e pela seleção consciente de ‘dados objetivos’, a que chamamos ‘evidências’ ou pela escolha de um conjunto de autores ou de uma corrente de pensamento. Desenhamos e projetamos, na maioria das vezes, um caminho dedutivo ou indutivo e, atados a ele e a um cronograma, construímos uma resposta a uma pergunta de pesquisa - previa e intensivamente pensada (por nós ou por outros) –, que carrega consigo, fatalmente, o apagamento de tantas outras respostas possíveis.

Por esse caminho, seguimos – linear e sequencialmente –, como se progredíssemos, obstinados com o alcance dos objetivos e preocupados em percorrer as maiores distâncias no menor tempo e com o mínimo de recursos possíveis. Assim, atestamos nossa racionalidade científica e, simultaneamente, justificamos nossos métodos, com o argumento de que, se seguido

por outros, levará ao mesmo lugar, o que prova sua verdade⁹. Para não nos perdermos, submetemos nossas investigações a modelos já validados e, assim, raramente vemos *Ipásia*, porque lá os símbolos falam outra língua, diferente da que conhecemos (CALVINO, 1990).

No campo dos estudos em políticas públicas não é diferente: delimitam-se objetos de estudo – que costumam referir-se a ações/respostas dos governos ou a processos de negociação e tomada de decisão entre atores com poder – e aplicam-se teorias e modelos de análise. Talvez por isso sejam bastante comuns as denúncias do fracasso das ciências sociais aplicadas em solucionar os problemas cada vez mais complexos da sociedade (TRIBE, 1972; WEISS, 1979; GUSFIELD, 1981; CALLAHAN; JENNINGS, 1983; MAJONE, 1989; SOUSA SANTOS, 2002; FISCHER, 2016; FISCHER *et al.*, 2016). Um fracasso que pode ser atribuído, em grande medida, à obsessão com o objetivismo, com a neutralidade e com a tecnocracia; a uma confusão entre cientificismo (herdeiro do positivismo científico) e ciência que conduz à hierarquização dos saberes e, conseqüentemente, ao desperdício de experiências. Há outras coisas, porém, que cristalizam (ou aprofundam) a distância entre as ciências (sociais) e a realidade (social): dentre elas, a reificação das políticas públicas, a seletividade do olhar e a pobreza interpretativa e reflexiva. Diante dessa miopia, vêm emergindo, com cada vez mais força, reivindicações por estudos multi/interdisciplinares, transversais, interseccionais e decoloniais. Crescem as reivindicações por novas teorias e novos métodos, que suportem análises complexas e em movimento; crescem os clamores por maior pluralidade, diversidade e participação, o que vem enchendo as ruas e praças do mundo e vem empurrando as fronteiras dos campos científicos para encruzilhadas – lugares que possibilitam a construção crítico-reflexiva de outras possibilidades de ver, de interpretar e de reconhecer experiências.

Há muita ação política sendo elaborada no interior do mundo social e muita experiência sendo vivida cotidianamente. Ações e experiências ainda ininteligíveis, não decodificadas no interior dos campos científicos. Experiências sequer visíveis, mas essenciais à transformação do mundo social (QUÉRÉ; TERZI, 2015) e à transformação dos próprios campos. É essa premissa que me incita a propor que políticas públicas não sejam vistas apenas como fenômenos objetivos (CAPANO; GIULIANI, 1998) – normas, textos escritos, documentos, instrumentos, programas etc. –, mas como processos fluidos, fluxos multitoriais (BOULLOSA, 2013; 2019), mas também multissensoriais, que se transformam continuamente a partir da combinação de diferentes elementos e atores. Em lugar da rejeição e da substituição do termo ‘política pública’ – como propuseram Lascoumes e Le Galès (2012) –, proponho que o termo seja ampliado e se torne permeável, podendo ser continuamente preenchido com novos sentidos. O convite é para que passemos a compreender políticas públicas não apenas como materialidade ou realidade objetiva, mas como interpretações

⁹ Assim costuma se dar, também, a construção dos campos científicos: delimita-se um objeto específico, articulam-se ideias, bases teóricas, métodos, instituições, revistas especializadas, controlam-se recursos estratégicos, define-se uma agenda, elaboram-se um discurso comum, definem-se relações de força, luta-se pelo monopólio da competência científica, pela legitimidade de falar e de agir, por meio da construção de um sistema de signos e de significados compartilhados (BOURDIEU, 1976; FARAH, 2016; 2018).

e reflexões acerca das realidades, alinhada não apenas a Capano e Giuliani (1998) e Boullosa (2013), mas também a Pier Luigi Crosta (2009) e a estudiosos críticos em políticas públicas, como Callahan e Jennings (1983), Dryzek (1989) e Fischer e Forester (1993), que também buscaram conferir mais importância à interpretação do que ao objeto em si.

Esse salto, porém, do estudo da política pública como objeto (coisa) para seu estudo enquanto um fluxo incerto, conflituoso e muitas vezes desordenado – que não pode ser visto, não pode ser tocado, não pode ser predeterminado e não segue um percurso linear ou totalmente previsível – exige, como instiga Calvino (1990), o abandono de significados já consolidados em mentes cientificamente formatadas. Depende da disposição para traçar outros caminhos e “escovar a história a contrapelo”, seja para que possamos contá-la de outras perspectivas e do ponto de vista de quem não está nos centros (BENJAMIN, 1987, p. 225), seja para que deixemos que seja contada, também, por outros narradores, como reivindicaram os rappers Baco Exu do Blues (2018), na letra da música ‘BB King’ e Renan Inquérito (2010) na faixa intitulada ‘Poucas Palavras’, do álbum ‘Mudança’: “(...) vou ser breve / Se a história é nossa, deixa que nós escreve”.

São apelos que trazem a perspectiva das batalhas – de rima, de poesia ou de breaking – para o centro do fazer científico e que nos lançam às encruzilhadas. Porque as batalhas, na cultura hip hop, em lugar de visarem a eliminação do outro, objetivam a superação de si e a construção de algo novo, a partir do outro – engole-se o que o outro diz e, reflexivamente, cospe-se algo novo. As batalhas configuram, portanto, um campo estético e um campo de possibilidades, em que conflitos, tensões e violências são traduzidos em formas simbólicas (SHUSTERMAN, 2008) e em disputas agônicas e legítimas (MOUFFE, 2007), pela produção de narrativas, significados, argumentos e valores. Uma batalha de rima ou de breaking é dependente, portanto, de um fazer-junto: ela é uma situação, no sentido deweyano (DEWEY, 1908; 2007), porque só emerge na e da interação e seu sucesso depende, em grande medida, da capacidade crítico-reflexiva e da capacidade de articulação entre diferentes. Trazer essa noção para o centro da pesquisa pressupõe o combate à “monocultura do saber” e aos privilégios epistemológicos que marginalizam, silenciam, excluem ou liquidam outros conhecimentos (SOUSA SANTOS, 2008, p. 154). Pressupõe jogar tudo na encruzilhada e deixar que algo novo nasça.

Parece, assim, cada vez mais necessário mirar ao revés (BOULLOSA, 2013; 2019), adotar critérios e materiais de pesquisa distintos, em busca de explicações alternativas para um mundo social cada vez mais plural, diverso e complexo. Afinal, da mesma forma que o mundo sociopolítico é muito maior do que aquilo que conseguimos ver e do que conseguimos representar por meio das categorias, dos conceitos, dos signos e dos símbolos que temos disponíveis, o mesmo se dá no mundo das políticas públicas, o que exige de nós, cientistas deste campo, o esforço de desenvolver instrumentos interpretativos que abarquem materiais de pesquisa voláteis e mutáveis – como

são, por exemplo, as narrativas, as memórias, os imaginários sociais, as expressões artísticas e corporais, as práticas socioterritoriais, as situações indeterminadas e as experiências estéticas. É preciso que os instrumentos interpretativos estejam à altura da riqueza e da complexidade daquilo que se quer interpretar: “(...) em vez da separação entre sujeito e objeto, o objeto que é sujeito; em vez da separação entre observador e observado, o observador na observação; em vez da separação entre o pensar e o agir, a interatividade entre ambos no processo de investigação” (SOUSA SANTOS, 2008, p. 141, grifo da autora). Não acredito na existência de um caminho único, mas identifico que, se, por um lado, os estudos críticos em políticas públicas, me permitiram enxergar situações e interações que não conseguia ver enquanto percorria trilhas já abertas por outras teorias em políticas públicas, por outro lado, foi preciso construir outro caminho, para que pudesse interpretar políticas públicas como um fluxo de aprendizagem e estudar uma ‘experiência pública’ como a do hip hop como parte essencial desse fluxo.

A filiação aos estudos críticos em políticas públicas, portanto, me deu abertura, por meio da virada argumentativa (FISCHER; FORESTER, 1993; FISCHER; GOTTWEISS, 2014) e da virada interpretativa (LIPSKY, 1980; JENNINGS, 1983; YANOW, 2016), para a inclusão de discursos e falas, de textos e análogos de textos (TAYLOR, 1971) e de argumentos (FISCHER, 2016) nos fluxos das políticas públicas – conferindo centralidade, respectivamente, às palavras (MAJONE, 1989), aos significados (YANOW, 2016), aos valores (BOULLOSA, 2019) e às emoções (DURNOVÁ, 2016). No Brasil, os desdobramentos dos estudos críticos em políticas públicas ainda são bastante recentes e começam a ganhar densidade em fins da década de 2010, por meio de reconfigurações teórico-metodológicas, como as propostas nos estudos de Boullosa (2013; 2019; *et al.* 2021) e no âmbito do Grupo de Pesquisa “Processos de Inovação e Aprendizagem em Políticas Públicas e Gestão Social”, apelidado de ‘*mirada ao revés*’¹⁰, um espaço de trocas e de aprendizagem que possibilitou diversas discussões e oportunidades de reflexão acerca das contribuições dos estudos críticos em políticas públicas e do pragmatismo, para o campo de estudos em políticas públicas e acerca da emergência da gestão social como paradigma alternativo de gestão.

O que temos visto, porém, é que – apesar dos importantes avanços permitidos (e já alcançados) pelos estudos críticos em políticas públicas, oriundos, sobretudo, da passagem do estadocentrismo ao sociocentrismo, que nos desloca da compreensão das políticas públicas como a ação do estado (LASSWELL, 191) para a compreensão das políticas públicas como argumentos, ou seja, como conversas multivocais (FISCHER, 2016) – a centralidade conferida à palavra, aos signos e aos significados apresenta limites e, enquanto instrumento analítico, não nos ajuda, necessariamente, a acessar determinadas práticas e experiências. Do mesmo modo, tampouco ajuda a avançar,

¹⁰ O Grupo, coordenado pela Professora Dra. Rosana de Freitas Boullosa, teve início na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2009, e atualmente está sediado na Universidade de Brasília (UnB), vinculado ao Departamento de Gestão de Políticas Públicas e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, do qual faço parte.

suficientemente, no debate acerca das relações entre políticas públicas e estética, por exemplo, um debate ainda marginal no campo das políticas públicas e que considero capaz de fazer emergir outros modos de pensar, de (re)significar, de perceber, de participar, de comunicar e de fazer a vida pública, seja por meio do reconhecimento de mais interações orgânicas entre ser e meio (DEWEY, 2007; 2010), seja por meio da sublimação dos aspectos qualitativos e subjetivos das situações, ao rejeitar a distinção entre situações objetivas e percepções subjetivas, uma vez que ambas são geradoras de conhecimentos e de normatividades.

Com o intuito de preencher algumas lacunas e de avançar, mais confortavelmente, em outras direções, recorro à filosofia pragmatista, em contraposição à filosofia analítica e à visão positivista, que marcaram o nascimento e o desenvolvimento do campo de estudos em políticas públicas, desde Lasswell (1951). Escolho o pragmatismo deweyano como fundamento teórico-metodológico, porque Dewey (1908; 1927; 2010) permite abarcar, para além das verdades ou do pretensamente real, tudo o que é imaginado¹¹, incitando-nos a compreender políticas públicas como processos de busca e não como objetos imutáveis. Somo-me, assim, aos esforços dos cientistas do campo de estudos em políticas públicas preocupados em expandir e pluralizar o campo, para além da teoria política empírica e da orientação positivista voltada para resultados que defende que políticas públicas devem ser soluções racionais e objetivamente ótimas, para solucionar problemas identificados e delimitados por especialistas¹². Diante desse quadro e considerando que há, no Brasil, terreno fértil para a ampliação e para a pluralização do campo¹³, como apontam Farah (2018) e Boullosa (*et al.*, 2021), justifico o objetivo de gerar, a partir da encruzilhada, uma força ou energia centrífuga capaz de empurrar as fronteiras do campo de políticas públicas (para fora), ampliando seu diâmetro e possibilitando que, em seu centro, emergjam outras experiências.

Neste primeiro capítulo, delinerei os conceitos e os direcionamentos essenciais à construção

¹¹ Refiro-me à imaginação não como capacidade de fantasiar a realidade, mas como capacidade de conferir sentido às sensações, fazendo com o que o mundo deixe de ser mera representação, para ser uma representação em ininterrupta reconstrução (RUIZ, 2003). Para Dewey (1910), imaginar é sinônimo de ver situações e objetos conhecidos sob nova luz.

¹² Esse caminho levou Lasswell (*idem*, p. 07) a afirmar que “a batalha pelo método estava ganha”, uma vez que não havia razões para duvidar do sucesso dos métodos quantitativos e que o principal objetivo das *policy sciences* era “aumentar a racionalidade no fluxo de tomada de decisão” (IDEM, p. 03). Ainda que diversas outras abordagens, teorias ou modelos tenham surgido de lá para cá – como a teoria da racionalidade limitada (1957), a teoria da escolha racional (OLSON, 1965; BECKER, 1976; COLEMAN; FARARO, 1992), a teoria da racionalidade incremental (LINDBLOM, 1965), o modelo *garbage can* de escolha organizacional (COHEN, MARCH ; OLSEN, 1972), os modelos pautados na racionalidade comunicativa de Habermas (1986), etc. – e, ainda que tais modelos tenham sido problematizados e criticados, por autores como Pressman e Wildawski (1973), Kingdon (2003), Baumgartner e Jones (1991), Sabatier e Jenkins-Smith (1993) e Howlett e Ramesh (1995), ao longo de todo esse período, o Estado reinou soberano, como principal ator de políticas públicas, juntamente com a obsessão racionalista-instrumental, já denunciada por autores como Dryzek (1989).

¹³ Ainda que considere este movimento de ampliação e de pluralização do campo lento e tardio, é importante enfatizar que a literatura brasileira tem sido capaz de incorporar discussões emergentes, tanto em termos teórico-metodológicos – buscando inspiração na teoria crítica e (com menor frequência) na teoria pós-positivista – quanto em termos temáticos, incluindo nas agendas de pesquisa questões éticas, raciais, étnicas, de gênero e de sexualidade (FARAH, 2018).

da encruzilhada, estabelecendo as bases para a observação de um campo em movimento, com fronteiras porosas e maleáveis, capazes de abarcar, além de instrumentos, ações, intenções e argumentos, as dimensões afetivas, sensoriais e subjetivas das situações de políticas públicas. É esta ideia de situação de política pública – inspirada em Marzadro (2019) e teoricamente fundamentada em Dewey (1908; 1927; 2007; 2010) – que permite o salto interpretativo entre ver política pública como objeto a ver política pública como fluxo. Como lembra Blumer (1971), um problema público não é resultado de uma situação objetiva, mas da identificação e da definição coletiva de uma situação indeterminada, mais tarde designada como problemática, por meio de processos normativos, discursivos, argumentativos, interpretativos e, conseqüentemente, políticos.

São esses processos que constituem o que chamo de fluxo de políticas públicas, a partir de Boullosa (2013), e a identificação/definição coletiva de uma situação¹⁴ é correspondente, no mundo das políticas públicas, à identificação/definição da lacuna entre o que é e o que deveria ser. A depender das conseqüências futuras imaginadas a partir de determinada situação, ela ganha o rótulo de ‘problema inaceitável’ ou de ‘problema público’ (ZITOUN, 2014), desencadeando tanto a formação de um público (afetado direta ou indiretamente) quanto um processo de investigação e de ação em vista do restabelecimento de um equilíbrio (DEWEY, 1927) que, por ser sempre provisório e incerto, garante um continuum.

Entendo que este *continuum* – este fluxo, que pode ser protagonizado por atores estatais ou por atores comuns, mas que nunca acontece fora de um conjunto de transações¹⁵ – só pode ser interpretado a partir da experiência (DEWEY, 2010). Daí a proposta de que uma pesquisa, para que seja implicada (BOULLOSA, 2019), centre-se na experiência (DEWEY, 1938). Não se trata de mera sutura entre policy e politics, mas da sutura entre problema e público, para que todo conhecimento derivado da investigação seja um conhecimento-no-contexto (FISCHER, 2016) ou, ainda, um conhecimento em movimento: produzido no experimentando¹⁶, no pensando, no interpretando, no discutindo. Esse é o desafio imposto pela encruzilhada. E a saída será trilhada, em termos metodológicos, pelo recurso à tríade peirciana (PEIRCE, 2005) e à noção de “ciência como coisa viva” (FERRARA, 1986/87, p. 2). Não se trata, mais uma vez, de uma proposta de ruptura com o conceito ou com o campo de políticas públicas, mas com aquilo que se convencionou considerar, historicamente, como conhecimento científico – um conhecimento pretensamente objetivo, neutro, racional, verdadeiro, universal e, geralmente, distante da experiência.

14 Compreendem a diversidade e as relações entre múltiplas dimensões de transações, em um continuum entre o habitual, o indeterminado (ou problemático) e um novo equilíbrio (DEWEY, 1922; DEWEY; BENTLEY, 1946). Em ‘Arte como experiência’, Dewey (2010) enfatiza que toda situação – fazer uma refeição, jogar uma partida de xadrez, ter uma conversa, escrever um livro ou participar de uma campanha política, por exemplo – pode dar origem a uma nova experiência.

15 São processos ativos de vida entre um organismo e o ambiente (DEWEY, 1957; 2007; 2010).

16 A isso, Dewey (1938, p. 26; 19; 73) deu os nomes de “learning by experience”, “through experience” ou “within experience”.

Reúno, portanto o que foi proposto por Peirce (2005) – em termos de primeiridade, secundidade e terceiridade¹⁷ – com o que foi defendido por Dewey (1938), Ferrara (1987/87), Fischer (2016), Chateauraynaud (2018) e Boullosa (2019) – em termos da utilidade¹⁸ ou da vivacidade do conhecimento. Em outras palavras, parto de uma história, de uma experiência estética, que tem o potencial abduutivo de gerar dúvidas, de aguçar a curiosidade e de desencadear um processo de investigação, para produzir conhecimento no mundo e feito de mundo (SOUSA SANTOS, 2008). Passo, então, indutivamente (a partir da situação), à escolha de categorias teórico-analíticas, à construção do plano empírico, à problematização da escala, à enquete de terrain, à escolha do que pode ser considerado material de pesquisa e à definição ou construção de instrumentos, para a explicação de ideias¹⁹. E desemboco, **dedutivamente**, na generalização de tais ideias, por meio da percepção de que, para além da experiência vivida, um amplo conjunto de experiências públicas pode contaminar o campo com outros saberes, racionalidades e normatividades ativados por uma multiatorialidade imprecisa, não orquestrada, seja a partir dos centros ou a partir das margens. A construção de um caminho de pesquisa, porém, só pode se dar ‘ao revés’, afinal, caso já se soubesse para onde o caminho leva, não seria necessário percorrê-lo. Por esse caminho, não busco respostas a uma pergunta de pesquisa predefinida, mas me engajo em um processo de pesquisa desencadeado por situações que emergiram da experiência vivida, da Praça do Cidadão, da Ceilândia e do movimento hip hop, que, (re)situado e problematizado no fluxo de políticas públicas, tem muito a ensinar.

17 A proposta triádica de Peirce (2005) apresenta a experiência ou a Primeiridade fenomenológica como ponto de partida (o lugar concreto a partir do qual o novo pode ser construído e as ideias podem ser produzidas); da experiência, passa-se à Secundidade normativa (onde as ideias são explicadas, sistematizadas e testadas – em um processo indutivo), para que, então, se desemboque na Terceiridade metafísica (onde as ideias são generalizadas, podendo dar origem a novas teorias ou novas leis e, também, a novas experiências), em um caminho de pesquisa não linear: fluido, mas cumulativo. É interessante notar, ainda, que à Primeiridade peirciana é associada a qualidade do ‘sentimento, da essência das coisas; à Secundidade, são associadas as ações como formas de luta, de reação e de resistência; e, à Terceiridade, associa-se a representação e a aprendizagem, que só se desencadeia a partir da relação triádica (GREEN, 2014).

18 A defesa da utilidade do conhecimento rendeu muitas críticas a John Dewey e a outros pragmatistas, acusados de utilitarismo exacerbado. Dewey (2010, p. 496) respondeu a elas dizendo que, quando ele aponta o conhecimento como algo instrumental, ele está defendendo que o conhecimento funcione como um instrumento “para o enriquecimento da experiência imediata, através do controle da ação exercida por ele”, o próprio conhecimento, o que nada tem a ver com a produção de conhecimento pautada na racionalidade instrumental e utilitária (meios-fins) defendida pelos positivistas. Ademais, para o pragmatismo, conhecimento e normas são instrumentos, que precisam ser constantemente testados, confirmados ou alterados, interpretados, como produtos de um processo de aprendizagem social (KURUVILLA; DORSTEWITZ, 2010). O conhecimento produzido pelo método pragmatista é pretensamente útil porque é construído a partir da experiência concreta e porque se pode duvidar dele, o que o torna sempre provisório e situacional. Nesse mesmo sentido, Crosta (1998, p. 15) defende que “a forma de conhecimento mais útil à ação é aquela produzida durante a ação, pelos atores implicados nela”, produto de uma combinação de conhecimentos diversos.

19 Assim foi construído um processo investigativo entremeado pela própria experiência de sociabilidade, de integração, de pertencimento, de construção de confiança, de negociação, de aproximação e de persuasão, que se dá entre pesquisador(a)-observador(a) e sujeitos de pesquisa.

1 O CAMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ENCRUZILHADA: RE-LOCALIZANDO SUAS BASES TEÓRICAS

*Nas encruzilhadas da vida, busque seu centro e encontre a saída
Mãe Stella de Oxóssi (2017).*

Enquanto os estudos em políticas públicas se esforçam para traçar as distinções entre *politics* e *policy*²⁰, para delimitar fatos e evidências e para produzir um tipo de conhecimento capaz de aumentar a expertise, de aperfeiçoar a tecnocracia e de imputar cada vez mais racionalidade ao policy process, experiências estéticas interseccionais, como a que emerge do movimento hip hop da Ceilândia, nos jogam na encruzilhada. Como sugere Vaz (2011), em consonância com os ritos associados a Exu²¹, faz-se necessário um ritual antropofágico e periférico, para que versões marginais também possam ser narradas. Ao mesmo tempo em que a metáfora da encruzilhada representa o entrecruzamento ou a conjunção de caminhos – a junção de espaços –, nela convergem, também, temporalidades – passado, presente e futuro; vida, morte e renascimento. Se Exu é, no candomblé e na umbanda, o multifacetado orixá orientador dos caminhos, o princípio explicativo dinâmico, o tradutor de mundos e o gerador de movimentos (RUFINO, 2016), a encruzilhada, interpretada a partir dos saberes da diáspora africana, representa um “campo de possibilidades”, em que se fundem tempo e espaço (co-presenças), dando origem ao potencial transformador (IDEM, p. 59). A encruzilhada emerge como o lugar da dúvida e da incerteza que ativam a reflexividade crítica, possibilitando a transformação de uma situação em outra, a recomposição, o alargamento de quadros e a abertura de múltiplos caminhos (ou saídas, como mencionado por Mãe Stella de Oxóssi, 2017).

*Exu do Blues, me recompus, queimei a encruzilhada
Não me enquadro em nada, não me enquadro a nada
Meu renascimento não será em um quadro,
Será numa praga
(...)*

Sou o que coexiste nas parábolas e parabólicas

20 No texto que inaugura o campo, Lasswell (1951) enfatiza que a palavra *policy* – política pública – é comumente utilizada em referência às decisões mais importantes que são tomadas, tanto na vida privada como na vida organizada, o que a deixa livre das conotações negativas associadas ao político – *politics*.
21 “É assim que Exu [enquanto enugbarijó] inventa a vida enquanto possibilidade, engole de um jeito para cuspir de outra forma totalmente transformada. (...) cospe marafo na encruza. Esse rito simboliza a invenção de novas possibilidades” (RUFINO, 2016, p. 61).

Morte simbólica, moral da história

Pivete, nós é o renascimento da poesia de escoria!

Trecho da música Tropicália, do rapper Baco Exu do Blues (2016).

O rapper baiano 'Baco Exu do Blues', além de ter incorporado Exu a seu nome artístico e de ter dado ao seu primeiro álbum o título 'Esú', desponta, na atualidade, por seu engajamento nas batalhas pela desconstrução-reconstrução de significados e pela transformação de valores. É na encruzilhada que os "cidadãos-artistas" (BOAL, 2009, p. 91) transmutam energias negativas em positivas, o que faz com que as interseções carreguem consigo a simbologia do encontro dos opostos. Trata-se de uma oposição que se evidencia, também, em outras letras de rap – como na letra da música 'Encruzilhada'²², do grupo de rap 'Cirurgia Moral' ou na letra da música 'Do pó ao pó', do Dj Jamaica, ambos da Ceilândia (Distrito Federal), em que a encruzilhada é invocada como ponto de encontro do bem com o mal. A metáfora me interessa, portanto, não como representação de dicotomias, mas como ponto de encontro de diferentes. Em termos teórico-metodológicos, interessa-me, ainda, como "operadora de linguagens e de discursos" e como um "lugar terceiro", gerador de significados e de pluralidades, como foi proposto por Leda Martins (1997, p. 25). E, interpretada pelas lentes do pragmatismo deweyano, me interessa porque a encruzilhada emerge como lugar da **dúvida situada**, ou seja, a própria situação geradora de processos de investigação e de ação (DEWEY, 1908; 2007). Assim, coloco-me em uma encruzilhada tripla – o ponto em que os

estudos críticos em políticas públicas se encontram com o pragmatismo e com a gestão social – não necessariamente como ponto de partida, em que se exige a escolha de um caminho, mas como ponto de convergência de caminhos diferentes que, pela aproximação, podem indicar outras saídas.

Por meio da re-localização do olhar – que implica em mirar estes três caminhos ao revés –, busco contribuir para o alargamento das fronteiras do campo de estudos em políticas públicas e para a pluralização das vozes que nele ecoam, contribuindo, também, para sua democratização. O recurso aos estudos críticos em políticas públicas (sobretudo argumentativo e interpretativo), ao pragmatismo (sobretudo deweyano) e à gestão social (em sua vertente brasileira) justifica-se na rejeição comum a paradigmas científicos ou doutrinas filosóficas limitantes, que "fazem com que algumas experiências pareçam sem importância, alguns pensamentos sejam impensáveis e algumas questões de pesquisa potencialmente frutíferas pareçam indignas de investigação" (GREEN, 2014, p. 80).

²² Peço uma luz pra Deus, uma saída enfim.../ Minhas preces foram ouvidas, mas por quem não devia / De repente, no meio da encruzilhada eu me via / dois caminhos, um destino, para a minha vida... (CIRURGIA MORAL, 1998, grifo da autora).

Essa posição justifica-se, ainda, no antagonismo ao modo positivista e cartesiano de fazer ciência que essas correntes de pensamento compartilham. A abertura a outros valores, estéticas, estilos de vida e experiências, consiste, nas palavras de Green (2014, p. 88) em um “desafio ético”, democrático e pluralista, que me parece fundamental no campo de estudos em políticas públicas: o desafio de “olhar para os outros humildemente e escutá-los, em lugar de julgar arrogantemente aquilo que desconhecemos, dando peso igual ou maior àquelas vozes que foram comumente silenciadas ou desrespeitadas no passado (...)” (idem); o desafio de fazer com que as políticas públicas direcionem-se a problemas públicos concretos. O que defendo é que o papel precípua das políticas públicas estatais é criar, também, um ambiente cultural em que as minorias sociológicas – grupos sociais com baixa representatividade política, mas que comumente constituem maiorias quantitativas – se sintam encorajadas a se engajar em torno de problemas que as afetam (direta ou indiretamente), a constituir comunidades de investigadores(as) e arenas públicas, a desencadear fluxos públicos e coletivos de aprendizagem. Ou seja, não apenas a reconhecerem as experiências públicas como partes essenciais do fluxo de políticas públicas, mas, também, se reconhecerem, reflexivamente, como partes ativas deste fluxo. Tal deslocamento não se resume à mudança de direção do olhar (que seguiria, insistentemente, linear), mas estende-se a sua pluralização, à construção de um olhar capaz de enxergar em múltiplas direções, criando um campo de visão menos arrogante²³ (FRYE, 1983), capaz de incorporar novos sujeitos, linguagens, práticas, estéticas e conhecimentos, construídos no curso de experiências públicas.

2 TRÊS CAMINHOS, UM CRUZO: ESCOLHENDO SAÍDAS

Chega de festejar a desvantagem / E permitir que desgastem a nossa imagem / Descendente negro atual meu nome é Brown / Não sou complexado e tal / Apenas Racional / É a verdade mais pura / Postura definitiva / A juventude negra / Agora tem voz ativa
 Trecho da música 'Voz Ativa', do álbum 'Escolha seu caminho' (RACIONAIS, 1992).

2.1 O caminho dos estudos críticos em políticas públicas

Os estudos críticos em políticas públicas constituem um 'lugar de fala' e de interpretação coletivo: o lugar onde me situo e a partir de onde vejo, interpreto e narro situações de políticas públicas. Os estudos críticos, enquanto corrente de pensamento pós-positivista, emergiram no escopo da efervescência intelectual dos anos 1970 e 1980 e começaram a empurrar as fronteiras do campo de estudos em políticas públicas, a partir de trabalhos como os de Taylor (1971), Callahan e Jennings (1983), Stone (1988), Majone (1989), Fischer e Forester (1993). São trabalhos que problematizam e pluralizam, por meio da associação a outras bases teóricas, metodológicas e analíticas, o que se compreende, tradicionalmente, como 'políticas públicas', um campo de conhecimentos e práticas fortemente marcado pelo fazer científico positivista, pelo privilégio do fato em detrimento do valor, do conhecimento técnico e especializado em detrimento de outros conhecimentos e pela escolha de uma ou de outra racionalidade em detrimento do reconhecimento de que múltiplas racionalidades convivem e se combinam, em diferentes graus.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que Lasswell (1951, p. 03) afirma que, por trás do surgimento dos policy studies, havia a intenção de imputar mais racionalidade às decisões e lamenta que os "talentos altamente treinados" sejam escarços ou demasiadamente caros, defendendo o "cultivo da técnica" como principal tarefa das policy sciences, ele enfatiza que sua proposta de policy sciences é a proposta de uma ciência das políticas públicas da democracia – uma adaptação, nas palavras do próprio Lasswell (1971), da abordagem recomendada por John Dewey e por seus colegas pragmatistas. Esta é, porém, uma filiação polêmica. Tanto a criticidade (ou não) quanto o espírito democrático do pensamento de Harold Lasswell têm alimentado importantes debates no âmbito da revista *Critical Policy Studies* (TORGERSON, 2019; ZITOUN, 2019; BOULLOSA, 2019b) e das Conferências Internacionais sobre Políticas Públicas (ICPPs)²⁴. O que me parece indispensável salientar, porém – para além das incongruências entre as noções de 'democracia', em Lasswell (1927; 1931; 1951) e em Dewey (1998 [1937; 1939]) – é a diferença entre o que

o autor intenciona (ou escreve) e as consequências práticas que a obra enseja – quer dizer, o que os leitores fazem dela (BOULLOSA, 2019b).

Isso porque os desdobramentos do campo de estudos em políticas públicas, nos Estados Unidos ou no Brasil, evidenciam que “mesmo quando o conceito [de políticas públicas] se torna, de alguma forma, mais plural, do ponto de vista de sua concepção social, tal pluralidade é restrita ao processo de construção de soluções para um problema que já teria sido definido por um grupo estreito e previamente estabelecido de intelectuais treinados para desenvolver tarefas relativas à tomada de decisão” (IDEM, p. 02), o que demonstra a baixa densidade democrática de tais processos. Nesse sentido, o entrecruzamento entre políticas públicas e pragmatismo que proponho está pautado na proposta deweyana de radicalização da democracia. E, para radicalizá-la, é necessário pensá-la como um processo diário e não como um fim; é necessário ter fé no poder derivado de uma “inteligência pública coletiva” (DEWEY, 1998 [1937], p. 05) e não apenas em uma inteligência técnica, que alimenta e aperfeiçoa o *policy process* (LASSWELL, 1951). Começamos, portanto, trazendo os argumentos e a reflexividade, para dentro dos fluxos de políticas públicas.

2.1.1 ARGUMENTO

Entre as décadas de 1980 e 1990, ganhou força, no campo das políticas públicas (e, sobretudo, nos Estados Unidos) um movimento denominado por Fischer e Forester (1993) de ‘virada argumentativa’. Tal virada, de natureza pós-positivista, pressupõe a substituição da prova ou da verificação científica (identidade com a verdade) pelo argumento (FISCHER, 2016); a substituição da racionalidade objetivista e instrumental por uma razão prática ou pelo raciocínio-no-contexto; e a substituição dos documentos legislativos ou dos textos de autoria do Estado ou de qualquer autoridade específica por outros ‘textos’ ou análogos de textos (TAYLOR, 1971), construídos a partir de múltiplas interpretações e por múltiplos públicos (YANOW, 2016). Reconhecer essa virada significa reconhecer que os significados não apenas influenciam na política e no desenho de políticas públicas, mas que condicionam a própria definição das situações problemáticas, determinando, muitas vezes, os tipos de dados e evidências que embasarão o *policy process* (DRYZEK, 2006).

A centralidade que vinha sendo conferida à linguagem (às palavras e a seus significados), no âmbito da filosofia e das ciências sociais²⁵, chamava atenção para a necessidade de ampliar

25 Segundo Dryzek (2006), por meio do reconhecimento da ‘virada linguística’ (WITTGENSTEIN, 1968 [1921]) foi possível aceder à importância da linguagem e dos significados não apenas na constituição da política, mas na elaboração da política pública. Reconhece-se, ainda, que existem diferentes tipos de linguagem – a técnica e formalizada ou a que expressa informalmente os conhecimentos experimentais cotidianos. “(...) de qualquer forma, a linguagem nunca é um meio neutro.” (IDEM, p. 194). É nesse sentido, também, que me parece conveniente a expansão da racionalidade comunicativa de Habermas (1986), único caminho pelo qual será possível abarcar

o olhar sobre as políticas públicas, que passavam a ser vistas como “modos de expressão de significados humanos” (YANOW, 2003, p. 229). Nesse sentido, as políticas públicas passaram a ser vistas como resultantes de argumentos práticos que desencadeiam ações políticas. Dessa inflexão²⁶, emergiram outros métodos de análise de políticas públicas ou, como indica Dryzek (2016), outros quadros ou lógicas de investigação, alternativas ao positivismo e ao racionalismo crítico, como são os casos das análises discursivas (DRYZEK, 1987), interpretativas (CALLAHAN; JENNINGS, 1983), narrativas (ROE, 1994), argumentativas (FISCHER; FORESTER, 1993), feministas (HAWKESWORTH, 1988), decoloniais (ABDALLAH; FARIA, 2017; RAVENA *et al.*, 2019) etc. Em comum, estes métodos rejeitam a ideia de existência de um mundo rígido, fechado ou acabado, rompem com a ideia de uma política pública despolitizada e defendem a compreensão dinâmica e processual tanto do fazer científico quanto do fazer política pública.

Há dois motivos principais que justificam o recurso aos argumentos, enquanto categoria teórico-metodológica. Em primeiro lugar, a escolha se deve ao fato de que tal recurso contém, em si, a crítica à separação entre fato e valor. Recorrer a argumentos, que são uma “mescla complexa de afirmações factuais, de interpretações, de opiniões e de avaliações” (MAJONE, 1989, p. 63), significa rejeitar que políticas públicas podem (ou devem) ser baseadas, meramente, em fatos ou evidências. Em segundo lugar, porque a virada argumentativa, no campo das políticas públicas, tem como objetivo primordial a democratização genuína da investigação e da pesquisa como parte de um processo mais amplo de aprofundamento e de democratização da própria democracia (FISCHER *et al.*, 2016), em diálogo direto tanto com a democracia radical e criativa defendida por Dewey (1998), quanto com a proposta de “virada” epistemológica de Sousa Santos (2002; 2006).

Em outras palavras, defender a importância do reconhecimento de múltiplos argumentos visa combater a ideia de que a emergência de movimentos sociais, de experiências públicas e de ações coletivas plurais sobrecarrega o sistema político democrático ou dificulta a vida dos formuladores, dos analistas ou dos gestores de políticas públicas, “como se a crise da democracia ou do governo representativo se devesse ao excesso de democracia” (FISCHER *et al.*, 2016, p. 07). Nesta pesquisa, abraço essas emergências, essa sociedade em movimento, como uma oportunidade de aprendizagem, como um potencial de transformação e como um dos tantos caminhos para o avanço democrático no campo do ensino, da pesquisa e da política.

Por meio do recurso aos argumentos, é possível, ainda, pluralizar e diversificar fontes e materiais de pesquisa, a partir da noção de que há argumentos por trás de teorias, por trás de documentos e diretrizes, por trás de falas e discursos, por trás de narrativas, por trás de textos e análogos

outras linguagens.

²⁶ Essa inflexão traz para dentro do fluxo de políticas públicas não apenas os argumentos, mas as interpretações sobre os argumentos, as deliberações críticas (formais e informais) e os valores que subjazem as interpretações e as negociações (MAJONE, 1989).

de textos, por traz de ações e de práticas, verbais e não verbais, por trás dos corpos e de seus deslocamentos nos espaços, por trás de situações problemáticas e por trás, obviamente, de experiências públicas. Um argumento funciona, nesse sentido, como a unidade analítica traduzível em linguagem mais próxima do valor que orienta o policy process. Interessam-me, particularmente, não os argumentos de um ator (individual ou isolado), mas os argumentos produzidos a partir de situações. Afinal, se “a política pública é feita de linguagem” (MAJONE, 1989, p. 01) e se é impossível dissociar o ‘martelo’ do ‘golpe’, também já não será possível conceber ‘políticas públicas’ dissociadas dos processos de argumentação desencadeados a partir do choque – de perspectivas, interesses, ideias, intenções e emoções.

Estas viradas – argumentativa, pós-positivista, afetiva... –, porém, não guardam nenhum automatismo ou relação inexorável com ser crítico ou mesmo com ser democrático, como recorda Fischer (2016b). E o mero recurso a arcabouços teórico-metodológicos interpretativos ou críticos, a aplicação de metodologias dialógicas e colaborativas ou a mobilização de atores não estatais não implicam, necessariamente, no abandono de orientações tecnicamente administrativas ou politicamente conservadoras²⁷, porque nem a criticidade nem a reflexividade são características inerentes ao sujeito (ao ator, ao cientista, ao analista ou ao gestor) e tampouco são habilidades ou competências que, uma vez desenvolvidas, podem ser naturalizadas. Derivam, na verdade, de processos contínuos e permanentes, de medir-se e de examinar-se. Por meio deles nos livramos “do hábito de pensar a democracia como algo institucional e externo (...) [para] perceber que a democracia é uma realidade somente quando é de fato um lugar-comum de vida” (DEWEY, 1998 [1939], p. 06). É nesse sentido que Dryzek (2016) também sugere radicalizar a virada argumentativa em políticas públicas, estendendo-a até que alcance as estruturas democráticas.

2.1.2 REFLEXIVIDADE

Se a reflexividade é uma condição para a criticidade e para o desenvolvimento de estudos críticos, nos sentidos defendidos por Fischer (2016b), Braun (2016), Luke (2016) e Zittoun (2019), por exemplo, e é condição, também para as rupturas (DEWEY, 1927) e para sair da encruzilhada, parece-me fundamental que seja adotada como princípio analítico. O que é interessante notar, porém, é que tal reflexividade precisa transbordar o plano deontológico – da postura e dos

²⁷ Aqui, reforço a crítica – em coro com Kemp (1985), Fischer (2016b), Dryzek (2016), Cullen (2017), Boullosa (et al., 2021) – à racionalidade comunicativa habermasiana, sobretudo em função de sua aposta em uma situação ideal (e simétrica) de fala e em sua defesa de uma linguagem ou um discurso ‘competentes’ – um termo comumente associado a fins técnicos, econômicos ou empírico-analíticos. Para Habermas (1986), o consenso derivado da argumentação é, em si, a verdade. Para os cientistas críticos em políticas públicas, no entanto, um consenso só se aproximará de algum tipo de ‘verdade’ defensável, quando os processos de sua obtenção não reproduzirem vícios, o que só se alcança a partir da reunião aberta e livre, envolvendo uma pluralidade cada vez maior e mais heterogênea de vozes. Como denuncia Cullen (2017, p. 591), apesar das boas intenções de Habermas, seu modelo universal reproduz apenas “o diálogo dos iluminados, a verdade dos que têm poder, o consenso dos que têm tempo e possibilidades de sentar-se a conversar”.

valores do pesquisador – e contaminar todos os demais, do plano ontológico ao empírico. A reflexividade, portanto, emerge como requisito para o combate do ‘epistemicídio’ e dos ‘métodos extrativistas’ de pesquisa (SOUSA SANTOS, 2006; 2008), para a superação de dicotomias como sujeito-objeto e razão-emoção e para a passagem da pesquisa aplicada à pesquisa implicada (BOULLOSA, 2019).

Entendo a reflexividade, portanto, como o exame crítico (contínuo e constante) do nosso modo de olhar e como uma maneira de aprender. Desenvolver a reflexividade significa desenvolver a capacidade de refletir no curso da ação, enquanto fazemos (SCHÖN, 1983); significa questionar-se e problematizar-se, compreendendo que nossas práticas (inclusive as de pesquisa) também são modeladas por contextos, por discursos, por argumentos, por práticas anteriores etc. Para além da “consciência reflexiva” (MEAD, 1899, p. 371) ou da auto-reflexividade (referente à dimensão individual), porém, quero chamar atenção ao “exercício de reflexividade coletiva” ou social (CEFAÏ, 2013, p. 11), por meio do qual nos afirmamos como públicos de nossos próprios problemas, reconhecemos argumentos e perspectivas divergentes dos nossos e nos confrontamos, resignificando nossas crenças e nossos próprios quadros de valores.

Da mesma maneira que a reflexividade ativa processos de construção de públicos, de investigação e de resignificação de situações problemáticas – abrindo um campo de possibilidades, para se sair da encruzilhada – ela também catalisa processos ativos e criativos de problematização do mundo, catalisa a imaginação, a reconfiguração ou a criação de novas realidades (MENDONÇA, 2013; 2016). São esses processos, por sua vez, que produzem a energia ou a força capaz de ampliar as fronteiras dos fluxos de políticas públicas e dos quadros de valores subjacentes a eles. É a reflexividade que baliza nosso compromisso ético com a comunicação aberta e com a participação inclusiva e irrestrita, como a única forma defensável de ensinar, estudar, pesquisar, formular ou analisar políticas públicas. A reflexividade emerge, portanto, como uma possibilidade de saída da encruzilhada – um caminho por meio do qual conferimos coerência interna e relevância social às nossas ideias.

2.2 O caminho do pragmatismo

Diante das possibilidades abertas pelos estudos críticos e dos limites impostos pela centralidade das palavras, minha segunda proposta é a de direcionar o olhar ao pragmatismo deweyano²⁸

28 Importante salientar que a escolha pelo pragmatismo de John Dewey não se dá à revelia do reconhecimento e da consideração das importantes contribuições de William James (1907), sobretudo no que diz respeito ao seu conceito de verdade – que associa o verdadeiro/válido ao útil – e George Mead (1899), sobretudo no que diz respeito à provisoriabilidade da verdade e à noção de ‘outro generalizado’ (MEAD, 1934), noções que estão no centro dos processos de construção de gramáticas de justificação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999; 2006), de gramáticas normativas (MENDONÇA, 2013) e de arenas públicas (CEFAÏ, 2017). Ademais, justificamos a escolha no fato de que Dewey acrescenta, ao pragmatismo peirciano, maior preocupação social e política (GONZALEZ; KAUFFMANN,

do século XIX e às releituras francesas que têm sido realizadas por autores como Daniel Cefaï (1996; 2013; 2017) Alberto Frega (2016), Louis Quéré (2003) e Cedric Terzi (QUÉRÉ; TERZI, 2015), no exterior, e por Mendonça (2013; 2016), Boullosa (2016), Boullosa (*et al.*, 2021) e Andion (*et al.*, 2017) e Gonsalves (*et al.*, 2019), no Brasil. O recurso ao pragmatismo justifica-se em termos teóricos, metodológicos e epistemológicos, porque não apenas permite enxergar outras práticas, como permite conferir centralidade à experiência, o que auxilia a superar a fragmentação entre as dimensões social, econômica, política, cultural, estética, artística etc. no campo das políticas públicas. Colocar o pragmatismo no centro deste campo de estudos tem, ainda, o intuito de preencher a lacuna que se abriu entre o momento em que Lasswell (1971) invocou Dewey, como fonte inspiradora, e o momento atual dos estudos em políticas públicas que, mesmo quando desenvolvidos sob uma perspectiva crítica, pouco se inspiram na noção deweyana de experiência ou em seu radicalismo democrático²⁹. Proponho, assim, retomar essa tradição, a partir de três categorias, que me parecem centrais essenciais para interpretarmos situações de políticas públicas: o ‘público’, a ‘prática’ e a ‘experiência estética’.

A filosofia pragmatista não constitui um bloco ou corrente de pensamento homogênea ou de fronteiras facilmente identificáveis. Por isso, antes de passar às categorias supracitadas, elenco abaixo algumas características do pragmatismo a que me refiro no âmbito deste livro:

1. Oposição ao “mito do que é dado” (SELLARS, 1963);
2. Oposição à ideia de uma verdade universal – completa, infalível, imutável, permanente – ou de uma certeza científica determinística e a consequente ênfase na diversidade (MEAD; 1899; JAMES, 1907; DEWEY, 2007; 2010);
3. Foco na definição de um objeto pelo conjunto de suas consequências ou efeitos – por tudo que ele faz (PEIRCE, 1992; 2005), o que implica na centralidade das possibilidades abertas pela ‘razão’ e não de suas restrições (DEWEY, 1927; 1998 [1937; 1939]; 2007; 2010; CEFAÏ, 2009; QUÉRÉ; TERZI, 2015);
4. Reconhecimento do choque (ruptura, desequilíbrio, situação problemática) como gatilho de processos investigativos e reflexivos e, portanto, de produção de conhecimento (DEWEY, 1927; CEFAÏ *et al.*, 2011; QUÉRÉ; TERZI, 2015; MENDONÇA, 2016);
5. Centralidade conferida ao contexto, ao background ou à situação (DEWEY, 1908; 2007);
6. Centralidade conferida à experiência, a partir da qual se produz conhecimento novo

2012).

²⁹ Uma análise rápida das pesquisas desenvolvidas a partir do campo de estudos em políticas públicas no Brasil é suficiente para perceber quão pouco mobilizada, por exemplo, é a obra *The Public and its Problems*, em que Dewey (1927) desenvolve ideias bastante caras ao campo, a respeito da definição de problemas e da identificação de públicos, da indissociabilidade entre fato e desejo (ou valor) ou entre público e político, dos pré-requisitos para a construção de comunidades.

(conhecimento a posteriori) (DEWEY, 1927; 1998 [1937]; 1950; 2007; CEFAÏ, 1996; 2009; *et al.*, 2011; 2013; 2017; QUÉRÉ; TERZI, 2015);

7. Defesa da dimensão procedimental e experimental do conhecimento (DEWEY, 1939) e valorização da dimensão impensada (e não menos sábia) da cognição e das práticas ordinárias, em detrimento do intelectualismo e da admissão exclusiva do conhecimento científico (DEWEY, 1927; 2007; 2010; BAWDEN, 1904; SHUSTERMAN, 2015);
8. Compromisso inegociável com o florescimento pessoal e coletivo, com a promoção de maior engajamento político autônomo e com o aprofundamento de uma democracia necessariamente radical e criativa (DEWEY, 1927; 1998 [1937]; [1939]; 2010).

Inspirada pelas características acima, não tomo o pragmatismo como uma epistemologia geral, capaz de substituir todas as demais. Por um lado, considero que este caminho é capaz de fomentar a reciprocidade e a reflexividade e de lançar luz sobre situações públicas que extrapolam o pensamento simbólico, estendendo-se ao pensamento sensível (ou à estética). Por outro lado, reconheço que pode ser polêmica a escolha de uma teoria-método desenvolvida, sobretudo, no início do século XX, nos Estados Unidos, para estudar experiências contemporâneas situadas no Brasil. Este foi, sem dúvidas, um dos dilemas que me jogava, a todo o momento, em uma encruzilhada. Construí uma saída por do caminho da gestão social e por meio das considerações de Shusterman (1998) e de Kadlec (2007). Para Shusterman (*idem*), John Dewey está entre os pensadores que mais avançam no sentido de superar a divisão entre teoria e prática e entre conhecimento científico e outros saberes. Para Kadlec (*idem*), o pragmatismo deweyano emerge como um aliado natural daqueles que acreditam que pessoas comuns podem participar ativa e inteligentemente na determinação das condições em que vivem, gerindo o curso dos acontecimentos. Nesse sentido, acredito que este caminho possa indicar diferentes futuros de outros mundos possíveis, em diálogo com epistemologias emergentes, sejam elas fundadas nos estudos decoloniais, nos estudos feministas, nos estudos culturais ou em estudos ancorados no paradigma da gestão social.

2.2.1 PÚBLICO

Em termos gerais, Dewey (1927, p. 292) define o público como “um estado político”; em termos específicos, define-o como um conjunto de indivíduos³⁰ que, suficientemente afetados (direta ou indiretamente, física ou emocionalmente), se veem implicados em uma situação problemática, a ponto de exigirem algum tipo de reconhecimento ou a ponto de desencadearem, a partir dessa percepção, algum tipo de ação ou prática, voltada ao teste de hipóteses e à construção

³⁰ Em referência à crítica a um possível liberalismo conservador deweyano, concordamos com Green (2014) quando defende que a ênfase deweyana no indivíduo tem o intuito de contrapor-se à crença hegeliana de que os indivíduos estão sempre subordinados a forças determinantes e de defender que os indivíduos têm - e devem ter - autonomia (GREEN, 2014).

de respostas coletivas a problemas partilhados. Não significa dizer que o autor defenda a ideia de um indivíduo onipotente - que elabora políticas, julga resultados, conhece todas as demandas, encontra todas as soluções e sabe colocá-las em prática. O que o autor defende é que os indivíduos, ao se engajarem em debates públicos, diálogos públicos, confrontos públicos de perspectivas, de forma concentrada ou difusa, em espaços institucionais ou não, formam comunidades de investigadores, por meio de um triplo processo de percepção-reflexão-investigação, que permite que encontrem, por si próprios, seus caminhos.

Tanto Dewey (1957) quanto Mead (1913) defendem, portanto, que indivíduo e sociedade nunca podem ser considerados em isolamento, porque se constituem, mutuamente, por meio de transações contínuas, em comunidades. Por esse motivo, Dewey (1998 [1927], p. 216) aposta na restauração da vida comunal e na conformação de comunidades de investigadores, como único caminho conveniente, para que os públicos possam “resolver adequadamente seus problemas mais urgentes, encontrar-se e identificar-se”. A noção deweyana de público não emerge, portanto, da ideia de que é público o que é gerido pelo poder público; não emerge da ideia de que é público o que é de todos; ou da ideia de que é público o que está localizado no espaço público. Tampouco emerge do compartilhamento de argumentos racionais em um espaço necessariamente central, institucionalizado e especializado, como se dá na esfera pública habermasiana (HABERMAS, 1964)³¹. O conceito deweyano de público, ao contrário, está em diálogo estreito com as noções de experiência e de democracia e leva a compreender que, para que algo seja público, precisa ser gerado e moldado a partir do conhecimento situado, produzido na experiência (DEWEY, 1937) por aqueles mesmos indivíduos ou grupos que se consideram público de uma situação problemática, o que abre espaço para incluir, nos processos de deliberação e de decisão, todas as perspectivas marginais ou periféricas (CULLEN, 2017).

Na ‘Grande Comunidade’ proposta por Dewey (1927), as pessoas conformam comunidades abertas, não orquestradas, sem fronteiras nítidas. A ‘Grande Comunidade’ deweyana é sustentada por experiências individuais e coletivas e, nelas, constroem-se significados, imaginam-se e testam-se hipóteses, conferem-se respostas a situações partilhadas, em busca de novos equilíbrios provisórios. Nesse sentido, o caminho pragmatista auxilia a promover diversos descentramentos, no campo das políticas públicas, do estadocentrismo ao sociocentrismo; dos formuladores e analistas-especialistas aos praticantes ou ‘fazedores’³²

31 As contribuições de Habermas (1964), na direção de uma teoria democrática normativa pautada na participação pública e na comunicação, na ‘linguagem competente’, na ‘comunicação especializada’, na ‘situação ideal de fala’, na ‘construção de consenso’ e na ‘universalidade’ (MENDONÇA, 2016; CULLEN, 2017), por mais relevantes que tenham sido, contrariam diversas premissas pragmatistas, sobretudo a que considera que toda forma de comunicação e de linguagem é legítima para a deliberação (inclusive a linguagem não verbal e a linguagem permeada de emoção).

32 As contribuições de Habermas (1964), na direção de uma teoria democrática normativa pautada na participação pública e na comunicação, na ‘linguagem competente’, na ‘comunicação especializada’, na ‘situação ideal de fala’, na ‘construção de consenso’ e na ‘universalidade’ (MENDONÇA, 2016; CULLEN, 2017), por mais relevantes que tenham sido, contrariam diversas premissas pragmatistas, sobretudo a que considera que toda forma de comunicação e de linguagem é legítima para a deliberação (inclusive a linguagem não verbal e a linguagem

cotidianos de políticas públicas; da noção estreita de público – que se reduz ao que ‘o poder público faz’ ou que reduz o cidadão a ‘público-alvo’, beneficiário passivo de políticas – à noção ampliada que enfatiza as dimensões processual e projetual de públicos que estão sempre em processo de fazer-se. Do pragmatismo, emerge um público que duvida, que explora, que imagina, que investiga, que experimenta, que age (CEFAÏ, 2013), que interpreta, que cria, que confere significados; um público que, independentemente de sua formação técnica ou de sua expertise temática, tem inteligência e capacidade, desde que haja condição adequada para isso, de identificar situações problemáticas, engajar-se em torno do que considera um ‘problema’, imaginar alternativas e buscar, coletivamente, novos equilíbrios.

2.2.2 PRÁTICA

É quase óbvia a afirmação da importância e da centralidade do conceito de prática para o pragmatismo. Isso, porém, não significa que a noção de prática esteja restrita aos registros pragmatistas ou que o conceito possa ser facilmente definido. Diferentes correntes sociológicas de teoria das práticas se desenvolveram a partir da “virada prática”³³ e, mesmo dentro do pragmatismo, há diferenças importantes entre o pragmaticismo de Peirce (1905), o empiricismo radical de James (1907) e o pragmatismo desenvolvido, a partir de Peirce e James, por John Dewey, como indicado n’*O desenvolvimento do Pragmatismo americano* (DEWEY, 2007)³⁴. Como não há, aqui, espaço para discutir tais diferenças ou, ainda, as diferenças entre as teorias da ação e da prática, farei apenas algumas breves considerações, com o intuito de justificar e evidenciar minhas escolhas.

O primeiro ponto que merece registro é que, na encruzilhada ontológica-metodológica apontada por Frega (2016), escolho o caminho do método: recorro às práticas como categoria analítica, por três razões principais. Em primeiro lugar, porque permite pavimentar o caminho para a construção de uma matriz que viabilize o estudo de ‘experiências públicas’, dentro do campo de estudos em políticas públicas. Em segundo lugar, porque a observação das práticas e das suas articulações, no tempo e no espaço, permite a emergência de uma mesoescala de análise, em que as ações isoladas, de atores individuais (situados na escala microssociológica), as ações de pequenos grupos

permeada de emoção).

33 Sobre a ‘virada prática’ no campo das ciências sociais, ver Garfinkel (1967), Giddens (1989), Bourdieu (1990) e Schatzi (2001).

34 Vale esclarecer que, no âmbito do pragmatismo clássico, privilegamos os escritos de James e, principalmente, de Dewey, por concordar com Zittoun (2014) sobre os avanços que eles promovem a partir das ideias peircianas, politizando o pragmatismo. Além disso, Dewey contribui com o processo de ampliação do campo de estudos em políticas públicas, que advogamos, por meio de seus conceitos de público, de público político e de sua busca por uma democracia criativa e radical (DEWEY, 1998 [1937]; 1998 [1939]). Nesse mesmo sentido, é importante notar as contribuições de James no que diz respeito à importância de transformação dos quadros valorativos, para a transformação das práticas e, conseqüentemente, da vida social: “certos problemas, certos debates filosóficos, [têm] importância real para a humanidade, porque as crenças que eles colocam em jogo levam a modos de conduta bastante diferentes” (DEWEY, 2007, p. 231).

e os rebatimentos dessas ações em instituições, entidades e estruturas macrossociais se articulam construindo pontes entre o mundo da política cotidiana e o mundo da política institucional. E, em terceiro lugar, porque permite um olhar radicalmente sociocêntrico (e, também, contra hegemônico), uma vez que a noção pragmatista de prática não hierarquiza as práticas ou os atores.

Há, porém, duas outras considerações fundamentais sobre as práticas. A primeira diz respeito à diferenciação entre ‘ação’ e ‘prática’ e, a segunda, diz respeito às diferenças entre ‘prática pragmatista’ e ‘*habitus bourdieusiano*’³⁵ (BOURDIEU, 1996). Em seu esforço de apresentar uma ontologia da prática, Frega (2016) diferenciou estes dois universos semânticos pontuando que, enquanto as noções de ação e de atividade referem-se, sobretudo, às dimensões individual e intencional (os motivos que levam os atores a agir), as práticas referem-se às dimensões social, contextual, institucional e técnica dos atos (como se a prática fosse a ação-no-contexto). Sobre a escolha pela noção pragmatista de prática, em detrimento do uso mais difundido nas ciências sociais – que entende ‘prática’ como uma estrutura tácita, reveladora das formas de (re) produção da ordem social e fundada no *habitus bourdieusiano* –, vale dizer que o que mais me interessa não são as continuidades reveladoras da ordem social, mas justamente as rupturas. As possibilidades de transformação, resignificação, descontinuidade e inauguração de novas formas de organização, de novo arranjos socioterritoriais, de novas formas de fazer, centrados na autonomia individual e social e no potencial criativo da espontaneidade, do improvisado, da gestão social e da construção coletiva de soluções, ‘de baixo para cima’. E, como bem lembra Frega (2016), nem o marxismo nem o estruturalismo conferem espaço suficiente à autonomia dos atores, ao potencial criativo, às possibilidades de autorregulação e de autotransformação, ao reconhecimento de múltiplas racionalidades e à problematização da normatividade como modeladora das condutas, na explicação da vida social.

Assim, práticas – em sua dimensão substantiva – não se resumem às ações ou atividades automáticas de atores sociais, como quer a teoria da escolha racional, e tampouco a estruturas puramente simbólicas a que nos submetemos irrefletidamente. São, ao contrário, instrumentos de percepção, de explicação e de interpretação de continuidades e de fissuras, de ausências e de emergências (SOUSA SANTOS, 2009). Recorro, assim, a uma noção de prática que conjuga, pelo menos, quatro acepções complementares e possivelmente sobrepostas: a) a prática como um agir plural (CROSTA, 2009), um saber-fazer coletivo, operacional e circular (QUÉRÉ, 2016), um modo interativo de fazer/pensar/dizer, orientado por um discurso e conectado por regras explícitas e implícitas, significados compartilhados e quadros valorativos (SCHATZKI, 1996); b) a prática como uma tática, no sentido conferido por De Certeau (1998), cujo desenrolar no tempo-espaço elabora lugares teóricos, articula lugares físicos e promove a passagem de um

35 Sobre diferenças e semelhanças entre Bourdieu e o pragmatismo americano acerca do conceito de *habitus*, ver Queré (2016) e Shusterman (2015). Enquanto a noção de *habitus* confere centralidade à estrutura e pressupõe concepções hierarquizadas de sociedade, o pragmatismo defende uma noção de Sociedade experimental e cooperativa (DEWEY, 1927; HONNETH, 2001).

estado social a outro; c) a prática como um processo ou mecanismo social orientado à mudança (GROSS, 2009); e, d) a prática como uso do território e, nesse sentido, como produtora de territórios (CROSTA, 2009).

É a ideia de que um território nada mais é do que ‘o uso que se faz dele’ (idem), que costura o conceito de público ao conceito de prática, no campo das políticas públicas. Em uma evidente articulação com a filosofia pragmatista, Crosta (2003; 2006; 2009) compreende as práticas de uso como constitutivas tanto da prova dos territórios (por seu funcionamento), quanto da prova de seu caráter público, o que ele sintetiza na defesa de que as práticas de uso do território constituem, simultaneamente, a política (politica) e as políticas públicas (politiche). Este caminho auxilia a interpretar tanto os processos de formação de público, quanto os processos de formação socioterritorial; auxilia, ainda, a interpretar o próprio policy process como um conjunto de práticas. Pela observação e pela interpretação das diversas formas como os territórios são praticados (aí incluídos os usos não intencionais, não institucionalizadas, não orquestradas e não tradicionais), podemos estudar ‘experiências públicas’.

2.2.3 EXPERIÊNCIA ESTÉTICA

Ainda que nosso primeiro impulso seja o de associar a experiência estética ao que é belo, a uma experiência vivenciada em um lugar bonito, por exemplo, Dewey (2010) contrapõe esse automatismo em ‘Arte como Experiência’, ao vincular sua noção de experiência estética a tudo que é precioso e impregnado de valor. É necessário ter em mente, porém, que a tradução da experiência em linguagem, oral ou escrita, não é tarefa fácil. Em sua tentativa de tradução, Tomlin (2007) sugeriu expressões como ‘experiência que transmite conhecimento’, ‘experiência ativa e catártica’, ‘um tipo de experiência diferente das demais’ etc., mas o que me parece mais importante, na obra de Dewey (2010), é que o que diferencia a experiência comum da experiência estética é sua dimensão afetiva. Uma experiência estética é aquela que nos afeta ao ponto de nos fazer duvidar, de nos fazer imaginar outros caminhos possíveis, de nos fazer refletir sobre hipóteses e de nos inserir em uma comunidade de investigadores (afetados). É aquela experiência que nos afeta ao ponto de nos tornar públicos. A experiência estética deweyana é de um tipo que nos permite compreender outras culturas, outras formas de ser, de dizer, de fazer, de pensar; é uma experiência que nunca se encerra em si mesma e que ativa nossas relações com o mundo. É a experiência mais corporificada e impregnada do social (SHUSTERMAN, 1992). Ao envolver todo o corpo, amplia o conhecimento e se constitui, ela mesma, como dimensão de aprendizagem (SILVA; VAZ, 2015). Por meio dela, produzimos uma “forma de vida” (COMETTI, 2008, p. 170) e conferimos densidade política a nossas práticas, articulando identidades e territórios – em termos objetivos e subjetivos.

A centralidade que confiro ao conceito deweyano de 'experiência estética' se deve a dois motivos principais: ao meu alinhamento à missão de Dewey (2010) de desnaturalizar o abismo que se abriu, historicamente, entre experiências ordinárias (os processos cotidianos de vida) e experiências estéticas; e ao fato de que, ao enfatizar a dimensão estética das experiências, reforço minha crença na permanente possibilidade de mudança, de reorganização e de ressignificação de situações problemáticas e, conseqüentemente, de situações de políticas públicas. Isso é, essencialmente, o que Dewey (2010, p. 80) chama de qualidade estética: a qualidade de transmutar-se, que só é possível "pelo fato de o mundo real, este em que vivemos, ser uma combinação de movimento e culminação, de rupturas e reencontros". Afinal, em um mundo totalmente acabado, sequer seria possível resistir ou lutar contra suas circunstâncias.

A arte é, portanto, para Dewey (2010), a continuação da vida³⁶. Para o autor, a qualidade estética não é característica exclusiva de um objeto ou de um produto, da mesma forma como não se encerra na crítica artística. Ao contrário, a qualidade estética pode permear qualquer experiência e pode ser atribuída a processos. Assim, mesmo o desinteresse pelo prazer estético ou sua negação como valor, são suficientes para a constituição de uma dimensão estética que não pode ser reduzida ao gozo individual, ao gosto associado à verdade, à beleza ideal, objetivada e estereotipada ou a alguma promessa de felicidade. A dimensão estética revela-se, para Dewey (2010), no processo multissensorial e reflexivo, por meio do qual somos capazes de restaurar – de forma sempre parcial e situada – os sentidos, os significados, as necessidades, os interesses, os impulsos e as ações. No campo das políticas públicas, a estética pragmatista nos abre inúmeros caminhos, seja para reconhecer a dimensão estética dos processos de políticas públicas, seja para transformar os quadros de valores e os quadros de experiência. Afinal, a dimensão do sensível (BOAL, 2009) talvez seja a mais capaz de produzir choques "da ordem do sentir e do ressentir" (CEFAÏ *et al.*, 2011, p. 75), esses choques que "organizam o sentimento de indignação" (IDEM, p. 68) e permitem a transição a "julgamentos articulados" e à "formulação de boas razões para agir" (IDEM, p. 76).

2.3 O caminho da Gestão Social

Diante de tantos caminhos, parecia faltar um que me fortalecesse não apenas enquanto pesquisadora crítica do campo de estudos em políticas públicas, interessada no desenvolvimento de pesquisas sociocêntricas e implicadas, mas, também, enquanto pesquisadora brasileira. Assim, não adoto a gestão social como um conceito da década de 1990, que emergiu com o intuito de fazer frente às tentativas de enquadramento de novas experiências e de novos arranjos governativos em uma ótica predominantemente neoliberal ou estratégica, mas como um paradigma (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015) epistemológico e deontológico que permite repensar, a partir de contextos específicos, a gestão de públicos, práticas, temporalidades, territorialidades, políticas e experiências. Como apontam França Filho e Boullosa (2015), a gestão social assume aqui a função de uma tecnologia social de organização, de mediação e de um tipo de tomada de decisão idealmente dialógica, horizontal, inclusiva, coletiva, transparente, livre de coerção e comprometida com o desencadeamento de processos de aprendizagem e coprodução.

Escolho este caminho sobretudo porque, por trás do argumento da ‘gestão social’, estão os valores do escrever a lápis (CANÇADO, 2011) e do fazer junto (BOULLOSA, 2013), fundados na defesa de que estes processos precisam ser diariamente reativados, refeitos e re-imaginados coletivamente. De forma análoga à tarefa que Dewey (1998 [1939]) atribui à democracia, parece-nos que a tarefa atribuída à gestão social é a de sempre fomentar novas experiências, mais livres e mais humanas, experiências que todos compartilhem e para a qual todos contribuam. Assim, por meio da ‘gestão social’ – entendida como um conjunto de valores, de saberes e de práticas (SILVA JR *et al.*, 2008; ARAÚJO, 2012) – proponho uma costura semelhante a que fiz a partir do conceito de reflexividade, mas enfatizando a necessidade de atenção aos diferentes arranjos governativos e às diferentes temporalidades-espacialidades que coexistem no território brasileiro e que moldam, por exemplo, as experiências situadas nas periferias brasileiras.

Trata-se, em grande medida, de um compromisso ético-político que atravessa minhas pesquisas e que determina minha postura deontológica. Afinal, sou uma pesquisadora situada no sul do mundo, brasileira, comprometida com a intensificação de uma democracia que ainda é de baixa intensidade e com o reconhecimento das múltiplas identidades e dos múltiplos pertencimentos que, simultaneamente, me singularizam e me fragmentam. É como se, pela ‘gestão social’ – que é sempre caminho (processo) e nunca ponto de chegada – encontrasse a possibilidade de articular diferentes saberes, de construir uma agenda crítica de pesquisas, pensada endogenamente e de baixo para cima e que, assim, conseguisse encontrar essa rara oportunidade de também me reinventar, reflexivamente.

Quando me refiro à gestão social como um dispositivo ou tecnologia social, não me refiro a uma tecnologia de obtenção de consenso – como pretendido pelo modelo habermasiano, por exemplo –, mas, sim, de compartilhamento e cogestão de ideias, intenções, interesses, opiniões, desejos, afetos, intuições, divergência, conflitos etc., visando um novo entendimento, adequado a cada realidade (FRANÇA FILHO; BOULLOSA, 2015). Pelo caminho da gestão social, percebo quão porosas e maleáveis são as fronteiras do mundo social, dos problemas públicos, dos conceitos ou dos valores que nos empurram à ação. E, se são porosas e maleáveis, podem ser deslocadas e podem ser impregnadas, cada vez mais, com novas vozes e significados. Não se sai da encruzilhada senão por meio da radicalização da virada argumentativa e da reflexividade (FISCHER, 2016b; DRYZEK, 2016) e, conseqüentemente, por meio do fomento a um tipo de democracia mais radical e mais criativa (DEWEY, 1998 [1937; 1939]).

3 DAS ENCRUZILHADAS INCONCLUSIVAS A NOVOS RUMOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Neste capítulo delinee as bases teórico-metodológicas que sustentam ver políticas públicas como um fluxo multiatorial e multissensorial constituído, também, por experiências públicas. No que diz respeito à produção de conhecimento permite ainda ver experiências públicas como sujeitos de pesquisa, como fontes de argumentos e saberes, campos estéticos de novas possibilidades. Isso exigiu, porém, que mergulhasse em uma experiência estética e jogasse minhas escolhas, tanto de teoria quanto de método, na encruzilhada. Eu me propus a sofrer o choque estético de uma experiência potencialmente pública. Potencialmente, porque não é possível atribuir (de antemão) qualidade ‘pública’ à experiência, antes de experimentá-la de dentro. Se, por um lado, o entrecruzamento dos estudos críticos, do pragmatismo deweyano e da gestão social abre um campo de possibilidades teórico-metodológicas; na prática, o que me jogou na encruzilhada foi a experimentação estética do movimento hip hop da Ceilândia, aqui traduzida em crônica. Foi ela que, reflexivamente, me conduziu à investigação e me instigou a “engolir de um jeito, para cuspir de um modo transformado”: engulo o movimento hip hop da Ceilândia e cuspo uma ‘situação de política pública’. Não se trata de entrecruzamentos teórico-metodológicos usuais no campo das políticas públicas, mas julgo que sejam, além de cientificamente válidos, potencialmente profícuos, para ampliar as fronteiras deste campo de estudos e produzir conhecimento-no-contexto, vivo e socialmente útil.

Recorrendo às categorias de argumento e de reflexividade, derivadas dos Critical Policy Studies, situo a pesquisa no campo das políticas públicas e busco abrir caminhos para abordagens sociocêntricas ou multicêntricas. Recorrendo às categorias de público, prática e experiência estética, defendo que políticas públicas não são fenômenos objetivos e que, sobretudo por sua

dimensão sensível e subjetiva, quando as estudamos como se fossem meras ‘coisas’ – produtos ou resultados (quase-naturais) da intenção (seja ação ou omissão) dos atores que detém poder – desperdiçamos experiências. Ao contrário, quando as estudamos enquanto fluxos impregnados de subjetividade, processos dinâmicos sensíveis, percebemos que, em seu seio, podem coexistir múltiplas verdades, argumentos e racionalidades (inclusive conflitantes ou divergentes). Abro, portanto, caminho para a construção de um arcabouço analítico que, ao invés de ser orientado ao problema, como proposto por Lasswell (1951), possa ser orientado à experiência (experience-oriented). E, recorrendo à gestão social, enfatizo que, para entender o hip hop, a Ceilândia ou qualquer outro sujeito de pesquisa, não é suficiente percorrer os pensamentos de quem nunca os experimentou. Todas as formas de ver e de interpretar dependem do ponto de onde vemos e interpretamos. Ver e interpretar são, portanto, ações contingentes, provisórias e políticas. Mudam conforme muda nossa forma de pensar, de dizer, de fazer, de julgar, de imaginar, de responder, de conferir significados ou de participar.

Conforme indicado no início deste capítulo, o recurso metafórico à encruzilhada não tem o intuito de indicar um ponto de chegada, de traçar um caminho único ou de desmerecer outros caminhos. Ao contrário, busco me unir aos esforços crítico-reflexivos que já estão em curso (inclusive em meu próprio Grupo de Pesquisa ‘mirada ao revés’), indicando alternativas de olhar. E, em resumo, o olhar que lanço para o campo de estudos em políticas públicas é radicalmente sociocêntrico, está fortemente impregnado de política (politics), de cotidiano e se esforça para se manter empático, crítico e reflexivo no decorrer do percurso. É este olhar que permite perceber que há, no mundo das políticas públicas, muito mais do que temos visto pelas lentes tradicionais. Mas, se por um lado, a percepção de que os olhares tradicionais têm desperdiçado experiências potencialmente criativas e transformadoras nos abre uma nova agenda de pesquisa, por outro, nos joga em novas encruzilhadas: afinal, que experiências podem ser qualificadas como públicas, no campo das políticas públicas? Em que medida o conceito de ‘experiência pública’ pode fomentar reflexões acerca da dimensão estética das políticas públicas? E mais: quando supomos estar diante de uma experiência pública (digna, portanto, de ser minuciosamente interpretada a partir do campo de estudos em políticas públicas), como podemos estudá-la? Quais devem ser as estratégias de delineamento de uma pesquisa dessa natureza? Que instrumentos deve mobilizar? A partir de quais materiais de pesquisa?

Se, da primeira encruzilhada, saí pelas brechas abertas pelos estudiosos críticos, por pragmatistas como John Dewey e Charles Sanders Peirce, pelos caminhos abertos pela gestão social e por cientistas como Lucrécia Ferrara, por exemplo, para sair da segunda encruzilhada, é necessário aprofundar a noção de ‘experiência pública’ e construir um arcabouço teórico-metodológico e uma matriz que me permitam estudá-la. Lentes que me permitam ver não a “Ipásia” de Calvino, mas a Ceilândia dos praticantes do movimento hip hop. A saída da encruzilhada precisa, portanto, ser abduativa: a partir da experiência. Porque é a experiência que alimenta o fluxo de políticas públicas com outros materiais, com outros atores, com outros saberes e com outros valores,

capazes de conferir-lhe densidade e pluralidade. E, ao mesmo tempo em que as experiências públicas conferem mais qualidade ao fluxo de políticas públicas, elas suscitam (no público que se engaja em torno delas) outra consciência acerca de seu papel.

Quanto mais os espaços públicos e os espaços de participação política são constrangidos, em mais quantidade e com mais potência emergem experiências públicas, nos centros e nas periferias. Quanto mais a inventividade desaparece dos espaços políticos e das esferas institucionalizadas de participação, mais ela pulsa nas praças, nos blocos, nos coletivos, nas expressões artístico-culturais, como se fosse inerente às experiências públicas uma função política substitutiva. Mas, ainda que esse florescimento e essa pulsão possam ser positivos, o papel de ‘substituta da política (pública)’ não é, seguramente, desejável. Porque, ainda que possam funcionar, podem fazê-lo à custa da liberdade e do bem-estar de seus praticantes. Ao mesmo tempo em que podem ser experiências bem-sucedidas, seu sucesso pode refletir um mero cálculo de média, como nos lembrou Beck (2010): afinal, se um homem come duas maçãs e o outro nenhuma, na média, cada um comeu uma.

*O planeta é nosso, não aceitamos a jaula
A selvageria que não vai ser adestrada
Revolução dos bichos, evolução da raça
Declaro encerrada a temporada de caça.*

Trecho da música ‘Revolução dos Bichos’ (REALEZZA, 2019).

CAPÍTULO 02

AMPLIANDO AS FRONTEIRAS DO CAMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: da experiência estética à 'experiência pública'

Descolar-se do registro tradicional das 'políticas públicas' e de toda a historicidade subjacente a este conceito apresenta-se, neste livro, como o primeiro passo, para a aproximação com a noção de 'experiência pública' e para uma noção ampliada acerca dos elementos que compõem os fluxos de políticas públicas. Em termos temporais e espaciais, tal ruptura se deu na prática: no ano de 2016, no P Norte³⁷. O encontro com o rapper Japão, do Grupo Viela 17, em um bar localizado em frente à Praça da Bíblia ilustra o que estou chamando de 'situação de política pública' (MARZADRO, 2019) – o choque simbólico, sensível e público de perspectivas que, para o pragmatismo, está na origem das inquietações, da “perplexidade” e, portanto, de todo processo de investigação (DEWEY, 1927; CEFAÏ, 2011).

Japão nasceu junto com a Ceilândia, em 1971, e cresceu na QNMN 26 - Fundão, Ceilândia Norte. Foi da gangue da 10, da turma do petróleo, estudou na Escola Classe 3..., conheceu a rua e montou sua própria gangue: Os Cobras da 26 - com o catarrento, o doente, o naldinho, o tizio, o limão e o verminoso. Na brincadeira de polícia e bandido, todo mundo queria ser o bandido. A periferia é assim. Catador, borracheiro, engraxate, vendedor de dindin, office boy. Fez de tudo. De 1971 a 1976, na Ceilândia, não tinha asfalto nem água encanada. Marcos Vinicius de Jesus Morais queria um kichute. Queria ser o Elvis Presley. Ia pros bailes, ouvia o melô da galinha, dançava break no Quarentão, fez o melô do japonês e o melô da fofinha. Eram muito ruins, mas foi assim que entrou, definitivamente, no mundo do rap. Apanhou. Queria falar mal da polícia. Queria desabafar o peso do cotidiano. Hoje, quer ficar à margem dessa sociedade racista e hipócrita. Fez-se hip hop e foi feito por ele. Tem mais de 30 anos de carreira. Criou o Esquadrão MCs, cantou com GOG, com X, com Rei. Fez parceria com Raffa Santoro, MV Bill, Ellen Oléria, Mano Brown. Estourou, tocou na rádio. Foi pra São Paulo, rodou o Brasil e não tinha dinheiro nem pra comer. Um cachorro-quente com duas salsichas: era almoço e era janta. Gastrite. Voltou pra Ceilândia. Em 2000, o sonho acabou. No outro dia, o telefone não tocou. Cada um só vale o que tem. Nasceu o Viela 17. “Nunca teve infância porque lazer não é sustento, firma...”, mas tem a mente livre. Pertence à Ceilândia. É matilha – luta, contínua e coletivamente, pelo

direito de ser coletivo. “Mas Deus quebrou corrente, firma, segue CEI Norte... O trem lotado, a morte, a vida entra em choque. Martelo de juiz, sentença”, já cumpriu sua sorte³⁸.

Abdutivamente, a partir do choque, elaboro a experiência em termos simbólicos e sensíveis. Dedutivamente, no capítulo anterior, busquei construir as bases teórico-metodológicas que permitem enxergar essa experiência sem precisar sair do campo de estudos em políticas públicas. Agora, indutivamente (a partir do caso do movimento hip hop da Ceilândia), aprofundo as reflexões que conduziram à defesa do que uma ‘experiência pública’ pode ser. Para o bem ou para o mal, não concluo este capítulo com um conceito de ‘experiência pública’ ou com alguma afirmação sobre o que ela é. Por dois motivos principais: primeiramente, porque a qualidade de ‘pública’ não pode ser atribuída a priori a nenhuma experiência; em segundo lugar, porque, à exemplo do deslocamento que proponho no Capítulo 1 – ver políticas públicas como processos e não como fenômenos objetivos ou resultados da ação de atores poderosos –, aqui, as experiências públicas me interessam justamente como processos dinâmicos (em constante transformação) e não apenas como resultados do engajamento de um público em torno de uma situação problemática (DEWEY, 1927).

O encontro com o rapper Japão foi o choque que me colocou em ação: a partir dele, intuí que o movimento hip hop da Ceilândia tinha o potencial de ser ‘experiência pública’; refleti sobre as consequências dos movimentos do hip hop no e com a Ceilândia; imaginei suas relações com o campo de políticas públicas e construí bases teórico-metodológicas capazes de sustentar minha imaginação.

Em termos intelectuais (e afetivos), como expliquei no Capítulo 01, esta discussão ancora-se em problematizações e reflexões coletivas acerca das possibilidades (e dos possíveis ganhos) da aproximação entre os estudos críticos em políticas públicas, a filosofia pragmatista e a gestão social. Se, por um lado, a inversão do olhar proposta por Boullosa (2013) instiga a construir outros óculos cognitivos, que permitam ver o que era invisibilizado; por outro lado, exige o esforço de ressignificação de conceitos (de forma que não limitem nossos horizontes de visão e de ação) e de projeção de novos arranjos teórico-metodológicos (para que possamos interpretar as coisas que passamos a ver). Proponho todo esse percurso porque acredito que, por meio da pluralização do campo de estudos em políticas públicas e por meio da valorização de experiências públicas, seja possível intensificar nossa democracia, para que vá se afastando daquela defendida por Lasswell (1951) e se aproximando da defendida por Dewey (1998 [1937; 1939]).

Com isso em mente e considerando que visibilidade e inteligibilidade podem, de fato, ser construídas, busco entremear a experiência vivida na Ceilândia às teorias da experiência e da

³⁸ Texto autoral, construído a partir de conversas, entrevistas e oficinas realizadas com o rapper Japão (2016; 2017) e a partir das músicas “Ceilândia Resistência” (VIELA 17, 2001) e “Vou em Frente” (VIELA 17, 2005).

estética de Dewey (1929; 1997; 2010), chegando a uma noção de ‘experiência pública’ no campo das políticas públicas³⁹. Os estudos críticos tiveram, nesse percurso, o importante papel de ponte e de guarda-chuva, sobretudo porque entendo que o pós-positivismo que embasa os *critical policy studies* constitui, no campo das políticas públicas, a tradição filosófica com as melhores condições de acomodar, confortavelmente, pesquisadores interessados em lançar outros olhares sobre as políticas públicas e em construir visibilidades: jogar nova luz sobre o que é conhecido, o que é, segundo Dewey (1910), sinônimo de imaginar outros mundos.

A intuição de que o movimento hip hop da Ceilândia podia ser uma experiência pública com o potencial de dinamizar fluxos e transformar situações de políticas públicas foi ganhando consistência na medida em que avançava nas leituras de ‘The Argumentative Turn in policy analysis and Planning’ (FISCHER; FORESTER, 1993) do ‘Handbook of Critical Policy Studies’ (FISCHER *et al.*, 2016), de ‘The Public and its Problems’ (DEWEY, 1927) e de ‘Arte como Experiência’ (DEWEY, 2010); na medida em que as compartilhava com a Rede de Pesquisadores em Gestão Social – RGS, nos encontros nacionais de pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS), nos Encontros Nacionais de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPCP) e no Grupo de Pesquisa ‘mirada ao revés’; mas, sobretudo, na medida em que ouvia Racionais, Baco Exu do Blues, Emicida, Renan Inquérito, GOG, Câmbio Negro e Viela 17.

Há sabedoria e alta consciência na intuição e este percurso atesta que ela não é nem passiva, nem solitária (FALCÃO, 2013). E, se como defendia Dewey (1931), as questões sociais, a epistemologia e a estética são indissociáveis, então a produção de conhecimento pressupõe intuição. Sua prova de validade está na própria experiência. E na medida em que a intuição ia ganhando consistência, ia ficando mais claro, também, que pensar em termos de ações, intenções e argumentos não era suficiente para construir a inteligibilidade das experiências. Há uma importante dimensão sensível na experiência, que não pode ser apreendida se não por meio da indissociabilidade entre a compreensão do mundo, a produção de conhecimento e a estética, como defendeu Dewey (1931).

Neste capítulo, portanto, problematizo o conceito de ‘política pública’, aprofundo minhas reflexões sobre estética e sobre a dimensão estética da política, do público e da experiência e culmino, indutivamente, não em conclusões acerca do que a ‘experiência pública’ é, mas acerca do que uma experiência pública pode ser. A partir disso, e uma vez construída a visibilidade de uma experiência pública, será mais fácil construir sua inteligibilidade. Será mais fácil, também, imaginar as consequências e os possíveis ganhos em situar, no centro do campo de estudos em

³⁹ Embora o conceito de ‘experiência pública’ seja bastante discutido pela sociologia francesa (QUÉRÉ, 2003; CEFAÏ, 2013; QUÉRÉ; TERZI, 2015; CEFAÏ, 2017), ele é pouco mobilizado pelas ciências das políticas públicas, seja no âmbito do Ensino, da Pesquisa ou da prática. Ademais, tenho observado, sobretudo ao longo da última década, a popularização do termo ‘experiência’ associada à sua comoditização. Da indústria de alimentos à indústria turística, passando pelos prestadores de serviço, não se vendem mais meros produtos, mas experiências. Não é a este último tipo de experiência a que me refiro.

políticas públicas, múltiplas experiências públicas. Afinal, um processo só pode ser considerado democrático se promover multiplicidade, conferindo às experiências não apenas valor, mas as condições para que ocorram.

1 PROBLEMATIZANDO O CONCEITO DE ‘POLÍTICA PÚBLICA’

Começo, portanto, pela crítica à ideia de que ‘políticas públicas’ são resultados do ‘governo em ação’ (LASSWELL, 1951; LASSWELL; KAPLAN, 1952) ou que são aquilo que o Estado faz ou deixa de fazer (DYE, 1972). Tal crítica não é nem inédita nem recente, remontando, talvez, à própria cunhagem do termo *policy sciences*⁴⁰ e ao subsequente desenvolvimento da *policy orientation* de Harold Lasswell (1951), momentos que são considerados marcos de origem deste campo de estudos aplicados, que nasceu para se distinguir da ciência política (BOULLOSA *et al.*, 2021).

É importante enfatizar, portanto, que, ainda que Lasswell (1951) tenha estado na vanguarda dessa discussão, o desenvolvimento intelectual deste campo deve-se a inúmeras contribuições, como as de Dahl e Lindblom (1953), Lindblom (1959) e Easton (1965), que criticavam, sobretudo, o excesso de racionalidade instrumental no policy process; de Weiss (1972), Rein e Schön (WEISS, 1977) e Lindblom (1979), que advogavam pela indissociabilidade entre policy e politics, entendendo que toda política pública está fundada em interesses e em quadros valorativos específicos; de Tribe (1972), que criticava a difusão de uma abordagem fundamentalmente econômica, pautada em trade-off, fronteiras de produção, curvas de indiferença, análises custo-benefício, etc.; ou, ainda, de autores como Callahan e Jennings (1983), Torgerson (1985), Stone (2002), Dryzek (1982; 1989), Majone (1989) e Fischer e Forester (1993) que, já sob o rótulo dos ‘*critical policy studies*’, começaram a trazer a linguagem e a hermenêutica para o centro do campo, entendendo que a análise de políticas públicas é uma atividade eminentemente interpretativa e argumentativa.

Por mais que as críticas tenham sido múltiplas, contundentes e tenham vindo de diversas direções⁴¹, publicações recentes de autores como Yanow e Schwartz-Shea (2006), Durnová e Zittoun (2011), Fischer (*et al.*, 2016), Boullosa (2013; 2019) e Boullosa (*et al.*, 2021) atestam, que, apesar de consideráveis evoluções teóricas e até metodológicas, a prática das políticas públicas pouco mudou. Segundo Anheier (2018), a diversificação do campo das políticas públicas produziu

40 Segundo pesquisas de Torgerson (2019), o termo *policy sciences* foi utilizado, pela primeira vez, em 1943, por Harold Lasswell, em um memorando pessoal não publicado. O termo teria sido posteriormente publicado em 1948 e largamente repetido no livro “*The Policy Sciences*”, editado por Lerner e Lasswell (1951).

41 Lascoumes e Le Galès (2012) chegam a considerar que o termo ‘política pública’ é datado e obsoleto, propondo sua substituição por ‘ação pública’. De todo modo, apesar da radicalidade da proposta e da pluralização dos atores políticos levados em consideração, o centro do conceito segue dominado por grandes atores, atores que têm alto poder de atuação e de barganha e o olhar segue voltado à macro-escala de ação.

uma coexistência cacofônica, permeada de tensões e de rivalidades que, ainda que tenham frutificado em termos intelectuais, sobretudo no âmbito da pesquisa, não tiveram força suficiente, para transformar o fazer político, as burocracias estatais e as estruturas de gestão, que buscam, obstinadamente, se manter pretensamente neutras e orientadas à solução de problemas pré-formatados (problem-oriented). A reconciliação entre democracia e racionalidade, portanto, exige que avancemos para além da obsessão instrumental (DRYZEK, 1989). Não à toa, Fischer (2016, p. 164) denuncia que “as ciências sociais, as ciências empíricas da sociedade, falharam grandemente” no que diz respeito à produção de conhecimento útil e à predição do mundo e da sociedade, do mesmo modo que as políticas públicas vêm falhando em reduzir as desigualdades, promover o bem-estar e a justiça social, fomentar melhores condições cotidianas de vida para a coletividade e aprofundar uma democracia ainda de baixa intensidade.

Foi, inclusive, no contexto de déficit democrático que marcou a segunda metade do século XX, no Brasil e no mundo, que o modelo norte-americano de ‘política pública’ – entendida como “uma atividade de aconselhamento realizada por burocratas para subsidiar a decisão de políticos eleitos” (FARAH, 2016, p. 963) – chegou ao Brasil. Acordos bilaterais, no âmbito da Aliança para o Progresso⁴², garantiram o financiamento necessário à estruturação de cursos de graduação e especialização, ao intercâmbio de professores, à elaboração de livros e de monografias, à edição de revistas especializadas etc., que difundiram uma visão predominantemente normativo-prescritiva e fortemente submetida à metodologia de Análise Racional de Políticas Públicas, voltada à promoção da ordem e da eficiência (BOULLOSA, 2013). Segundo Farah (2018), a produção brasileira no campo das políticas públicas ganhou expressividade muito tardiamente, sobretudo em função da falta de apoio à institucionalização do campo, durante o período de ditadura civil-militar. E, mesmo com os avanços que se seguiram ao processo de redemocratização, a produção brasileira continua, até os dias atuais, difusa e fragmentada, além de fortemente marcada pela setorização e pelas baixas capacidade dialógica, densidade analítica e reflexividade (FARAH, 2018; BOULLOSA *et al.*, 2021).

Se por um lado, a literatura vem incorporando a pluralização de atores (governamentais e não governamentais), de modelos de análise (passando por redes, subgovernos, comunidades políticas, sistemas complexos etc.) e de temáticas (perpassando discussões de gênero, raça, etnia, questões geracionais etc.), por outro lado, os indícios de que tais incorporações possam transformar, significativamente, os modos de pensar, desenhar, interpretar, analisar, estudar ou julgar políticas públicas ainda são muito fracos. A natureza das políticas públicas continua

42 Dentre os beneficiados por tais convênios, estão o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) - órgão do governo federal, criado em 1938, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), os cursos de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e os cursos de pós-graduação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP). É interessante notar que a participação no convênio foi recusada pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG), em função, aparentemente, do alto grau de ingerência dos Estados Unidos na Escola, como contrapartida dos recursos (WANDERLEY, 2016).

fortemente estadocêntrica, os processos continuam sendo conduzidos, predominantemente, de cima para baixo e não há sinais de que a obsessão por fatos, dados quantitativos e pela formulação de políticas públicas baseadas em evidências objetivas e pretensamente neutras vá se dissipar no horizonte. E não precisa. Talvez baste que as fronteiras do campo sejam alargadas e que os dualismos entre fato-valor, emoção-razão, teoria-prática, pensamento-ação, mente-corpo, conhecimento científico e conhecimento ordinário, alta e baixa cultura, belas-artes e arte popular, trabalho-prazer, experiência e política sejam, como queria Dewey (2010), superados.

Comprometida com a superação das dicotomias, adoto o conceito de ‘política pública’ de Boullosa (2013; 2019) por três razões: a) porque amplia conceitos precedentes, como a teoria de múltiplos fluxos, de Kingdon (2003), por exemplo, ao defender que os processos de políticas públicas não são apenas fluxos de problemas, políticas e políticas públicas, mas fluxos de ações e intenções, de instrumentos, práticas e argumentos; b) porque abarca de forma não hierarquizada uma pluralidade indefinida de atores político-sociais, considerando ainda que, no curso dos processos de políticas públicas, ocorre a ativação de multiatorialidades – imprecisas, imprevisíveis, não orquestradas; sempre situadas no tempo e no espaço; e c) porque supera diversas das dicotomias supracitadas, ao reconhecer ações, intenções, práticas e argumentos como centrais nos fluxos de políticas públicas.

O que me interessa, portanto, é verificar – a partir da experiência vivida na Ceilândia – quais atores e materiais precisam ser abarcados por estes fluxos, para que ‘experiências (potencialmente) públicas’ caibam dentro das fronteiras do campo de estudos em políticas públicas e nos auxiliem a resolver (ou ressignificar) os problemas públicos que temos. Conscientemente, coloco-me em uma situação delicada. Por um lado, não defendo a substituição do termo ‘política pública’ pelo termo ‘experiência pública’, porque acredito que tenham natureza distinta e que não sejam excludentes. Por outro lado, acredito que são conceitos que carregam características e valores conflitantes, o que sugeriria que são inconciliáveis. A meu ver, não são. Se o compartilhamento (a comunicação) de experiências (sobretudo as divergentes) é um pré-requisito para a conservação, a renovação, a ampliação e o aperfeiçoamento dos modos de vida, dos arranjos e dos valores sociais e éticos (DEWEY, 1959), então, o conflito (ou o choque) é pré-condição para a existência dos fluxos de políticas públicas, para a emergência de comunidades de investigadores e para o próprio desencadeamento de experiências que possam, no seio destes fluxos, tornarem-se públicas.

Muito mais do que propor um conceito novo, tenho o intuito de refletir sobre os significados capazes de promover deslocamentos do olhar: da perspectiva estadocêntrica (que entende política pública como ‘aquilo que o Estado faz’) a uma perspectiva radicalmente sociocêntrica (que entende que política pública é, também, ‘tudo aquilo que nós fazemos’)⁴³; de uma perspectiva

43 Não com a intenção anárquica de ruptura com o Estado ou com agentes estatais, mas com a intenção de propor

centrada no debate sobre a melhor relação meio-fim para uma política preocupada em imaginar outros meios, para outros fins possíveis; de uma política pública voltada à solução de problemas pré-estabelecidos (problem-oriented) para uma perspectiva que não seja centrada no problema, mas que seja centrada na experiência e voltada à aprendizagem. Busco, ainda, escapar da tradição de dividir o processo de políticas públicas em etapas, defendendo que tal tendência seja substituída pelo esforço de reflexividade – ou seja, a capacidade de pensar sobre o que fazemos enquanto fazemos; a capacidade de sermos transformados por experiências individuais e coletivas enquanto também transformamos as experiências futuras, a partir de nossas experiências anteriores. Em outras palavras, acredito que a noção de ‘experiência pública’ – além de permitir que outros modos de fazer/pensar/dizer coletivos emerjam – carregue consigo uma possibilidade real de compreensão e de tratamento de problemas públicos de forma mais territorializada, transversal, multidimensional, complexa e democrática.

Vale esclarecer, também, que não advogo o pioneirismo de unir o substantivo ‘experiência’ com o adjetivo ‘pública’, nem no campo científico nem no campo das práticas cotidianas. Este é um trabalho que já vem sendo feito por diversos autores, em diversas partes do mundo. Minhas pesquisas revelaram, porém, que os esforços que mais se aproximam deste, em termos teóricos, são aqueles exemplarmente desenvolvidos no campo da Filosofia, da Sociologia, das Artes e das Humanidades, com Dubet (1994) e Wautier (2003), de quem me aproximo menos, e com Terzi (2003), Cefai (2011; 2013; 2017), Mateus (2011; 2016), Quéré e Terzi (2015) e Trotta (2016), com quem me identifico mais, uma vez que me inspiraram a tentar contaminar o campo das políticas públicas com essa noção, estabelecendo diálogos com os estudos críticos e com a gestão social. Por último, é interessante notar que, embora a noção de ‘experiência pública’ proposta neste capítulo inspire-se fortemente nos significados que John Dewey atribuiu à experiência (sobretudo à noção de ‘experiência estética’) e ao público, o próprio Dewey não utilizou, até onde pude verificar⁴⁴, a expressão ‘experiência pública’.

2 QUAL POLÍTICA? QUAL PÚBLICO? QUAL EXPERIÊNCIA?

Antes de adentrar à noção de ‘experiência estética’, que me incitou a refletir acerca da dimensão estética das políticas públicas e me conduziu à noção de ‘experiência pública’, gostaria de evidenciar, brevemente, de que política e de que público estou falando. Tais esclarecimentos são fundamentais, uma vez que o desenvolvimento da noção de ‘experiência pública’ parte do pressuposto de que as ‘políticas públicas’ padecem de dois males principais: são pouco políticas

a sutura ou o ‘religamento’ entre os atores socioterritoriais e o território, entre as práticas de uso e os processos de intervenção (estatais ou não) que objetivem a indução de algum tipo de desenvolvimento.

44 Principais obras consultadas: Dewey (1910; 1927; 1929; 1937; 1950; 1963; 1997; DEWEY, 1998 [1937; 1939]).

e pouco públicas. Mais especificamente, são pouco políticas sobretudo se considerarmos o que Rancière (2004; 2005) e Mouffe (2003; 2005) nos dizem sobre a política, em uma perspectiva que vai na contramão do apreço do campo das políticas públicas pelo consenso, pela neutralidade, pela tecnicidade, pela replicabilidade, pela instrumentalidade, pela efetividade etc.; e são pouco públicas se levarmos em conta a concepção de Dewey (1927) sobre público, que se opõe ao senso comum, negando-se a reduzir o público a um público-multidão, um público-espectador ou um público-beneficiário (passivo, alvo) das ações do governo e negando-se, ainda, a reduzir o termo ‘público’ ao que resulta da ação de um dos poderes públicos.

Quando falo em ‘política’, portanto, não estou me referindo apenas ao exercício do poder ou à luta por poder, mas sim à

(...) configuração de um espaço específico, a circunscrição de uma esfera particular de experiência, de objetos colocados como comuns e que respondem a uma decisão comum, de sujeitos considerados capazes de designar esses objetos e de argumentar sobre eles (RANCIÈRE, 2005, p. 14).

No sentido conferido por Rancière (2005), a política é um processo de reconfiguração, de tornar visível o que não era (de construir visibilidade, portanto), de introduzir nos espaços-tempos novos sujeitos e novos objetos. A política não se separa da vida cotidiana, ela estabelece “montagens de espaços, sequências de tempos, formas de visibilidade e modos de enunciação”, que constituem comunidades dissensuais (RANCIÈRE, 2005, p. 51). Assim, Rancière (2004; 2005) e Mouffe (2003) se aproximam, em suas críticas ao consenso de tipo positivista, que pressupõe que os dados a partir dos quais se constroem os acordos e os desacordos são objetivos e inquestionáveis e que os atores políticos são indivíduos racionais, orientados por interesses racionais (MOUFFE, 2003). Nesse contexto, o consenso positivista seria o resultado harmônico da colaboração, da negociação de interesses e do compromisso entre tecnocratas esclarecidos, burocratas, economistas, gestores públicos etc., em um campo neutro (livre de paixões), apresentados sob o disfarce de consensos mais ou menos universais (MOUFFE, 2003; RANCIÈRE, 2004).

Concordo com estes autores que esta seja, precisamente, a negação da política e que a toda busca obcecada por este tipo de consenso racional – ou por uniformidade estética – subjaz não apenas uma tentativa de despolitização, mas algum tipo de exclusão, de ocultamento de ideias ou de silenciamento de vozes dissidentes, o que enfraquece, sobremaneira, a democracia (MOUFFE, 2003; RANCIÈRE, 2005). Sigo, portanto, por outro caminho: o de reconhecer a impossibilidade de erradicação da dimensão dissensual e conflituosa da vida em sociedade (MOUFFE, 2005) e de não perseguir acordos ou consensos, mas entendimentos em que as diversas partes, mesmo discordando, passam a entender melhor sua situação e a situação do outro – no curso de processos interpretativos e argumentativos (FORESTER, 2012). E, para que tais processos sejam críticos, é necessário que:

- a) não pretendam informar ou alimentar (verticalmente) práticas de planejamento e de gestão de forma unilateral, mas co-construir e cogerir (horizontalmente) tais práticas;
- b) apreciem múltiplas formas de conhecimento e recepcionem soluções pré-formatadas de forma mais crítica, mais sensível e menos crédula;
- c) sejam contingentes e tenham sua complexidade constantemente repensada, dialogada, re-imaginada e renegociada;
- d) assumam a impossibilidade de erradicação dos conflitos, abrindo-se, a partir disso, a práticas criativas e inventivas, a processos reflexivos coletivos, a jogos, ao humor e à ironia, como opções generativas, investigativas e reformuladoras das diferentes realidades sociais;
- e) conduzam da presunção de impossibilidades à exploração de possibilidades públicas críticas e realistas, de forma situada e territorializada;

Não se trata, segundo Forester (2012), da ficção de uma comunicação ideal, mas de um esforço contínuo e consciente de construção coletiva de novas práticas e de novos arranjos de governança, seja diante das assimetrias de poder, das desigualdades socioculturais ou de ideologias inconciliáveis. Um esforço menos voltado ao debate de argumentos e mais voltado à prática interpretativa da escuta respeitosa de tais argumentos, dos diferentes pontos de vista, das histórias uns dos outros, das diferentes formas de perceber e de sentir, o que só é possível em 'rituais' participativos diversos, que não cabem necessariamente em conselhos, audiências públicas ou espaços institucionalizados de participação política. Uma escuta que não se resume à escuta das palavras, mas que se estende a valores e significâncias, a emoções, ao reconhecimento e ao poder (FORESTER, 2012; FISCHER, 2016): afinal, o que é dito é inseparável de como é dito (JENNINGS, 1983).

Conferir qualidade estética a uma comunidade política significa considerá-la, como aponta Rancière (2010), não como um grupo de indivíduos governados, mas como um organismo animado. Analogamente ao que afirma Dewey (2010) a respeito da arte, apenas quando a política desce da torre de marfim, abandona o pedestal da burocracia e mergulha no cotidiano – para produzir-se a partir dele –, é que adquire qualidade estética.

Pensar uma sociedade democrática que resulte desse tipo de processo político, porém, pressupõe, também, outro público. Um público que seja entendido como processo e prática. Um sentido de público que não esteja vinculado nem a um público-início – o 'público' de onde deriva a ação (o déspota ilustrado, o poder público, o especialista em políticas públicas) – nem a um público-fim – o 'público' a que se destina a ação (o cidadão-beneficiário, o público-alvo). O público a que me refiro é um público-processo, que se publiciza na medida em que se problematiza (DEWEY, 1927). Como lembra Zask (2007) – a partir de reflexões do sociólogo pragmatista Wright Mills

e do filósofo, sociólogo e psicólogo francês, Gabriel Tarde – um público não se confunde com uma multidão nem com uma massa, porque em um público há tantas opiniões diferentes quanto há indivíduos, o que significa dizer que um entendimento público e democrático não repousará no encontro de uma opinião idêntica (o consenso de que falava há pouco), mas na descoberta de pontos de convergência entre as diversas e distintas opiniões individualizadas.

No sentido deweyano, o público é o que dá origem ‘a’ e o que emerge ‘de’ uma comunidade de investigadores, de uma comunidade que duvida. Uma ‘Grande Comunidade’ (DEWEY, 1927) de indivíduos que se incomodam, que se afetam e que são afetados (direta ou indiretamente) por situações problemáticas, a tal ponto que se dispõe a refletir, a imaginar e a se envolver em projetos sociais, voltados à construção coletiva de respostas e à busca por novos (e contingentes) equilíbrios. Nesse sentido, um público adquire qualidade estética quando percorre o curso completo da experiência – identifica uma situação problemática, engaja-se em torno dela (em termos afetivos, inclusive), imagina respostas possíveis e busca reestabelecer o equilíbrio. Nas palavras de Cefai (2017, p. 196), a dimensão estética do público está relacionada a sua “capacidade de sentir, julgar e agir”.

Assim, se adotamos essa noção deweyana, uma política pública só poderia ser considerada pública na medida em que desencadeasse tais processos, que constituísse comunidades de investigadores; na medida em que fosse constituída e, simultaneamente, constituísse espaços de experimentação, de aprendizagem, de contatos e de trocas. Significa dizer que uma política torna-se pública não quando é pensada e formulada por um agente público ou quando suas consequências atingem um determinado público-alvo, mas quando, no decurso do processo, são compartilhadas diferentes possibilidades de interpretação de experiências e de mundos, porque a comunalidade da experiência – que emerge do compartilhamento de significados, de formas simbólicas, de tipificações, de interpretações (MATEUS, 2016) – é o próprio gatilho que ativa a aprendizagem, o senso de urgência e a criatividade, necessárias à ação política.

Na discussão sobre as relações entre política pública e estética, o que parece mais importante é a indissociabilidade entre sentido e razão, entre o que sentimos e o que fazemos. Advogando tal inseparabilidade, me contraponho, juntamente com Dewey (1950; 2010) e De Certeau (1998), à ideia de uma arte distanciada da vida e, sobretudo, separada das práticas cotidianas. Contraponho-me, também, à estética analítica – que privilegia o objeto de arte em detrimento da experiência e que limita a experiência estética à contemplação (SHUSTERMAN, 1998). Tudo isso porque a estética defendida por Dewey (2010) é social e corporificada⁴⁵. Seu principal produto

45 Conforme problematiza Shusterman (1998) em “Vivendo a Arte: o pensamento pragmatista e a estética popular”, ainda que haja afinidades entre a estética pragmatista e a Escola de Frankfurt, intelectuais críticos que se dedicaram ao estudo da estética, como Theodor Adorno (1987), por exemplo, opõe-se à tentativa pragmatista de integrar a arte e a vida, entendendo que tal integração possa estimular a melhoria das duas. Em oposição ao que pensa Adorno (1987), Dewey (2010) não só retira a arte de um pedestal, de um lugar sagrado, como defende que ela seja contaminada pelo mundo, o que não significa, necessariamente, que será instrumentalizada, dominada,

é o conhecimento, a reelaboração de significados que, quando compartilhados, adquirem valor social e permitem o aperfeiçoamento dos modos de vida e dos arranjos sociais. O autor não reduz a experiência estética à experiência desencadeada pelo contato com obras 'clássicas' de arte ou por sua mera apreciação, mas a estende à produção da própria vida, entendendo que a experiência estética é a experiência de experimentação da vida - a origem e o resultado da interação entre criaturas vivas e algum aspecto do mundo em que vivem.

Tanto a teoria estética quanto a teoria da experiência deweyanas buscam transpor os abismos entre arte popular e alta cultura, saberes populares e conhecimento científico (SHUSTERMAN, 2015). Segundo Dewey (2010), uma experiência, para ter qualidade estética, precisa ser emocional e precisa nos tirar da zona de conforto, nos colocar em movimento – nos afetar, no sentido conferido por Favret-Saada (1990). Assim, em toda experiência estética existirá “um elemento de sujeição, de sofrimento no sentido lato” (DEWEY, 2010, p. 118). A perspectiva deweyana de que a estética não se restringe a um tipo de objeto ou a um tipo de arte, mas que é uma qualidade do fazer e do que é feito, abre espaço para pensarmos esteticamente em uma ampla variedade de práticas políticas inseridas nos 'altos' ou nos 'baixos' estratos culturais, nos centros ou nas periferias. A noção estética deweyana nos incita a pensar políticas públicas não como produto de um processo político (EASTON, 1953), mas como o próprio processo de interpretação de situações de políticas públicas – que podem vir a se tornar problemas públicos – e de construção coletiva de respostas. Incita-nos a pensar de forma não compartimentada, conferindo destaque à função social, à experiência corporificada e aos sentimentos envolvidos nos processos de políticas públicas – não os sentimentos compactos ou pontuais (de cada indivíduo), mas os que são capazes de durar, de se desenvolver e de se transformar no tempo e no espaço, construindo um enredo.

manipulada, mercantilizada, homogeneizada ou neutralizada. A arte popular – como qualquer arte – deve estar sob crítica constante, mas não deve ser a priori condenada ou descreditada (SHUSTERMAN, 1998).

3 A DIMENSÃO ESTÉTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Não é novidade que a política tem sua própria estética. Uma estética que, segundo Rancière (2005), manifesta-se em seus modos de fazer, em seu desenho de cenários, em seus personagens, em suas manifestações e em suas consequências. O mesmo é válido para as políticas públicas. É fácil perceber a existência de uma estética na linearidade racional, de outra estética no incrementalismo e de outra nos ciclos de políticas públicas. É quase possível enxergar a performatividade estética do analista ou do gestor de políticas públicas que salta, linearmente, de um ponto a outro, sempre localizado mais adiante, como se progredisse; ou do profissional muddling through, arrastando-se, lenta e cuidadosamente, por um lamaçal de desafios e de alternativas, tomando apenas decisões incrementais, que possam ser facilmente concertadas/acordadas e cujos danos sejam facilmente corrigidos (LINDBLOM, 1959; 1979); ou, ainda, é quase possível enxergar a performatividade dos ciclos de políticas públicas – definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação⁴⁶ (SOUZA, 2006) – como se pudessem ser ativados por uma manivela, como se fossem máquinas de fazer políticas públicas.

No caso das políticas urbanas, por exemplo, também é fácil identificar a existência de uma estética específica. Tomemos como exemplo a política modernista que deu origem à cidade de Brasília, símbolo do nacional-desenvolvimentismo e do processo de modernização proposto pelo Plano de Metas, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Eles também tinham sua estética própria, assim como as reformas urbanas que marcaram a história de grandes centros metropolitanos ocidentais – do Rio de Janeiro de Pereira Passos à Paris de Barão de Haussmann –, bem como todas as demais políticas de reurbanização, reabilitação, revitalização e requalificação de centros urbanos que se seguiram, até os dias atuais⁴⁷. E, ainda, é fácil perceber como se distinguem, esteticamente, as políticas de segurança pública ou de educação, por exemplo, voltadas às zonas centrais e aquelas direcionadas às periferias⁴⁸. Como lembra Knauss (2015), o compromisso com a beleza deu origem a políticas urbanas obcecadas pela forma, pela racionalidade das atividades e dos fluxos urbanos, pela hierarquia entre os espaços e pelo controle da ordem espacial que anda lado a lado com a promoção da exclusão social.

Ao chamar atenção para a dimensão estética das políticas públicas, não defendo esse tipo de embelezamento descrito acima, mas chamo atenção para o fato de que a estética que subjaz a política é, também, reveladora de um quadro de valores específico, de leituras e de interpretações também específicas acerca da realidade social. Assim, quando me refiro a uma ‘dimensão estética’

não estou me referindo à beleza objetificada ou ao belo, afinal, “não importa a natureza dessa qualidade; pode ser que nos enoje, nos assuste, ou que nos incomode de qualquer outra maneira a ponto de roubar o gozo estético (...) – mesmo nesse caso o objeto permanece estético, embora as pessoas se achem incapacitadas para contemplá-lo calmamente” (PEIRCE, 1980, p. 44). Refiro-me, na verdade, a uma esfera axiológica e a um complexo de saberes, como defendido por Barbosa (2004): uma arena vinculada a registros de sensibilidade, de reconhecimento e de pertencimento, de expressividade, de resistência, de temporalidades e de espacialidades, de reflexividade-crítica, de sociabilidades. Registros a partir dos quais os atores sociais se recusam a conferir a um ou a outro campo (à arte ou à ciência) o monopólio da verdade, reivindicando o próprio direito de construir suas verdades, inclusive, por meio da arte (MUNCK, 2015).

É nesse sentido que a transformação estética pode desencadear outras transformações (dos padrões de sociabilidade, dos quadros valorativos, dos arranjos de governança, dos modos de pensar e fazer políticas públicas), porque a experiência estética (assim como as artes) – que emerge dos eventos e das cenas cotidianas, que desperta o olhar, o ouvido e o interesse e que, assim, motiva a ação (DEWEY, 2010, p. 03) – é capaz de promover a construção e o compartilhamento de significados. E, por meio dessa capacidade, a dimensão estética adquire uma função reflexiva, de abertura do mundo a possibilidades livres de constrangimentos teóricos e morais (BARBOSA, 2004), o que significa dizer que, pela exposição à arte ou à ‘experiência estética’, em sentido amplo, os atores sociais têm mais chances de transformar suas visões de mundo. Por meio da exposição permanente e continuada à experiência estética, podem emergir novos quadros valorativos que, por sua vez, renovam as formas como interpretamos nossos interesses e nossas necessidades, como conferimos significados às situações. Pois o sensível libera os potenciais semânticos e os torna, intersubjetivamente, disponíveis à ressignificação (BARBOSA, 2004).

O ponto de interseção entre a ‘experiência estética’ e a ‘política pública’ está, portanto, na ideia deweyana de que toda experiência é, simultaneamente, um fazer e um sofrer (um ser feito, ser afetado), um moldar e um ser moldado, um construir e um ser construído. Ao aproximar “O Público e seus problemas” (DEWEY, 1927) de “Arte como Experiência” (DEWEY, 2010 [1934]), torna-se ainda mais evidentes a ideia de Dewey de que, por meio da emergência de situações comuns, identificadas localmente, e da valorização de atores políticos comuns que se engajam em torno deles, é possível pensar as práticas cotidianas de ressignificação dos usos dos territórios e de reinvenção de formas de organização e modos de gerir situações problemáticas.

Do mesmo modo em que não há arte sem um público que a interprete e que lhe confira significados, tampouco há um problema de ordem ou de relevância pública, sem um público que sofra suas consequências, de forma direta ou indireta, e que se engaje para transformá-lo (DEWEY, 1927). Ambas as experiências – que vão do choque, da dúvida, da perplexidade

ou da indignação ao estabelecimento de um novo equilíbrio ou à criação de algo novo – são estéticas. A mesma dúvida ou a mesma tensão que ativa a experiência intelectual do cientista é a tensão ou a resistência que ativa a experiência do artista. Como lembra Gosse (2011), os aspectos explícitos, participatórios, teatrais e mesmo quase-ritualísticos de alguns tipos de arte dissolvem a distinção entre estética e experiência cotidiana, revelando o potencial estético do próprio cotidiano e imbuindo, também, a arte com os conteúdos e as formas do dia a dia.

O recurso à experiência estética, para pensar as políticas públicas, justifica-se, portanto, na função social e moral da arte: a função de “quebrar a crosta da consciência convencionalizada e rotineira”, de “eliminar o preconceito, retirar os antolhos que impedem os olhos de ver, rasgar os véus decorrentes do hábito e do costume, aprimorar a capacidade de perceber” (DEWEY, 2010, p. 306; 548). O que Dewey (2010) defende como sendo o fluxo da experiência estética está em diálogo direto com o que entendo como fluxo das políticas públicas. Nem experiências estéticas nem políticas públicas podem dar-se isoladamente, porque dependem do acúmulo, da aprendizagem, da reflexividade, da inovação. Tudo o que é rotineiro ou empregado como pura repetição, quando colocado em contexto ou inserido em um fluxo, pode ganhar força e novos significados – novo valor (DEWEY, 2010). E, como vem sendo crescentemente defendido por estudiosos críticos⁴⁹, no campo das políticas públicas “há boas razões para supor que a paixão das ciências sociais pela objetividade (...) é seriamente equivocada” (TRIBE, 1972, p. 78), o que permite afirmar que nem experiências estéticas nem políticas públicas podem existir dissociadas de suas dimensões afetiva, sensorial e subjetiva.

Assim, há poética nas políticas públicas, nos jogos de ação-reação, na transformação permanente e contínua de signos, de imagens, de discursos e de memórias, que constroem a experiência estética dos territórios, das cidades e das sociedades (TURKIENICZ, 2010). Afinal, é o referencial mnemônico – a subjetividade ou a imaterialidade transformada em objeto material – que ajuda o indivíduo a situar-se em seu tempo e em seu espaço, a tornar-se parte das transformações que opera e que sofre nos territórios. Não à toa, De Certeau (1998) compara o caminhar com o ato de enunciar, como se a apropriação topográfica do território pelo pedestre produzisse/realizasse o próprio território. Como Antonio Machado ou Joan Manuel Serrat que afirmam, respectivamente, em poesia e em canto, que “no hay camino, se hace camino al andar”.

Lançar luz, porém, sobre a dimensão estética das políticas públicas, em si, não resolve o problema. O que pode contribuir, para a ampliação do campo e para a emergência de novas formas de fazer política pública e de gerir problemas públicos é, justamente, destronar o belo estereotipado, superar a separação entre a arte e a vida cotidiana e entre a razão e o sensível, abrir espaço e dar visibilidade à produção de outras estéticas, que destituam estéticas hegemônicas em favor da multiplicidade que emana das diferentes práticas, simplesmente porque não existimos no

49 Entre eles Tribe (1972), Hawkesworth (1994), Stone (2002) Forester (2012) e Durnová (2016).

singular. Outras estéticas podem mobilizar códigos e significados capazes de desorganizar, bagunçar, chacoalhar os cânones estéticos e morais vigentes, seja porque emanam de forma mais espontânea e mais instável, porque emanam como forma de resistência, de denúncia, de oposição ou, ainda, como forma de sobrevivência. Muitas vezes, porém, como lembra Hollanda (2010), deixamos de reconhecer seus conteúdos por preconceito ou por descrença em sua capacidade e em seu potencial de produção de boas respostas ou melhores soluções, sobretudo porque não compartilhamos com estes públicos, os significados de ‘bom’ e de ‘melhor’.

Acredito que, por meio do recurso ao campo do ‘estético’, seja possível ampliar o que entendemos por política pública e por ‘normatividade’. Porque a normatividade que emana das leis, das normas, dos programas, dos documentos e dos discursos oficiais é, também, reflexo da normatividade que emana da ciência – das teorias, conceitos, métodos e do que consideramos fontes e materiais em nossas pesquisas. Para ressignificar a ‘normatividade’, portanto, parece essencial redefinir de onde emana a força normativa: exclusivamente de normas e documentos escritos e oficiais, fundamentados no conhecimento científico e especializado, hierarquicamente organizado e de caráter imperativo ou incontestável? Ou, também, de um conjunto de saberes, linguagens e expressões, escritas ou não, verbais ou não, que podem conformar outros caminhos programáticos, outros conjuntos de intenções, desejos e valores, construídos social e coletivamente, e de caráter sempre contingente, disputável e refutável?

Quem não tem imaginação estética estará, portanto, em desvantagem tanto como ator-agente social e praticante de territórios, quanto como cientista e como formulador, analista ou gestor de políticas públicas. Em primeiro lugar, porque, sem imaginação estética, é possível conferir repostas apenas às perguntas já feitas e não às perguntas que poderiam ou deveriam ter sido feitas; é possível prever apenas as consequências das alternativas que já foram previamente especificadas (TRIBE, 1972); para quem não tem imaginação estética, não é possível ir além da identificação e da descrição de comunidades de investigadores e de intérpretes, para explorar comunidades de práticas e de praticantes e não é possível incorporar diferentes narrativas, diferentes identidades, valores e crenças (YANOW, 2016). Em segundo lugar, porque faltará a quem não tem imaginação estética a compreensão de que o mundo é plural e que está em constante e permanente processo de fazer-se.

Atentar para as experiências – historicamente marginalizadas e invisibilizadas –, que podem enriquecer o campo das políticas públicas com uma dimensão estética pautada na diversidade, permite não apenas ‘mirar ao revés’, mas ver mais, ver além, ver em múltiplas direções. Trata-se de um caminho caro aos cientistas de políticas públicas que se colocam sob o guarda-chuva dos critical policy studies, sobretudo porque “reconhecer a agência daqueles previamente tratados como ‘alvos’ de políticas públicas e, talvez ainda mais importante, a consideração de seu conhecimento local como uma fonte importante de expertise reposiciona a expertise das

políticas públicas” (YANOW, 2016, p. 404), de puro conhecimento sobre o assunto para um conhecimento do e no processo de investigação. Valorizar a dimensão estética da política (e das políticas públicas) é compreendê-la, como defende Rancière (2005), para além de sua perfeição técnica (da relação “ótima” entre meios e fins), considerando, também, sua capacidade de construir territórios e bens comuns, além de novas relações de poder e de autoridade.

Por fim, aproximar o campo das políticas públicas do campo do estético significa lançar luz sobre os diferentes modos e princípios de apreciação e interpretação que coexistem em sociedades complexas e que culminam em respostas múltiplas a problemas públicos. Significa, ainda, defender que as intenções de uma política pública não sejam nunca definitivas, porque, como recorda Dewey (2010, p. 218), “um novo poema é criado por cada um que o lê poeticamente”. Todo indivíduo ou todo grupo social traz consigo, ao exercer suas individualidades e suas coletividades, um modo específico de ver, de sentir e de conferir significados que, na interação com o que já está dado cria algo, algo que ainda não existia. Não podemos perder de vista, porém, que a invenção de outros mundos será sempre muito mais custosa e difícil do que o encontro com um mundo já dado e interpretado (HAN, 2019).

4 O QUE UMA ‘EXPERIÊNCIA PÚBLICA’ PODE SER: (NO CAMPO DE ESTUDOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS)

“Não sendo políticos, era e é o mais que podemos fazer: indicar com o que fazemos ou tentamos, no campo da Arte, o caminho para uma Teoria do Poder que, expressando o que nosso povo tem de melhor, esboce o contorno do mapa capaz de definir nosso país como Nação” Ariano Suassuna (carta a Francisco Brennand), 1997.

Se concordarmos com Capano e Giuliani (1998) que as políticas públicas são fenômenos subjetivos, que não podem ser vistos ou tocados, que não tem um percurso linear definível e que não constituem processos totalmente capturáveis ou apreensíveis, então, já estamos nos distanciando das definições tradicionais de políticas públicas e nos aproximando, em alguma medida, da noção de ‘experiência pública’ que venho defendendo até aqui. O reconhecimento da subjetividade e da efemeridade deste fluxo já nos salva dos riscos de confundir a política pública com seus instrumentos objetivos ou com sua dimensão material – documentos, leis, normas, planos, programas etc. –, mas ainda não é suficiente, para a compreensão do que experiências públicas podem ser, no campo de estudos em políticas públicas. Portanto, se não queremos apenas compreender, mas, também, inserir a noção de ‘experiência pública’ nesse já existente fluxo de políticas públicas, é preciso refletir, primeiramente, sobre que fluxo é esse.

Segundo Boullosa (2013; 2019), para muito além da ação ou da omissão dos governos ou dos atores que têm poder, políticas públicas devem ser compreendidas como fluxos de instrumentos,

de práticas e de argumentos ativados por uma multiatorialidade (um conjunto sempre móvel, impreciso e instável de atores individuais e coletivos) interessada na definição e/ou na preservação de bens ou serviços de pública relevância. A adoção desse conceito, desenvolvido no âmbito da teoria da ‘mirada ao revés’ (BOULLOSA, 2013) pavimentou o caminho que me conduziu às ‘experiências públicas’. Os fluxos precisam ser compreendidos em sua fluidez.

Um rio, como algo distinto de um lago, flui. Mas seu fluxo dá, às suas porções sucessivas uma clareza e interesse maiores do que os existentes nas partes homogêneas de um lago. Em uma experiência, o fluxo vai de algo para algo. À medida que uma parte leva à outra e que uma parte dá continuidade ao que veio antes, cada uma ganha distinção em si. O todo duradouro se diversifica em fases sucessivas, que são ênfases de suas cores variadas.

Por causa da fusão contínua, não há buracos, junções mecânicas nem centros mortos quando temos uma experiência singular. Há pausas, lugares de repouso, mas eles pontuam e definem a qualidade do movimento. Resumem aquilo por que se passou e impedem sua dissipação e sua evaporação displicente. A aceleração é esbaforida e impede que as partes adquiram distinção. Em uma obra de arte, os diferentes atos, episódios ou ocorrências se desmancham e se fundem na unidade, mas não desaparecem nem perdem seu caráter próprio ao fazê-lo – tal como, em uma conversa amistosa, há um intercâmbio e uma mescla contínuos, mas cada interlocutor não apenas preserva seu caráter pessoal, como também o manifesta com mais clareza do que é seu costume (DEWEY, 2010, p. 111-112).

Assim, é importante ter em mente que, quando falo de fluxo (e de experiência) não me refiro a um fluxo uniforme e sempre contínuo e livre, de acontecimentos, de práticas e de palavras. Não se trata de fluxos constantes, ritmados e unidirecionais de ações e de informações, que possuem um único ponto de partida e que fluem automaticamente por um caminho pré-desenhado, em que tudo o que nele entra se confunde e se homogeneiza. Refiro-me a fluxos multidirecionais e multissensoriais. Fluxos cumulativos, que levam de uma coisa a outra, mas que dependem do que aconteceu antes e de que tipo de futuro é imaginado; que não podem ser divididos em início-meio-fim, porque são o trânsito entre espacialidades e temporalidades, são o próprio movimento – dinâmico, heterogêneo e sempre cambiante.

A essência deste capítulo, portanto, é defender que, da perspectiva das políticas públicas, tais fluxos não podem ser pensados apenas de forma objetiva e não podem se resumir ao Estado, a agentes oficiais, às instituições ou a grandes atores públicos ou privados – que identificam problemas, elegem soluções adequadas ou efetivas, agem e avaliam a própria ação – caso tenhamos a pretensão de diminuir desigualdades, promover modos de vida socialmente justos e aprofundar a democracia. Para conferir qualidade estética aos fluxos de políticas públicas, é preciso inserir neles tantos atores quanto existam na sociedade, lembrando que, para arriscar algo novo, em um público deve haver tantas opiniões quanto existem indivíduos e tantas práticas quanto ideias e motivos. É por meio do reconhecimento, do respeito e do fomento à diversidade e à criatividade que, reflexivamente, uma experiência se publiciza em seu próprio curso.

Nesse sentido, não estou sugerindo que políticas públicas e ‘experiências públicas’ sejam

compreendidas separadamente, como se fossem antônimos. Tampouco é possível afirmar, porém, que sejam a mesma coisa, que tenham a mesma natureza ou sejam feitas do mesmo material. Não são. Enquanto uma política pública é construída *problem-oriented*, voltada a um fim pré-estabelecido, e é colocada em ação por meio de instrumentos (meios) também já disponíveis, uma experiência pública não o é. E, por isso, aqui talvez seja válido seguir o caminho inverso dos processos de definição e de elaboração de conceitos, começando pela reflexão acerca do que uma ‘experiência pública’ não é.

Não é plenamente descritível ou apreensível; não pode ser pensada por um grupo restrito de profissionais especializados. Não tem o Estado como ponto de partida ou a Sociedade como ponto de chegada. Não tem todos os seus objetivos planejados ou conhecidos previamente. Não tem todos os seus cursos de ação projetados com antecedência. Não limita o rol de atores nela envolvidos. Nunca é desterritorializada ou desenraizada, o que significa que não poderá ser facilmente replicada, trasladada ou traduzida. Não é (e não se pretende) feita apenas de dados quantitativos e objetivos que não carecem de julgamentos e reflexões adicionais. Não pretende, sequer idealmente, eliminar riscos e incertezas. Não é pontual ou isolada. Nunca se transformará em hábito, repetido mecânica e irrefletidamente. Não tem fronteiras e, talvez o mais importante, nunca nasce pública.

Uma ‘experiência pública’ torna-se pública na medida em que conforma públicos, mas também, na medida em que não pertence a um só sujeito – ou seja, na medida em que é social e coletivamente vivida, no movimento público, no movimento de acontecimentos públicos em direção a um desfecho, seja ele desejado ou indesejado e, sobretudo, na medida em que desencadeia novas experiências, em um processo contínuo e cumulativo de aprendizagem. Torna-se pública na mesma medida em que se torna inteligível – observável, descritível, interpretável, criticável por uma comunidade (de investigadores, de praticantes), propositiva. Por isso, ainda que possamos refletir, teoricamente, sobre os elementos ou as categorias que compõem uma ‘experiência pública’ – suas práticas, seus praticantes, seus públicos, suas temporalidades e territorialidades, as interações que engendra, as transformações que possibilita e os significados que constrói –, uma ‘experiência pública’ é de difícil nomeação.

Só pode ser observada e interpretada na prática e em movimento – em um continuum experiencial, nas palavras de Mateus (2016) ou mais à maneira do cineasta do que do etimologista, para usar a metáfora de Cefaï (2011). E, como lembra Boal (2009, p. 100), “nomear significa tentativa de imobilizar. O nome é a fixação no tempo e no espaço, do que é fluido e não pode parar nem ser parado”. É como se as experiências públicas fossem, necessariamente, significantes vazios, que se vão preenchendo a partir do que aconteça, sem que sejam possíveis representações totalmente fixas sobre seus significados (CULLEN, 2017). Assim, uma experiência pública é sempre a conclusão de um movimento de antecipação e de acumulação e, simultaneamente, é

a origem de outro movimento (DEWEY, 2010).

Resultam, portanto, da identificação de uma situação problemática, de um desequilíbrio, de um desafio, de um desconforto, de algo que suscite sentimentos, afetos – de pertencimento, de identidade entre pessoas diferentes, de perplexidade, de raiva, de indignação, de ansiedade, de medo, de esperança, de euforia, de solidariedade, de empatia, etc. – capazes de desencadear encontros, reuniões, associações, práticas; capazes de desencadear processos de formação de grupos, de coletividades que, sendo, agindo e refletindo conjuntamente (QUÉRÉ; TERZI; 2015) conformam comunidades de intérpretes e de investigadores. Conformam-se, nesse sentido, o que Cefai (2002) denomina de arenas públicas – o que entendo como a escala meso das práticas transversais, multiatoriais e multidimensionais – que se constituem em momentos de disputa, que se desenrola em “cenas políticas, administrativas, judiciárias, midiáticas e em cenas da vida cotidiana dos cidadãos comuns” (CEFAI *et al.*, 2011, p. 50) e que se voltam à redefinição de horizontes possíveis, fazendo emergir novos universos de sentido (CEFAI, 2002; 2009). Inseridos nessa arena e em determinada experiência pública, os indivíduos pensam, recorrem a experiências anteriores, argumentam, problematizam, imaginam consequências, analisam, criticam, criam, transformam e, nesse processo, ressignificam seus problemas e constroem suas respostas, a partir do que aconteça.

No campo das políticas públicas, uma ‘experiência pública’ distingue-se de uma experiência singular ou estética, como as descritas por Dewey (2010) na Filosofia, ou de experiências sociais e coletivas, como as descritas e analisadas no âmbito da Sociologia, por três características principais: 1) sua capacidade de construir essa escala intermediária de práticas e políticas – a escala meso⁵⁰; 2) sua capacidade de articulações e interlocuções com as estruturas formais, estatais ou institucionais de autoridade ou poder, o que não significa dizer que, para ser pública, uma experiência precisa institucionalizar-se ou que precisa, necessariamente, recorrer ao Estado ou inserir-se nele; e 3) sua capacidade de estabelecer relações dialógicas (e não necessariamente harmônicas ou consensuais), críticas e reflexivas com entidades macrosociais – como Estado e Mercado, por exemplo – e com políticas públicas tradicionais, passando a constituir, assim, fluxos de políticas públicas.

○ principal ganho decorrente da entrada de ‘experiências públicas’ nesse fluxo é, justamente,

⁵⁰ Uma escala intermediária que articula e busca conciliar os corpos territorializados em uma escala micro (os atores criativos, inventivos, competentes, inovadores) às pequenas transações cotidianas, aos métodos e instrumentos disponíveis na escala macro e a um estado de realidade mais amplo, em que se reproduzem regularidades e assimetrias (BOLTANSKI, 2014). A mesoescala é a escala em que as práticas individuais se articulam às práticas sociais e às entidades macrosociais – estruturas ditas universais, como o Estado, o Mercado, as transações complexas etc. (FREGA, 2016). Uma escala capaz de dar origem a novas normatividades, justamente porque articula não apenas micro e macro, mas simbólico e sensível (BOAL, 2019). Construir essa mesoescala, que não é definida pelo número ou pelo tamanho dos membros que a compõem, mas pelo movimento, pela articulação, pela capacidade de conectar, pela multidimensionalidade e pelo alcance de suas consequências é, precisamente, debruçar-se sobre práticas, arenas e experiências públicas e esforçar-se para construir sua inteligibilidade.

a possibilidade de diversificação e de pluralização dos diálogos, uma vez que, quanto mais heterogêneo for o ser-agir-refletir coletivo, mais diversas e transversais serão as práticas que compõem os fluxos das políticas públicas, ainda que nem todas as práticas sejam convergentes, ainda que não estejam todas pautadas no mesmo quadro valorativo, ainda que não sejam todas coletivas e profundamente democráticas, ainda que não convirjam todas para o mesmo fim ou para os mesmos preceitos éticos ou morais. Quanto mais plurais, maiores são as chances de que conformem um “conjunto de dinâmicas experimentais” (QUÉRÉ; TERZI, 2015, n.p) sujeito à dúvida, à reformulação, à crítica, ao julgamento e, inclusive, à condenação.

Outro ponto importante, antes de passar aos limites e a possíveis exemplos de ‘experiências públicas’, é compreender que uma experiência pública não é conformada apenas pelos sujeitos que participam ativamente de todas as práticas, dos debates, das mobilizações, das iniciativas, das atividades, das manifestações e dos eventos vinculados a ela. Uma experiência pública pode ser vivida de múltiplas formas. Ela é composta por um conjunto em movimento de atores, o que não significa dizer apenas que cada ator está em movimento, mas que cada ator, mesmo quando se insere em uma experiência pública, preserva suas características pessoais e age conforme suas condições e suas possibilidades individuais – sendo mais ou menos ativo, mais ou menos engajado, mais ou menos participativo, mais ou menos criativo, mais ou menos extrovertido, mais ou menos entusiasmado, mais ou menos disponível, mais ou menos afeito a ocupar posições de fala ou de liderança ou que se sinta mais ou menos afetado pela situação problemática. Podem ser todos atores de uma mesma experiência, mesmo que sequer se conheçam, sequer saibam o que os outros estão fazendo, sequer tenham conhecimento da amplitude ou do alcance de determinada prática. Independentemente de seu lugar no fluxo, todos são capazes de oferecer-lhe algo de novo – em termos de densidade, de velocidade, de capilaridade, de diversidade, de reconhecimento, de poder, de visibilidade ou de emoção etc.

Sobre a relação entre os movimentos sociais e as ‘experiências públicas’, vale dizer que, por um lado, guardam importantes semelhanças com os chamados ‘novos movimentos sociais’ (TOURAINÉ, 1981; HABERMAS, 1981; GOHN, 1997), sobretudo, porque desafiam diretamente os modelos mais tecnocráticos de governança; porque buscam dar ressonância à pluralidade de vozes rotineiramente ignoradas ou mesmo descartadas pelos poderes tradicionais; porque se alinham a lutas cognitivas, simbólicas e identitárias por reconhecimento, para além das lutas redistributivas (FRASER, 2001); porque são fontes de inovação e de matrizes produtoras de novos saberes; porque enfatizam as dimensões social e cultural de suas lutas; porque ambos são predominantemente sociocêntricos; porque catalisam demandas sociais não contempladas pelo Estado e porque costumam ser fortemente pautados em ideias de coletividade e de solidariedade (ALONSO, 2009; GOHN, 2011; FISCHER *et al.*, 2016).

Por outro lado, as experiências públicas não se restringem a absorver novos atores e novas

temáticas e tampouco se restringem aos movimentos de liberação, de protesto, de resistência ou de defesa de direitos. Além disso, ainda que confirmam valor especial à dimensão sociocultural, as experiências públicas buscam superar a separação dessa dimensão das dimensões econômica, política, cognitiva, territorial, estética, discursivo-argumentativa e democrática. Para além da negação do status quo e do protesto contra o que já está dado, as experiências públicas voltam-se sempre à construção (muitas vezes silenciosa ou fragmentada) de alternativas: em prol da abertura de novos espaços de atuação; em prol da ressignificação de espaços participativos já existentes; em prol da imaginação e da invenção de novos modos de fazer e de dizer, de agir e de se associar, de perceber e de superar situações problemáticas. É nesse sentido que entendo que tais experiências talvez não caibam neste rótulo, cunhado nos anos 1980, de ‘novos movimentos sociais’ (TOURAINÉ, 1981; HABERMAS, 1981). Talvez possam ser mais bem compreendidas como **sociedades em movimento**, porque, mesmo quando não se manifestam diretamente, mesmo quando não adquirem visibilidade, seguem em processo, movimentando-se organicamente.

Diferenciam-se, assim, dos movimentos sociais, sobretudo, por sua fluidez, por sua dispersão, por seu dinamismo, por sua diversidade prática, por sua fugacidade, pelo esforço de articulação entre escalas e de criação de escalas intermediárias de práticas, pela adoção de outras linguagens na construção de suas narrativas, pela indefinição de seus fins, de seus meios, de seus campos de ação, de suas bandeiras, de seus projetos e mesmo de suas lideranças, mas, sobretudo, pela capacidade de abertura de espaços de escuta, de diálogo e de formação que não apenas geram aprendizagem, mas que são capazes de promover uma dinâmica de aprendizagem como a discutida por Argyris e Schön (1978) – um tipo de double loop learning, capaz de promover transformações tanto no conhecimento quanto nos valores dos atores envolvidos na experiência; tanto nas ideias quanto nas regras, nos objetivos e nas políticas. Distinguem-se, ainda, por sua reflexividade: a capacidade de, simultaneamente, fazer e sofrer, agir e refletir, abrir novos mundos para dentro e para fora, por sua capacidade de, simultaneamente, conformar públicos e conformar-se como experiência pública. Segundo Mateus (2016), uma experiência pública se dá, justamente, nesse duplo curso de pluralização de experiências singulares e de singularização de experiências plurais, em um processo de interpenetração entre os indivíduos e as sociedades.

Assim como os movimentos sociais, porém, as experiências públicas também têm seus limites. Ainda que ganhem em termos de liberdade, de potencial criativo e inovativo, em fluidez e flexibilidade, em capilaridade e em transversalidade, quanto mais se distanciam dos atores estatais e dos espaços formais de poder e de participação políticos, mais perdem em termos de robustez, de força, de densidade, de poder de barganha, de capacidade de financiamento, de permanência ou de durabilidade (no tempo e no espaço) e mesmo em termos de capacidade de ação e de transformação.

É importante enfatizar, porém, que nem toda dúvida, nem todo choque, nem toda ruptura, nem toda investigação e nem todo conjunto de práticas resulta em uma experiência pública. Como bem lembram Quéré e Terzi (2015, s.p.), em seu esforço de explicitar as linhas diretoras de uma ‘Sociologia da experiência pública’ (pautada na filosofia pragmatista e na etnometodologia), “(...) a democratização da ordem política não é garantida pelo simples fato de um coletivo conduzir investigações, para controlar, à distância, as transações que o afetam indiretamente.”. E nem todo aquele que sofre o choque, que tem um problema, que vivencia uma injustiça ou um fracasso, se engaja e age. Nem sempre o choque é benéfico, ele também pode ser fonte de uma violência improdutiva: há, portanto, no choque, uma “dupla valência” (DEBAUGE-STAVO, 2012, p. 194) – pode paralisar ou pode abrir um vácuo inventivo.

Há choques e rupturas que não desencadeiam nada mais que sofrimento, que provocam nada mais do que paralisia, apatia, depressão, medo ou mesmo ódio destrutivo, em lugar de potência criativa ou de um tipo de reflexividade voltada à ação e à inovação. E, sobretudo, quando nos propomos a refletir sobre experiências públicas (tantas vezes marginais ou periféricas) não podemos desconsiderar que diversas experiências, por mais bem sucedidas que possam parecer, se dão em contextos de violência, de conflito ético, de humilhação, de privação, de ausência, de abandono, de preconceito etc. Nesse sentido, Quéré e Terzi (2015) também chamam atenção para o fato de que os efeitos de uma experiência pública podem ser negativos, seja porque os afetados pelo problema podem não ter condições ou motivação para agir; porque os desdobramentos da experiência podem levar a uma situação pior (e inesperada); ou porque a associação em torno de um problema pode significar oposição a interesses de grupos específicos, pode desagradar autoridades políticas ou pode, simplesmente, despertar a atenção ou o interesse do mercado, culminando na neutralização, na mercantilização ou mesmo na criminalização da ‘experiência pública’.

Diante do exposto, seria impossível afirmar, de antemão, sem pesquisa e sem imersão, que uma experiência é pública ou que, sendo pública, é desejável. Mas, arriscamo-me a listar, em seguida, exemplos de experiências que problematizam os territórios marginais e periféricos como locus de produção de conhecimentos e de soluções alternativas a problemas locais; problematizam os espaços tradicionais e institucionais de exercício do poder, problematizam questões de representatividade e de direitos e que atuam transversalmente, na construção de novos significados e na promoção de espaços formativos e de aprendizagem, sendo portanto (potencialmente) públicas. A lista que apresento abaixo pauta-se, principalmente, na pesquisa ‘Emergência Política’ (UPDATE, 2018), que, embora não utilize a noção de ‘experiência pública’, mapeou mais de 400 iniciativas ligadas à política institucional, a Organizações Não Governamentais (ONGs), coletivos informais e indivíduos, com a proposta de apresentar um retrato histórico das periferias de cinco capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte e Brasília). São elas:

- As **redes de apoio e de solidariedade** – como a TransVest (Belo Horizonte/MG), o Cursinho Popular Transformação (São Paulo/SP), o Mães da Saudade (Recife/PE), a Roda das Minas (Brasília); o Rodas da Paz (Brasília/DF);
- Os **portais de comunicação** – CDD na Web (Cidade de Deus, RJ), Coletivo Papo Reto (Complexo do Alemão, RJ), Fala Roça (jornal impresso da Rocinha, RJ), Desenrola e não me Enrola (Jardim Ângela/SP); Revista Traços (Brasília/DF); PerifaTalks (Ceilândia/DF);
- Os **centros culturais e espaços de co-criação** - Casa Frida (São Sebastião/DF), Ponto de Cultura Coco de Umbigada (Olinda/PE), Coletivo Habitantes (BH), Comunidade Cultural Quilombaque (São Paulo/SP), Casa Brota (Complexo do Alemão/RJ), Rede Urbana de Ações Socioculturais – RUAS (Ceilândia/DF);
- As **incubadoras e aceleradoras** – Empreende Aí (Jardim São Luís/SP); LeCria – Laboratório de Empreendimentos Criativos (RUAS, Ceilândia/DF); Aceleradora de Negócios da Periferia (São Paulo/SP); Fa.Vela (BH); RA.IX (Ceilândia/DF);
- Os **Coletivos** – Afronte (Recife/PE), Movimentos (Rio de Janeiro/RJ), Jovem de Expressão (Ceilândia/DF), Observatório da Juventude (Belo Horizonte/MG), Família de Rua (Belo Horizonte/MG), Nós, Mulheres da Periferia (São Paulo/SP), Casa Tina Martins (Belo Horizonte/MG), Nós por Nós (Cidade Ocidental/GO);
- **Coletivos artísticos** – Museu da Maré (favela da Maré/RJ), Museu a céu aberto de Grafite (São Paulo/SP), Maracatu Encanto do Pina (Recife/PE), Instituto Cultural Samba Autêntico (São Paulo/SP), Slam das Minas (Recife/PE), Recital Boca no Trombone, Lá da Favelinha (Belo Horizonte/MG), Bonobando (Rio de Janeiro/RJ);
- **Coletivos ambientais** – Deixem o Onça Beber Água Limpa (BH), Roots Ativa (BH), Reciclação (RJ), Coletivo Terra Firme (Belo Horizonte/MG), Horta Comunitária Casa Amarela (Recife/PE); Santuário dos Pajés (Brasília/DF); Comunidades que Sustentam a Agricultura – CSAs;
- **Coletivos esportivos** - Guerreiras Project (coletivo feminista de futebol, iniciado em Santos/SP); FA de Favela (projeto de futebol americano na periferia de Belo Horizonte/BH); Programa Jovens Promessas (de futebol, na comunidade quilombola Tia Eva/MS) etc.

Todas essas iniciativas não constituem, de forma alguma, experiências contra o Estado, mas são essencialmente sociocêntricas. Experiências que se publicizam em seu próprio curso, por meio da articulação entre práticas e entre diferentes atores e por meio da imaginação de novas práticas, de promoção de novos arranjos de governança de territórios e de problemas públicos e por meio

do fomento de relações mais justas e mais simétricas, visando a superação de dicotomias como Estado-Sociedade, Economia-Cultura ou Centro-Periferia. Constituem-se enquanto tentativas situadas de crescimento, de transformação, de melhoria da realidade cotidiana e da perspectiva de vida dos diversos grupos sociais que em torno delas se engajam.

5 ENTRE PROMESSAS DE FUTURO E TRANSFORMAÇÕES AQUI-AGORA

Políticas públicas são, em grande medida, promessas. Promessas de melhoria e promessas de desenvolvimento, ainda que os significados de melhoria e de desenvolvimento ainda sejam pouco problematizados nos processos de políticas públicas. Daí a importância de ampliarmos, cada vez mais, as fronteiras do campo de estudos em políticas públicas, para que sejam capazes de abarcar uma pluralidade cada vez maior de versões de mundos, de opiniões, de emoções, de narrativas, de histórias, de práticas, de comportamentos, de estilos de vida, de estéticas, de argumentos, de valores e, ainda, dos dissensos e dos conflitos que movem, cotidianamente, as sociedades. Conferir inteligibilidade às ‘experiências públicas’, dentro do campo de estudos em políticas públicas, constitui um dos caminhos possíveis para a superação dos abismos que separam a política representativa e institucional dos fazeres políticos cotidianos e das sociedades em movimento.

Não significa dizer que o reconhecimento de ‘experiências públicas’, como parte dos fluxos de políticas públicas, por si só, represente a solução dos nossos problemas mais urgentes ou que tais experiências públicas gerarão, necessariamente, consequências desejadas, melhorias ou algum “bom” tipo de desenvolvimento. Há muita incerteza, imprevisibilidade e conflito no campo das experiências públicas e, de forma geral, no campo do estético, o que talvez ajude a compreender por que os discursos de políticas públicas pautados nas ideias de progresso, de desenvolvimento, de estratégia, de evidências, de eficiência e de efetividade têm muito mais aderência na sociedade brasileira. Afinal, tanto o desejo quanto as promessas de dias melhores (próprias do cristianismo) geram mais segurança e tranquilidade do que o investimento em possibilidades (muitas vezes remotas) de criatividade e de inovação. Ademais, há uma tendência, tanto no campo da política quanto das políticas públicas, de redução da complexidade em prol de tornar as soluções propostas pelos agentes estatais mais palatáveis e críveis e de tornar os problemas (ditos) públicos mais compreensíveis e simples. Tais simplificações, porém, pouco contribuem para reduzir as distâncias que separam os problemas existentes das soluções oficialmente implementadas.

A ‘política pública’ é, em seu desenho, uma promessa de futuro. A ‘experiência pública’, ainda que também pressuponha um desenrolar-se para o futuro e que se volte à transformação desse futuro, é, necessariamente, um **aqui-agora**. Nesse sentido, este capítulo buscou avançar na reflexão

e na definição do que uma experiência pública pode ser, contribuindo para que as experiências diárias de reinvenção – de formas de ver, agir, se organizar, liderar, conferir significados, gerir problemas – possam ganhar visibilidade e, assim, contribuir para a transformação dos territórios e para a reconstrução do tecido social, por meio da aproximação de realidades distintas, da redução das desigualdades e da democratização dos espaços de participação, de ação e de tomada de decisão. Afinal, uma experiência é pública na medida em que seus significados são publicamente construídos e publicamente compartilhados. Pensar políticas públicas, portanto, não deveria ser considerado apenas uma habilidade técnica, já que o tipo de experiência (estética) capaz de desencadear processos de aprendizagem e de aumentar a vitalidade do campo de políticas públicas não será nunca redutível a uma explicação completa ou a um tipo único de racionalidade. Isso faz das políticas públicas um fluxo estético e sensível, que em seu movimento diverso e plural deve ser capaz de oferecer, diante de situações problemáticas, outras visões de mundo, apesar do que já está pronto ou dado.

Quanto mais complexo se torna o mundo contemporâneo e, conseqüentemente, quanto mais complexos se tornam os problemas do mundo, maior a demanda por criatividade e por mais capacidade de perceber, de forma sensível, os problemas que nos afetam. Aqui, defendo que a criatividade, a reflexividade e a sensibilidade – qualidades importantes aos pesquisadores, analistas, formuladores, avaliadores e gestores de políticas públicas – podem ser desenvolvidas e ampliadas no âmbito de experiências estéticas e públicas contextualizadas, corporificadas e performativas, coletivas, contingentes, práticas e políticas. As experiências públicas, assim como a arte, em lugar de oferecer soluções ideais, agem no cotidiano, no território habitado, vivido, usado, para nos dar acesso a outras visões de mundo.

Não são necessariamente aprazíveis, não são universalmente bonitas, mas, em seu papel de provocar a dúvida, o incômodo, o estranhamento ou mesmo o rechaço, provocam, também, um reprocessamento das opiniões, dos interesses e, no limite, dos valores. Nesse sentido, as experiências públicas têm muito a contribuir. Recorrer a elas justifica-se, assim, na assunção de que um problema público-político pode ser mais facilmente resolvido ou transformado se caminarmos através do estético: não pelo caminho da beleza objetivada, mas pelo caminho de valorização de processos multissensoriais e reflexivos de experiências públicas encadeadas, que se voltam ao fazer e ao re-fazer, à transformação de algo em outra coisa. Interpretá-las, porém, exige o desenvolvimento de outros arcabouços teórico-metodológicos e analíticos, capazes de construir a inteligibilidade dessas experiências e de produzir conhecimento novo, vivo e socialmente útil. Alimentar os fluxos de políticas públicas com a maior pluralidade possível de ‘experiências públicas’ tem o potencial de provocar rupturas da ordem do sensível. A construção da visibilidade e da inteligibilidade das experiências públicas faz emergir cenas inéditas, novos modos de percepção e de circulação de informações, novas formas de economia, novos arranjos de gestão, criando, nesse movimento, possibilidades inéditas (porém viáveis).

CAPÍTULO 03

UM ARCABOUÇO PARA O ESTUDO DE EXPERIÊNCIAS PÚBLICAS: pesquisa em movimento no campo das políticas públicas

O propósito deste capítulo é demonstrar que a encruzilhada entre os estudos críticos públicas, o pragmatismo e a gestão social não é meramente teórica, mas principalmente metodológica. Por meio da elaboração de um arcabouço crítico-reflexivo e de duas matrizes analíticas, pretendo contribuir para a construção da inteligibilidade de ‘experiências públicas’ dentro do campo de estudos em políticas públicas. O que é necessário fazer (ou assumir) para que tantas experiências sistematicamente ignoradas ou desperdiçadas se tornem visíveis e possam ser interpretadas em benefício não apenas do campo, mas da democratização da democracia?

Baseio-me, mais especificamente, na “virada argumentativa” (FISCHER; FORESTER, 1993; FISCHER; GOTTWEISS, 2012) e no interpretativismo, proposto por Callahan e Jennings (1983); no pragmatismo clássico e em sua releitura francesa (DEWEY, 1927; CEFAÏ, 2011; QUERÉ, TERZI, 2015); e nos princípios ontológicos e deontológicos da gestão social, que refletem a preocupação com a produção de um tipo de conhecimento territorializado e decolonizado, pautado no fazer junto (BOULLOSA, 2013) e no fazer à lápis (CANÇADO, 2011), próprio da ciência endógena (SOUSA SANTOS; MENESES, 2009), viva (FERRARA, 1986) e socialmente útil (JAMES, 1907)⁵¹. Trata-se de um caminho análogo à proposta de Forester (2012) de um pragmatismo revisitado e crítico, mas à brasileira⁵².

51 Para mais detalhes sobre os caminhos teóricos adotados, ver Capítulo 01.

52 Afinal, estamos situados em um território de aproximadamente 8,5 milhões de km² (o continente Europeu, formado por 46 países, tem apenas 10 milhões de km², segundo Poulsen et al., 2019), habitado por mais de 200 milhões de pessoas, das quais 43,1% se autodeclaram brancas, 46,5% pardas e 9,3% pretas (IBGE, 2019). Um país com mais de 15 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza – o que significa que possuíam, em 2017, renda domiciliar per capita inferior a US\$ 1,90 por dia (cerca de R\$140,00 mensais em valores de 2017) (IBGE, 2018). Um país com taxas de analfabetismo que oscilam de 3,9% (entre a população branca) e 9,1% (entre pessoas pretas ou pardas). Em suma, um país absolutamente desigual, em que “as pessoas de cor ou raça preta ou parda tiveram rendimento domiciliar per capita médio de quase a metade do valor observado para as pessoas brancas em 2017” (idem, p. 55) e cujos índices de Gini (indicador clássico da desigualdade de renda) e de Palma (que representa a razão entre os rendimentos dos 10% mais ricos em comparação aos 40% mais pobres), vêm crescendo em todas as regiões do país (idem).

Assim, proponho a construção de um arcabouço teórico-metodológico e de duas matrizes analíticas que não sejam adotados como camisas-de-força, mas lancem luz sobre experiências levadas a cabo em contextos específicos e, assim, auxiliem-nos a interpretar ‘políticas públicas’ não como objeto ou como produto, mas como fluxos plurais e dinâmicos. Funcionam mais como mapas metodológicos ou, talvez, como meta-método, que tem como principal objetivo auxiliar a descobrir, a posteriori, se estou ou não diante de uma experiência pública. O arcabouço funciona, portanto, como um guia e fornece técnicas e instrumentos que possibilitam caminhos de pesquisa mais plurais.

Nesse percurso, é a filiação ao paradigma da gestão social que me ancora em meu ‘lugar no mundo’: o lugar de cientista brasileira, situada no sul geopolítico, em um país geograficamente amplo, culturalmente plural, socioeconomicamente desigual e politicamente conservador. Há inúmeros dados que ilustram a desigualdade, mas eles só corroboram o que pode ser facilmente sentido – na pele – quando estouramos a bolha (ver crônica do *Capítulo 01*): estamos inseridos em uma sociedade essencialmente excludente e desigual no acesso aos recursos, às tecnologias, à educação, às oportunidades de emprego, aos direitos. Uma sociedade em que não coexistem apenas diferentes espacialidades (alguns centros e muitas periferias), mas em que coexistem diferentes tempos – o que explica a convivência, em um mesmo território, dos que se locomovem à carroça e dos que utilizam aviões particulares, para citar apenas um exemplo.

Começo, portanto, apresentando as escolhas que fiz (e que julgo indispensáveis) em cada plano de pesquisa, se quisermos ver e interpretar experiências públicas como constituintes do fluxo de políticas públicas. O que precisamos assumir em termos ontológicos, para que as ‘experiências públicas’ ganhem inteligibilidade? Quais são os deslocamentos epistemológicos necessários? Que postura precisamos adotar enquanto cientistas de políticas públicas, interessados em compreender o que são políticas públicas e como podemos alargar as fronteiras do campo de políticas públicas, enriquecendo-o? O que precisamos ter em mente, no momento de desenharmos um caminho metodológico? De que instrumentos de pesquisa podemos nos valer e quais novos instrumentos podemos criar? Que materiais assumir como válidos?

Uma vez apresentadas e detalhadas as escolhas que fiz e o quadro valorativo subjacente a meus esforços de pesquisa, apresentarei, como resultado, a construção de duas matrizes analítica para o estudo de experiências públicas em movimento. Trata-se de uma proposta de caminho possível e alternativo para a construção de uma nova agenda de pesquisas no campo das políticas públicas e para uma nova postura diante dos potenciais ‘sujeitos de pesquisa’. Como mencionado no *Capítulo 01*, tomo emprestados princípios (sobretudo ontológicos e deontológicos) dos estudos críticos em políticas públicas e da gestão social, que sintetizo em dois grandes conjuntos:

1. A virada argumentativa (FISCHER; FORESTER, 1993);

2. A reflexividade-crítica (SCHÖN, 1983; FISCHER *et al.*, 2016; BOULLOSA, 2019).

E tomo emprestadas do pragmatismo três categorias:

- a) Público (DEWEY, 1927)
- b) Prática (CROSTA, 1998; 2009; FREGA, 2016)
- c) Experiência estética (DEWEY, 2010)

Foram estas ancoragens que, problematizadas e inter-relacionados no âmbito de cinco planos de pesquisa, conformaram as matrizes analíticas que construí e utilizei, para estudar uma experiência potencialmente pública. Tais matrizes são, portanto, representativa de: a) escolhas teórico-filosóficas; b) um quadro de valores específico; c) uma concepção também específica de ‘conhecimento’ e de ‘verdade’; e d) de uma estratégia de investigação condizente com os recursos disponíveis (sociais, temporais, financeiros, técnicos, intelectuais etc.).

Antes de apresentar, porém, o que é preciso assumir em cada plano e em que consiste tal arcabouço que auxiliará a ver e estudar ‘experiências públicas’ como parte do fluxo de políticas públicas, vale evidenciar, ainda introdutoriamente, o que entendo por cada plano de pesquisa:

- O plano ontológico representa o ponto de partida e a direção, diz respeito à natureza da pesquisa. É o plano que se refere ao que a realidade é ou, melhor dizendo, ao que cada um percebe como sendo a (sua versão de) realidade. Neste plano estão fundadas nossas premissas, delineadas nossas assunções de base filosófica, estão enraizados nossos códigos de interpretação (ou de decodificação) das ‘situações’, de compreensão do tempo-espaço, da ‘experiência’ escolhida e recortada. Se uma pesquisa científica pudesse ser personificada, diríamos que o plano ontológico é seu id, sua identidade, sua essência. Por isso, este talvez seja o plano que menos se transforma ao longo da pesquisa, porque tal identidade é o que garante a coerência e a lógica do desenho científico, mesmo em pesquisas altamente dinâmicas. Em termos bastante amplos e também relativamente simplistas, poderíamos dizer que o plano ontológico determina se uma pesquisa terá natureza objetiva (quando prevalecem fatos e dados, causalidades, leis universais, métricas e técnicas de mensuração e provas) ou subjetiva (quando a ênfase recai sobre outras dimensões e quando se acredita que tanto os fatos, quanto os dados e os significados são social e politicamente construídos, no curso das relações e interações que engendram as experiências). Em termos um pouco mais específicos, o plano ontológico abriga nossas escolhas filosóficas e é, portanto, a partir dele que se determina se uma pesquisa tem caráter positivista, fenomenológico, materialista-histórico, pragmatista etc.

- O plano epistemológico é o campo dos significados, das verdades derivadas, motivo pelo qual é considerado, muitas vezes, como um subplano do plano ontológico, porque está diretamente associado a ele. Este plano diz respeito a como podemos entender, objetivamente, uma realidade ou uma situação percebida. É a partir dos planos ontológico e epistemológico que conferimos significados aos sujeitos de pesquisa e é aqui, portanto, que se faz fundamental o esforço não narcísico de encontrar significação mesmo onde não conseguimos nos reconhecer de modo algum (HAN, 2019c). Este plano diz respeito à matriz epistêmica (concepções teóricas, paradigmas) mobilizada, que deve estar diretamente relacionada à corrente filosófica escolhida no plano ontológico. Metaforicamente, poderíamos compreender esse plano como as lentes cognitivas pelas quais a/o cientista observa a realidade e lhe confere significado.
- O plano deontológico está diretamente relacionado ao conjunto de valores morais e éticos da/o cientista. Conferir centralidade a esse plano, no curso de qualquer tipo de investigação, significa reconhecer a indissociabilidade entre fatos e valores e a impossibilidade de produção neutra de conhecimento. Nenhum pesquisador ou cientista é capaz de desvencilhar-se de seus vínculos socioculturais, socioeconômicos, geopolíticos, intelectuais, geracionais, étnicos, de raça e gênero etc., para fazer pesquisa ou para produzir ciência. Somos incapazes, também, de ignorar ou de abandonar nossos quadros valorativos. A relevância do plano deontológico fundamenta-se na ideia de que o lugar (entendido física ou simbolicamente) do(a) pesquisador(a) ou cientista influencia o que ele(a) vê e como interpreta o que vê.
- O plano metodológico é o plano que determina o percurso (o caminho) de construção de inferências, de respostas à pergunta de pesquisa, que pode ser abduutivo (a posteriori da experiência), indutivo (do caso para a teoria) e/ou dedutivo (da teoria para o caso). É, também, o plano em que se estabelecem os recortes espaciais e temporais (ou a escala) da pesquisa. Este plano representa, retrospectivamente, o “como foi feito”, os passos dados para percorrer o caminho, o espaço-tempo considerado, os atores tomados em consideração e as categorias analíticas adotadas. Nesse sentido, quando nos debruçamos sobre este plano, precisamos lidar com duas questões centrais: o trabalho de campo – a combinação de técnicas e de instrumentos que permitem a construção dos dados e materiais de pesquisa e a investigação de determinada situação – e a questão da escala, que segundo Castro (2000, p. 120) também deve ser entendida não como mero tamanho ou recorte geográfico, mas como “estratégia de apreensão da realidade”.
- O plano empírico é o plano da operacionalização da pesquisa, é o plano a partir do qual os dados e materiais de pesquisa serão construídos e utilizados, no decurso

da investigação, para a interpretação do sujeito de pesquisa escolhido. Para garantir a consistência do percurso, é fundamental que o plano empírico esteja coerente, sobretudo, com o plano metodológico – que estabelece os instrumentos de construção dos materiais de pesquisa. Como não é possível apreender ou reproduzir a realidade em sua totalidade, todo processo investigativo pressupõe alguma redução cognitiva. Daí a necessidade de escolher um corpo de materiais a que imputar centralidade, materiais que funcionarão como fontes primárias ou secundárias de conhecimento. Para facilitar a busca por coerência, pode ser profícua a associação, no plano empírico, dos materiais de pesquisa aos objetivos específicos da pesquisa, associando cada passo projetado no plano metodológico a uma pergunta ou subpergunta e a um corpo de materiais capazes de conduzir ao alcance do objetivo geral.

Antes de passar, portanto, à reflexão acerca do que assumi em cada um destes planos, para estudar ‘experiências públicas’ em movimento, enfatizo que a indissociabilidade entre os planos e a reflexibilidade foram princípios essenciais no meu exercício de projeção. Significa dizer que, por um lado, os “óculos” analíticos que apresento abaixo foram desenhados a partir da premissa de que, para o estudo de experiências (potencialmente) públicas, os planos de pesquisa precisam ser trabalhados em conjunto e que as matrizes analíticas não devem engessá-los. Ao contrário, devem ser adotadas como instrumentos geradores de indissociabilidade e de movimento. O que precisa ficar claro de antemão é que uma escolha no plano ontológico ou a atribuição de relevância a uma categoria em detrimento de outras têm reverberações em todos os demais planos. Do mesmo modo que os instrumentos escolhidos ou construídos no plano metodológico só permitirão a construção de determinados tipos de material e não de outros. E o que for adotado no plano empírico como material de pesquisa deverá refletir, necessariamente, as assunções ontológicas e epistemológicas assumidas previamente.

Com essa indissociabilidade em mente, entendo que o desenho de cada plano de pesquisa, tantas vezes negligenciado em nossos processos, é um importante passo de projeção. O que determinará suas fronteiras são nossas escolhas. A partir das minhas, proponho uma matriz analítica multi-instrumental e, em seguida, proponho que tudo isso seja colocado em movimento, de modo a formar um fluxo de análise. O movimento, além de integrar os planos de pesquisa, lembrando-nos de sua indissociabilidade, cria um novo campo de possibilidades, que pode se ampliar indefinidamente, a depender da força centrífuga gerada pela experiência pública inserida em seu centro. A validade (ou a utilidade social) da proposta emerge, portanto, da coerência entre os planos e do campo de possibilidades interpretativas que ela abre, e não necessariamente de fatores como neutralidade, objetividade, verificabilidade ou falseabilidade. À exemplo do que faz Exu enquanto enugbarijó – uma de suas múltiplas facetas – (RUFINO, 2016), a proposta é engolir todas as escolhas feitas em cada um dos planos, para, na encruzilhada, cuspir algo novo: uma saída nova, que permita o estudo implicado de experiências potencialmente públicas.

1 PLANOS DE PESQUISA E EXPERIÊNCIA PÚBLICA: O QUE PRECISAMOS ASSUMIR EM CADA PLANO?

É possível que a aproximação teórica entre o pragmatismo, os estudos críticos em políticas públicas e a gestão social seja suficiente para enxergarmos experiências públicas e presumirmos seu potencial de transformar realidades concretas. Tal aproximação teórica não basta, porém, para que uma experiência pública se torne, também, inteligível. Se ver algo novo envolve inflexões nos planos ontológico e deontológico, interpretar criticamente algo novo exige mudanças significativas nos planos epistemológico, metodológico e empírico. São movimentos complexos, mas essenciais, se quisermos conferir inteligibilidade às experiências públicas, situando-as no fluxo de políticas públicas. Não há, porém, como naturalizar, automatizar ou artificializar tais movimentos (de autocrítica e de autorreflexividade). São possíveis apenas se guardarem, de fato, coerência com o quadro valorativo e com a postura investigativa de cada pesquisador(a).

Aqui, proponho-me a tal movimento porque acredito que não exista pensamento que possa ser impulsionado apenas por dados objetivos e porque concordo com Han (2019c) que a ciência positivista, movida apenas por dados, não produz conhecimento ou verdade, mas “informações que, enquanto positividade, nada mudam nem nada enunciam (IDEM, p. 90). O conhecimento precedido por uma experiência, ao contrário, “pode abalar tudo que-já-tem-sido e fazer surgir algo totalmente distinto”, pode transformar por meio da inquietação e da reflexão (HAN, 2019c, p. 90). Com isso em mente, vamos aos planos desta pesquisa.

1.1 Plano Ontológico

Em termos ontológicos, assumo que mesmo as estruturas mais profundas, seja do mundo simbólico ou do mundo sensível, são suscetíveis à modelagem ou à mudança. A vinculação à tradição construtivista – sobretudo no que diz respeito ao construtivismo social de Berger e Luckmann (1999) e à ideia de que a cada realidade ou contexto social específico corresponde a uma forma diferente de conhecimento – é fundamental nesta pesquisa, por três motivos principais: 1) para que me mantenha coerentes com o pós-positivismo defendido no âmbito dos *critical policy studies*; 2) para me manter coerente com o pragmatismo de Dewey (2010), que assim como Berger e Luckmann, eleva a vida cotidiana ao status de realidade por excelência; 3) para que possa sustentar o estudo de ‘políticas públicas’ não como objetos ou produtos da ação de atores (sejam eles estatais ou não), mas como processos.

O paradigma construtivista, além de nos lembrar que “não faz sentido separar o real do construído, porque tudo o que existe, existe porque foi construído” (SOUSA SANTOS, 2008, p. 149), permite trazer intuições pré-teóricas para o centro da pesquisa – para que, então, possam ser submetidas à criticidade e à reflexividade, caso se provem consistentes. Ser construtivista, no campo das políticas públicas, significa compreender que não se pode medir definitivamente o sucesso ou o fracasso de uma política pública, seja porque a política pública não é um produto fechado, seja porque os problemas sociais não podem ser definidos de forma meramente objetiva (VLASSOPOULOU, 2005). Por meio da ancoragem neste paradigma, coloco o processo de definição de problemas públicos ou, em outras palavras, as situações de políticas públicas, no centro das análises.

A construção da inteligibilidade das experiências públicas, no campo de estudos em políticas públicas depende, nesse sentido, de algumas assunções centrais (também ontológicas):

1. Assumir que a investigação de experiências públicas é de natureza francamente subjetiva. Significa reconhecer que tal investigação não poderá se pautar apenas na observação (uso?) de dados convencionais das *policy sciences* ou das ciências políticas, sobretudo porque para compreender ‘experiências públicas’ é preciso observar afetos, emoções, sensibilidades, ritmos, dramas, performances, estéticas, linguagens diversas, vivências subjetivas, representações simbólicas, visões de mundo, práticas múltiplas, diversas racionalidades etc.
2. Assumir o pragmatismo como corrente filosófica fundante, buscando deslocar a Filosofia da Academia para as ruas (DARBY; SHELBY, 2005) – o lugar aonde precisamos ir, quando nos propomos a estudar ‘experiências (potencialmente) públicas’. Significa conferir às noções de experiência, de público e de prática (situada) uma posição privilegiada, adotando-as não apenas como conceitos teóricos, mas como categorias analíticas e como os próprios materiais de pesquisa. Nesse sentido, estas três categorias constituem meu horizonte ontológico de investigação e um código, para a interpretação da ‘experiência pública’ escolhida. A hipótese de que uma experiência específica pode constituir como ‘experiência pública’ deve estar fundamentada, por sua vez, em uma experiência concreta, vivida na prática. Trata-se de um ponto de partida fundamental, porque é desta experiência que surgirão, abduktivamente, perguntas de pesquisa e caminhos investigativos (e não o contrário). É importante perceber que, se optasse por outro código – como dados positivos ou quantitativos, evidências técnicas ou documentos produzidos pelo Estado, por exemplo – pretensamente neutro e dissociado do pensar filosófico, como é mais comum nos frameworks racionais de análise de políticas públicas, minhas perguntas e meus caminhos não estariam errados, mas seriam outros. Do mesmo modo, se adotasse a comunicação competente como código, a

exemplo dos modelos habermasianos de análise (HABERMAS, 1986), a pergunta e o caminho também seriam diferentes.

3. Assumir a virada argumentativa e os princípios pós-positivistas de construção de conhecimento. Isso significa, entre outras coisas, substituir a prova ou a verificação científica pelo argumento e pelos valores a ele subjacentes; substituir a racionalidade objetivista e instrumental pelo raciocínio-no-contexto, que pressupõe a coexistência entre diferentes tipos de racionalidade (FISCHER, 2016). Significa substituir, também, os textos de autoria do Estado ou de autoridades específicas por análogos de textos, construídos por múltiplos públicos e por mini-públicos (DRYZEK; NIEMEYER, 2008), a partir de múltiplas linguagens e interpretações (TAYLOR, 1971; YANOW, 2016). Assumir a virada argumentativa como princípio ontológico significa ver políticas públicas como fluxo (BOULLOSA, 2013; 2019) e não apenas como meio para atingir fins pré-estabelecidos, pré-determinados ou pré-planejados pelo Estado e por seus agentes, 'de cima para baixo'.
4. Assumir a gestão social como paradigma que singulariza a análise de experiências públicas levadas a cabo no território brasileiro, em um esforço contínuo de decolonizar a pesquisa em políticas públicas e de conferir ao pragmatismo clássico estadunidense um caráter mais crítico, como defendido por Forester (2012), adequando-o às especificidades de nosso tempo e de nosso espaço. Esta assunção pressupõe, em primeiro lugar, um posicionamento crítico com relação às tentativas de enquadramento de novas experiências e de novos arranjos governativos em uma ótica predominantemente neoliberal ou associada à gestão estratégica; e, em segundo lugar, o reconhecimento de que novas formas de associação e de gestão de situações problemáticas – que privilegiam a tomada de decisão dialógica, horizontal, inclusiva, coletiva, transparente e livre de coerção, comprometidas com o desencadeamento de processos de aprendizagem e de coprodução, voltados à emancipação social e ao aprofundamento democrático – além de alinhadas aos princípios da gestão social, constituem tecnologias sociais (FRANÇA FILHO; BOULLOSA, 2015). Empreender investigações, no campo das políticas públicas, a partir deste paradigma, significa, ainda, reconhecer que todo conhecimento é provisório e resultante de um fazer coletivo pautado na experiência. Assumindo a gestão social não como ponto de partida ou de chegada, mas como processo, encontrei a possibilidade de articular, organicamente, diferentes saberes, de construir outras formas de pensar e de fazer a realidade e, também, de me refazer, reflexivamente, enquanto pesquisadora e cientista do campo das políticas públicas.

1.2 Plano Epistemológico

As coisas – objetos, pessoas, eventos do mundo – não têm em si qualquer significado estabelecido, final ou verdadeiro. Somos nós – na sociedade, nas culturas humanas – que fazemos [através da linguagem] as coisas significarem (Hall, 1997, p. 61).

É comum, no meio acadêmico, a reificação da epistemologia como sinônimo de conhecimento científico. Como se o estudo da ciência, portanto, fosse neutro. Defendo, ao contrário, que o questionamento do caráter monolítico dos cânones epistemológicos seja constante e que o plano epistemológico se abra a um conjunto plural de reflexões, interpretações, visões de mundo, diferentes modos de fazer, de ideias, de crenças, de valores (individuais e coletivos), que emergem não de conhecimentos abstratos, mas de conjuntos de práticas e de experiências coletivas, de reconhecimentos, de autoconhecimentos e, também, de ignorâncias; ou, nas palavras de Sousa Santos (2008, p. 23) que a epistemologia se abra a uma “ecologia de saberes” ou uma ecologia de práticas, entendendo que todo conhecimento é inter-conhecimento. Assim, no plano epistemológico, assumo o argumentativismo dos estudos críticos em políticas públicas – por não separar fato e valor (MAJONE, 1989) e porque objetiva, pela promoção de conversas multivocais (FISCHER, 2016) democratizar os fluxos de políticas públicas e, conseqüentemente, a própria democracia. Se é a interpretação que dota de significado tudo o que toca (RUIZ, 2003) e se ela depende de onde estamos e dos códigos que dominamos, é essencial que tais fluxos sejam capazes de abarcar múltiplos argumentos, produzidos por diferentes atores. Defendo, a partir disso, três deslocamentos epistemológicos em relação às tradições do campo de estudos em políticas públicas:

1. O primeiro deslocamento está pautado na adoção de outra noção de ‘conhecimento’, afastando-me dos registros positivistas e aproximando-me do pós-positivismo defendido, no âmbito das políticas públicas, por autores como Fischer & Forester (1993) e Fischer (2016). Para além das perspectivas de produção indutiva/dedutiva de conhecimento, defendo que o conhecimento novo, vivo e socialmente útil, tal como defendiam Peirce (2005), Ferrara (1986), Fischer (2016) e Han (2019c), só pode ser produzido a posteriori da experiência, ou seja, abducativamente. No campo das políticas públicas, isso significa reconhecer que o Estado – com suas instituições, agentes e especialistas – e/ou os atores detentores de poder financeiro ou de poder de decisão não são os únicos produtores de argumentos e de significados e, portanto, as únicas fontes de conhecimento de e para políticas públicas.

Trata-se de um descolamento que desencadeia preocupações já discutidas por Sousa Santos e Meneses (2009). A primeira diz respeito à urgência de problematizarmos,

também no campo das políticas públicas, a produção de conhecimento assentado em experiências de sociabilidade predominantemente metropolitanas, centrais ou estadocêntricas, o que desenha, diariamente, nas palavras de Sousa Santos (2007), uma linha abissal que separa a realidade social em dois mundos: um mundo em que o funk e a estética da favela (geograficamente deslocada) são mercantilizados e romantizados, tornando-se cenário, por exemplo, de festas em bairros nobres das capitais brasileiras ou de festivais nacionais de música, inseridos nos principais circuitos de produção e difusão cultural (ALVES, 2018; PITOMBO, 2019); e outro mundo, temporalmente contemporâneo ao primeiro, em que o mesmo funk e a mesma estética da favela (geograficamente situada) são criminalizados e se tornam cenário, por exemplo, de violenta repressão policial, como no recente (e talvez mais violento) caso, ocorrida chacina ocorrida em Paraisópolis, na Zona Sul de São Paulo (TOMAZ, 2019; RODRIGUES; PAULUZI, 2019).

Nesse sentido, estou preocupada em pensar e refletir de forma pós-abissal – reconhecendo a existência dessa linha, denunciando-a e procurando superá-la. Este deslocamento epistemológico depende, porém, de pensamento reflexivo – do movimento pendular entre a dúvida e a perplexidade; a situação problemática e a inquirição (inquiry). Daí a busca por materiais capazes de resolver a dúvida (DEWEY, 1910) – o que, em termos pragmatistas, perpassa todos os planos de pesquisa, mas encontra lugar especial nos planos deontológico e metodológico, uma vez que o ‘pensamento reflexivo’ constitui uma ferramenta, uma estratégia cognitiva, com vistas à “solução” de um problema, o que nunca se confunde, para Dewey (idem), com a busca da “verdade”.

2. O segundo deslocamento está pautado na adoção de um conceito de ‘verdade’ que seja coerente com meu plano ontológico. Para que sejamos capazes de reconhecer experiências públicas como parte dos fluxos de políticas públicas e compreender suas possíveis contribuições ao campo, é fundamental adotar uma noção pragmatista de ‘verdade’, sempre provisória (MEAD, 1934), situacional (DEWEY, 1908; 2007) e associada ao que é útil (JAMES, 1907). Nesse sentido, o estudo de experiências públicas não pode se pautar, exclusivamente, em teorias científicas ou em conhecimentos já estabelecidos ou consolidados, mas precisa considerar uma pluralidade orgânica de saberes, como defendido por Sousa Santos (2007).

Linguagens, objetos, atos, valores, crenças, emoções, sensações – símbolos em geral – tornam-se fontes de produção de conhecimento e de interpretação de toda experiência. Tanto no âmbito do pragmatismo como no do pós-positivismo, o mundo real não é tomado como uma entidade fixa e imutável e as “verdades”, se existem, só podem existir no plural, porque são construídas, processual e situacionalmente, a partir das experiências. E cada um dos elementos que a compõe – da linguagem à emoção – é também situacional e impregnado, ao mesmo tempo de objetividade e subjetividade, orque mesmo uma emoção “é para, de ou sobre algo objetivo, seja na realidade ou no

pensamento” (DEWEY, 2010, p. 156). Quando falo de emoções e sensações no campo das políticas públicas, não estou me referindo às emoções genéricas ou internamente completas em si mesmas. Não me refiro, por exemplo, ao medo em si, mas ao medo-de-algo-específico-em-um-tempo-e-em-um-lugar-específicos, o medo que influencia a tomada de decisão e o próprio curso da ação, por exemplo.

3. O terceiro deslocamento, mais específico e relacionado ao campo de estudos em políticas públicas, é um deslocamento de cunho conceitual. Filiar-se à corrente pragmatista e às abordagens pós-positivistas em políticas públicas pressupõe abandonar a ideia de que políticas públicas são fenômenos exclusivamente gerenciais, administrativos ou técnicos, e aceitar que, além disso, são fenômenos sociopolíticos, culturais, estéticos e imaginativos – afinal, as políticas públicas são promessas de futuro. Tal deslocamento terá reverberações importantes nos planos metodológico e empírico, pois implica na adoção de uma perspectiva sociocêntrica (em lugar da tradicional abordagem estadocêntrica) e na adoção de materiais de pesquisa não tradicionais neste campo de estudos, como veremos no plano empírico.

Não se trata, como acentua Fischer (2016) de mudanças desimportantes, uma vez que esses deslocamentos epistemológicos vêm ampliando e transformando, significativamente, o campo de estudos em políticas públicas, ao menos em termos intelectuais. Trata-se de lançar sobre o campo uma visão crítica, capaz de deslocar o esforço de apreender a realidade, para o esforço de interpretá-la a partir de narrativas, de discursos, de argumentos, de pontos de vista, de ideias, de processos sociais etc., e a partir, sobretudo, de nossas próprias crenças e valores. É nesse sentido que defendo que, para estudar experiências públicas em movimento, precisamos nos colocar, também, em movimento.

À noção de ‘política pública’ desenvolvida por Boullosa (2013, p. 77), permito-me acrescentar que, para além de serem fluxos “de ações e intenções ativadas por diferentes atores” esses fluxos são qualitativamente complexos, justamente por serem multidirecionais e multisensoriais, conformados por uma quantidade infinita e inapreensível de práticas individuais e coletivas, que se articulam e que são capazes de conformar e de construir uma mesoescala de práticas e situações de políticas públicas. Isso se aproxima, em alguma medida, do que Cefai (2017) denomina de “arena pública”: campos de experiência coletiva voltados à definição de problemas públicos, à identificação de bens e de interesses comuns, à deliberação, à avaliação de consequências e à ressignificação de situações problemáticas; conjuntos de

acomodamentos e competições, de negociações e arranjos, de protestos e consentimentos, de promessas e engajamentos, de contratos e convenções, de concessões e compromissos, de tensões e acordos, mais ou menos simbolizados e ritualizados, formalizados e codificados, em que está em jogo um interesse público (...) [que] configuram territórios, conhecimentos, tecnologias, organizações e instituições (...), visando realizar um bem público ou evitar um mal público (CEFAI, 2017, p. 208).

Aderir ao pragmatismo, no plano epistemológico, significa reconhecer que públicos, práticas e experiências são fontes de conhecimento, de normatividade e sua própria prova de verdade.

1.3 Plano Deontológico

Mautratá / A gramáthika /

E jogar a culpa / Na lissenssa poéthika

Rapper Renan Inquérito (2014)

Sempre que pretendemos construir a inteligibilidade de algo tradicionalmente invisibilizado ou marginalizado em um campo científico, o plano deontológico assume relevância especial, porque diz respeito à posição da/o cientista, em relação a um determinado campo de conhecimento. Problematizar este plano significa refletir sobre a própria postura, sobre as relações que nós, cientistas, estabelecemos entre objetos e sujeitos da pesquisa, no curso da investigação. Estudar experiências públicas, da forma como venho defendendo, exige que a/o cientista não apenas se situe no campo de estudos em políticas públicas, como se posicione em seu espectro mais sociocêntrico e mais pós-positivista desse campo, como defendido por Fischer (2016). Para mim, pesquisadora brasileira, são os princípios da gestão social que permeiam meu fazer científico. Pautada na dialogicidade, na horizontalidade, na coletividade e no compromisso com processos de aprendizagem e de co-produção do conhecimento, busco defender que as relações entre o(a) pesquisador(a) e seu sujeito de pesquisa sejam as mais simétricas possíveis (ainda que a simetria absoluta seja impossível) e que o questionamento dos cânones do conhecimento, das categorias e das teorias seja uma constante, porque, como lembra Sousa Santos (2016) tudo isso, que teimamos em não questionar, é responsável pela criação de invisibilidades e de ausências que logo nos baterão à porta ou que irromperão as fronteiras dos nossos campos científicos, sem pedir licença para entrar.

Diante disso, é importante enfatizar que só nos sentimos confortáveis com uma corrente filosófica e só podemos desenhar e colocar em prática uma pesquisa, se acreditamos em sua validade, se o caminho desenhado for coerente com nosso quadro valorativo, com nossa posicionalidade científica, mas também com nossa postura enquanto sujeitos sociais. Assim, o arcabouço de análise que proponho aqui está ancorado em três posturas (ou valores), explicitados abaixo:

1. A postura reflexiva (ou, simplesmente, a reflexividade) é central às três perspectivas teórico-metodológicas que mobilizo no âmbito desta pesquisa. É central nos Critical Policy Studies, que consideram a reflexividade como um pré-requisito da própria criticidade (FISCHER, 2016b; BRAUN, 2016; LUKE, 2016; ZITTOUN, 2019). É central no pragmatismo de Dewey (1910), par quem o pensamento reflexivo é a estratégia cognitiva

por meio da qual se constituem as comunidades de investigadores, os públicos – sendo a própria condição para rupturas (DEWEY, 1927). E é central na gestão social, que enfatiza, fundamentalmente, nossa capacidade de pensar enquanto fazemos. Portanto, é o pensamento reflexivo que me move de uma situação problemática inicial a outra situação, subsequente, não necessariamente solucionada, mas resignificada ou reordenada. Esta, porém, não é uma qualidade inerente aos sujeitos ou uma habilidade que pode ser, de uma vez por todas, aprendida ou adquirida. A reflexividade – teórica, epistemológica, metodológica, deontológica e analítica – deve constituir uma busca permanente, porque diz respeito à capacidade de reflexão-na-ação ou de pensar em ação (SCHÖN, 1983), uma qualidade que transcende o indivíduo e que deve culminar em um exercício coletivo, para que possamos nos reconhecer e agir como públicos de nossos próprios problemas (CEFAÏ, 2011).

2. A postura decolonial implica na crítica contundente à primazia da racionalidade tecnocientífica e econômica, que concentra a tomada de decisão em pequenos grupos de experts, estreitando as fronteiras do campo das políticas públicas. A partir desse reconhecimento, uma postura decolonial exige o compromisso ético com a ampliação das fronteiras, para que mais pessoas, práticas e experiências – produtoras de formas de conhecimento não hegemônicas, tradicionalmente marginalizadas ou excluídas dos processos de políticas públicas – possam ganhar visibilidade e inteligibilidade (GÓMEZ LECHAPTOIS, 2014). Adotar uma postura decolonial significa problematizar a exclusividade de referenciais teóricos provenientes de países que pouco se parecem com o nosso, escritos por autores que tem pouco ou nenhum conhecimento acerca das especificidades da realidade brasileira e significa, ainda, problematizar e refletir acerca dos limites da aplicação de modelos e da transferência de políticas públicas entre diferentes contextos políticos, culturais, históricos, econômicos etc. (DÁVILA; SOTO, 2011). Não significa, contudo, desconsiderar todo o conhecimento produzido em outro tempo ou em outro lugar, mas lançar um olhar crítico a estes cânones epistemológicos (CONNELL, 2012), colocando-os em diálogo com outras perspectivas e propondo alternativas de superação das lacunas que tais perspectivas produzem, o que busco fazer a partir da encruzilhada previamente discutida. A promoção desse tipo de diálogo, portanto, precisa passar por duas compreensões: a de que o conhecimento, além de decolonial, deve ser decolonizador e de que esse tipo de conhecimento é sempre resultante do fazer coletivo e situado; e a de que, se pretendemos ampliar as fronteiras do campo das políticas públicas, não podemos reduzir políticas públicas a um tipo único de racionalidade, excluir outras gramáticas ou formas de pensar, falar, fazer, se associar ou gerir situações problemáticas.
3. Postura de ouvinte ativo: “Eu falo, falo – diz Marco –, mas quem me ouve retém somente as palavras que deseja. (...) Quem comanda a narração não é a voz: é

o ouvido” (CALVINO, 2003, p. 57). A escuta ativa, cautelosa e crítica configura a própria essência da análise e do planejamento de políticas públicas (FORESTER, 2006) e, portanto, constitui uma habilidade essencial não apenas da/o pesquisador/a ou cientista em políticas públicas, mas de todos aqueles que pretendem compreender, explicar e transformar os mundos. A escuta atenta extrapola nossa capacidade de perceber pelo sentido da audição. Significa dar atenção, levar a sério, lançar sobre o outro um olhar real, demonstrar a preocupação condizente com a gravidade da situação, demonstrar respeito, reconhecer as reivindicações e os sentimentos do outro, aprender com a vida do outro. Para ouvir atentamente, precisamos dos olhos, da expressão facial, das emoções, na pele, da consciência sobre o que ouvimos, precisamos de todo o corpo. Ser um ouvinte ativo pressupõe ativar o próprio corpo, em uma situação específica e colocá-lo em relação ao corpo do outro, porque não é possível escutar ativamente, sem estar corporalmente presente. A escuta ativa seria descrita, por Dewey (2010) como uma experiência estética, porque não existe nem ver nem ouvir separados da emoção. Ela exige um “ângulo de observação” específico, pressupõe a proximidade e pressupõe uma comunidade de ouvintes, que desaparece se desaparece o dom de ouvir (BENJAMIN, 1987, p. 200). Por fim, vale enfatizar que ouvir ativamente é o oposto de colher informações como se fossem frutos em uma árvore. Ser um ouvinte ativo é o oposto de ser um ouvinte (pretensamente) neutro ou um ouvinte preocupado, a todo o momento, em transmitir um ar profissional, desapegado, desimplicado, objetivo ou racionalmente profissional. Ouvir atentamente envolve dar lugar à sensibilidade emocional ou à capacidade de resposta afetiva (NUSSBAUM, 1990), significa transportar-se, deslocar-se a partir da escuta, para outro espaço e para outro tempo. É, entre outras coisas, a postura de ouvinte empático e ativo que permite, ao/à pesquisador(a), mover-se para fora de suas estruturas valorativas, entrar em contato com outras lógicas, racionalidades e linguagens. É o que permite fazer pesquisa não apenas aplicada, mas implicada. Como lembram Connell (2012) e Green (2014), mais do que “dar voz” ou deixar os outros falarem, precisamos refletir sobre nossa capacidade de escuta. Trata-se de um desafio ético, que consiste em:

olhar para os outros humildemente e escutá-los, em lugar de julgar arrogantemente aquilo que desconhecemos, dando peso igual ou maior àquelas vozes que foram comumente silenciadas ou desrespeitadas no passado, refletindo, especialmente, sobre o fato de que nossas facilidades na vida foram conquistadas às expensas deles (GREEN, 2014, p. 88).

4. Por fim, é importante adotar a postura de aprendiz que, além de ser essencial em qualquer processo de investigação, é apontada crucial para a própria revitalização do empoderamento democrático, seja por meio do engajamento político, da construção de novas agendas de pesquisa, da interação entre comunidades políticas de praticantes. Este posicionamento dialoga, diretamente, com o conceito deweyano de democracia

criativa, porque para Dewey (1998), o processo democrático é aquele por meio do qual logramos administrar disputas, controvérsias e conflitos de forma cooperativa, sem negar àqueles que discordam (mesmo profundamente) de nós a possibilidade de se expressar e de nos ensinar algo novo. Adotar uma postura de aprendiz significa conferir mais valor ao processo de experiência e de aprendizagem, do que à própria solução do problema (DEWEY, 1998 [1939]). É a postura de aprendiz – a que subjazem os valores da curiosidade, da imaginação e da reciprocidade – que nos move em busca da produção de novos significados para coisas consideradas fixas (QUÉRÉ; TERZI, 2015). Ouvir e aprender com a vida dos outros, com a diferença e por meio do compartilhamento de experiências está no centro da filosofia pragmatista (DEWEY, 2010; GREEN, 2014), porque quando uma experiência desencadeia um processo de aprendizado social, capaz de promover o double loop discutido por Argyris e Schön (1978) – aquele que promove mudanças tanto no conhecimento quanto nos valores dos atores – temos uma ‘experiência pública’. Dewey (1934, p. 15) chama de ‘ajuste’ (adjustment) essa situação de mudança mais complexa, que nos transforma de maneira voluntária e duradoura e que transforma, também, aquilo que nos rodeia. Por fim, vale dizer que o pensamento reflexivo e a postura de aprendiz são soterrados pela padronização, pela homogeneidade, pela conformidade e por uma vida cotidiana suprimida de sua dimensão estética e artística, alijada da participação política na vida democrática (MARCONDES, 2017). Assim, ganham relevância os valores da curiosidade e da imaginação porque são o motor da ação exploratória do futuro, o motor de busca criativa por novos significados, novos arranjos e novas soluções (DEWEY, 1910). Nesse sentido, curiosidade, imaginação e reciprocidade têm um papel fundamental no processo de resolução de situações problemáticas ou de problemas públicos, porque, por meio delas, somos capazes de relacionar a experiência do outro à nossa própria experiência, somos capazes de ter empatia e de co-elaborar, a partir do engajamento em experiências públicas, soluções para situações problemáticas. Sem imaginação, nossas práticas seriam apenas mecânicas e nosso agir seria sempre padronizado. Sem imaginação, não seríamos capazes de ver nenhum objeto já conhecido, sob uma nova luz.

1.4 Plano Metodológico

O método é uma arma social e política

Sartre, 1984

Eu me armei com minhas rima e o rap veio pra cobrar (...)

tomei sua mente de assalto e é melhor nem reagir

Trecho da música ‘Melhor não reagir’, do grupo Viela 17 (2014c).

Ainda que a abdução seja um método de construção de inferências, a lógica abductiva de investigação deve perpassar todos os planos da pesquisa, do ontológico ao empírico, porque, se queremos ver, compreender e interpretar ‘experiências públicas’, tanto a experiência empírica – concreta, vivida, real, prática – quanto a experiência estética – sensível, compartilhável – devem estar no centro da investigação. Neste plano, assumo, como pilar, o esforço permanente de reflexividade, por meio do que me comprometo com o questionamento contínuo do que está dado e com a imaginação de outros mundos possíveis. Daí porque ressalto, no plano deontológico, a importância da coerência entre nossos quadros valorativos e nossas escolhas intelectuais. Pautada em valores progressistas, acredito que as fronteiras do campo de políticas públicas e que as linhas e muros que separam, física e simbolicamente, pessoas e territórios, precisam ser deslocadas, para que mais gente e mais experiências caibam do lado de dentro, tornando este lado cada vez mais repleto, mais plural, mais heterogêneo e mais complexo, ainda que isso implique em mais incerteza e divergência de interesses, opiniões, argumentos e valores.

Em termos gerais, meu caminho metodológico reuniu os três movimentos propostos por Peirce (2005) – em termos de **Primeiridade** (ou abdução: o movimento de passagem da experiência à dúvida), o lugar onde se encontra uma história, a experiência concreta a partir da qual se constroem ideias e perguntas; de **Secundidade** (ou indução: movimento por meio do qual se sistematizam e se testam ideias e hipóteses); e de **Terceiridade** (ou dedução: movimento pelo qual nossas ideias podem ser generalizadas, dando origem a novas teorias, leis ou experiências).

- Abductivamente, a partir de uma espécie de afetação pela experiência (FAVRET-SAADA, 1990), encontrei uma história que me atingisse, que me tocasse emocionalmente – a história do Movimento Hip Hop da Ceilândia (entendida como uma situação de política pública) – e busquei compreendê-la, problematizá-la, e articulá-la ao campo das políticas públicas. Ver esse caso como experiência pública exigiu ‘mergulhar’ na experiência (SOUZA, 2007), narrá-la diversas vezes a pessoas diferentes, discuti-la e debate-la em eventos, no âmbito do Grupo de Pesquisa “Processos de Inovação e Aprendizagem em Políticas Públicas e Gestão Social” e em sala de aula, tanto no Departamento de Gestão de Políticas Públicas (GPP) - UnB, quanto no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI) - UnB.
- Indutivamente, mobilizei a filosofia pragmatista, as teorias críticas em políticas públicas e a gestão social e, do diálogo entre estes diferentes conjuntos teórico-metodológicos, derivei categorias e princípios, a partir dos quais foi possível construir uma matriz de análise que permitisse ver e interpretar experiências públicas no campo das políticas públicas. Em seguida tomei os caminhos do trabalho de campo: primeiro, analisei o movimento hip hop como um produtor de argumentos (MAJONE, 1989; FISCHER; FORESTER, 1993), a partir de textos e análogos de textos (TAYLOR, 1971); então, passei a vê-lo como experiência pública, com auxílio do arcabouço construído.

- Dedutivamente, construí novos significados – atribuindo centralidade à dimensão estética das políticas públicas e desenvolvendo a noção de ‘experiência pública’ (Capítulo 02); apresentei contribuições (reais ou potenciais) do Movimento Hip Hop, para o campo de políticas públicas e problematizei seus limites (Capítulo 04 e 05); e acrescentei, às matrizes analíticas construídas (Capítulo 03), generalizações acerca das possíveis consequências que o estudo de experiências públicas pode aportar a este campo de estudos (Capítulo 05 e Batalhas Finais).

Tratou-se de um caminho que não foi nem prévia nem integralmente pensado (predefinido), mas que envolveu profunda reflexão, intenso vai-e-vém e inúmeros redesenhos, entre caminhadas teóricas e práticas, observações mais ou menos participantes, cadernos de campo, registros fotográficos, escuta ativa, trocas e compartilhamentos de afeto e de informações, que fizeram com que essa pesquisa não se resumisse a um processo de construção de conhecimento científico, mas que se constituísse, também, como o eco experiências individuais e coletivas que só se revelaram na prática e cujas reverberações ainda se farão sentir, para além de seu término.

Diante do exposto, emergiram cinco necessidades no curso da pesquisa:

1. Abandonar a ideia de objeto de pesquisa e adotar a noção de sujeito de pesquisa, em consonância com o que assumi nos planos ontológico e epistemológico com a ideia de que a construção de conhecimento novo, socialmente útil e democrático, depende de relações, o que exige que estudemos com os sujeitos de pesquisa e não sobre sujeitos;
2. Resistir ao fetiche da ‘história única’ (ADICHIE, 2009) e assumir aquela ideia de que só se produz teoria no ‘centro’ não como fatalidade, mas como uma possibilidade revolucionária de (re)localização dos centros (CONNELL, 2012);
3. Construir um percurso de pesquisa multimetodológico, multi-instrumental, e, portanto, multidisciplinar (FISCHER, 2016), em franco diálogo com pesquisas de natureza etnográfica;
4. Construir, analiticamente, uma escala intermediária de políticas públicas (mesoescala), a partir da qual seja possível observar não apenas práticas individuais, pontuais ou isoladas, mas práticas que articulam micro ou nanoescalas (não apenas a escala dos bairros, mas a escala das ruas, das praças, das calçadas, das casas) a macroestruturas estatais ou institucionais, uma escala que combine o “olhar de longe” com um olhar que exige “estar dentro” (SOUZA, 2007, p. 101-102): uma combinação capaz de revelar as especificidades de cada prática, mas também as semelhanças (ou padrões) entre elas e seus rebatimentos no território, nas instituições, no aparelho estatal, na política institucional, etc.;

5. Substituir a perspectiva estadocêntrica, dominante no campo das políticas públicas, por uma perspectiva sociocêntrica (que busca não apenas conferir protagonismo a atores-agentes sociais em sentido amplo, mas, também, superar a dicotomia Estado-Sociedade);

Sobre os instrumentos e técnicas de pesquisa (escolhidos ou construídos), era importante que permitissem uma “enquete de terrain” crítica e reflexiva (CEFAÏ, 2003); o estudo de um “caso” ou situação de experiência pública, que permitisse capturar as especificidades das situações de forma dialógica, integrativa e colaborativa e o permitisse o acesso às categorias analíticas escolhidas (prática, experiência estética e público, no meu caso). Isso porque os instrumentos devem permitir, além de conhecer sobre, conhecer com (SOUSA SANTOS, 2019). Devem permitir “descer aos detalhes” (GEERTZ, 1989, p. 38) e acrescentar, à cultura, certo grau de preocupação política – preocupação com as consequências futuras das experiências, preocupação com a comunicação aberta e com a participação inclusiva e irrestrita, preocupação com a intensificação da democracia – tanto no fazer político cotidiano quanto no fazer político institucional. Nesse sentido, elenco três macroestratégias de pesquisa, que se desdobram em um rol não taxativo de técnicas e instrumentos de construção de dados e materiais de pesquisa:

a) Escuta ativa e em movimento:

- i. Vivência (presença corporificada no território): escutar histórias, ouvir e aprender com as experiências dos outros.
- ii. Observação não participante em espaços múltiplos, capaz de revelar o trânsito de práticas de um terreno a outro;
- iii. Observação participante: escutar com todo o corpo, envolver-se, engajar-se, aprender fazendo.
- iv. Entrevistas primárias (realizadas pelo investigador-interlocutor):
 - Entrevista formal (agendadas, dirigidas e gravadas) – com amostragem e sujeitos pré-definidos pelo mapeamento de atores e grupos e complementada pela técnica ‘bola de neve’, com o cuidado de garantir representatividade territorial, de gênero, de raça, de classe, de etnia etc.;
 - Entrevista informal (conversas improvisadas, não dirigidas, mas que assumem o caráter de entrevista, por se desenrolarem em um modelo pergunta-resposta);
- v. Rodas de conversa ou Palestra – amostragem definida pelo mapeamento de eventos;

vi. Conversas multidirecionais (DRYZEK, 2006);

b) Rastreamento-Mapeamento⁵³:

i. De atores individuais;

ii. De grupos;

iii. De histórias e estórias;

iv. De eventos;

- reuniões, encontros, feiras, oficinas, saraus, festivais, competições, shows, exposições fotográficas, peças teatrais, debates etc.;

v. De práticas;

- socioterritoriais, artístico-culturais, econômicas, políticas mercantis, estéticas, formativas, afetivas etc.;

vi. De momentos críticos/situações problemáticas;

vii. De conflitos;

viii. De argumentos e valores;

c. Pesquisa ‘documental’ e registro orgânico da experiência em campo: instrumentos para interpretação qualitativa e axiológica de documentos, verbais e não verbais.

i. Caderno de campo: em que se relata o observado, o vivido, o sentido;

ii. *Corpus* documental alternativo: LPs, fita K-7, CDs, DVDs, filmes, documentários, performances, manifestações artísticas, materiais iconográficos, revistas, blogs, sites, fóruns virtuais, perfis de Facebook e Instagram, Talks, palestras veiculadas pela internet, entrevistas secundárias (publicadas na mídia hegemônica e/ou alternativa), etc.

⁵³ O rastreamento-mapeamento de práticas pode ser feito por meio das ferramentas elencadas sob a macroestratégia “escuta ativa e em movimento” e complementado por pesquisa na mídia hegemônica e/ou alternativa e, sobretudo, em redes sociais como Facebook e Instagram, que constituem importantes canais de comunicação e de divulgação de atividades e por onde se pode rastrear atores, grupos, eventos e práticas, em tempo real.

- iii. *Corpus* tradicional – livros, dissertações, teses e artigos, publicados sobre o tema ou sobre o território em questão;

Em termos metodológicos, o pós-positivismo leva a sério o compromisso de “jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve” (CALVINO, 2003, p. 27). Nesse sentido, tanto o pragmatismo quanto os pesquisadores e cientistas críticos em políticas públicas privilegiam, metodologicamente, a experiência, suas consequências práticas e sua interpretação, em detrimento da prova ou da verificação científica, o relato ou a narração da realidade e não a própria realidade (JAMES, 1907; CROSTA, 2009; DEWEY, FISCHER, 2016). A interpretação do sujeito de pesquisa – uma ‘experiência pública’ em potencial, no meu caso – se dá no vai-e-vém entre práticas multidimensionais, que conformam experiências e que conformam públicos, no movimento e no cruzamento entre as diversas percepções construídas a partir do terrain, na co-construção de um mosaico interpretativo.

1.5 Plano Empírico

O plano empírico, como dito anteriormente, é o plano dos materiais de pesquisa e, para que seja mantida a coerência entre os planos de pesquisa, ele deve refletir, diretamente, os instrumentos elencados no plano metodológico. Neste tipo de pesquisa, assumo o interpretativismo como ferramenta e a vida cotidiana como principal material de pesquisa. Para fins analíticos, desmembro tal cotidiano – temporal e espacialmente situado – em categorias que constituem minhas principais fontes (ou materiais) de pesquisa: as práticas, as experiências estéticas e os públicos.

- a. O primeiro desafio empírico (nível de análise mais superficial) consiste em enxergar o território como mais um ator e buscar interpretá-lo como “o uso que se faz dele” (CROSTA, 2009), ou seja, interpretá-lo a partir das múltiplas práticas que o conformam.

Materiais de pesquisa:

- O próprio território (tempo-espaco recortado);
- Práticas de uso do território (socioterritoriais);
- Práticas artístico-culturais;
- Práticas econômicas (mercantis e não mercantis);
- Práticas políticas;
- Práticas estéticas;

- Práticas formativas;
- Práticas afetivas;

b. O segundo desafio empírico (nível de análise intermediário) consiste em identificar, na escala intermediária, os conjuntos de práticas que conformam experiências estéticas no presente e em movimento – experiências capazes de articular práticas isoladas e pontuais às macroestruturas estatais, governativas ou institucionais; capazes de abrir novos espaços de escuta e de diálogo; capazes de desencadear processos de aprendizagem;

Materiais de pesquisa:

- Micronarrativas;
- Histórias orais;
- Mapas de atores e de grupos;
- Mapas de eventos;
- Mapas de práticas;
- Filmes e documentários;
- Caderno de campo;
- Corpus documental obtido por levantamento bibliográfico;

c. O terceiro desafio (nível de análise mais profundo) consiste em interpretar os materiais observados e construídos em termos de argumentos e de valores. Significa cruzar todos os dados – objetivos e subjetivos –, para extrair deles (com o suporte do arcabouço teórico-metodológico delineado) o que querem nos dizer, em termos axiológicos. Significa dar menos atenção às posições consolidadas de poder e às assimetrias entre atores e práticas, para encontrar as possibilidades de resignificação das experiências, as possibilidades de construção de arenas públicas, as multiatorialidades que emergem, os processos de aprendizagem que são desencadeados etc.

2 CONSTRUINDO UMA MATRIZ ANALÍTICA: COMO ESTUDAR 'EXPERIÊNCIAS PÚBLICAS' NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

Proponho, por meio da matriz apresentada abaixo (Figura 1), um caminho possível (alternativo) para o estudo de experiências potencialmente públicas, sem precisar sair do campo das políticas públicas. Por meio da observação, do rastreamento, do mapeamento e da interpretação de práticas, de experiências estéticas e de públicos (minhas categorias teórico-metodológicas) – pelas lentes da ‘virada argumentativa’ e da ‘reflexividade-crítica’ (meu conjunto de princípios ontológico-deontológicos), defendo que ‘experiências públicas’, ao serem inseridas nos fluxos de políticas públicas, podem contribuir tanto para o alargamento das fronteiras deste campo, quanto para o enriquecimento do policy process, seja por meio da valorização de outros saberes (não científicos ou não especializados), da inclusão de novas vozes no campo das políticas públicas, da abertura de novos espaços de escuta e de diálogo ou, ainda por meio do desencadeamento de processos de aprendizagem e/ou de produção de argumentos e de significados.

Com o intuito de sustentar minhas escolhas em cada um dos planos, projetei um instrumento analítico para o estudo de ‘experiências públicas’ em movimento. A matriz divide-se em três níveis (superficial, intermediário e profundo) e indica, em sua primeira linha, o que deve ser levado em conta no momento da observação de ‘práticas’, ‘experiências estéticas’ e ‘públicos’; na segunda linha, o que pode emergir do material de pesquisa construído no primeiro momento e as diferentes possibilidades de interpretação; e, na terceira linha, quais são as possíveis consequências do estudo de ‘experiências públicas’, para o campo das políticas públicas. Com a linha diagonal pontilhada, que corta transversalmente a matriz, pretendo apenas chamar atenção para as implicações das diferentes temporalidades e territorialidades, que atravessam toda prática, toda experiência e todo público e que se transformam (constantemente) no curso da análise.

FIGURA 1 – Matriz de análise de ‘experiências públicas’ em movimento

MATRIZ DE ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS PÚBLICAS EM MOVIMENTO

		Nível de análise mais superficial	Nível de análise intermediário	Nível de análise mais profundo
		Pragmatismo		
		CATEGORIAS teórico-metodológicas		
		PRÁTICA	EXPERIÊNCIA ESTÉTICA	PÚBLICO
Critical Policy Studies e gestão social	PRINCÍPIOS ontológico-deontológicos	<p>VIRADA ARGUMENTATIVA ‘VER’ a partir do campo de Políticas Públicas</p> <p>Processualidade (prática em movimento)</p> <p>Situatividade (prática situada no território)</p>	<p>Performatividade pública (CEFAI, 2011) (conjunto de práticas: deslocamentos e trânsitos)</p> <p>Choque estético</p>	<p>Produção de argumentos (a partir do choque)</p> <p>Desencadeamento de processos coletivos de (res)significação</p>
	<p>REFLEXIVIDADE- CRÍTICA ‘INTERPRETAR’ no campo de Políticas Públicas</p> <p>Identificação de gatilhos de reflexividade que desencadeiam práticas multidimensionais</p> <p>Identificação da articulação entre atores e entre grupos de atores</p> <p>Identificação da articulação entre escalas geográficas (centro-periferia-centro; local-regional-distrital-nacional);</p>	<p>Construção de uma mesoescala práticas – articulação de micropáticas situadas com macroestruturas político-institucionais</p> <p>Desencadeamento de processos de aprendizagem e produção de conhecimento novo e socialmente útil</p>	<p>Conformação de arenas públicas (CEFAI, 2011);</p> <p>Conformação de comunidades de investigadores-praticantes (DEWEY, 1927; CROSTA, 2009);</p> <p>Reorganização coletiva de quadros valorativos (BOULLOSA, 2019)</p>	
	<p>SE FOR ‘EXPERIÊNCIA PÚBLICA’ ‘RECONHECER’ como parte do fluxo de Políticas Públicas</p> <p>Ressignificação do “centro” e redefinição dos territórios por meio da invenção de novos usos e da coexistência de múltiplos usos;</p> <p>Inserção de práticas qualitativamente complexas no fluxo das políticas públicas >>>> reconhecimento da coexistência de múltiplas linguagens e de múltiplas racionalidades</p>	<p>Transformação das narrativas, para redefinição dos modos de pensar, de fazer e de julgar políticas-públicas;</p> <p>Co-criação de novos arranjos de governança por meio da abertura de espaços de escuta e de diálogo;</p> <p>Reconhecimento e valorização do instrumento de ‘ressignificação’ e dos diferentes modos de pensar/dizer/fazer/julgar como ‘tecnologias sociais’</p>	<p>Conformação de multiatorialidades público-políticas;</p> <p>Transformação de quadros valorativos individuais e coletivos;</p> <p>Alargamento das fronteiras do campo, por meio da pluralização epistemológica, da valorização de outras identidades, do respeito à diversidade, do combate aos preconceitos, da visibilização de outras histórias e outras estéticas</p>	

Fonte: elaboração própria (2020).

O estudo de uma ‘experiência (potencialmente) pública’ depende, em um primeiro nível de análise (superficial), do rastreamento, do mapeamento e da interpretação de múltiplas práticas. Em um primeiro momento, importa vê-las e identificá-las de forma orgânica e até assistemática ou descompromissada – por meio da vivência no território, da observação direta, do contato com diferentes atores sociopolíticos, de pesquisas em sites, blogs, páginas de Facebook e perfis de Instagram, entre outros. E, ainda que comecemos (no primeiro nível de análise) pela identificação de um conjunto de atores, de grupos/associações e de práticas individuais, possivelmente isoladas, pontuais, efêmeras ou mesmo frágeis, a passagem para o nível intermediário de análise implica na identificação de vínculos e relações, o que dependeu, em grande medida da observação atenta da situatividade⁵⁴ e da processualidade das práticas.

Consciente de tal situatividade, esforcei-me a observar práticas para além de sua materialidade e de seus objetivos explícitos, buscando compreender:

- Sua relação com o território: acontecem em um território específico ou são itinerantes, transitam por territórios diferentes? Poderiam acontecer em outro lugar? Seriam diferentes se fossem deslocadas? Reiteram ou alteram usos tradicionais? Transformam o território e são transformadas por ele?
- As relações de identidade, pertencimento, reconhecimento e solidariedade que tais práticas engendram: quais são os afetos e emoções envolvidas? Quais motivos – instrumentais e não instrumentais – podem ter desencadeado a prática? Em que medida tais práticas influenciam na autoestima de seus praticantes? Em que medida interferem na relação com o território? Em que medida fortalecem os vínculos entre as pessoas e entre as pessoas e o ambiente? Em quem medida criam vínculos (amizade, empatia, solidariedade etc.)?
- As interações entre os atores e entre atores e territórios que extrapolam as próprias práticas: os atores habitam o território? Relacionam-se entre si apenas no âmbito daquela prática específica? Já se conheciam antes do início da prática? Conheceram-se em função daquela prática? Estenderam suas relações para outras práticas?
- O contexto social e emocional em que se dão: desenrolam-se em contextos de dor ou de perda? De ausência de algo considerado importante? De abandono por parte do

⁵⁴ O rastreamento-mapeamento de práticas pode ser feito por meio das ferramentas elencadas sob a macroestratégia “escuta ativa e em movimento” e complementado por pesquisa na mídia hegemônica e/ou alternativa e, sobretudo, em redes sociais como Facebook e Instagram, que constituem importantes canais de comunicação e de divulgação de atividades e por onde se pode rastrear atores, grupos, eventos e práticas, em tempo real.

Estado? Ou em contextos de celebração, de festividades, de encontros marcados por euforia, alegria ou esperança? Se dão em contextos de confiança ou de desconfiança? etc.

Consciente da processualidade das práticas, posso observá-la em seu fluxo, em movimento, o que implica que também me movimente (literal e simbolicamente) com elas, deslocando inclusive o olhar do resultado (do objetivo, do fim), para o processo. Torno-me, assim, apta a compreender sua dimensão estética, aquela que afeta (FAVRET-SAADA, 1990), tira da zona de conforto e coloca em movimento:

- Sua performatividade/corporeidade (BUTLER, 1990; 2003): compreendendo as relações de gênero, raça, sexualidade etc. que organizam as práticas, as reivindicações de direitos, o posicionamento político, as formas de subversão de poder, etc.;
- Seu ritmo, sua harmonia;
- Os choques (sociais, culturais, estéticos) ocasionados pela prática;
- Suas múltiplas linguagens (escritas, não escritas, verbais, não verbais);
- Suas formas de expressão: vestuários, gramáticas – vocabulário, gírias, sotaques... –, comportamentos etc.
- Seus percursos de construção de significados;
- Seu potencial de permanência (no tempo ou no espaço) ou sua efemeridade;
- Suas intencionalidades;
- Suas formas de apropriação de recursos técnicos, de informações e de saberes;
- Sua criatividade;
- Sua ludicidade;
- etc.

A partir da observação e da interpretação da situatividade, da processualidade e da dimensão estética de uma experiência pública, é possível chegar a um terceiro nível de análise (ainda mais profundo) e ver a ‘experiência pública’ em análise/estudo como um ‘público’ (DEWEY, 1927) e, mais do que isso, como um público que produz argumentos e significados (MAJONE, 1989) e que desencadeia processos coletivos de apropriação-ressignificação que implicam no esvaziamento semântico de velhos signos e na produção coletiva e atribuição de novos significados a eles. Quais narrativas ou discursos emergem do conjunto de práticas observadas e interpretadas? Trata-se de uma narrativa coerente ou marcada por desacordo e divergência? Quais são os principais alvos de ressignificação? Os argumentos produzidos reiteram ou desafiam argumentos estatais, institucionais ou hegemônicos? Quais são os limites ou as principais barreiras encontradas pelos argumentos produzidos pela ‘experiência pública’?

Interpretando tudo isso pelas lentes da reflexividade-crítica – tão cara aos estudos críticos em políticas públicas e ao paradigma da gestão social – pode ser possível identificar, em um primeiro nível:

- Os gatilhos de reflexividade que, no âmbito das práticas observadas, desencadeiam o engajamento dos atores (individual ou coletivamente);
- O grau de articulação entre atores, associações e práticas no território: há atores que transitam por todas (ou por um número significativo) de práticas? São predominantemente amistosas ou conflituosas as relações entre lideranças, atores ordinários ou entre as próprias práticas? É possível identificar a fusão de grupos? E o que dizer do desmembramento de uma associação ou coletivo em grupos menores?
- A articulação entre escalas geográficas: as práticas estão situadas no centro ou na periferia? São marginais com relação a outras práticas? Ocorrem em escala local, municipal, distrital, regional ou nacional? Transitam entre essas escalas?

Em um nível menos superficial, ou intermediário, de análise, pode ser possível identificar:

- A construção do que chamo de mesoescala de práticas, ou seja, as articulações entre micropráticas e macroestruturas político-institucionais: quais são as fontes de financiamento das práticas? Quem são seus apoiadores? As práticas vinculam-se direta ou indiretamente a instituições privadas ou públicas, a organizações não governamentais, a partidos políticos, autoridades políticas específicas (vereadores, deputados, senadores, conselheiros, líderes comunitários)? Seus principais praticantes atuam (ou buscam atuar), também, em espaços formais e institucionalizados de participação ou de tomada de decisão (conselhos e fundos nos níveis municipal, estadual ou nacional, conferências, fóruns, ouvidorias, grupos oficiais de trabalho, câmaras legislativas, partidos políticos etc.)? São comuns as candidaturas políticas entre os praticantes? O grupo/associação demonstra preocupação ou comprometimento com um projeto político específico? Como a prática é retratada pela mídia? Como é vista pelo Estado/agentes estatais ou instituições políticas? É valorizada? É promovida? É marginalizada? É invisibilizada? É criminalizada? Em que medida as práticas reforçam ou resistem às lógicas do Estado ou do Mercado? Quais são as possibilidades de diálogo ou de convergência de interesses?
- Os processos de aprendizagem e de produção de conhecimento desencadeados pela prática ou pelo conjunto de práticas: quais são os espaços formativos engendrados pela prática? Como os saberes produzidos são sistematizados, registrados ou compartilhados/transmitidos? Quais são os veículos de comunicação/compartilhamento de informação utilizados ou criados no âmbito da 'experiência pública'? Que espaços de escuta ou de debate são abertos no âmbito da experiência?

E, por fim, a depender da capilaridade, da densidade, da perenidade, da força estética e da

capacidade de articulação da ‘experiência pública’, talvez seja possível chegar a um nível ainda mais profundo de análise, ou seja, ao “coração da própria investigação política”, o que se dá, segundo Fischer (2016, p. 169) pelo esforço de incluir, nas matrizes analíticas, significados, argumentos e valores, muitas vezes implícitos, incertos ou parciais (BOULLOSA, 2019). Nesse nível mais profundo de análise e a partir de tudo o que foi construído anteriormente, pode ser possível identificar se o “caso” estudado:

Conforma uma arena pública, no sentido conferido por Cefai (2011; 2017, p. 200): “uma arena social cujos atores visam bens públicos, referem-se ao interesse público, definem seus problemas como públicos e sentem, agem e falam em consequência disso”.

- Conforma uma comunidade de praticantes (YANOW, 2016), de investigadores (DEWEY, 1927) ou de intérpretes – coautores, colaboradores práticos, fazedores de escolhas e criadores de significados (PANKRATZ, 1993; BARTHES, 2004): comunidades com fronteiras dinâmicas e porosas, formadas em torno de uma situação indeterminada (problemática), não apenas por cientistas, profissionais ou especialistas, mas por todos aqueles afetados (direta ou indiretamente), que pensam, refletem, imaginam, julgam, argumentam, selecionam argumentos, constroem narrativas, deliberam e se envolvem (social, econômica, cultural, política, intelectual ou afetivamente) em projetos variados, para buscar ou para construir respostas voltadas à resolução, reorganização, ressignificação ou transformação da situação original.
- Reorganiza, coletivamente, seus valores: o que ocorre quando os atores são levados a reexaminar suas próprias grades interpretativas (CROSTA, 1998) e suas matrizes de ação, levando a novas posicionalidades valorativas, entendendo que a política também diz respeito às disputas valorativas e que todo conhecimento produzido situa-se em tais quadros, motivo pelo qual os fluxos de políticas públicas são também fluxos de produção de conhecimentos, de saberes, de significados e de ativação de novos valores (BOULLOSA, 2019).

A análise multidisciplinar e multi-instrumental de experiências (potencialmente) públicas, realizada através das lentes da virada argumentativa e da reflexividade-crítica e no trânsito entre escalas espaço-temporais (local e nacional, micro e macro, superficial e profunda), permitiu-me acessar, analiticamente essa mesoescala de práticas – a escala intermediária em que práticas corporificadas e territorializadas, individuais ou coletivas, efêmeras ou perenes, se articulam e se conectam com práticas sociais politicamente institucionalizadas, com atores estatais, com grupos e entidades macrossociais ou com estruturas “universais”, como o Estado, o Mercado ou a ídia, por exemplo (FREGA, 2016). Vale ressaltar que tal articulação não se conunde com uma relação necessariamente harmoniosa ou de onde derivam consensos, uma vez que as micropráticas políticas podem tanto reiterar quanto resistir às (ou até combater) práticas oficiais

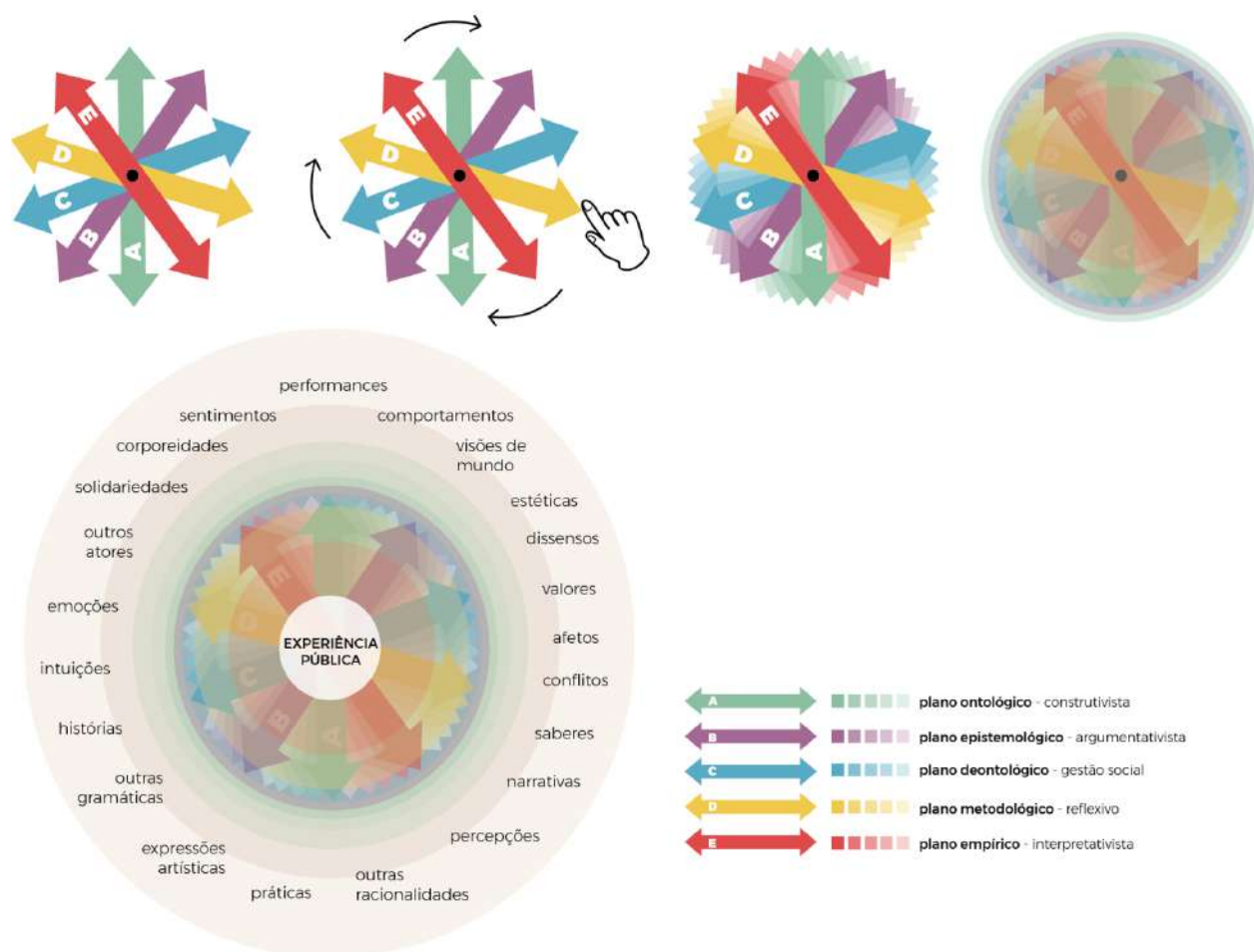
ou institucionalizadas. A partir desse espaço intermediário, é possível não só ver e interpretar 'experiências públicas', como também reconhecê-las e estudá-las como parte essencial do fluxo de políticas públicas. Mas quais são as consequências ou os possíveis ganhos oriundos de tal reconhecimento e desse tipo de análise?

O que defendo é que, por meio da observação, do rastreamento e do mapeamento de práticas, consideradas em sua situatividade e em sua processualidade; por meio do reconhecimento e da interpretação da dimensão estética das diferentes práticas que constituem as experiências; e por meio da identificação de arenas públicas, de comunidades de investigadores-praticantes-intérpretes e da reorganização coletiva e criativa de quadros valorativos, é possível:

- Atribuir novos significados aos territórios, promovendo a invenção de novos usos e a coexistência entre usos múltiplos;
- Pluralizar as linguagens e racionalidades que moldam o processo de políticas pública;
- Disputa as narrativas e redefinir modos de pensar/dizer/significar/fazer/julgar políticas públicas;
- Cocriar novos arranjos associativos, participativos e de governança, abrindo espaços de escuta, de diálogo e de inovação;
- Reconhecer e valorizar outros modos de pensar/dizer/significar/fazer/julgar, conferindo-lhes o status de tecnologias sociais capazes de transformar os processos de políticas públicas;
- Transformar as grades de interpretação, as matrizes de ação e os quadros valorativos (individuais e coletivos) que subjazem o fazer político, em direção à democratização da democracia.

O que busquei fazer até aqui, portanto, foi construir uma matriz analítica que estimule análises em movimento, reforçando a noção de que políticas públicas são fluxos e de que, para que sejamos capazes de estudar algo que é contingente e provisório, precisamos nos colocar, também, em movimento. É a fluidez contínua e a viscosidade dos fluxos que mantêm as coisas unidas, sem fixá-las ou engessá-las, e é o que mantêm, também, as fronteiras abertas e porosas, para que mais coisas possam contaminar o centro ou passar a fazer parte dele, conforme representado na matriz abaixo (Figura 2).

FIGURA 2 – Matriz de indissociabilidade e movimento (para ver, interpretar e reconhecer experiências públicas como parte do fluxo de políticas públicas)



Fonte: elaboração própria (2020).

Essa segunda matriz representa que, por mais importante que seja o delineamento das fronteiras de cada plano (como exercício de projeção), na medida em que nos colocamos em movimento, os planos também entram em movimento criando um campo de sobreposições. Neste movimento, as fronteiras dos planos tornam-se difusas e nossas assunções se mesclam em um conjunto que é diferente (e torna-se, no processo, maior) do que a soma das partes. Os planos se fundem e se confundem, justamente devido ao princípio da indissociabilidade e à impossibilidade de sustentar compromissos isolados. Como nos lembra Emicida (2020), “não dá pra lutar por liberdade pela metade”. Nesse processo, de ‘engolir tudo, para cuspir algo novo’, construtivismo, argumentativismo, gestão social, reflexividade e interpretativismo fundem-se, para criar novos campos de possibilidades de pesquisa.

Para estudar os fluxos de políticas públicas por esta matriz, a ‘experiência (potencialmente) pública’ precisa ser colocada em seu centro, porque é a interpretação que fazemos dela que gera a força centrífuga necessária ao alargamento das fronteiras deste campo de estudos – de modo

que os fluxos de políticas públicas passam a abrigar não apenas as experiências públicas, mas uma pluralidade infinita de corpos, vozes, ideias, histórias, estéticas, racionalidades, saberes, etc. A depender da força estética da experiência – de seu ritmo, de sua harmonia, da sua durabilidade no tempo e de sua capilaridade no espaço, das articulações que promove e de sua capacidade de gerar outras experiências –, maiores são as chances de que as experiências ampliem as fronteiras do campo. Paradoxalmente, porém, à medida que uma experiência pública cresce, sua força se dissipa e maiores são as chances de que, na relação (muitas vezes conflituosa) com outros elementos do fluxo de políticas públicas, a experiência pública comece a ser afetada pela relação com atores tradicionais de políticas públicas ou pela racionalidade vigente, para o bem ou para o mal. Mas, se uma experiência pública pode ser transformada, em seu curso, por ações, intenções e interesses já existentes no fluxo, ela também pode, apesar das assimetrias de poder, transformá-los, ainda que tais mudanças possam ocorrer mais lentamente e ainda que dependam de sua capacidade de gerar práticas em rede, capazes de fazer emergir outras racionalidades e de desencadear práticas pautadas em outros valores.

3 A EXPERIÊNCIA PÚBLICA COMO O ENCANTAMENTO QUE PRODUZ EM NÓS

...que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica

Nem com balanças nem barômetros etc.

*Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento
que a coisa produza em nós*

Manoel de Barros (2010)

quem não tem valor, tem preço

Sérgio Vaz (2016)

Este capítulo representa um esforço metodológico de ver, de interpretar e de reconhecer ‘experiências públicas’ como parte do fluxo de políticas públicas. Por meio da vivência de uma experiência estética (que é, também, intelectual e científica), intui que o movimento hip hop da Ceilândia era uma ‘situação de política pública⁵⁵’ que poderia constituir, em seu curso de publicização, uma ‘experiência pública’. A partir disso, construí uma forma de estudá-la e de interpretá-la em movimento. Para isso, elaborei um arcabouço pautado em cinco planos de pesquisa e duas matrizes analíticas, que pretendem orientar e inspirar o estudo crítico-reflexivo de qualquer experiência potencialmente pública, a partir do campo das políticas públicas. Aderir a essas matrizes, porém, implica em uma série de assunções, deslocamentos e mudanças relativas às formas mais tradicionais de pesquisa neste campo, o que, por si só, já impõe desafios importantes.

⁵⁵ Ver Marzadro (2019) acerca de ‘situações de arte pública’.

Se “ver” algo novo (ou construir a visibilidade de algo novo) envolve inflexões nos planos ontológico e deontológico, “interpretar” criticamente algo novo (ou construir a inteligibilidade de algo novo) exige mudanças também significativas nos planos epistemológico, metodológico e empírico. “Reconhecer” a importância (ou mesmo a essencialidade) das experiências públicas como partes do fluxo de políticas públicas, por sua vez, depende de dois compromissos principais: assumir a indissociabilidade entre os planos de pesquisa apresentados e assumir o compromisso ético com a diversidade, com a comunicação aberta, com a participação inclusiva e irrestrita, com o florescimento pessoal e coletivo e com a promoção de engajamentos cada vez mais autônomos e criativos.

Ontologicamente, estou ancorada no construtivismo e aponto quatro assunções centrais: 1) assumir que a natureza de um estudo de ‘experiências públicas’ é subjetiva; 2) assumir o pragmatismo e, sobretudo, a centralidade da experiência, como base teórico-metodológico-filosófica; 3) assumir a virada argumentativa como princípio; e 4) assumir a gestão social como paradigma singularizante, em um esforço de decolonizar a pesquisa em políticas públicas, lançando luz sobre as especificidades das experiências públicas brasileiras.

Epistemologicamente, anoro-me no argumentativismo dos estudos críticos em políticas públicas e, a partir disso, proponho três deslocamentos: 1) adotar outra noção de ‘conhecimento’; 2) adotar outra noção de ‘verdade’; 3) adotar outra noção de ‘política pública’.

Deontologicamente, recorro aos princípios da gestão social e chamo atenção para a necessidade de adoção de quatro posturas: 1) reflexiva; 2) decolonial; 3) de ouvinte ativo; 4) de aprendiz.

Metodologicamente, sugiro um percurso reflexivo pautado na tríade peirciana e elenco cinco desafios metodológicos a serem superados: 1) abandonar a ideia de objeto de pesquisa e adotar a ideia de sujeito de pesquisa; 2) resistir à univocidade epistemológica; 3) construir um percurso multimetodológico e multi-instrumental; 4) construir uma mesoescala de práticas; 5) abandonar a perspectiva estadocêntrica e substituí-la pela perspectiva sociocêntrica. Neste plano, elenco, ainda, um extenso rol (não taxativo) de técnicas e instrumentos de construção de dados e materiais de pesquisa, organizados sob três macroestratégias: 1) escuta ativa em movimento; 2) rastreamento-mapeamento; 3) pesquisa orgânica.

No plano empírico, apresento três desafios interpretativos e os materiais de pesquisa para superá-los: 1) o desafio de enxergar o território como um ator e interpretá-lo a partir de suas práticas de uso; 2) o desafio de identificar, na mesoescala, quais são as práticas capazes de promover conexões e articulações entre as escalas micro e macro; e 3) o desafio de interpretar os dados e materiais, observados e construídos, em termos de argumentos, de significados e de valores.

A partir de tais assunções, deslocamentos e considerações acerca de quadros valorativos, de desafios e de movimentos, necessários ao estudo de políticas públicas como fluxos, construí duas matrizes analíticas para o estudo de ‘experiências públicas’ em movimento (Figura 1 e Figura 2). Na primeira, proponho a observação, o rastreamento, o mapeamento e a interpretação de três categorias extraídas do pragmatismo deweyano e de suas releituras francesas – prática, público e experiência estética – pelas lentes da ‘virada argumentativa’ e da reflexividade crítica, em três níveis de análise, que diferem entre si em termos de profundidade (indo do mais superficial ao mais profundo). A partir disso, indico o que pode emergir do material construído em cada um dos níveis de análise e quais são as possíveis consequências do estudo interpretativo de experiências públicas para o campo das políticas públicas. Na segunda, represento o que significa assumir a inseparabilidade entre esses planos e quais as vantagens de conferir centralidade às ‘experiências públicas’ no campo de estudos em políticas públicas.

Por meio desse esforço, busco explicitar que, mais do que a neutralidade, do que a objetividade, do que a confirmação de um método pré-estabelecido, do que a comprovação de uma hipótese ou do que a promoção de um diálogo profícuo entre muitos autores, importa-me ressaltar a coerência e a auto-implicação nos processos de pesquisa. E, para alcançar tal coerência, é importante que, no momento de planejar um caminho investigativo, tenhamos clareza acerca do que precisamos assumir. É essencial, ainda, que estejamos ontológica e deontologicamente confortáveis e epistemológica e metodologicamente desconfortáveis com nossas escolhas, porque, enquanto os planos ontológico e deontológico constituem os pilares do nosso quadro valorativo, é o desconforto nos planos epistemológico e metodológico que nos incita à criticidade e à reflexividade, que nos tira da zona de conforto e nos coloca em movimento. Como versam os poetas, (re)construindo valores (e não preços), produzimos encantamentos. Incluindo múltiplas experiências (por menores que sejam) nos fluxos de políticas públicas, podem-se empreender grandes transformações.

PARTE II

CAPÍTULO 04

O MOVIMENTO HIP HOP COMO PRODUTOR DE ARGUMENTOS E SIGNIFICADOS: da virada argumentativa às disputas semânticas no campo das políticas públicas

Enquanto alguns processos de políticas públicas – envolvendo atores governamentais e institucionais, com seus papéis e seus objetivos pré-definidos e pré-projetados – são exaustivamente estudados no campo de estudos em políticas públicas; outros processos, relativos a públicos que não assumem centralidade em suas arenas e que dificilmente integram as agendas governamentais, são pouco (ou nunca) investigados, apesar de sua importância em ativar novas experiências e práticas de uso e apesar de seu potencial de criação de novas gramáticas de ação e de justificação. Busco analisar, precisamente, as práticas que desorganizam os fluxos tradicionais, revelando a não orquestrabilidade dos processos de políticas públicas e expondo as peculiaridades e os conflitos que suscitam (DEWEY, 1927; CEFAÏ, 2009). A invisibilidade e a ininteligibilidade dessas práticas, neste campo específico, podem ser atribuídas a diversos fatores, mas como elemento ‘invisibilizador’ comum destaco a própria historicidade do conceito de políticas públicas.

Por muito tempo (e, em alguma medida, até os dias de hoje) ‘políticas públicas’ foram compreendidas, quase exclusivamente, como aquilo que os governos fazem ou deixam de fazer, o que implica em um tipo de cisão (pouco profícua) entre a vida política e a vida cotidiana (LASSWELL, 1951; LASSWELL; KAPLAN, 1952; DYE, 1972; ROSE, 1989⁵⁶). É notório que o conceito de vem sendo cada vez mais tensionado, seja por autores que o consideram insuficiente ou por autores que o consideram datado. De tão impregnado da ideia de que é ‘aquilo que o governo faz’, Lascoumes e Le Galès (2012) sugere sua substituição pela noção de ‘ação pública’, em um movimento que sugere, como valor subjacente, a necessidade de retorno à Sociologia. Por outro lado, ainda que estes autores tenham refutado a ideia de um *policy process* conduzidos exclusivamente pelo Estado, eles subverteram o foco microscópico dos sociólogos

⁵⁶ Apesar de ter intitulado seu livro “*Ordinary People in Public Policy*”, Rose (1989) preocupava-se com o que os governos fazem pelas pessoas ordinárias, como fica evidente no trecho a seguir: “As pessoas ordinárias têm muitos papéis: no decurso de um único dia, um indivíduo pode ser um esposo, um filho ou filha, um produtor, um consumidor, um amigo, ou até mesmo um cidadão. Papeis não-políticos são muito mais numerosos que papéis políticos, e pessoas ordinárias gastam muito mais tempo em atividades não políticas do que políticas. É por isso que as prioridades dos formuladores de políticas públicas não são iguais às prioridades das pessoas ordinárias na vida cotidiana” (IDEM, p. 175, trad. nossa). Parece ter-lhe escapado, porém, que a dimensão política permeia a vida cotidiana.

da ação organizada (MUSSELIN, 2005) e direcionaram o holofote a grandes atores (públicos e/ou privados), a instituições financeiras, a corporações internacionais, a organizações não governamentais e a agências multilaterais. Ao falarem em ‘ação pública’, portanto, não buscam aproximar a lupa, mas, sim, afastá-la, propondo um nível de análise mais macrológico.

É por esse motivo que, apesar da validade da crítica aventada por Lascoumes e Le Galès (2012) e das possibilidades de incursão (pontual) do conceito de ação pública em espaços intermediários, não recorro a ele, mas às noções de ‘ação coletiva’ e de ‘arena pública’, amplamente discutidas por Cefaï (1996; 2009; 2011; 2013; 2017), sobretudo porque seu conceito de ‘ação coletiva’ singulariza-se em função do público que ativa. Enquanto a ‘ação pública’ ativa as autoridades públicas ou os arranjos institucionais/corporativos como responsáveis pela resolução de um dado problema, exigindo que atuem em nome do bem público, a ‘ação coletiva’ (CEFAÏ, 2013) ou a ‘ação conjunta’ (CROSTA, 1998), além de ativar outros arranjos é, também, constitutiva da identidade dos indivíduos e da própria sociedade. Adoto, portanto, a seguinte chave interpretativa: assumo que os problemas se publicizam à medida que constituem públicos e que tais públicos não são meros destinatários de mensagens midiáticas ou de ações políticas, mas coletivos constituídos em função do próprio processo de associação, de cooperação e de comunicação em torno de um problema (CEFAÏ, 2013).

Isso evidencia que cada escolha (inclusive conceituais) que faço carrega um conjunto de valores. Compreender os processos de problematização (formação de problemas ou de agendas) e de publicização (formação de públicos) como pares indissociáveis de um processo contínuo, permite-me enxergar outras ações e experiências, enquadramentos normativos e valorativos, bem como os critérios cognitivos, morais, políticos e estéticos que são mobilizados no tratamento de qualquer situação problemática. É nesse sentido que Cefaï (2013, p. 04) afirma que um problema público se tece em relatos – em narrativas, sempre múltiplas e muitas vezes conflitantes – que o tornam não apenas visível, mas inteligível.

E é nesse sentido que defendo que tanto a visibilidade quanto a inteligibilidade de uma situação de política pública (que pode adquirir a qualidade ‘pública’) são construções sociopolíticas e sociotécnicas. Como discutido no Capítulo 03, tal defesa me vincula tanto ao construtivismo social de Berger e Luckmann (1999) quanto aos estudos críticos em políticas públicas⁵⁷, ao pragmatismo deweyano e à gestão social, todos próximos de uma praxeologia atenta à linguagem, aos usos e efeitos de signos e significados e à historicidade dos conceitos. Ainda que “a política pública [seja] feita de palavras” (MAJONE, 1989, p. 35) há, fora do mundo do mundo simbólico (das palavras), muita outra coisa (sensível) que precisamos considerar⁵⁸: além de ações, instrumentos, intenções,

57 Sobretudo no que diz respeito à virada argumentativa e interpretativa no campo de estudos em políticas públicas. Sobre isso, ver Callahan e Jennings (1983), Majone (1989), Fischer e Forester (1993), Fischer e Gottweiss (2012).

58 Esse entendimento pressupõe a irredutibilidade das políticas públicas a um fenômeno objetivo ou a um instrumento; pressupõe compreender políticas públicas como fluxos, não o fluxo de ‘problemas’, ‘políticas públicas’

problematizações, palavras e argumentos, ideias, desejos, práticas, emoções, palpites, corpos, ritmos, tentativas, crenças, fracassos, valores etc. Como lembra Boal (2009, p. 65) “palavra é meia verdade: a verdade inteira inclui meus olhos, mão e boca, o tom da minha voz” (BOAL, 2009). Nisso fundamenta-se minha proposta de estudar políticas públicas não como resultado/produto da ação (pública ou privada), mas como um fluxo que será mais rico e complexo quanto mais elementos (simbólicos e sensíveis) forem reconhecidos em seu interior.

Assim, a problematização das *policy sciences* – termo cunhado por Lasswell (1951) – a partir de práticas e de experiências estéticas (potencialmente públicas), como as engendradas pelo movimento hip hop (MHH) da Ceilândia, busca alargar e enriquecer o campo de estudos em políticas públicas, tornando seus fluxos mais heterogêneos, transversais, críticos e criativos. Isso porque o fio histórico do conceito de políticas públicas não nos leva a pessoas ou a experiências comuns, mas aos experts, aos profissionais “iluminados” (LASSWELL, 1971, p. 156); não nos leva a perceber múltiplas racionalidades, mas a buscar, obsessivamente, o aumento de uma racionalidade de tipo linear-instrumental e predominantemente econômica; não revela os valores subjacentes às escolhas, mas sublima o valor dos dados⁵⁹; não nos leva ao reconhecimento do poder da ação social coletiva, mas ao estudo do Estado em ação.

Ainda que Lasswell (1970) tenha reconhecido a importância de componentes científicos e não científicos nos processos de políticas públicas, não chegou a reconhecer a importância de outros saberes, reificando, a meu ver, uma expertise universalista e científica. Enquanto ele considera ‘arena’ como “uma situação em que funcionários estatais estão envolvidos” (LASSWELL, 1970, p. 8), Cefai (2013) define-a como um lugar engendrado por um problema, um locus de produção, de circulação e de trocas intensas de argumentos, que envolvem sensibilizações, preocupações, mobilizações, pesquisas, experimentações, disputas etc. Assim, por mais que Lasswell (1971) afirme ter seguido orientações de John Dewey e de seus colegas pragmatistas, o campo fundado por ele parece estar seguindo caminhos distintos daqueles advogados pelo pragmatismo deweyano (BOULLOSA, 2019).

É sabido, porém, que nenhum campo científico se sustenta em um pensamento único ou se desenvolve a partir de um modo único de ver o mundo (BOURDIEU, 1966) e que “as histórias/narrativas caminham na frente das práticas sociais, para lhes abrir um campo” (DE CERTEAU, 1998, p. 185). Daí a importância de buscar sustentação em teorias e em métodos que confirmam centralidade às práticas sociais e às narrativas sobre essas práticas, o que justifica o recurso à virada argumentativa (FISCHER; FORESTER, 1993) e, mais especificamente, à noção de

e ‘política’ proposto por Kingdon (2003), mas um fluxo mais próximo do delineado por Boullosa (2013): um fluxo multifatorial de ações, de instrumentos, de intenções e de problematizações.

⁵⁹ Nessa mesma direção, vale enfatizar a distinção, proposta por Majone (1989), entre dados (informações), evidências (informações selecionadas dentre um conjunto disponível, para persuadir um auditório particular quanto à veracidade ou à falsidade de uma afirmação) e argumentos, como sendo uma mescla complexa de afirmações de fatos e de avaliações subjetivas a que subjazem quadros específicos de valores.

argumento. Nesse sentido, em lugar de reduzir 'políticas públicas' a documentos legislativos, intenções do Estado ou textos únicos de autoria específica, pretendo ampliar seus significados, para abarcar textos e análogos de textos construídos a partir de múltiplas vozes e múltiplos argumentos, escritos ou não (YANOW, 2016). Ao defender que sejam inseridos nos fluxos de políticas públicas, estou lhes conferindo o status de experiência pública.

Este capítulo reflete, portanto, de forma geral, o desejo de construir a visibilidade e a inteligibilidade de 'experiências públicas' na prática e dentro deste campo científico. E, mais especificamente, de ampliar as possibilidades de ver, interpretar e reconhecer o movimento hip hop da Ceilândia como parte do fluxo de políticas públicas, por meio das histórias narradas, das práticas ativadas e dos argumentos produzidos. Para isso, fundamento-me no arcabouço reflexivo e mobilizo as matrizes analíticas previamente construídas (Capítulo 03), para ver o movimento hip hop como experiência pública e, assim, fazer emergir sua complexidade. Embora o movimento hip hop (inclusive o da Ceilândia) já tenha sido objeto de uma ampla variedade de estudos científicos e muito já tenha sido dito sobre seu potencial político (TAVARES, 2009; 2010; WELLER, 2000; 2004; CAMARGOS, 2015; GRANGENEUVE, 2008), pouco tem sido dito a partir do campo de estudos em políticas públicas.

Inspirada por Majone (1989) e guiada por minha matriz de análise (Capítulo 03, Figura 1), interpreto o movimento hip hop da Ceilândia como um produtor de argumentos. Afinal, a multiatorialidade que emerge do MHH joga, ilimitadamente, com os signos e com seus sentidos, esvaziando-os, para, em seguida, (re)impregná-los com outros significados. Rappers, Djs, grafiteiros, ativistas, educadores, comunicadores, psicólogos, b-boys e b-girls, empreendedores, estudantes, poetas, produtores culturais, artistas, moradores... praticam o território por meio das práticas ativadas pelo movimento hip hop e, assim, provam seu êxito (CROSTA, 2009). Em suas reflexões acerca de uma teoria urbana para além do Ocidente, Edensor e Jayne (2011) defenderam que as cidades sejam reimaginadas, sejam pensadas interdisciplinarmente e que sua diversidade seja apreciada. Imbuída da postura reflexiva e decolonial defendida por estes autores, proponho: a) que os territórios de Brasília e Ceilândia sejam re-interpretados, a partir das disputas pelos signos que emergiram no contexto da construção da capital federal; b) que possam ser pensados interdisciplinar e transversalmente, a partir do conjunto multidimensional de práticas que compõe o Movimento Hip Hop da Ceilândia; e c) que possam ter sua diversidade apreciada, a partir dos textos e dos análogos de texto (TAYLOR, 1971) que conformam narrativas múltiplas, fluidas e dinâmicas em torno do MHH e, conseqüentemente, em torno dos territórios.

A análise do MHH da Ceilândia, pelas lentes da 'experiência pública', em lugar de promover interpretações idealizadas ou romantizadas dos movimentos periféricos, revelou tensões, disputas, argumentos e valores que subjazem o desenvolvimento socioterritorial das periferias e que colocam diferentes grupos sociais em movimento, a partir da reunião de pessoas, recursos,

ideias, fazeres culturais, trocas formais e informais, fazeres políticos, conexões institucionais, financeiras ou religiosas, conformando “geografias complexas que rejeitam binários simples, hierarquias e categorias” (EDENSOR; JAYNE, 2011, p. 16). Revelou, ainda, que o êxito das experiências públicas informais (ou marginalizadas) coexiste com a cidade oficial, concreta e monumental, que resultou da difusão não reflexiva de políticas públicas comprometidas com ideais universais de progresso e de modernização, mas cegas aos contextos e às especificidades locais.

1 DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA AO MOVIMENTO HIP HOP DA CEILÂNDIA: ORIGENS DA DISPUTA POR SIGNOS E SIGNIFICADOS NO CONTEXTO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADE

Para falar do movimento hip hop da Ceilândia, é preciso começar pelo território. Em primeiro lugar, porque o nascimento e o desenvolvimento socioterritorial de Brasília (ou de suas 32 Regiões Administrativas - RAs) não apenas se entrelaça com o movimento hip hop, como também o orienta e o alimenta. Em segundo lugar, porque a tensão entre a cidade pretensamente “inventada” e a cidade “praticada” está na origem da disputa de narrativas que me proponho a discutir, a partir do MHH da Ceilândia. As reflexões apresentadas neste capítulo são sustentadas, no plano empírico, pelo acúmulo de experiências de campo que somam seis anos: dois dedicados à observação do processo de patrimonialização do Plano Piloto de Brasília ⁶⁰(revelador das contradições que permeiam o desenvolvimento socioterritorial da cidade) e quatro dedicados à análise do MHH da Ceilândia no fluxo das políticas públicas.

Entre outras coisas, a pesquisa sobre a patrimonialização de Brasília (PERES, 2016) revelou quão conflituoso e contraditório foi o processo de formação política, cultural, estética e socioterritorial da capital nacional e como esses conflitos moldaram a vida social e foram moldados por ela. Faltava-me compreender, ainda, como essa mesma sociedade reagiu, de diferentes formas, a esse (violento) processo de formação, associando-se e engajando-se, em torno de situações problemáticas, para construir e (re)significar seus territórios, ativando experiências de intervenção e de transformação socioterritorial que poderiam lhes garantir o status de política urbana. Ainda durante a pesquisa acerca do processo de patrimonialização de Brasília, foi possível perceber que a disputa de signos, de símbolos e de narrativas está nos alicerces da cidade e permeia não apenas as relações entre Plano Piloto e “cidades-satélites”⁶¹

⁶⁰ Brasília foi inserida na lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (UNESCO), no ano de 1987, sob os critérios: (i) representar uma obra-prima do gênio criativo humano e (iv) ser um exemplo excepcional de um tipo de construção, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustra uma etapa significativa da história da humanidade (UNESCO, 2015; 2016). Em 1987, o Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) foi considerado patrimônio distrital, por meio do Decreto nº 10.8929 (GDF, 1987), em 1990, foi inserido no Livro do Tombo Histórico Nacional (IPHAN, 1992).

⁶¹ O Decreto nº 19.040 (GDF, 1998) veta o uso do termo ‘satélite’ em documentos oficiais e estabelece o termo ‘região administrativa’ como substituto da expressão ‘cidade-satélite’, o que ilustra a afirmação de que a disputa por signos e significados está nas bases da construção da cidade.

(centro-periferias), mas entre Governo e habitantes de cada porção do Distrito Federal (DF).

Dentre tantos pedaços territoriais passíveis de estudo e de análise, escolhi o que resultou da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), uma política pública urbana que considero paradigmática do planejamento territorial de Brasília. Tratou-se de uma macropolítica, conduzida durante o governo de Hélio Prates (1969-1974) pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) e pela Sociedade de Habitação de Interesse Social (SHIS), na escala distrital, mas impulsionada, em âmbito nacional, pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). A Campanha erradicou “do mapa do DF, as favelas do IAPI⁶², as Vilas Tenório, Esperança e Bernardo Saião [além dos assentamentos Curral das Éguas e Placas das Mercês] e o Morro do Querosene [e do Urubu]” (PAVIANI, 1976, p. 66) e deu nome à cidade-satélite para onde foram levados aqueles rotulados de ‘invasores’: Cei + lândia.

Entre 1970 e 1971, cerca de oitenta mil pessoas foram deslocadas de suas casas para um território 30 km distante do Plano Piloto, sem tratamento de água e esgoto, sem iluminação, sem asfalto, sem hospitais, postos médicos ou escolas (PEIXOTO *et al.*, 2017). O mais sintomático

dos valores subjacentes à política, porém, é que a extinção dos aglomerados urbanos formados nas proximidades do plano piloto ou de áreas nobres da cidade foi considerada, pelo governo militar, um sucesso de gestão – uma “solução social pioneira na América do Sul” (HISTÓRIA..., 2011), evidenciando que, em Brasília, até a segregação foi planejada (PAVIANI, 2010; PERES, 2016; PEIXOTO *et al.*, 2017).

Para além do instrumento de erradicação das invasões e de realocação das pessoas deslocadas em lotes de terra muitas vezes cedidos pelo governo do Distrito Federal, o fluxo da política foi composto, também, por outra dimensão, simbólica, e voltada à sensibilização da opinião pública e à arrecadação de colaborações filantrópicas, que seriam destinadas às famílias removidas. Destaco, aqui, a criação de um jingle-slogan, intitulado “A cidade é uma só”⁶³, entoado por um coral de crianças em uniforme escolar (PEIXOTO *et al.*, 2017). Tacitamente, reconhecia-se a importância da dimensão estética das políticas públicas.

O que quero evidenciar, porém, é que, se nos agarrássemos fortemente ao conhecimento especializado ou ao discurso oficial, teríamos motivos de sobra, para defender que, além de ser uma cidade inventada, Brasília é uma só (COSTA, [1957] 2014; PERES, 2019). Com relação à

⁶² Vila do “Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários” (IAPI), localizada próxima à atual RA-VIII, Núcleo Bandeirante (CODEPLAN, 2014).

⁶³ A letra do jingle ‘A cidade é uma só’ (1970) foi entoada em diversas escolas públicas do Distrito Federal e dizia: Vamos sair da invasão, a cidade é uma só/ Você, que tem um bom lugar pra morar/ Nos dê a mão, ajude a construir nosso lar/ Para que possamos dizer juntos: a cidade é uma só/ Você, você, você, você vai participar/ Porque, porque, porque a cidade é uma só...

primeira afirmação, tanto o pacto territorial realizado em torno do nacional-desenvolvimentismo – de que o Plano de Metas é a principal expressão –, quanto os princípios estabelecidos no âmbito dos Congressos Internacionais de Arquitetura Modernista (CIAMs) tinham o fetiche de inventar uma nova cidade, uma nova sociedade e, quiçá, de inventar a própria brasilidade. De acordo com Lúcio Costa ([1957] 2014), autor do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, a cidade nasceu pronta, quase espontaneamente, em sua cabeça, embora depois tenha sido “intensamente pensada e resolvida”. Com relação à segunda afirmação, o jingle do Governo é apenas o início da tentativa de consolidação de um discurso homogeneizante, mais tarde reafirmado pela Constituição Federal de 1988, pelo Decreto 19.040 (GDF, 1998), pela Lei Distrital nº 1.648 (GDF, 1997)⁶⁴ e pela recente mudança do nome ‘Governo do Distrito Federal’ para ‘Governo de Brasília’, empreendida pelo então Governador Rodrigo Rollemberg, em 2015, defendendo que os “moradores do DF são todos de Brasília” (EBC, 2015, s.p).

Por outro lado, quando observamos a política pública urbana como fluxo e através das lentes crítico-reflexivas e interpretativas construídas no Capítulo 03, é possível perceber a conformação de um discurso político-normativo, cujo argumento central pauta-se na defesa de uma ideia totalizante de cidade, que busca singularizar o território, atenuar ou eliminar suas diferenças e, assim, as tensões e os conflitos oriundos de um longo processo de exclusão e de segregação socioterritorial (PERES, 2019). Nesse fluxo, porém, prevalece a força dos argumentos oficiais (ou de autoridade), que, ainda que não tenham o poder de engessar completamente a cidade, legitimam a invisibilização ou o apagamento de outras narrativas, com diversos desdobramentos socioterritoriais⁶⁵. Quando mudamos de lentes, podemos ver que um território não se constitui apenas pelos argumentos selecionados no âmbito do Estado, mas por uma pluralidade complexa de narrativas, que fazem de cada Região Administrativa um território polissêmico: mais plural na medida em que mais pessoas se engajam em sua produção. É, precisamente, nesse sentido que defendo que a cada argumento institucionalmente construído, geralmente de cima para baixo, pode-se contrapor outro argumento, construído abduativamente, a partir do local, a partir do concreto e, geralmente, de baixo para cima. A essa constatação, associo a noção de ‘experiência pública’ (amplamente discutida no Capítulo 02) e a noção crostiana de que um território é o uso que se faz dele (CROSTA, 2003, p. 5).

A Ceilândia e o hip hop nasceram, portanto, da terra vermelha... longe do centro monumental, político e administrativo, mas, simultaneamente, no meio de outras centralidades, que foram se construindo, na prática, fortemente marcadas pelas dimensões cultural, artística e estética. E o

⁶⁴ A Constituição de 1988, em seu artigo 32, estabelece a indissolubilidade do Distrito Federal e veta sua divisão em municípios (BRASIL, 1988); O Decreto nº 19.040/1988 proíbe o uso do termo ‘satélite’ e oficializa o termo ‘Região Administrativa’ (GDF, 1998); A Lei Distrital nº 1.648/1997 muda o nome da Região Administrativa I – Brasília, para RA-I Plano Piloto.

⁶⁵ Apenas para exemplificar tais rebatimentos, cito o processo de formação polinucleado, desordenado e desarticulado da cidade (PAVIANI, 2010b) e a associação entre alta renda per capita e baixo coeficiente de GINI (ATLAS, 2014), que confere à Brasília o título de cidade mais rica (em termos de renda domiciliar *per capita*) e, simultaneamente, mais desigual do Brasil (PERES, 2016).

mais interessante de observar é que a Ceilândia assumiu diferentes centralidades no decurso do processo por meio do qual o movimento hip hop se publicizou e se problematizou – tornou-se ‘experiência pública’ –, seja pelo viés da formação identitária, da construção de novas sociabilidades, da geração de emprego e renda, de lutas por reconhecimento (HONNETH, 2003) ou do esforço de pertencimento – de pertencer àquilo que nos pertence (SANTOS, 1999), sem mencionar o viés da valorização e da transformação do território por meio de seu uso. Território usado que, para Santos (2007), representa o chão mais a identidade e, para Crosta (2009), representa o êxito de suas práticas.

2 O MOVIMENTO HIP HOP DA CEILÂNDIA NO FLUXO DE PRODUÇÃO DE ARGUMENTOS E SIGNIFICADOS

Mundialmente, o movimento hip hop é conhecido por sua natureza multifacetada e costuma ser apresentado em função de quatro ou cinco elementos: o rap, o breaking, o graffiti, a discotecagem (realizada pelos Djs) e, por fim, a filosofia ou o conhecimento⁶⁶. Aqui, porém, interessam-me outras dimensões que emergem quando observo o movimento hip hop através de lentes capazes de conferir-lhe complexidade e de o elevar ao status de ‘experiência pública’. Observado a partir de um arcabouço crítico-reflexivo – que, como já vimos, combinou os estudos críticos em políticas públicas, o pragmatismo deweyano e a gestão social – e interpretado por meio de uma matriz analítica que privilegia práticas, públicos e experiências estéticas, o movimento hip hop revela-se muito mais complexo, dinâmico e transversal. Destaco, assim, oito dimensões que atestam a importância de estudá-lo como parte dos fluxos de políticas públicas:

1. Dimensão socioterritorial: diz respeito ao enraizamento do movimento hip hop e de seus praticantes no território. Tanto as letras de rap quanto as práticas promovidas e as temáticas mobilizadas pelo MHH da Ceilândia refletem o protagonismo de um território constantemente narrado por meio da problematização de questões urbanas, violência, desigualdade social, periferização da pobreza, falta de acesso a bens e serviços públicos de qualidade, ausência do Estado, questões raciais, e, mais recentemente, questões de gênero e de sexualidade. A dimensão territorial emerge, ainda, da capacidade que o movimento hip hop da Ceilândia tem de traduzir (ou refletir) a sociabilidade juvenil, o que faz com que seja considerado um instrumento auxiliar de construção de consciência socioterritorial e de avaliação das condições de vida nas periferias; ou, ainda, como um instrumento de ocupação territorial e de diversificação de usos dos

⁶⁶ Fala-se, normalmente em quatro ou cinco elementos, quais sejam: 1) a poesia, musicada e cantada por rappers (rap é acrônimo para *rhythm and poetry*) ou declamada em *saraus*, *slams* e *batalhas*; 2) a dança de rua (que congrega *breaking*, *footing*, *locking*, *popping*, etc.) e é praticada por *b-boys* e *b-girls*; 3) o grafite (categoria que inclui *murais*, *tags*, *bombs*, *pixo*, etc.), 4) a discotecagem dos DJs (acrônimo para *disc-jockey*), com seus *scratches*, *samplers*, *remixes*, *back-to-back*, *mashups*, etc.; e 5) a própria filosofia do movimento – ou, simplesmente, ‘conhecimento’ – difundida pelos MCs (acrônimo para *master of ceremony*). Há quem considere a moda como mais um elemento e há quem a considere parte inerente do Movimento, conformando sua dimensão estética.

espaços públicos periféricos (SPOSITO, 1993; TAVARES, 2010). No caso específico da Ceilândia, o MHH é visto por seus praticantes como um dispositivo gerador de consciência socioterritorial e de autoestima, porque defendem ter sido por meio dele que muitos jovens ceilandenses passaram a se sentir confortáveis, para afirmar seus vínculos de pertencimento, para se reconhecer 'da Ceilândia' e se orgulhar de seu lugar (JAPÃO, 2016; JAMAICA, 2016; MACIEL, 2019). Em sua dimensão socioterritorial, o MHH insere-se em um sistema coletivo que lhe dá sentido, constitui uma filosofia ou estilo de vida que reúne 'seguidores' e transforma cidadãos em artistas.

2. Dimensão artístico-cultural: associada à produção local de cultura e de bens simbólicos ou artísticos, materiais ou imateriais. Em função desta dimensão, os praticantes do movimento hip hop identificam-se como artistas e o próprio movimento sente-se autorizado a se (auto)declarar arte – seja arte de rua, arte urbana, arte pública ou arte pós-moderna (MARZADRO, 2013) –, ocupando o espaço público, galerias, museus, salas de concerto ou teatros e estabelecendo diálogos com a cidade. Na dimensão artístico-cultural, o MHH aproxima-se de uma arte sociopolítica ou de um tipo de arte a serviço da conscientização. Considerado, atualmente, como fenômeno de cultura popular global, promovido, em grande medida, por jovens migrantes e periféricos, o MHH engloba diferentes estéticas e linguagens artísticas, relativas à dança, à pintura, à produção musical, à escrita literária etc. Sua dimensão artístico-cultural, porém, transborda os elementos produzidos no âmbito do movimento hip hop e alcança o mercado de arte. Ganha status de arte na medida em que estabelece diálogos entre diferentes espacialidades-territorialidades, amplia nossa capacidade de conhecer, desperta o pensamento sensível e aumenta nosso poder de metaforizar (e, portanto, reinventar) a realidade (BOAL, 2009); é um bem cultural na medida em que deserta a necessidade de mediação e de negociação de juízos e valores estéticos e de visões de mundo e na medida em que é testemunha material de um modo de viver e dos valores de uma determinada sociedade ou grupo social (MARZADRO, 2013).

3. Dimensão mercantil: relativa à inserção do MHH em uma indústria cultural global, por meio da ativação do mercado da arte e da distribuição de produtos e serviços (consumidos ou comercializados) no âmbito, sobretudo, das indústrias do entretenimento e da comunicação: encontros, shows, festas, festivais, programas televisivos, reality shows, campeonatos, saraus, batalhas, podcasts, livros, etc.; produtos relativos à indústria fonográfica: produção, gravação, edição e distribuição de CDs, vinis, singles, beats, sons digitais, etc.; produtos relativos à indústria da moda: design de moda, produção e distribuição de camisetas, jaquetas, moletons, bermudas, bonés, durags, faixas, correntes, bijuterias, meias, tênis, itens de vestuário e acessórios, em geral, representativos da estética periférica, além de desfiles, catálogos, propagandas, etc.; ou, ainda, produtos relativos à própria indústria da arte: quadros, gravuras, murais,

stencils, posters, lambe-lambe, exposições fotográficas, peças teatrais ou de dança etc.

4. Dimensão política: comumente associada mais ao rap e ao grafiite (ou pixo), na medida em que estes dois elementos assumem caráter mais contestador e denunciativo, o que faz com que o MHH seja diretamente associado a movimentos de resistência e reivindicação de direitos. Essa dimensão manifesta-se, também, pela postura de seus artistas, quando se afirmam como opositores do sistema vigente ou quando denunciam a ausência do Estado e questionam os rumos da política, das políticas públicas e seus rebatimentos nas periferias. O MHH tem assumido, cada vez mais, o papel de instrumento de políticas públicas. É mobilizado, sobretudo, no campo do serviço social e da assistência, como instrumento complementar para a conscientização, educação, comunicação ou ‘recuperação’ de jovens – seja nas escolas públicas ou em centros de recuperação de jovens com comportamento desviante ou mesmo em casas de detenção e penitenciárias. Nessa dimensão, inserem-se, ainda, as lutas e pressões por reconhecimento por parte dos praticantes do movimento hip hop, que buscam reconhecimento enquanto membros ativos de uma comunidade (cidadãos), enquanto titulares de direitos objetivos e subjetivos (como amor recíproco, solidariedade, respeito, autoestima e dignidade), conforme discussão proposta por Honneth (2003). No que diz respeito ao campo específico da política urbana, o MHH costuma ser mais diretamente associado a questões culturais, que, apesar de sua transversalidade ainda têm um tratamento marginal em comparação com as demais temáticas que configuram a questão urbana, como o urbanismo, a habitação, a segurança, o emprego, o saneamento, a infraestrutura etc. (GRANGENEUVE, 2008).
5. Dimensão estética evidencia-se não apenas na manifestação de um estilo e de um modo de ser e de fazer específicos – que se revela nas roupas, nos comportamentos, nas formas de atuar, nos cliques musicais, nos cortes de cabelo ou nos acessórios – mas que se manifesta, ainda, na conformação de uma gramática própria, de uma identidade e de racionalidades também próprias, confrontando o totalitarismo estético e seus padrões e problematizando o que é historicamente aceito como belo. O MHH coloca no lugar do “universalmente belo” outras estéticas: uma ‘estética do improviso’ (SILVA, 2011) ou mesmo uma ‘estética do caos’ (RAMOS, 2019), que espelha a realidade vivida nas periferias. O MHH, como experiência estética, organiza outras formas de sociabilidade e de experiência, capazes de desorganizar os fluxos tradicionais de políticas públicas e de afetar, por meio da criticidade e da desconstrução dos imaginários da periferia, reflexivamente. Além disso, a dimensão estética, sobretudo quando pensada a partir de Dewey (2010), revela como o MHH, enquanto experiência artística que não se distancia das condições em que é criada, pode ajudar a compreender e a explicar a Ceilândia ou as cidades e suas sociedades, a partir de dentro. Pode ajudar, ainda, a transformar os territórios. Afinal, como lembra

Boal (2009, p. 117), “essa é a função da estética: através dos sentidos emocionados, luzir razões, promover transformações”. Por fim, vale ressaltar que, ao separar a dimensão estética da dimensão artístico-cultural, quero chamar atenção para o fato de que o estético não está apenas na arte e na contemplação da arte, mas nos processos multissensoriais e cotidianos de criação de significados, no âmbito de experiências comuns (DEWEY, 2010).

6. Dimensão econômica: aqui dissociada da dimensão mercantil, com o intuito de enfatizar o sentido plural do termo, como proposto e defendido por França Filho (2001). Esta dimensão extrapola a lógica do mercado (cujas práticas estão fundadas no valor do bem/serviço), abarcando práticas não mercantis (pautadas no princípio da redistribuição e com financiamentos ou subvenções oriundas do poder público) e práticas não monetárias (pautadas no princípio da reciprocidade e possibilitadas pela participação voluntária e/ou por doações materiais ou humanas). Nessa dimensão, incluem-se as atividades da economia popular (e, muitas vezes, informal, como nos casos de empreendedorismo individual ou promovido por pequenos grupos), pautadas em relações de reciprocidade, em cadeias produtivas locais, em formas coletivas e cooperativas de organização do trabalho, de produção e de distribuição dos produtos e de arrecadação de recursos, incentivando e difundindo formas mais conscientes de consumo (FRANÇA FILHO, 2001; 2004). No caso do MHH, identificam-se relações familiares e de vizinhança, trocas de serviços, parcerias em torno de projetos específicos, associações e coletivos voltados à prestação de serviços jurídicos e de saúde gratuitos ou à realização de feiras locais, como é o caso da ‘Feira da Quebrada’, promovida pelo coletivo RAIX (conforme caso apresentado no item 4). São práticas que reúnem sob o guarda-chuva da gestão social e da economia solidária, em função de seus processos (que articulam as esferas econômica, social, cultural e política), de suas finalidades (comumente vinculadas à democratização da economia e ao engajamento cidadão) e de seus contextos de emergência (fortemente ligados à problemática da exclusão, à ausência do Estado e à falência dos mecanismos tradicionais de geração de emprego e renda), conforme discutido por França Filho (2001).

7. Dimensão formativa: revela-se, fortemente, em dois movimentos principais: um relativo à educação e a formação em sentido mais direto e formal, que abarca os projetos de ensino pré-vestibular e os cursos, oficinas e workshops de formação profissional, ofertados no âmbito do MHH da Ceilândia (sobretudo pela Rede Urbana de Ações Socioculturais – RUAS e pelo Programa Jovem de Expressão); e outro, que abarca sentidos mais amplos (e difusos) de aprendizagem social, relativos à própria produção de conhecimentos, de saberes, de soluções, de formas de ver o mundo e relativos, também, aos espaços de diálogo, negociação, conversa, debate e persuasão, tomada de decisão, criação e inovação, que são ativados nos fluxos do MHH, reunindo múltiplas vozes, em um processo

contínuo e recíproco de construção de “comunidades de investigadores” (DEWEY, 1927) e de “comunidades de práticas” (BOULLOSA; SCHOMMER, 2008), capazes de promover novas formas coletivas de ação, diante de discursos e de argumentos (MAJONE, 1989; PARDUE, 2004; FISCHER, 2016). Nesse sentido, a dimensão formativa ou de aprendizagem, no MHH, responde, diretamente, aos princípios da gestão social⁶⁷ e, sobretudo ao que é defendido no âmbito dos estudos críticos em políticas públicas e do pragmatismo deweyano: o estímulo à capacidade de aprender-no-contexto (FISCHER, 2016) e aprender-pela-experiência [learning by experience ou learning within experience, nas palavras de John Dewey (1938, p. 26; 73)].

8. Dimensão emocional-afetiva⁶⁸: é a que organiza a paixão e a agressividade, a narrativa das dores e das resistências, das conquistas e das derrotas, organiza tudo aquilo que é difícil de aceitar. Essa dimensão relaciona-se diretamente à dimensão estética, porque está situada no mundo do sensível (mas também no das políticas públicas). Quando tomamos os *critical policy studies*, o pragmatismo deweyano e o paradigma da gestão social como pontos de referência, essa dimensão é a que atravessa todas as demais, costurando-as. As lentes através das quais observo o movimento hip hop da Ceilândia revelam que os investimentos emocionais e afetivos subjazem todas as demais dimensões – socioterritorial, mercantil, econômico, político, artístico-cultural, estético, de entretenimento ou de formação/aprendizagem. É a dimensão emocional-afetiva que ajuda a compreender como se forma um público, como nasce uma associação, como um problema público emerge, como entra em cena. Ou, no contexto específico do MHH da Ceilândia, ajuda a compreender como uma comunidade de afetados, uma comunidade que não compartilha sentidos idênticos de mundo – significados previamente dados, óbvios ou evidentes –, abre-se à experiência do *l'être-avec* (de ser e de estar com), de pensar junto os problemas que a afetam (QUÉRÉ; TERZI, 2015). O movimento hip hop da Ceilândia, em sua dimensão emocional-afetiva, aguça um sentimento intuitivo de justiça: diante dele, pode ser que o eu se retire em benefício do outro e que o centro renuncie sua posição pretensamente central, em benefício de outras centralidades (HAN, 2019; FRASER, 2001; HONNETH 2003).

67 Embora não haja espaço para discutir a gestão social enquanto campo de conhecimentos e práticas, vale esclarecer que a gestão social: (1) consiste em uma abordagem crítica brasileira no campo das políticas públicas (FRANÇA FILHO; BOULLOSA, 2015); (2) a democratização da democracia é seu imperativo categórico (TENÓRIO, 2014); (3) volta-se, radicalmente, à realização do bem comum (não estatal) (PEREIRA, 2014); (4) entendida como paradigma, considera que os significados por trás do que está dado e do que ‘deve ser feito’ devem ser construídos coletivamente, em processos que não produzem apenas bens e serviços, mas subjetividades e identidades (ROSA; MENDONÇA, 2011); (5) é indissociável da preocupação com a produção de conhecimento vivo (FERRARA, 1986) e sempre a posteriori da experiência (PEIRCE, 2005).

68 Na distinção entre sentimentos, emoções e afetos, proposta por Han (2019, p. 94), os sentimentos têm uma temporalidade diferente das emoções e dos afetos. Enquanto as emoções são essencialmente fugazes e os afetos são restritos a um momento, os sentimentos “possuem uma duração, uma largura narrativa”; dos três, são os únicos que têm “acesso ao dialógico, ao outro”. Opto por chamar essa dimensão de ‘sentimental-afetiva’ para fazer referência a isso que tem duração no tempo e no espaço, mas, também, a qualquer coisa que nos afete, que nos coloque em movimento, que seja capaz de nos colocar em ação (por mais fugaz ou pontual que seja).

De inspiração africana, o MHH teria florescido, de acordo com a versão mais difundida dessa história, nos ghettos novaiorquinos, no início dos anos 1970, como subproduto dos movimentos pró-Direitos Civis, nos Estados Unidos da América – não como no sonho pacífico de Martin Luther King, mas, sim, na realidade cotidiana de jovens afro-americanos, caribenho-americanos e latino-americanos (GEORGE, 2005). Na Ceilândia, porém, o MHH é marcado por diversas ressignificações: o R do rap não se refere à rithm (como em rytthm and poetry), mas à Revolução (JAPÃO, 2016) e embora a Ceilândia figurasse como o lugar mais óbvio para o nascimento do hip hop no DF, por ser um berço de imigrantes (predominantemente nordestinos) e por sua história de escassez e de exclusão, o hip hop nasceu na área mais nobre da cidade: o Lago Sul. Na visão dos praticantes do MHH da Ceilândia, é a periferia que é o centro (MACIEL, 2019). Antes mesmo de completar duas décadas de vida, a terra dos erradicados das invasões ganhava projeção na cena do Hip Hop nacional, com grupos como ‘Câmbio Negro’ (1990) e ‘Álibi’ (1995), álbuns e artistas premiados e músicas que apresentavam “uma espécie de ‘raio-x do Brasil’” e do cotidiano periférico, articulando-se em um trabalho contínuo de refiguração das experiências (CAMARGOS, 2015, p. 17-18) que conferiu destaque à Ceilândia.

As produções do MHH, aí incluídas as canções de rap, convertiam-se, como aponta Napolitano (1998, p. 199), em “termômetro, caleidoscópio e espelho, não só das mudanças sociais”, mas das “sociabilidades e sensibilidades coletivas mais profundas”. Aos poucos, o rap da Ceilândia passou a ser conhecido por narrar uma forma específica de pertencer à sociedade, seja por meio do rapper GOG⁶⁹ e de álbuns como ‘Dia a dia da periferia’ (1994), ‘CPI da Favela’ (2000), ‘Aviso às Gerações’ (2006) e ‘Cartão Postal bomba’ (2009); por meio do Grupo Viela 17 e de seu líder, Japão (indicados ao prêmio Hutuz, em diferentes categorias, em 2005 e 2008); ou, ainda, por meio dos grupos de break-dancing e graffite como os Reforços Breakers (1985) e DF Zulu Breakers (1989), criados com o intuito de afirmar valores ligados à identidade negra, à consciência social, à solidariedade e à cidadania (JAMAICA, 2016; RIVAS, 2017).

Para além da música, do graffite e da dança, o MHH também ganhou as telas do cinema, pelas mãos de Adirley Queirós, cineasta radicado na Ceilândia, que conferiu ao MHH lugar de destaque na história da formação socioterritorial e identitária da cidade, com o curta-documentário “Rap, o canto da Ceilândia”⁷⁰ (2005), também indicado ao Prêmio Hutuz em

69 Genival Oliveira Gonçalves, o GOG, é rapper, cantor e escritor, de Sobradinho/DF, e um dos pioneiros do Movimento Hip Hop no Distrito Federal. Participou da primeira formação do Grupo Álibi, da Ceilândia, e recebeu diversos prêmios por seu trabalho no MHH, entre eles os Prêmios Hutuz nas categorias de: melhor disco do ano, com Tarja Preta (2004) e Aviso às Gerações (2007); melhor artista solo, em 2007; melhor música do ano, com ‘Quando o Pai se Vai’ (2007); melhor videoclipe, com ‘Brasil com P’ (2008) e melhores músicas da década, com ‘É o Terror’ (2009).

70 De acordo com Queirós (2015), “no título do filme, o ‘canto’ não é a música, é o espaço. Até por volta de 2005, os dois maiores lugares do Brasil em que existia o rap eram em São Paulo e Ceilândia”. O curta-metragem foi premiado no Festival de Cinema de Brasília, em 2005 – primeira vez que Adirley Queirós entrou no Cine Brasília, localizado no Plano Piloto.

2006. A Ceilândia também protagonizou os filmes ‘A cidade é uma só?’ (2011)⁷¹ e ‘Branco Sai Preto Fica’⁷² (2014), que além de fazerem diversas referências ao MHH, conferem centralidade ao território e às discussões sobre política urbana em Brasília, desafiando o discurso oficial. Embora seja formado em cinema, pela Universidade de Brasília (UnB), Adirley (QUEIRÓS, 2015) afirma que seus filmes foram mais gestados no Departamento de Geografia da UnB – onde teve contato com Milton Santos e com a ideia de democratização do território –, do que no próprio Departamento de Comunicação, revelando que a identidade da Ceilândia forjou-se, justamente, na alteridade com o centro da capital federal e que o MHH tornou-se, aos olhos de seus praticantes, uma espécie de cimento social – um caminho pelo qual a juventude conseguiu ressignificar o que é ser ceilandense.

Nesse sentido, o MHH aparece, na fala de seus praticantes, como um escudo contra a rejeição, a exclusão e a segregação impostas pela Brasília-centro (tanto em termos materiais quanto simbólicos) e, ainda, como um grito pelo direito à palavra no espaço público, um grito de cidadania (CANCLINI, 2007). Debruçada sobre a realidade narrada pelo MHH da Ceilândia, percebi a fragilidade de conceitos de ‘política pública’ e de ‘política urbana’ que não abarcam (senão marginal ou pontualmente) as diversas práticas socioterritoriais transversais, multidimensionais e multiescalares, que conformam o MHH, comumente reduzido à movimento contestatório (que atrapalha a ação do Estado) ou, no máximo, como instrumento subsidiário para a solução do problema ‘periferia’ ou do problema ‘juventude’, identificados e construídos de cima para baixo e a partir argumentos de escassez e de ausência.

A análise do Hip Hop em movimento, a partir de suas práticas e de seus textos, permitiu perceber que ele não cabe em velhas dicotomias como rural-urbano, global-local ou centro-periferia e que se empobrece quando é reduzido a um movimento artístico-cultural ou confundido apenas com um gênero musical, o rap. Empobrece-se, também, quando é reduzido a um meio de denúncia das mazelas sociais de territórios abandonados pelo Estado, em resistência à opressão dos centros ou quando é reduzido a um instrumento a serviço da assistência social, útil ao engajamento de jovens desinteressados pelos estudos (sobretudo nas escolas públicas das periferias da cidade), útil ao diálogo com a juventude acerca de temas como violência doméstica, abuso sexual, uso de drogas, racismo ou *bullying* ou útil à recuperação de jovens infratores, em casas de detenção, penitenciárias ou Centros Avançados dos Juizados Especiais (CAJEs), mas inútil para desencadear processos de publicização, de investigação, de inovação e de aprendizagem.

○ MHH pode, sim, servir como instrumento de política pública ou como facilitador das relações

71 O longa-metragem recebeu Menção Honrosa de Melhor Filme na Semana dos Realizadores de 2011, ganhou o prêmio de melhor filme escolhido pela crítica na 15ª Mostra de Cinema de Tiradentes e recebeu, ainda, o BACIFI 2012, em Buenos Aires, durante o Festival Internacional de Cinema Independente, o *Word Cinema Amsterdã* (2012), o INDIE Brazil, em Los Angeles (2012), o Panorama de Cinema da Bahia (2012) e o prêmio de melhor filme no Docs BH (VITRINE, [20--]).

72 Premiado no Festival de Brasília e indicado ao Prêmio Guarani de Cinema Brasileiro (PAPO DE..., [20--]).

entre as autoridades (políticas, policiais ou educacionais, por exemplo) com os jovens periféricos, mas me parece ter, ainda, outros papéis, que só se revelam quando o observamos através de outras lentes e quando vemos o movimento hip hop como experiência pública transversal, multidimensional, multissensorial e multiescalar. Quando analisado através das lentes aqui construídas, percebo, entre outras coisas: a) sua capacidade de constituir “comunidades de investigadores” (DEWEY, 1927); b) sua vocação para oportunizar espaços horizontais de aprendizagem, de construção coletiva e de proposição de outros caminhos, rompendo, em alguma medida, com a ideia de que a participação política popular precise ser ordenada, institucionalizada ou pré-projetada, para que seja efetiva; c) seu papel de produtor de argumentos e significados; d) seu comprometimento com arranjos de organização e de gestão pautados no fazer junto; e) seu compromisso com a construção de outras formas de gerir e de problematizar realidades socio-interacionais complexas, a partir de outro *modus operandi* – para além do Estado –, tanto em termos de processo quanto de finalidade, redefinindo as relações entre cultura e política, entre economia e política, entre estética e política, etc., o que aproxima as práticas do MHH do que entendo por gestão social.

O MHH da Ceilândia reúne um conjunto de práticas – territoriais, artísticas, culturais, econômicas, educacionais, de saúde etc. – capaz de criar espaços “radicalmente criativos” (HOOKS, 1990, p. 153) e “radicalmente democráticos” (DEWEY, [1937] 1998), em que aquele que o experimenta é transformado individual e coletivamente, por meio da afirmação e da sustentação de suas subjetividades. Espaços a partir dos quais é possível articular sentidos de mundo, num processo de apropriação-ressignificação capaz de construir seus próprios argumentos. Assim, inspirada em Majone (1989), defendo que o movimento hip hop é um produtor de argumentos e, com o cuidado de não reduzir sua complexidade, destaco, a seguir, três argumentos contra hegemônicos que emergiram das narrativas, dos textos e dos análogos de texto (TAYLOR, 1971) e das práticas engendradas no âmbito do MHH da Ceilândia:

- (1) o argumento da **multiplicidade territorial**, que se contrapõe ao argumento oficial de que ‘a cidade é uma só’;
- (2) o argumento da **ressignificação como tecnologia social**, que enfatiza a indissociabilidade entre fato e valor no processo político e multifatorial de construção das cidades e das sociedades, contrapondo o argumento oficial do planejamento urbano e das políticas públicas baseadas em dados e evidências; e
- (3) o argumento da **relacionalidade periférica**, que se contrapõe à busca obcecada pela racionalidade linear-instrumental no campo das políticas públicas, evidenciando o caráter situacional e processual da racionalidade e da relacionalidade, que encontra novas manifestações e expressões nas periferias urbanas brasileiras;

3 TEXTOS E ANÁLOGOS DE TEXTO: ARGUMENTOS QUE EMERGEM DO MHH DA CEILÂNDIA

O **primeiro argumento** que emerge das narrativas sobre o Hip Hop tem natureza territorial. A história contada pelo MHH está enraizada na Ceilândia. Das letras de rap às mensagens escritas em camisetas e bonés, há uma estética que está, acima de tudo, vinculada ao território e que é continuamente atravessada por ele. Há um valor específico contido nesse desejo de enraizamento, de pertencimento, de promoção e de valorização da Ceilândia, em escala distrital e nacional. Há, ainda, um desejo de reconhecimento, que me parece diretamente vinculado à história de formação da cidade, em uma busca constante de ressignificação da sigla C.E.I, em resposta ao discurso oficial e aos rótulos e estigmas desencadeados por ele. Afinal, para justificar a política de erradicação de invasões, o Governo difundiu o argumento de que as invasões surgidas “dentro do anel sanitário de Brasília, empanavam a imagem da mais moderna capital do mundo (...), com pessoas vivendo nas mais precárias condições sociais e de higiene” (HISTÓRIA DE..., 2011). Dizia-se, ainda, que diversos serviços estavam sendo implantados na Ceilândia, enquadrando-se “na paisagem humana criada para os ex-favelados do Distrito Federal” (idem).

No campo das políticas públicas, ainda que o MHH não seja considerado (tradicionalmente) um ator, na escala macro (das instituições políticas, por exemplo), por não ser dominante ou hegemônico e por não deter poder de decisão; na escala micro, os praticantes do MMH atorizam-se, individualmente, a partir das práticas de uso do território e, simultaneamente, o próprio MHH faz-se público, publiciza-se coletivamente na mesoescala, conformando uma “arena pública” (CEFAÏ, 2011), em torno da situação problemática apontada pelo Governo e da necessidade de (re)construção identitária, que passa, necessariamente, pela ressignificação de outros signos, como ‘favelado’, ‘invasor’, ‘periférico’ e RA-IX (Região Administrativa número nove). O MHH conforma um tipo de luta por reconhecimento que explicita, nas palavras de Sobottka e Saavedra (2012, p. 272) “uma gramática, uma semântica subcultural, na qual as experiências de injustiça encontram uma linguagem comum”. Em outras palavras, o MHH oferece a seus praticantes “a possibilidade de uma ampliação” das formas desse reconhecimento (HONNETH, 2003, p. 272). Quando lemos o MHH como um *texto*⁷³ social, o argumento territorial emerge de diversas formas, vinculado, principalmente, a questões identitárias, de pertencimento e de reconhecimento, nos três tipos elencados por Honneth (2003), trazendo o pensamento sensível e a dimensão emocional-afetiva para dentro do processo político.

73 A partir da virada linguística (RORTY, 1967), as relações sociais passam a ser compreendidas como textos ou análogos de texto – incluindo comunicações escritas ou não, verbais ou não (TAYLOR, 1971) –, estruturados a partir de relações de poder, de modelagens da ação social e de matrizes de significados e de valores (BOULLOSA; PERES; BESSA, 2021).

Os 13 textos selecionados e apresentados abaixo ilustram e complementam essa discussão:

TEXTO 01 - Trecho de entrevista concedida pelo DJ Jamaika (2016)

(...) se eu falar pra você que Ceilândia é centro, uma galera vai querer me matar, porque 'os caras' querem que Ceilândia seja periferia, morou? Eu considero Ceilândia periferia... [porque, pra eles] o rap é coisa da periferia... o hip hop é coisa da elite... [eles não sabem] que é a mesma coisa. Só que é mais bonito de falar, né? H-i-p H-o-p... [risos]

TEXTO 02 - Trecho de entrevista concedida pelo rapper Japão (2016)

Se Ceilândia e Brasília são a mesma cidade? Pro Governo é. Porque era Governo do Distrito Federal e agora é só Governo de Brasília, então pro Governo é... Só que aquela Brasília é muito mais bem tratada do que essa aqui... Então não é... Pra mim, aqui é Distrito Federal, sempre foi... Sempre foi. (...) Eu costumo falar – eu falei até no filme do Adirley Queiroz, quando eu participei – 'Não, peraí... eu sou ceilandense, eu não sou brasileiro.

TEXTO 03 - Trecho de entrevista concedida pelo Dj Jamaika (2016)

Não... Naquele filme "Rap, o Canto da Ceilândia", a gente definiu muito bem isso, assim: Ceilândia é Ceilândia. Nós estamos dentro do Distrito Federal e não dentro de Brasília. (...) Tanto que, na época, a galera não foi colocada aqui, foi jogada aqui. Essa é a grande verdade. Ninguém veio querendo vir pra cá... Lá [onde estavam], por pior que fosse, tava bom. Mas, quanto mais distante ficasse [do Plano Piloto] seria melhor pra eles lá, 'morou'? Afastou, afastou, mas aí nasceu outra... Afasta e nasce... [a periferia] é como um vírus, né?

TEXTO 04 - Trecho de 'Reino da Morte' (ÁLIBI, 1995)

(...) Rotina diária do jovem da [Ceilândia] Norte ou da Sul / ninguém se limita em derrubar mais um / Rapaziada de preza, atitude de sobra / as outras áreas também têm suas cobras / Consequência da merda que acontece na quebrada M / Malucos de outras áreas, a mobilete treme / Tentam tomar a todo custo nosso território / manhãs de segunda à sexta, sempre tem velório...

TEXTO 05 - Trecho da música "Ceilândia Resistência", do Grupo Viela 17 (2001)

Eu acredito na paz, chega mais, vai que vai... / Troque o canhão por um livro, mostre que é capaz / Olha bem, polícia invade seu barraco, sem mandato / Xinga sua esposa, quebra tudo, depois sai vazado / Aqui a lei do tom impera, quem tem quadrada é o cara / O dono da favela... / Aqui é foda, mas, irmão, eu amo essa porra / Ceilândia Norte, resistência, véi, eu to de boa!

TEXTO 06 - Excerto da Oficina “Do fundão da Ceilândia ao Protagonismo no Rap Nacional”, ministrada pelo rapper Japão (2017)

É uma luta fazer com que cada cara se reconheça parte da sua comunidade. Antigamente, nos bailes, ninguém falava que era da Ceilândia. Quando o rap falou que amava essa porra, que era ‘negão da Ceilândia’, trouxe pertencimento... Camiseta da Ceilândia, bombou! Mas foi um trabalho de quase 30 anos. Ceilândia tinha que ser a capital de Brasília. (...) Minhas músicas nunca contribuíram para estigmatizar a Ceilândia... só o rap que fez por essa porra. Só o rap pediu justiça social. (...) não existe rap de direita. (...) R-A-P é Revolução, Amor e Poesia... o R não é de Ritmo não.

TEXTO 07 - Fala do rapper X no documentário ‘Rap, o Canto da Ceilândia’ (2005)

“Tudo que era de ruim, jogavam pra nós... Era a terra sem lei, o fim do mundo. A gente era o flagelo da guerra. Falou que era da Ceilândia, as meninas já eram de outro jeito... Nem queriam conversa. [Pensavam] ‘ou foi, ou é, ou será bandido’. Era complicado bater no peito, com orgulho e falar ‘sou negão careca da Ceilândia mesmo, e daí?’

TEXTO 08 - Fala do Dj Jamaica, no Documentário ‘Rap, o Canto da Ceilândia’ (2005)

A gente levantou a bandeira da Ceilândia, sacudiu, e falou que aqui é bom, mesmo sendo ruim.

TEXTO 09 - Trechos de entrevista concedida pelo pedagogo, ativista social e ex-coordenador do RUAS/Jovem de Expressão, Max Maciel (2019)

(...) Depois a gente entendeu que o rap nada mais era que uma música que falava de dores coletivas, de sentimentos coletivos, de ações no próprio território, com que a gente se identificava... E, no mais, a gente fala da Ceilândia no nosso rap porque todos nós gostamos de enaltecer o nosso lugar, ainda mais quando o nosso lugar é tão menosprezado...

(...) Hoje, a gente tem um pouquinho mais de autoestima... Mas não é fácil você romper com 30 anos de alguém, todo dia, falando que é a cidade mais violenta do DF, que todo mundo vai morrer... Que é o Caldeirão do Diabo, a Vila do Cachorro Sentado etc. É muito difícil⁷⁴. (...) Brasília precisa falar assim: ‘Ceilândia, desculpa!’

⁷⁴ Max Maciel (2019) faz referência ao polêmico jornalista especializado em cobertura policial e radialista, Mário Eugênio Rafael de Oliveira, apresentador de um popular programa de rádio dos anos 1980 – o Gogó das Sete, um noticiário policial que ia ao ar de segunda a sábado, na Rádio Planalto, conhecido, também, pelo bordão ‘aqui a notícia é do tamanho da verdade, doa a quem doer!’. Na Ceilândia, Mário ficou conhecido por apelidar tanto as pessoas quanto os pontos da cidade considerados mais perigosos – o Setor O virou Vila do Cachorro Sentado, o P Sul virou Caldeirão do Diabo, motivo pelo qual é bastante criticado por praticantes do movimento hip hop, que consideram que o programa prestava um desserviço à imagem da cidade. Foi assassinado, aos 31 anos, em novembro de 1984, após denúncias acerca do envolvimento de policiais civis e militares, da cúpula a Segurança do Distrito Federal, no que chamou de um ‘Esquadrão da Morte’, em Brasília (EBC, 2016). Segundo Brito (2017), um conjunto de reportagens do Correio Braziliense acerca do Esquadrão da Morte e do assassinato do jornalista renderam ao jornal o Prêmio Esso de Jornalismo, em 1985.

TEXTO 10 - Trechos de entrevista concedida por Rayane da Silva Soares (2019), atual coordenadora da RUAS/Jovem de Expressão

A gente estava tentando buscar um nome que tivesse um sentido, mas que também representasse um valor nosso, né? Eu acredito que a RUAS [acrônimo para Rede Urbana de Ações Socioculturais] fala muito do nosso movimento de ocupação do espaço público. (...) se a gente não ocupar esses espaços com cultura, com coisas positivas, outras coisas vão ocupar o espaço, como a questão do tráfico, como a questão da violência, ... então, pra mim, esse nome é bem simbólico!

TEXTO 11 - Trechos de entrevista concedida por Wemmia Anita Santos (2019b), uma das idealizadoras da RA.IX (2019)

(...) hoje, eu tenho orgulho de dizer [olhos marejados] que a gente é RA-IX [em referência a ser da Ceilândia], porque, no passado, muitos dos meus, e eu também, tivemos que negar no nosso currículo que a gente morava aqui... Vez ou outra falava Taguatinga, botava até na QNL, na Chaparral, pra não dizer que era da Ceilândia. Então, hoje, ver as pessoas me convidando pra falar nos lugares e as pessoas virem conversar comigo porque eu sou RA-IX.... caramba, ...significa, então, que a gente conseguiu mudar a lógica, né?

TEXTO 12 - Trechos de entrevista concedida pelo B-boy Papel (2017)

(...) Não só a cultura periférica, mas a periferia como um todo não sabe o potencial que ela tem. O dia que ela descobrir isso, vai ser uma grande revolução. (...) A arte urbana...e a arte, em geral... tem esse desafio e tem que ter essa responsabilidade, de entender o que a gente é capaz de fazer... e de difundir isso, como um retorno, pra nossa comunidade, pro nosso território.

TEXTO 13 - Trechos de entrevista concedida pelo rapper e grafiteiro Rivas⁷⁵ (2017)

(...) a cultura periférica sempre teve potencial político, mesmo sem saber. Enquanto a periferia não sabia, quem olhava e sabia usava a periferia. Hoje é diferente, porque essa consciência política muita gente já tem... então, hoje, quase todo mundo sabe que existe uma força muito grande e existe uma voz muito forte... só que, às vezes, é tão grande e é tão forte que a gente acaba não se juntando...

Estes textos revelam não apenas as contradições entre as narrativas do MHH e a narrativa oficial, mas, também, os próprios conflitos no interior do movimento e no interior do território, sempre

⁷⁵ Rivanilson da Silva Alves, Rivas, já foi b-boy, integrante do Grupo Reforços Breakers e foi integrante de um do maior coletivo de grafite do Distrito Federal, o DF Zulu.

em disputa. É interessante apontar que as músicas ‘Reino da Morte’ (ÁLIBI, 1995) e ‘Ceilândia Resistência’ (VIELA 17, 2001) são apenas dois exemplos de uma diversidade de letras de rap, escritas por artistas da Ceilândia ou de fora dela, que conferem protagonismo ao território. Além de estar no título de ‘Ceilândia Resistência’, o nome da cidade aparece, de forma explícita, em músicas do Grupo Viela 17 – como ‘Crise Sonora’, ‘Ao seu serviço’, ‘Respeita as Caras’, ‘Foi Complicado pra chegar aqui’, ‘Sem caô, sem Simpatia’, ‘Estamos de Volta’, ‘Quebrada Quente’, ‘Valores a mais’, ‘A ti, todo respeito’, ‘Quando as Ruas Chamam’, ‘20 de 40’, ‘Vou em Frente’, ‘Só Curto o que é bom’ e ‘Pequenos Homens’ –, do Grupo Álibi – como ‘C.E.I’, ‘Reino da Morte’, ‘Reino da Morte II’ – do grupo Câmbio Negro – como ‘Pega a Manha’, ‘Ceilândia Revanche do Gueto’, ‘Careca sim, e daí?’ e ‘A Volta’ – e tantas outras. Difícil é encontrar uma letra que não faça referência, explícita ou implícita, à quebrada ou a alguma região específica da Ceilândia, em um verdadeiro tributo, que confronta a ideia de um território único ou singular e que coloca em confronto os sentimentos de vergonha e de orgulho.

São subjacentes ao argumento da multiplicidade territorial, diferentes valores e afetos, mobilizados em lutas internas (de formação identitária e de afirmação de pertencimento) e externas (de resistência e de enfrentamento), como sintetizado no trecho de ‘A ti, todo respeito’:

*Eu vou pra cima, estou no jogo, eu sou Ceilândia a voz do povo
Eu sou o próprio monstro que o sistema criou
Na mente alguns pontos de revolta e dor
Somos força, mais respeito, muito amor cabe no peito
Respeito (VIELA 17, 2014).*

Há, ainda, exemplos de álbuns de rap, como ‘Sub-Raça’ (CÂMBIO NEGRO, 1993) e ‘Sobrevivendo no Inferno’ (RACIONAIS, 1997), que documentam as práticas socioterritoriais e culturais das periferias. São narrativas plurais, que não romantizam o território, não tem o intuito de embelezar a periferia ou idealizar a pobreza e que, assim, sem naturalizar a condição de ser periférico, disputam as narrativas, subvertendo padrões estéticos dominantes e reivindicando que ‘a periferia é o centro’ (MACIEL, 2019; SOARES, 2019) – a máxima que sintetiza o argumento da multiplicidade territorial. Essa reivindicação de centralidade não tem o intuito apenas de mudar o lugar do centro, defendendo outro tipo de unicidade territorial, mas de chamar atenção para a existência de múltiplas centralidades, em diálogo tácito com Connell (2012) e Sousa Santos (2008): se centro é onde se formam conceitos, se constroem argumentos e se definem/desenvolvem métodos (CONNEL, 2012), então, por meio da (re)localização dos centros, pode-se reconhecer o papel de outros lugares na produção de argumentos e de significados e na definição e no desenvolvimento de outras formas de pensar, dizer, fazer, julgar, imaginar, responder e participar.

Por meio desta (re)localização, a visibilidade e a inteligibilidade do MHH vão sendo construídas, não apenas nos fluxos de produção do conhecimento, mas, também, nos fluxos de políticas públicas. Entre problemas públicos e suas ressignificações, entre a valorização e a tutela, entre a romantização e a estigmatização, entre a apropriação e a ressignificação, estes fluxos são feitos no mundo e de mundo (SOUSA SANTOS, 2008). Para além das esferas formais ou institucionais de participação, o MHH conforma uma arena pública: um espaço de reflexividade coletiva, “eminente plural e conflituosa, por meio da qual uma comunidade se auto-estabelece”, “com suas controvérsias, suas investigações e suas experimentações” (CEFAÏ, 2013, p. 11).

Experiências públicas como o MHH assumem relevância, também, porque bagunçam (e, assim, pluralizam e diversificam) o palco público. Desorganizam o que é reificado como ‘ordem pública’, ‘opinião pública’, ‘moralidade pública’, categorias comumente colocadas em um pedestal inatacável e elevadas ao status de cânones da sociedade (GUSFIELD, 1981). Movimentos como esse podem, de fato, configurar produtivas pedras no sapato da hierarquização social, cultural, estética e dos saberes (TROTTA, 2016). Por outro lado, reconheço que a integração de novos e diferentes valores ao campo das políticas públicas nunca será automaticamente desencadeada pela mera emergência ou pela pluralização de experiências públicas como o MHH. Tal integração aos fluxos de políticas públicas (e, também, às agendas de pesquisa em políticas públicas) depende, em grande medida, da capacidade crítico-reflexiva de seus atores e da revisão do que se entende por ‘política pública’ e por ‘conhecimento’. Há que se compreender, também, que a posteriori das experiências públicas os sujeitos sociais adquirem consciência de si mesmos e aprendem a perceber a própria ação na interação com os outros e na apropriação dos signos, o que passa, necessariamente, por processos de esvaziamento semântico e de ressignificação.

Vejamos, então, como o MHH promove tais revisões, por meio de um **segundo argumento**, que sintetizo na máxima do rapper Renan Inquérito (2014, p. 16)⁷⁶, bastante repetida por praticantes do MHH da Ceilândia: “vou ser breve, se a história é nossa, deixa que nós escreve”, em oposição à defesa de uma ‘história única’.

TEXTO 14 - Trecho de entrevista concedida pelo rapper Japão (2016)

O hip hop é um ato político... Há bastante tempo, lá atrás, quando o Câmbio Negro gravou a música dizendo “sou negão careca da Ceilândia, mesmo, e daí?”, as pessoas falaram “Nossa, olha que bonito”... Não! Não era bonito, era uma parada que tava engasgada, era um desabafo!

TEXTO 15 - Trecho de entrevista concedida por Max Maciel (2019)

⁷⁶ A frase também é parte da música “Poucas Palavras”, de Renan Inquérito, no Álbum ‘Mudança’.

(...) Por isso que, talvez, eu use boné [de aba reta], não é só porque eu gosto, é porque é uma afronta mesmo... então, eu uso boné em qualquer lugar. Estar de boné é afirmar uma identidade e afrontar os espaços, porque é uma afronta, eu sei que é uma afronta... porque [o boné de aba reta], culturalmente, é marginalizado... É o símbolo do estereótipo.

TEXTO 16 - Trecho de entrevista concedida pelo B-boy Papel (2017)

Hoje está na moda dizer que é da periferia. (...) meio que maquiaram essa ideia do que é viver na periferia... Continuo dizendo que, para muitos, as dificuldades são as mesmas daquela época. O que mudou foi só a imagem... e o sentido que a gente dá. Hoje a periferia está nas novelas, é moda, é bonito, é bacana ser underground, ser marginal... (...) Até o dia em que as televisões perderem o interesse... talvez a periferia e o hip hop ainda voltem a ser descartáveis.

TEXTO 17 - Trechos de entrevista concedida por Wemmia Santos (2019)

...mas isso que eu acho genial de ser periférico, porque a gente está construindo o orgulho de 'ser de onde é', e 'por que é?', e ampliando as possibilidades... Então, a gente sai do cenário de escassez e passa pro de potência... Porque é como se aqui sempre tivesse esse olhar mais de negligência, de ausência... E aí, sim, não negamos a ausência do Estado, mas essa ausência não impediu que alternativas fossem construídas.

TEXTO 18 - Trecho de entrevista concedida pelo rapper Japão (2016)

... Aquela caixa d'água que vocês veem lá... que hoje é um símbolo, lindo, bonito... lá era bica... Era uma bica, um chafariz... Você saía da 26 da Ceilândia com um monte de balde, um monte de tambor, que era tambor velho de construção, que nós pegávamos do Plano e trazíamos pra cá, com lata de tinta e tudo... e íamos lá buscar água pra Ceilândia. Hoje as pessoas chegam lá, tiram foto e tal, mas aquilo ali eu vejo como uma fonte de água, de sobrevivência... Se não tivesse aquilo lá, ninguém tinha bebido água na Ceilândia. Eu acho Faroeste Caboclo uma piada de mau gosto (...) Jeremias era o cara que mais matava na 17 da Ceilândia. (...) Só que Renato Russo não sabia isso, mas enalteceu um cara que era o terror da comunidade (...) Ele nunca pisou na Ceilândia... É esse tipo de coisa que nós estamos tentando desconstruir hoje, é isso que nós ainda estamos tentando desconstruir.

TEXTO 19 - Trecho de entrevista concedida pelo Dj Jamaica (2016)

(...) Tinha pouquíssimo conhecimento, mas o que a gente via, a gente tentava imitar, né? E aí começamos a ouvir música, um rap mais pesado... E aí começamos a brincar com aquilo, pegar as músicas dos caras e fazer letra em cima das letras deles (...) editando (...)

... A gente conseguiu tirar a cara de malvada da Ceilândia, durante um tempo, dentro do rap...

Mano, se vai dar poder ao povo, tem que tirar a informação [risos]... Ou uma coisa ou outra... Ou poder ou informação, porque pensa o povo com poder e com informação... É de lascar, né, velho? (...) Antes um povo com informação do que com poder. O povo com informação, ele cria o poder, ele mesmo...

Sabe? O hip hop não quer ninguém falando por ele... Ele quer falar por si só... E as letras das músicas estão aí pra isso.

TEXTO 20 - Trecho da canção 'Yasuke', de Emicida (2017), escrita, especialmente, para o desfile da sua marca, LAB, na SPFW

*"As pessoas são como as palavras, só fazem sentido se juntas com as outras.
(...) / Fiz com a passarela o que eles fez com a cadeia e com a favela /
Enchi de preto".*

Na batalha semântica, em que cada força busca atribuir às palavras o sentido que mais lhe convenha (BOAL, 2009), o MHH ressignifica, deliberadamente, o que é ser periférico, o que é estar no centro e o que é a periferia e ressignifica, também, todos os rótulos e símbolos vinculados ao território – da Caixa d'água desenhada por Oscar Niemeyer ao nome da 'cidade'⁷⁷. Mas, afinal, quais são os limites dessas ressignificações? Qual o seu poder diante das assimetrias de poder? Qual o papel dos argumentos marginais ou contra hegemônicos diante de argumentos dominantes? E, ainda, qual é o custo social e simbólico de tais ressignificações? Embora conduzam por caminhos demasiadamente longos e, talvez, muito distantes do que é proposto neste capítulo, estas me parecem questões fundamentais, para a ampliação da agenda de pesquisas no campo de estudos em políticas públicas. Atenho-me, aqui, à reflexão acerca de alguns limites relativos às dimensões artístico-cultural e estética do MHH.

Em termos artísticos e estéticos⁷⁸, apropriação e ressignificação parecem ilimitadas, porque constituem a própria essência da arte de vanguarda e, por analogia, a própria essência do MHH, que na condição de arte pós-moderna, fragmenta-se e se reconstrói de forma catártica, (re) conectando seus praticantes, a partir da situação problemática que implica na impossibilidade (reconhecida pelos membros de uma comunidade) de atribuir ao mundo um sentido único. A ideia da antropofagia periférica (VAZ, 2011) e a metáfora da encruzilhada, onde Exu reinventa a vida enquanto possibilidade – engolindo de um jeito e cuspiendo de outra forma totalmente transformada (RUFINO, 2016) – ajudam a compreender o lugar sociopolítico da arte nas sociedades contemporâneas: lançar um olhar crítico-reflexivo para o que está dado (para o status quo), pegar os signos emprestados, engoli-los (esvaziando-os de seus significados originais) e cuspir algo novo, ainda não pensado. Inovação.

Da collage surrealista à pop art, passando pela Monalisa de bigode de Duchamp ou pelas obras comerciais e pré-fabricadas de Andy Warhol (SHUSTERMAN, 2008), as práticas artísticas de vanguarda indicam a "vontade de inscrever a obra de arte numa rede de signos e significados,

⁷⁷ Termo utilizado pelos praticantes do MHH para se referir à Ceilândia.

⁷⁸ Dewey (2010) lamenta que não exista, na língua inglesa, uma palavra que abarque, sem ambiguidade, o termo 'artístico', que se refere primariamente ao ato de produção, e o termo 'estético' que se refere ao ato de percepção e satisfação, ou seja, o fazer e o sofrer.

em vez de considerá-la como forma autônoma ou original” (BOURRIAUD, 2009, p. 12-13) e, assim, a vontade de subverter as lógicas dominantes, elaborar novos sentidos, (re)selecionar as memórias, a partir de outros repertórios e de “narrativas plurissêmicas” (AZEVEDO, 2014, p. 77), um conjunto de tantas narrativas quanto necessárias para abarcar as múltiplas identidades, temporalidades que coexistem no território. É, também, por colagem e por montagem, nos processos de engolir e cuspir, que o MHH se constrói, buscando (re)significar realidades sociais caóticas e marcadas por alto grau de incerteza e de insegurança, buscando abraçar o ‘prático’, o que se faz no cotidiano, para estendê-lo ao social, ao político, ao econômico e ao cultural.

Na tendência à reciclagem, à mistura eclética e à adesão a novas tecnologias – tantas vezes criticadas no meio artístico, por falta de originalidade ou por afrontarem noções modernistas de autonomia estética ou de pureza artística (SHUSTERMAN, 2008) – parece residir o próprio potencial do MHH: (re)construir narrativas e, assim, produzir argumentos alternativos, diferentes, desafiadores da ordem estabelecida. O MHH constrói-se em torno de batalhas estéticas, comunicativas e artístico-políticas – de rima, de poesia, de rap, de breaking –, que começam ressignificando guerras entre gangues rivais (em um período em que Nova Iorque experimentava altas taxas de homicídio e de violência urbana) e que seguem, até os dias atuais, ressignificando a violência e o abandono do Estado, em um tipo de utopia estética que, segundo Castells (1999), conforma a nova expressão de luta por poder na Era da informação. Podemos interpretar o MHH como aquilo que acontece ‘entre’, no espaço entre dois rappers que batalham suas rimas improvisadas a partir da fala do outro; no espaço entre duas quebradas que se reconhecem em letras de rap; no espaço entre o muro pixado e quem lê a mensagem apressadamente; no espaço entre transmissores e receptores; entre práticas e praticantes; no espaço entre o que é e o que deveria ser. É por isso que o hip hop é movimento.

Daí os motivos de voltar a atenção à sua dimensão estética, catártica e, em grande medida, “improvisada”. Se o interpretamos a partir das situações que ele cria, a valorização da dimensão estética emerge como o prelúdio de outras racionalidades, capazes de transformar o que entendemos por políticas públicas e como cada um de nós se vê em fluxos de políticas públicas. Afinal, conforme defendido por Dewey (1980), a dimensão estética - da arte e da cultura, ativadas pela experiência – é a responsável por construir a ponte entre a crítica social e a política, promovendo um tipo de troca e de compartilhamento ativo e alerta com o mundo.

(...) em seu ápice, significa a completa interpenetração do eu e do mundo, dos objetos e eventos. Em lugar de significar a rendição ao capricho e à desordem, oferece nossa única demonstração de uma estabilidade que não é estagnação, mas que é rítmica e está em constante desenvolvimento (DEWEY, 1980, p. 19).

Nesse sentido, o recurso à arte e a problematização estética tornam-se formas possíveis de expandir as fronteiras do que sabemos, inclusive no campo de estudos em políticas públicas. A racionalidade situacional e catártica, latente no Movimento Hip Hop da Ceilândia, desafia

a busca por aumentar a racionalidade linear-instrumental nos processos de políticas públicas (LASSWELL, 1951) e incita a recompor, criticamente, o que entendemos por racionalidade e por normatividade, afinal, o conceito de racionalidade é nem um nem dois, como defendeu Regan (1978), é muitos. Sobre isso, vale voltar à Dewey (1922, p. 196, grifo da autora), que define a racionalidade não como uma força a ser evocada contra o impulso ou contra o hábito, mas como “**a obtenção de uma harmonia funcional entre diversos desejos**, (...) a feliz cooperação de uma infinidade de disposições, como **a simpatia, a curiosidade**, a exploração, a **experimentação**, a franqueza, o propósito (para acompanhar as coisas), a circunspeção (para examinar contextos), etc.”. Nesse sentido, nem ‘política pública’ nem ‘normatividade’ devem ser entendidas como fatalidades (resultados imutáveis e inquestionáveis de fatos), mas, sim, como processos em permanente construção.

Com isso em mente, apresento um **terceiro argumento**, construído a partir do caso da RA.IX, uma prática socioterritorial vinculada ao MHH e que também pode ser lida como texto. Trata-se de um argumento que se opõe, justamente, à noção de racionalidade linear-instrumental, ainda tão cara ao mainstream das políticas públicas.

4 A RAIX NA REDE DE PRÁTICAS: RELACIONALIDADE PERIFÉRICA SOB O OLHAR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA GESTÃO SOCIAL

Quando nos propomos a ver o MHH como uma experiência pública, não podemos perder de vista que, apesar do uso da expressão no singular, toda experiência pública é muitas, porque é constituída por uma comunidade de práticas e praticantes, que conformam um fluxo multiorientado, multidirecional e multissensorial vinculado à construção e à comunicação de significados. Assim, quando me debruço sobre experiências públicas, não estou questionando apenas o que significam, mas como significam (YANOW, 2016). Nesse sentido, recorro ao caso da ‘RAIX’ – uma central criativa criada por um grupo de jovens ceilandenses, que agrega uma marca de vestuário, uma feira, uma loja colaborativa e diversos projetos de formação e de promoção de ‘potências periféricas’ – como forma de demonstrar que as práticas socioterritoriais ativadas pelo MHH colocam o conhecimento local/experiencial e o conhecimento técnico e especializado em diálogo, revelando a agência dos que são, historicamente, vistos apenas como alvo (ou como beneficiários) de políticas públicas.

Complexa e multifacetada, A RAIX pode ser interpretada como o resultado (ou a soma de êxitos e fracassos) de outras práticas. Seu nascimento e seu desenvolvimento decorrem de experiências de tentativa-e-erro, de improviso, de subversão, de dedicação, de pesquisa, de coragem, de insistências, de dores, de um pouco de sorte, de muita paixão e de afetos. Uma experiência que, sob a ótica da gestão social, ilustra o fazer-junto crítico-reflexivo dos projetos que estão em

permanente construção. Para compreender a 'RAIX', é necessário seguir o fluxo do MHH e os 'fios' que levam às situações problemáticas que lhe deram origem:

- O Sarau da CM – Caligrafia Mardita, onde os quatro jovens que criaram o Coletivo RAIX – Wemmia, Wandin, Skill e Palito – se conheceram;
- O Coletivo Maria Perifa, que surgiu do preconceito de gênero e da dificuldade de inserção e participação de mulheres no sarau e no movimento Hip Hop;
- A Rede Urbana de Ações Socioculturais – RUAS e o Programa Jovem de Expressão (que acolheram o Coletivo Maria Perifa, cederam seu espaço físico a reuniões de formação política e ofereceram formação profissional a jovens que hoje fazem parte da RAIX);
- O Laboratório de Empreendimentos Criativos (LeCria), aceleradora de projetos periféricos;
- Os editais de fomento por meio dos quais os idealizadores do coletivo puderam não apenas financiar suas ideias, mas aprender a desenvolver projetos e a executá-los, com o apoio da estrutura organizacional da RUAS e dos tutoriais gravados no âmbito do Jovem de Expressão e divulgados pelo YouTube.
- O Festival Elemento em Movimento, que demandou a construção do coletivo, para a confecção das primeiras camisetas da marca e que impulsionou as produções da RAIX;

A RAIX nasceu, primeiramente, como uma ideia do designer gráfico 'Skill', que, juntamente com um grupo de amigos, tentou executar (a princípio sem êxito) um projeto de produção de artigos/produtos relacionados ao território e à estética do MHH na Ceilândia. Em seguida, a ideia foi compartilhada com Wemmia (assistente social), Wandin (rapper) e Palito (professor de áudio visual do Programa Jovem de Expressão) e se transformou no projeto de uma 'central criativa', voltada ao acolhimento e à promoção de iniciativas (potências) identificadas no território. Por trás do conceito, está a apropriação do 'nome' conferido pelo Governo do Distrito Federal à Ceilândia: Região Administrativa (RA) número 9 (IX) virou 'RAIX', em referência à ideia de enraizamento territorial. O novo projeto foi submetido ao primeiro edital⁷⁹ do Laboratório de Empreendimentos Criativos (LeCria), em 2016, que selecionou e financiou 10 projetos, no valor de até R\$10.000,00 cada. O projeto da RAIX, porém, não foi contemplado. Ficou em 11º lugar.

⁷⁹ Tratou-se do Edital 1º Rede Coletivos de Expressão, patrocinado e realizado pelo Instituto Caixa Seguradora, em parceria com a RUAS e com apoio da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal e do Jornal de Brasília. O principal objetivo do Edital do LeCria é fomentar iniciativas apresentadas por jovens da Ceilândia, sem burocracia e sem condicionalidades de sucesso. Trata-se de uma tentativa de dizer aos jovens que eles podem se arriscar, podem ousar colocar suas ideias em prática, que podem gastar o dinheiro recebido sem a preocupação com cronogramas rígidos de execução do recurso ou com rubricas inflexíveis e, o que parece mais fundamental, sem a exigência de que a ideia dê certo (MACIEL, 2019). O Edital do LeCria está em sua terceira edição.

De acordo com Wemmia Santos (2019), ceilandense de 25 anos, há muita coisa por trás da RAIX, para além do comércio de itens de vestuário: a questão territorial, a questão identitária, questões de raça e de gênero, além de uma longa história de resistência e luta por reconhecimento. Quando souberam que não haviam sido contemplados pelo Edital do LeCria, o Coletivo questionou a banca, solicitou acesso aos pareceres, estudou os projetos que haviam sido contemplados e reformulou a proposta – em um evidente processo de aprendizagem pautado na reflexividade, no aprender fazendo. Como primeiro passo, decidiram pela redução do escopo de atuação e reduziram a RAIX a uma marca de vestuário, voltada à difusão da estética do Movimento Hip Hop e da Ceilândia. Com um novo projeto em mãos, o grupo estudou a história da RUAS, desenvolveu uma proposta de reformulação de uma estampa já existente – ‘I love CEI’ (do Programa Jovem de Expressão) –, inventou um portfólio (de “caô”, nas palavras de Wemmia), construiu uma lista de fornecedores (a partir do mapeamento de prestadores de serviço, realizado na Ceilândia) e propôs uma reunião formal com os coordenadores do Jovem de Expressão, para persuadi-los a contratar a RAIX, independentemente do resultado do Edital do LeCria. Além do contrato para a produção da ‘nova’ camiseta do Jovem de Expressão e de todas as camisetas do Festival Elemento em Movimento, convenceram os contratantes a imprimir a marca da RAIX nas camisetas e a lhes darem uma cota de camisetas, para que tivessem a oportunidade de desenvolver modelos próprios e de comercializá-los durante todo o Festival.

“Foi incrível, imagina... Pra gente, isso era... era nascer monstrão!” (SANTOS, 2019). Segundo Wemmia Santos (idem), adotaram a mesma estratégia das start-ups: na verdade, não tinham nada, só a ideia. Venderam a ideia. Nos três meses seguintes, imaginaram tudo – elaboraram a arte das camisetas, fizeram orçamentos, pesquisaram possíveis fornecedores, compraram tecidos, contataram costureiras, tudo na Ceilândia. “Foi aquela camiseta com o desenho de um coração meio em alto relevo que salvou a nossa vida... Ali nasceu a RAIX” (SANTOS, 2019). A partir disso, o coletivo cresceu e desenvolveu novas práticas, a partir de cada situação problemática identificada pelo grupo no decurso da experiência. Diante das dificuldades em participar de feiras de produtores do DF, em função dos altos valores cobrados pelo espaço e pela estrutura, por exemplo, criaram a ‘Banca da Quebrada’. Nas palavras de Wemmia Santos, começaram a realizar um périplo periférico, circulando por todas as RAs do DF, mapeando e estabelecendo contato com outras iniciativas e outros coletivos, também voltados à venda de produtos de base local/territorial, construindo relações em rede. Nesse movimento, além de promoverem a marca, convenciam outros coletivos a participarem da ‘Banca da Quebrada’, entregando seus produtos, na confiança, para que fossem vendidos na banca, em troca de uma pequena cota sobre os produtos vendidos, destinada à cobertura dos custos com transporte, alimentação e infraestrutura. Assim, todos dividiam os custos e viabilizavam a participação de pequenos produtores periféricos em grandes feiras do DF.

Com o tempo, os produtos angariados com outros coletivos deixaram de caber no único carro disponível e, diante disso, o coletivo percebeu a oportunidade de criação de uma feira exclusiva:

a 'Feira da Quebrada'. Submeteram um novo projeto ao Edital "Espaço Aberto", também do Programa Jovem de Expressão, e foram contemplados, para a realização da 1ª Edição da Feira da Quebrada. De lá para cá, foram realizadas cinco feiras, reunindo gratuitamente iniciativas e produtos de diversas Regiões Administrativas do DF. A última inovação do Coletivo – que se orgulha em ressaltar que mantém, desde o início, uma cadeia produtiva 100% local e que se inspira nos princípios da economia solidária e criativa – emergiu de outra situação problemática, percebida na prática. Diante da dificuldade de realização periódica de feiras, necessárias para a manutenção dos vínculos de proximidade com os coletivos e com empreendedores individuais que tivessem participado de alguma edição da 'Feira da Quebrada', passaram a direcionar seus esforços para a criação de um programa de formação e de capacitação de empreendedores periféricos, em que compartilham suas experiências, discutem os desafios impostos à geração de renda nas periferias e a precariedade dos trabalhos geralmente disponíveis para a juventude periférica. Transferem, também, a experiência adquirida acerca da redação de projetos e participação em editais, fomentando uma rede de compartilhamentos que não se restringe a trocas mercantis ou monetárias.

Questionada sobre o uso do termo 'empreendedorismo periférico', Santos (2019) chama atenção para a importância de disputar as narrativas. Ela afirma que, ainda que se considere anticapitalista e que a RAIX esteja pautada nos princípios da economia solidária e criativa, julga importante, por um lado, disputar o termo 'empreendedorismo' – na tentativa de desconstruir a ideia de que o jovem periférico não pode ser bem sucedido em atividades comerciais ou empresariais – e, por outro lado, fomentar formas de produção e de consumo mais conscientes, promover a valorização dos trabalhadores, ao longo de toda a cadeia produtiva (apesar das dificuldades e do maior custo) e defender a valorização (por meio de campanhas de conscientização e da prática de preços competitivos) dos produtos desenvolvidos em pequena escala, na periferia. Consciente dos limites da 'ressignificação' de termos já bastante consolidados, o grupo escolheu disputar o termo:

na verdade, a gente tá falando de sonho e de validação de narrativa (...) aqui, a gente inventa nossas metodologias de sobrevivência, que é a coisa mais maravilhosa do periférico... É que, diante da dificuldade, ele cria a própria solução, as próprias soluções... as gambiarras, né? (...) Cria a própria racionalidade. (...) Por que o que a gente produz é gambiarra e o que o outro produz é inovação? Por que não pode ser empreendedorismo periférico? (SANTOS, 2019).

Deste caso específico emerge um **terceiro argumento**, a que chamo de 'relacionalidade periférica' e que pode ser sintetizado na máxima 'nós por nós'⁸⁰, expressão utilizada pelos praticantes do MHH, para evidenciar a capacidade periférica de pensar, problematizar, conduzir produzir, implementar e consolidar práticas de forma autônoma, na periferia, da periferia, para a periferia e pela periferia. Trata-se de um argumento a que subjazem valores da economia solidária e da

⁸⁰ Nesse mesmo sentido, o tema da 6ª Edição do Festival Elemento em Movimento foi 'O que vem de nós', em referência ao esforço de reduzir a distância entre produção cultural, prestação de serviços e consumo.

gestão social, pautados na promoção de outras relações entre o econômico, o político, o social, o estético e o cultural e pautados em outros tipos de racionalidade, que além de situacional são necessariamente coletivas e transativas⁸¹. A relacionalidade periférica que pude identificar no âmbito da experiência do MHH não envolve modos de pensar e de fazer guiados por uma “mão invisível” (SMITH, 1776) e nem preocupados em avançar “incrementalmente” (LINDBLOM, 1965) ou vasculhar escolhas em “latas de lixo” (COHEN; MARCH; OLSEN, 1972). Trata-se de uma relacionalidade prospectiva, voltada à investigação socialmente inteligente, à formulação e à atribuição coletiva de novos significados a velhos signos, propondo soluções ancoradas em problemas concretos e fomentando de espaços de aprendizagem.

Por fim, diante da experiência da RAIX e da entrevista concedida por Wemmia, gostaria de propor duas breves problematizações, que podem abrir novos caminhos de pesquisa e de análise: uma relativa ao poder de apropriação de experiências públicas pelo poder público ou pelo Mercado, que evidenciam os limites das ressignificações; e outra relativa a nosso papel – enquanto pesquisadores, acadêmicos, analistas ou formuladores de políticas públicas – na ampliação e na pluralização do campo. Sobre o primeiro ponto, é importante reconhecer que o apelo estético da periferia tem sido, com cada vez mais frequência, cooptado tanto pelo Mercado quanto por instituições públicas ou privadas, o que não significa que esses movimentos estejam sendo realmente valorizados e respeitados ou que sua complexidade seja compreendida.

Para citar apenas alguns exemplos, vale recordar a cadeira ‘Favela’, criada em 1996 pelos irmãos Campana e vendida por R\$ 6.900,00 (REVISTA CASA &..., 2004); ou o ‘Espaço Favela’, novidade do Rock in Rio 2019, com ingressos vendidos por mais de R\$455,00 (RISTOW, 2019); ou as camisetas que estampam o nome ‘Favela’ – vendidas, na Itália, pela grife Givenchy, por U\$390 (FIGUEIREDO, 2014) e no Brasil, pela Osklen, por R\$89,00 (BRASILEIRO, 2015). Para além da mercantilização, há inúmeros exemplos de estereotipação, como no caso da festa “No País das Maravilhas”, de cooperados da Unimed, em São José do Rio Preto, em que se criou um cenário de favela composto por: uma mulher negra com roupa de baiana, manuseando um tacho de acarajé em frente a um botequim, um varal de arame com roupas penduradas, um garçom negro servindo churrasquinho em uma laje, uma pia cheia de louça suja e um isopor de sacolé (PITOMBO, 2019). “Já dizia o poeta Dugueto: quem não tem valor, tem preço^{82!}” (INQUÉRITO, 2014, p. 62; VAZ, 2016).

81 Não em referência a trocas financeiras, mas à noção deweyano de transação, termo entendido como um processo ativo de vida (q inclui atividades biológicas, hábitos sociais, pensamentos individuais, valores culturais, ambientes naturais etc.), que engaja os seres humanos e o ambiente em unidades compostas (situações), para a manutenção ou para a recuperação de um equilíbrio orgânico, em um processo coletivo, autônomo e recíproco (DEWEY; BENTLEY, 1946; SEIGFRIED, 1996). Se, na teoria da escolha racional, predomina a auto-ação, em que os sujeitos agem por seu próprio poder e vontade, nos modelos de estímulo-resposta e causa-consequência, predomina a ideia de sujeitos e os objetos em inter-ação e, na filosofia pragmatista deweyana, predomina a noção de transação, em que indivíduos, objetos, natureza e sociedade constituem-se mutuamente (KURUVILLA; DORSTEWITZ, 2009).

82 A frase também consta no livro de Sérgio Vaz (2016), Flores de Alvenaria.

Sobre o segundo ponto, gostaria apenas de enfatizar que todo conhecimento resulta de fazeres e que, nesse sentido, são tudo menos “frutos estranhos que caem” ou que “são colhidos de uma árvore” (HAN, 2019b, p. 53). Acrescento, ainda, que mesmo que fossem frutos coletados em campo, precisariam ser mastigados, engolidos e digeridos por comunidades de praticantes e de investigadores necessariamente irredutíveis às elites política, intelectual ou acadêmica, o que parece ganhar maior relevância em contextos de crise democrática, de ‘pós-verdade’ e de reificação das evidências como base de desenho de políticas públicas. Construir a visibilidade e a inteligibilidade de ‘experiências públicas’ no campo de estudos em políticas públicas não depende apenas da pré-disposição do(a) pesquisador(a) ou do(a) analista ou de mera adoção de uma matriz analítica específica. Depende, também, do compromisso permanente com a reflexividade e com a promoção de um ‘mundo de políticas públicas’ e de um processo de políticas públicas mais plurais e democráticos.

5 TUDO É BLUES?

*A partir de agora considero tudo Blues
 O Samba é Blues, o Rock é Blues, o Jazz é Blues
 O Funk é Blues, o Soul é Blues (...)
 Tudo que quando era preto, era do demônio
 E depois virou branco e foi aceito eu vou chamar de Blues
 – Baco Exu do Blues, Bluesman –*

Quando me propus a analisar o MHH – predominantemente periférico, masculino, jovem e negro – por meio de outras lentes, construídas a partir de princípios, valores, conceitos e categorias oriundos dos estudos críticos em políticas públicas, do pragmatismo deweyano e da gestão social, percebi a insuficiência das denúncias de apropriação perversa da cultura pelo capital ou da constatação de que movimentos como o hip hop constituem uma forma de luta de classes ou um instrumento de assistência ou de reinserção social voltado à juventude. Assim, busquei dar mais um passo, apresentando-o como um produtor de argumentos e significados, no campo das políticas públicas. Argumentos e significados que não apenas conformam outras narrativas, mas que desestabilizam as ‘evidências’ e os discursos hegemônicos que pautam o desenho de políticas públicas (entendidas como objeto ou como resultado da ação dos governos). Desestabilizam as normas, os valores, os conceitos, os cânones estéticos, teóricos e metodológicos e questionam: Quem interpreta? Quem escolhe? A quem interessam?

Percebi, ainda, no decurso da experiência, que o próprio MHH encontra-se em permanente

processo de desconstrução-reconstrução – pelas margens: desconstrução de falsos heróis, de histórias de violência, de apologia às drogas, de desrespeitos, de machismo e de tanto outros preconceitos que estruturam nossos quadros valorativos (e também os do hip hop); reconstrução por meio do reconhecimento, em diferentes graus, do poder das palavras e, simultaneamente, da responsabilidade de reinventá-las. Quando Criolo (2011) afirmou que “não existe amor em SP”, produziu um argumento e criou uma situação problemática que incomodou/afetou os paulistanos a ponto de colocá-los em movimento, para encontrar amor em São Paulo ou para reinventar um amor perdido. É nesse sentido que considero a ressignificação uma importante tecnologia social e um campo de possibilidades de inovação. E esse parece ser, também, o papel e o sentido fundamentais tanto da política pública quanto das experiências públicas: fomentar, em seu fluxo (e de modo contínuo), o engajamento coletivo em torno daquilo que pode ser identificado como uma situação de política pública, um problema potencialmente público, voltado ao pensar coletivo e ao fazer junto, para que tais situações problemáticas sejam ressignificadas ou transformadas.

Compreender o duplo processo de apropriação-ressignificação como pista de mão única – que conduz, exclusivamente, à massificação e à mercantilização – é ignorar a própria formação social do Brasil. Apropriação e ressignificação são duas faces de uma mesma sociedade: repetem-se cotidianamente no próprio fluxo histórico de construção social da economia, do território, da cultura, da estética, dos estigmas, dos preconceitos, dos fetiches, dos rótulos, dos espetáculos. A mesma cultura que é negada, no dia a dia, por um ou outro grupo social, tem seus símbolos cooptados por outros grupos ou outros suportes midiáticos. Quando as favelas são transformadas em mero elemento decorativo, é verdade que têm seus significados esvaziados, mas o mesmo esvaziamento que faz crescer a estigmatização, abre espaço às ressignificações e à valorização de sua estética (TROTTA, 2016), para o bem ou para o mal. O artista Baco Exu do Blues, quando justifica seu nome, evidencia, precisamente, esse fluxo histórico, que só pode ser parcialmente percebido, parcialmente compreendido, parcialmente capturado, parcialmente apropriado, parcialmente mercantilizado e, talvez, apenas parcialmente ressignificado.

O MHH apresenta-se, nesse contexto e por meio das lentes que escolhi para observá-lo (Capítulo 3), como expressão de um deslocamento permanente de signos e de significados. Um jogo de esvaziar-se e preencher-se; de engolir e cuspir algo novo. Uma experiência pública que é essencialmente narrativo-argumentativa, uma vez que é narrando que se imprime sentido ao mundo, que se elaboram experiências, no tempo e no espaço, que se articulam memórias; e é argumentando que se desafia o que é tomado por óbvio, que se problematiza o que é apresentado como ‘acabado’ ou já ‘significado’ e que temos a possibilidade de transformar os territórios com os quais não nos identificamos. Enraizado no território e engajado em processos contínuos de apropriação-ressignificação e de construção de novas racionalidades e relacionalidades, o MHH vem transformando o território ceilandense, ocupando as ruas, conferindo novos usos às praças, preenchendo as brechas com cor e com arte.

Por meio de um complexo conjunto de experiências e de atores, vem capacitando e formando jovens; fomentando o desenvolvimento de novos projetos; promovendo atividades culturais, organizando eventos e festivais que chegam a reunir mais de vinte mil pessoas; gerando empregos; gerando renda; oferecendo atendimento gratuito, jurídico e de saúde à comunidade; organizando feiras e competições esportivas; promovendo diálogos e reflexões, em processos abertos e contínuos, sobre diferentes temas, a partir da perspectiva periférica; desconstruindo tabus de raça, de gênero e de sexualidade, enraizados na comunidade; incentivando práticas coletivas; auxiliando jovens a ingressarem nas universidades; ocupando os espaços institucionais e partidários da política; promovendo trocas de experiências com outros territórios; enfim, democratizando a democracia. O MHH reafirma-se, cada dia mais, como experiência pública multidimensional, transversal, multiatorial, multidirecional, multiescalar e multissensorial. Uma experiência a ser observada, interpretada, respeitada, compreendida e fomentada no campo de estudos em políticas públicas.

CAPÍTULO 05

O HIP HOP EM MOVIMENTO COMO 'EXPERIÊNCIA PÚBLICA': o caso da Ceilândia à luz de um arcabouço reflexivo-interpretativo

Há, sobre as origens, os desenvolvimentos e as consequências do movimento hip hop (MHH), uma infinidade de histórias e muitas divergências. Minha experiência com o movimento hip hop da Ceilândia (Distrito Federal/Brasil) apenas me permite contar uma. Trata-se, portanto, da história de uma experiência vivida, construída e narrada coletivamente e, aqui, traduzida, condensada e abreviada pelos limites que a ciência, o espaço e a linguagem escrita nos impõem. O desafio consiste, então, em fazer ecoar, dessas páginas, o que vi, o que senti e o que aprendi, ao longo da pesquisa com os praticantes do movimento hip hop e com a Ceilândia, sobretudo entre os anos de 2016 e 2019. E isso é desafiador, sobretudo, porque experimentar percursos investigativos como este envolve percorrer caminhos desconhecidos, agir intuitivamente e sair da zona de conforto, sobretudo em termos metodológicos.

No meu caso, firmei raízes em um plano ontológico constituído por valores pós-positivistas, radicalmente democráticos, sociocêntricos e progressistas; percorri caminhos teórico-metodológicos ainda pouco explorados dentro do campo de estudos em políticas públicas no Brasil; construí um novo caminho empírico-analítico, para culminar na defesa de que experiências como a do hip hop da Ceilândia sejam vistas como 'experiências públicas', interpretadas à luz do pragmatismo, dos estudos críticos e da gestão social e reconhecidas não apenas como sujeitos de pesquisa, mas como constitutivas dos fluxos de políticas públicas.

Antes de apresentar a experiência do hip hop da Ceilândia, porém, é importante adiantar que esta pesquisa corrobora os resultados de outros estudos, ao indicar que o movimento desemboca em importantes processos de construção identitária (SPOSITO, 1993), de reinterpretação – por parte de seus praticantes – das experiências sociais (DAYRELL, 2002), de reivindicação da valorização de seus vínculos de pertencimento, por meio da contestação de preconceitos (WELLER, 2000), de lutas por reconhecimento (TAVARES, 2010) e da criação de novas formas de organização e articulação comunitária, que misturam arte e ativismo (HOLLANDA, 2014). O arcabouço reflexivo e as matrizes analíticas que construí (Capítulo 03), porém, me permitem ir um pouco além. Nas próximas páginas, busco conferir inteligibilidade a essa 'experiência

pública' complexa e transversal, por meio de um texto que procura aproximar – como queria Boal (2009) o pensamento simbólico (da língua) e o pensamento sensível (da linguagem). Por meio de aproximações com o movimento hip hop e com a Ceilândia, por meio da problematização do território como resultado de interações e por meio de duas histórias, edificadas em campo e na relação com os sujeitos de pesquisa. Concluo defendendo que o movimento hip hop da Ceilândia pode ser visto como 'experiência pública' capaz de enriquecer fluxos de políticas públicas, caso seja reconhecida por eles.

1 APROXIMAÇÕES COM O MOVIMENTO HIP HOP

No capítulo anterior mencionei que, em sentido amplo, considera-se que o hip hop tenha se originado como uma forma de expressão, entre jovens afro-americanos, caribenho-americanos e latino-americanos, que viviam nos subúrbios novaiorquinos, por volta dos anos 1970. Em comum, tais jovens tinham a experiência social de vidas atravessadas pelas consequências (diretas e indiretas) da Guerra do Vietnã, da ganância de Wall Street e do avanço da ideologia neo-con, por um lado, e do crescente ativismo em prol de direitos civis e do aumento da liberdade entre afro-americanos, com Malcom X e com a libertação de Nelson Mandela, por outro (GEORGE, 2005). Há, porém, entre os praticantes do movimento hip hop, bastante resistência em difundir essa história que confere ao Harlem e ao Bronx o título de "berço" do movimento, porque, embora o rap tenha despontado, com mais força, nos Estados Unidos da América (EUA), o nascimento do hip hop se deu quase simultaneamente ao redor do mundo e guarda relação direta com as diásporas africana e caribenha⁸³ (CAMARGOS, 2015).

Há pouco dissenso, porém, sobre duas coisas: a proximidade do movimento hip hop com as ruas e sua relação visceral com a vida cotidiana. Assim, é importante enfatizar que o hip hop não nasce no 'vácuo' e nem mesmo em um dia ou a partir de um jovem artista – seja ele o Dj Kool Herc ou mesmo Afrika Bambaataa. O movimento hip hop é, sim, o resultado de um processo – aberto, provisório e em constante transformação. Trata-se de um movimento global – porque se difundiu por todo o globo, podendo ser encontrado em Nova Iorque, em Berlim ou no Crato, município do sertão cearense, com menos de 140 mil habitantes (IBGE, 2017) –, mas é, simultaneamente, local e situado – culturalmente, socioeconomicamente, politicamente, cognitivamente, esteticamente, artisticamente etc. Foi influenciado, musicalmente, pelo soul, pelo disco, pelo funk boogie e pelo chamado Jamaica Sound System (uma variação de reggae com dub), o que o coloca em um lugar de "arte pós-moderna" (GEORGE, 2005, p. x), que funde formas musicais ancestrais africanas com tecnologias contemporâneas. Em termos

83 Com a intensa migração africana e caribenha para as Américas, entre as décadas de 1960 e 1970, outros valores culturais, práticas, matrizes de interpretação e de ação, oralidades e ritmos passaram a influenciar os modos de pensar, de dizer e de se comportar. Diversos autores, como Toop (1984), Gilroy (1991) e Watkins (2005), reforçam a conexão entre a cultura hip hop e as tradições orais africanas.

estéticos e políticos, o movimento é conhecido por expressas e ativar “a parrhesia socrática”: a coragem de dizer a verdade, a fala franca e ousada que desafia a “moralidade convencional” e o “poder entrincheirado” (WEST, 2005, p. 12). Por isso, o hip hop também é diretamente associado aos movimentos de resistência, o que parece constituir um dos motivos pelos quais ele tenha sido associado à delinquência juvenil, à desordem e à violência urbana e tenha sido, portanto, ignorado, pelo menos até o final dos anos 1980, pela indústria cultural, fonográfica, cinematográfica e da moda (ROSE, 1994).

Um importante ponto de inflexão, tanto para a conformação do hip hop enquanto “cultura” ou “estilo de vida”, como para sua difusão pelo mundo, foi a criação da Universal Zulu Nation, em 1973, por Afrika Bambaata: um jovem afro-americano que, ao participar de um confronto entre gangues rivais, no South Bronx (NY), assistiu à morte de seu melhor amigo (GRANGENEUVE, 2008). Pelas lentes do pragmatismo, o surgimento da Zulu Nation é representativo das formas pelas quais um choque – uma situação problemática (no sentido conferido por Dewey, 1927; 2010) – desencadeia práticas de associativismo ou processos crítico-reflexivos de aprendizagem. No caso dos EUA, o contexto social marcado por taxas crescentes de violência urbana, associado a um contexto individual marcado pelos sentimentos de perda, de dor e de sofrimento, deu origem a um novo arranjo sociocultural – uma associação de jovens, localizada na periferia de Manhattan, que tinha como principal objetivo substituir as violentas rixas entre gangues por outras batalhas (de rima, de rap, de break e de graffiti) –, que aparece na literatura internacional como o primeiro caso de associativismo de que se tem notícia no âmbito da cultura hip hop (DARBY; SHELBY, 2015).

A partir, sobretudo, da criação da Zulu Nation, os praticantes do movimento hip hop passaram a se organizar como uma comunidade, em torno de quatro elementos – o rap, o break-dancing, o graffiti e as performances de Disc-jokeys (Djs) e Masters of ceremony (Mcs). À dimensão mais imaterial, subjetiva e difícil de apreender – aquela oriunda do “conhecimento de si” –, Afrika Bambaata deu o nome de “filosofia” e a elevou ao status de “quinto elemento” (PARDUE, 2004, p. 420). De todos os cinco elementos do hip hop, porém, a música foi o que mais se capilarizou, consolidando-se, em todo o mundo, tanto em termos estético-artísticos quanto em termos comerciais/mercantis, o que faz com que o termo hip hop seja usado, equivocadamente, como sinônimo de rap, em uma espécie de reducionismo bastante contestado por seus praticantes, que defendem que, se por acaso o hip hop tiver fronteiras, elas são difusas, permeáveis e absolutamente móveis.

Por sua difusão, complexidade e singularidades, defende-se que o hip hop conforme uma cultura de “rotas globais” (WEST, 2005, p. 13). Há diversos fatos que podem ilustrar essa afirmação, mas, como me interessa a chegada do movimento hip hop ao Brasil, vale a lembrança de que a mesma música que popularizou o rap nos guetos norte-americanos – Rapper’s Delight, da

banda The Sugar Hill Gang – foi responsável também pela popularização desse gênero musical por aqui, depois de ter sido traduzida e transformada, por Luiz Carlos Miele e Arnaud Rodrigues, no ‘melô do tagarela’ (PERES; BESSA, 2017). Essa faixa musical é falada do início ao fim e considerada o primeiro rap em português, registrado em disco no início da década de 1980 (G1, 2015). A faixa, portanto, foi o ponto de partida para a gravação das primeiras coletâneas de rap no Brasil: *Cultura de Rua* (pela gravadora Eldorado) e *Consciência Black* (pela Zimbabwe Records), ambas de 1988 (PEIXOTO *et al.*, 2017). Foram estas coletâneas as responsáveis por promover nomes como Thaíde, Dj Hum, Racionais MC’s e MV Bill, que se tornaram, mais tarde, as principais referências do rap nacional e os primeiros agentes difusores do movimento hip hop brasileiro.

De acordo com a categorização proposta por Fonseca (2011, p. 68-70), no Brasil, o movimento pode ser dividido em três grandes fases: a primeira (década de 1980) foi a “fase da auto-afirmação, muitas vezes festiva, da negritude e da produção cultural urbana ligada à juventude periférica”; a segunda (década de 1990) foi a “fase da denúncia dos problemas sociais urbanos, com críticas às históricas condições de desigualdade da sociedade brasileira” e a terceira, que se estende do início dos anos 2000 até os dias atuais, é a “fase da ironia poética, com influências difusas”, em referência à maior liberdade e autonomia poética dos artistas ligados ao hip hop, que passam a abordar tanto a luta cotidiana pela sobrevivência e a crítica à sociedade de consumo, quanto temas relativos às relações afetivas, ao prazer e ao lazer, além de novos temas relativos a questões de gênero e sexualidade, por exemplo. Em resumo, a luta contra os múltiplos tipos de desigualdade é o centro de gravidade do MHH, mas seu combustível é o cotidiano, o que faz com que ele extrapole os conceitos de expressão artística ou movimento social e se constitua como um “fenômeno” sociocultural (CAMARGOS, 2015, p. 10).

Não à toa, autores como Contier (2005), Dayrell (2002) e Bentes (2004) comparam hip hoppers a cronistas críticos da modernidade e da realidade periférica, cujas linguagens podem auxiliar a melhor compreender e a acessar as complexidades da sociedade brasileira. Nesse sentido, se a música rap constitui um texto social, como também defende Baker (1991), suas outras linguagens, formas de expressão e práticas poderiam constituir o que Taylor (1971) denominou de “análogos de textos”, que, por serem veículos de produção e de comunicação de significados, merecem ser interpretados – enquanto argumentos e enquanto expressões de quadros específicos de valores – no campo das políticas públicas, em consonância com o que advogam os teóricos do interpretativismo e do argumentativismo, reunidos sob o guarda-chuva dos *critical policy studies*⁸⁴.

84 Sobre o interpretativismo e o argumentativismo no âmbito dos estudos críticos em políticas públicas ver Callahan e Jennings (1983); Fischer e Forester (1993); Yanow e Schwartz-Sea (2012); Fischer e Gottweiss (2014) e Yanow (2016).

2 APROXIMAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAIS COM A CEILÂNDIA: O TERRITÓRIO COMO RESULTADO DA INTERAÇÃO CENTRO-PERIFERIA

A Ceilândia não seria a Ceilândia se não existisse Brasília. A afirmação é polêmica, mas, com ela, não defendo nenhum tipo de determinismo territorial nem tento estabelecer hierarquias ou relações de dependência entre estes territórios. Pretendo olhá-los pelas lentes que venho construindo, propondo a retomada da hipótese de Pier Luigi Crosta (2001) que, inspirado pela obra de John Dewey, considera que os territórios – e, portanto, o que entendo como ‘escala local’ – são resultantes da interação social, da relação entre diversos atores em situação de copresença. Dizer que a Ceilândia não existiria sem Brasília (e vice-versa), portanto, implica em atozar os territórios e em reconhecer que se constroem por alteridade.

Não fossem os sonhos e as esperanças de uma vida melhor na cidade-utopia, 56.953 pessoas (provenientes, sobretudo, do Centro-Oeste, do Sudeste e do Nordeste do país) não teriam migrado, para construir a nova capital federal – criada pela Lei nº 2.879, de 19 de setembro de 1956, por Juscelino Kubitschek (CODEPLAN, 2013). Não tivessem, os agentes estatais, planejado a segregação territorial, transformando-a em política pública, cerca de 80.000 pessoas não teriam acordado com a notícia de que haviam sido “sorteadas” para viver na Ceilândia – a terra (land ou -lândia) planejada para receber os trabalhadores removidos de seus locais de moradia, por meio da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) (PAVIANI, 2010; PERES, 2016; PEIXOTO *et al.*, 2017). Não fosse a capacidade de resignificação e de transformação dos sentimentos de rejeição e de exclusão em arte, o MHH da Ceilândia seria outro, cantaria outros poemas, narraria outras histórias, produziria outros argumentos, estamparia outras coisas em seus bonés e camisetas e estaria ancorado em outra estética.

Isso não justifica, porém, que os construtores de Brasília tenham sido considerados invasores; não justifica a política de erradicação de invasões e não justifica a dor e o sofrimento que deram origem a músicas como, ‘Brasília Periferia’ e ‘Eu e Lenine (A Ponte)’, do rapper Genival Oliveira Gonçalves, o GOG; ‘Ceilândia Revanche do Gueto’, ‘Careca sim e daí?’ e ‘Sub-Raça’, do Grupo de rap Câmbio Negro; músicas como ‘Reino da Morte’ e ‘C.E.I (compasso e indignação)’, do Grupo de rap Álibi; ou ainda, músicas como ‘Trinta e três anos de periferia’, do Dj Jamaika, e ‘Foi Complicado pra chegar aqui’, ‘A ti todo Respeito’ e ‘Ceilândia Resistência’, do Grupo de rap Viela 17. Na opinião de Max Maciel⁸⁵ (2019a) – pedagogo e ativista social, ex-rapper, ex-

85 Max Maciel, que faz parte do MHH da Ceilândia desde os anos 1990, já foi coordenador da CUFA/DF e esteve à frente da RUAS./Jovem de Expressão, ao lado de Antônio de Padua, o atual presidente, por aproximadamente 10 anos. Em 2018, candidatou-se a deputado distrital, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e, em 2019, voltou a fazer parte da equipe fixa da ‘RUAS’ como coordenador pedagógico, atuando na articulação da Organização

coordenador da Central Única de Favelas do Distrito Federal (CUFA-DF⁸⁶) e atual coordenador pedagógico da Rede Urbana de Ações Socioculturais – RUAS (Ceilândia/Distrito Federal – DF⁸⁷):

(...) Brasília precisa pedir desculpas pra Ceilândia. Acho que isso é fundamental. Brasília precisa falar assim: ‘- Ceilândia, me desculpa!’, porque nós não paramos ali por um processo de urbanização ou de ocupação de terras, nós fomos jogados a 36km de distância do que é o centro. Você sabe o que é um cara que ajudou a construir o prédio não poder nem ver, no seu campo visual, o prédio? (...) Isso é a violência simbólica maior, que até hoje a galera ainda sente um pouco⁸⁸...

Tanto as letras de rap quanto a fala acima, evidenciam que, ainda que o choque – no sentido deweyano (DEWEY, 1927; 2010) – possa constituir um estímulo benéfico, porque perturba a inércia e é capaz de abrir brechas e dar início a uma experiência, constituir *públicos*⁸⁹, dar origem a uma comunidade de investigadores, fomentar a construção de uma arena pública [no sentido conferido por Cefaï (2011)] e desencadear processos de aprendizagem, o choque também pode gerar sofrimento, paralisar, traumatizar, deprimir ou ser “fonte de uma violência improdutiva” (DEBAUGE-STAVO, 2012, p. 191). Isso porque a dor e o sofrimento – ocasionados por uma experiência de injustiça, por exemplo – não são dados objetivos e estão, portanto, sujeitos a diferentes interpretações individuais ou coletivas. As dores e os sofrimentos narrados e tratados em roda – a exemplo do que ocorre nas rodas de terapia comunitária, realizadas no âmbito do MHH da Ceilândia, como veremos adiante – tendem a seguir, por exemplo, um percurso diferente de dores e sofrimentos não reconhecidos ou mal encaminhados. Nesse sentido, a arte – e, especialmente, a arte pública⁹⁰ – adquire uma função primordial no manejo das emoções, porque desperta a necessidade de voltar a ver.

Outro exemplo paradigmático é o grafite (ou o pixo)⁹¹, que não constitui apenas uma manifestação

com diversos coletivos e instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão, por todo o Brasil, com destaque para a relação com a Universidade de Brasília, com quem colabora frequentemente.

86 A Central Única das Favelas (CUFA) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), criada em 1998, pelo ativista e produtor cultural Celso Athayde e pelo rapper MV Bill. Em seu processo de expansão, a CUFA chegou a 17 países e a 412 cidades brasileiras, tendo estabelecido sua base do Distrito Federal, na Expansão do Setor O, em 2006 (GLOBO COMUNIDADE, 2008). Atualmente, a CUFA-DF é coordenada por Bruno Kessler e é a instituição responsável pela realização da Taça das Favelas e do Concurso Top Cufa DF. Em 2017, os fundadores, Celso Athayde e MV Bill, deixaram a CUFA e a entidade passou a ser administrada por Nega Gizza. Celso Athayde tornou-se CEO da Favela Holding e de 21 das 25 empresas que a constituem. A Favela Holding autointitula-se como a primeira holding social do mundo, com o objetivo de promover o desenvolvimento de mais de 3.000 favelas e de seus moradores, por meio da atuação junto a empreendedores comunitários, criando e fomentando “oportunidades de negócios, empreendedorismo e empregabilidade” (FAVELA HOLDING, 2020).

87 Sobre os grupos de rap e os movimentos hip hop da Ceilândia, ver APÊNDICE A.

88 Sobre os grupos de rap e os movimentos hip hop da Ceilândia, ver APÊNDICE A.

89 Cf. capítulo 01.

90 Mais do que a arte em espaço público, referimo-nos à arte enraizada na experiência (DEWEY, 2010), uma arte com qualidade política, capaz de promover a ressignificação de práticas e de territórios, de incitar a reflexividade crítica ou a capacidade de indignação, de dar visibilidade a grupos sociais marginalizados ou invisibilizados, de reforçar a dialogicidade, de transformar, mesmo involuntariamente, um público e de fomentar a inclusão social (VELOSO, 2001; MARZADRO, 2013).

91 Segundo Russi (2017), o Brasil é o lugar onde a distinção entre grafite e pixo tem mais força. Trata-se de uma tentativa de distinguir o artista do vândalo, o positivo do negativo, o socialmente belo do socialmente feio, o

cultural, uma expressão artística ou mais um elemento do MHH, mas é representativo da interação e da sobreposição entre tempos e espaços, entre centro e periferia, nas sociedades contemporâneas. O muro pixado (ou grafitado) não apenas evidencia tensões⁹², conflitos sociais e explícita antagonismos, como revela que, por trás dos muros (físicos ou simbólicos), existem pessoas. O grafite torna-se, nessa perspectiva, mais uma das tantas formas de responder ao choque, de reagir a uma cidade imposta e de colocar centro e periferia em interação, em diálogo. Nas palavras de Rivas (2017), b-boy, rapper, Mc e grafitador, “a intenção [do grafite] é trocar ideia com a cidade”. Sem citar Leminski (1983?), que chegou a afirmar que o “grafite está para o texto assim como um grito está para a voz”, Max Maciel (2019a), complementa que “(...) um grafite não é um grafite, né?... Ah, ele é um grito, cara... Tem grafite que é um tapa na cara!”

Seguramente, o território “Ceilândia” não tem o mesmo significado para todos que o praticam, seja porque nem todos praticam a mesma parte do território, seja porque não o praticam da mesma forma, ainda que compartilhem práticas e experiências. “Todo indivíduo, grupo e população têm atividades, interesses, preocupações distribuídas em vários lugares, onde se encontram co-presentes com os outros, sempre diferentes” (CROSTA, 2001, p. 04). Diferentes atores, portanto, compartilham diferentes lugares e é esse movimento – dinâmico, interativo, compartilhado – que constrói vínculos de pertencimento, sempre plurais no espaço e sempre variáveis no tempo. É nesse sentido que defendo que a “identidade” dos territórios – como a das pessoas – é sempre múltipla e construída na interação. Ao contrário do que ocorre nos espaços “lisos” (HAN, 2019) – higienizados, controlados, ordenados, condicionados, normatizados – é, nos territórios que admitem estranheza, que estão, também, as possibilidades de alteridade.

Tanto em Crosta (2001; 2009) quanto em Dewey (1927), é possível perceber a defesa de que a alteridade – que implica na permanente negociação entre a consciência de si e o olhar sobre o outro (RANCIÈRE, 2005) – constitui um princípio político e um pré-requisito para a política. O olhar, afinal, é a primeira (e talvez a mais importante) forma de reconhecer o outro no território e de ser por ele reconhecido. Por meio do olhar, emergem diferenças de subjetividade, raça, gênero, sexualidade, etnia, classe, valores, posicionamento no tempo e no espaço – diferenças que transformam o modo como imaginamos, pensamos, dizemos, agimos e racionalizamos, com consequências materiais e imateriais, inclusive no campo das políticas públicas.

Trata-se, aqui, de uma discussão que se vincula a reflexões sobre o lugar conferido,

central do marginal, ignorando que belo e feio também são construções sociais a que subjazem quadros valorativos específicos, como se evidencia na fala de Djan, pichador paulista: “É, às vezes a gente fala ‘– puta, ó estrago que nós fez, mano...’, mas nós acha bonito, meu... Como é que nós vai ficar triste com o bafio? Pra nós, fica mais lindo ainda o prédio, sem zoeira, cara... É por isso que nós faz o bafio, porque nós acha bonito pra caraio, meu...” (WAINER; OLIVEIRA, 2009).

⁹² A tensão explicita-se, também, no documentário ‘PIXO’ (WAINER; OLIVEIRA, 2009), que começa com a frase ‘não é grafite, é pixo’ e que, além de reforçar a ideia de que “o pixo é a voz do povo nos muros” e a expressão dos sentimentos que ninguém quer ver, elenca, como principais motivações: o reconhecimento social, o lazer/adrenalina e o protesto.

historicamente, às periferias (ou às favelas), ao longo do processo de urbanização brasileiro e, ainda, sobre a forma como as políticas urbanas foram, historicamente, pensadas e desenhadas. Por um lado, sobretudo a partir dos anos 1940/50, espaços informais de habitação foram associados a espaços de ausência e a territórios-problema e, por outro, as políticas públicas e os investimentos privilegiaram concepções homogeneizantes, que consideravam a periferia no singular, e impregnada de negatividade, fazendo com que as ações e os programas conduzidos nas favelas brasileiras fossem direcionados, geralmente, à mitigação da violência e não à promoção do exercício da cidadania (SILVA, 2009). No decorrer do tempo, a periferia passou a ser vista como parte essencial das engrenagens do capitalismo e, nesse processo, “o eixo paradigmático de representação das favelas” (SILVA, 2009, p. 16) precisou ser redefinido, ao menos intelectualmente, enquanto o significante ‘periferia’ precisou ser ressignificado, em uma tentativa de combater visões simplistas, homogêneas e estereotipadas.

Segundo Villaça (2012), a partir de meados dos anos 1990, as periferias passaram a ser simbolicamente valorizadas e, nesse movimento, as classes médias deixaram-se atrair pela estética periférica, o que implicou, em alguma medida, em renegociações acerca dos acordos estéticos vigentes, ao menos em termos mercantis. Se, historicamente, a simetria, o equilíbrio e a proporção foram diretamente associados ao que é belo (SIMMEL, 1968), a estética periférica – explicitada, por exemplo, por Sérgio Vaz (2011), em seu ‘Manifesto da Antropofagia Periférica’ – assumiu a função de desestabilizar tais estruturas, por meio da reivindicação de que, na assimetria, há mais lugar para a diversidade. Esse deslocamento, porém, passa pela obrigatoriedade de se pensar fora de categorias pré-estabelecidas e de dicotomias tradicionais, o que exige, por sua vez, o desenvolvimento de diferentes modalidades de estudo e de diferentes arcabouços teórico-metodológicos, mais voltados à percepção, à representação, ao cotidiano, ao sensível e, neste caso, à reflexividade-crítica e ao interpretativismo.

A periferia de Brasília – tão planejada quanto a cidade, apesar de sua aparência desordenada, de sua natureza transgressora e de seu surgimento um tanto espontâneo e assimétrico – contrasta se, frontalmente, com a simetria, a homogeneidade, a monumentalidade, a funcionalidade, a branquitude e a racionalidade dos desenhos de Lucio Costa e das obras de Oscar Niemeyer, que pretendiam, por meio da sobriedade das formas, moldar uma nova cidade e um novo homem. Os contrastes entre a Região Administrativa I - Plano Piloto, popularmente conhecida como “Brasília”, e a Região Administrativa IX - Ceilândia, transbordam os dados estatísticos. Em 1967, ao se pronunciar em defesa de Brasília, Lucio Costa (1985, p. 12) reconhece, com naturalidade, os problemas da cidade, mas afirma que:

(...) a verdade é que Brasília existe onde há poucos anos só havia deserto e solidão; a verdade é que a cidade já é acessível dos pontos extremos do país; a verdade é que a vida brota e a atividade se articula ao longo dessas novas vias; a verdade é que seus habitantes se adaptam ao estilo novo de vida que ela enseja, e que as crianças são felizes, lembrança que lhes marcará a vida para sempre; a verdade é que mesmo aqueles que

vivem em condições anormais na periferia sentem-se ali melhor que dantes; (...)

São muitas verdades impostas por Lucio Costa. Reproduzindo o mesmo discurso, Niemeyer afirma, ao se manifestar a respeito da importância do Decreto Federal 10.829, de 14 de outubro de 1987⁹³, que toda tentativa de preservação da cidade seria justificável, porque Brasília era um deserto transformado em metrópole, uma cidade destinada a criar riqueza e a promover progresso onde, antes, só existia solidão e abandono. Esses argumentos foram cancelados por diversos pesquisadores, como Holston (1993), que afirma que a cidade foi construída no meio do nada e a partir do zero, em um vazio de civilização; pelo próprio Milton Santos (1993, p. 61), quando aponta que a modernidade foi, no Centro-Oeste, implantada no vazio; por Machado e Magalhães (2010, p. 287), que repetiram que Brasília nasceu “diretamente de uma prancheta” e “foi implantada no vazio do cerrado”; ou, ainda, por Bicca (2010, p. 184), ao reforçar a ideia de que a cidade foi construída em um “espaço sem história”.

Como discutido em Peres (2016), tudo isso auxiliou a aprofundar distâncias geográficas, socioeconômicas, culturais, intelectuais, estéticas, políticas e simbólicas. A reprodução de tais argumentos pretendia apagar, ao menos simbolicamente, diferenças e tensões, mas acabou invisibilizando, como consequência, a maioria da população, que vive fora do Plano Piloto – o ‘centro’ de Brasília – e que não teve sequer a oportunidade de se adaptar a tal “novo estilo de vida”, tendo-lhe restado aceitar a vida em “anormalidade” (COSTA, 1985). Tais argumentos reforçam tanto a oposição entre centro e periferia quanto a marginalidade dos que foram ‘escolhidos’ para morar na Ceilândia - uma marginalidade imposta por estruturas de poder e que só se transformou, em alguma medida, no que Hooks (1990) chama de ‘marginalidade escolhida como lugar de resistência’, décadas mais tarde, no âmbito do movimento hip hop.

Incidados a refletir sobre o conceito de ‘periferia’, praticantes do MHH da Ceilândia enfatizam que, se por um lado, o termo cria distinções e separações com relação ao que é considerado ‘centro’, por outro lado, o termo aproxima e conecta as diversas periferias brasileiras, possibilitando a formação de redes – de práticas, de sociabilidade e de fruição estética (GUIMARÃES, 2012). Japão⁹⁴ relembra uma fala de Mano Brown⁹⁵: “velho, quando você me falou da Ceilândia a primeira vez, eu me senti parte dela, sem nem conhecer...” e Japão complementa: “É exatamente isso... Eu também sou um pouco o Capão, um pouco Cidade de Deus, um pouco Restinga, um pouco Alto do Zé... um pouco Jaboatão⁹⁶”. Ser periférico, nesse sentido, os separa do que se diz ‘centro’, mas os conecta com tudo o que se reconhece ‘periferia’. O reconhecimento dessa espécie de positividade de ser periférico, porém, não se deu naturalmente, sobretudo em

93 Lei que versa sobre a preservação da concepção urbanística de Brasília (Cf. Peres, 2016).

94 Rapper da Ceilândia, periferia de Brasília, líder do Grupo Viela 17 e idealizador da marca de vestuário do mesmo nome, em entrevista concedida a Janaina Lopes Pereira Peres, em Brasília, no dia 25 de outubro de 2016.

95 R Rapper do Capão Redondo, periferia de São Paulo e líder dos Racionais Mc’s.

96 Em referência ao Capão Redondo, periferia da cidade de São Paulo (SP); à Cidade de Deus, favela do Rio de Janeiro (RJ); Restinga, periferia de Porto Alegre (RS); Alto do José do Pinho e Jaboatão dos Guararapes, localizados na periferia de Recife (PE).

função da estigmatização da Ceilândia como um lugar perigoso e violento. Max Maciel (2019a) lembra que “(...) hoje... Hoje, a gente tem um pouquinho mais de autoestima... Mas não é fácil você romper 30 anos de alguém todo dia falando que é a cidade mais violenta do DF, que todo mundo vai morrer... [que nós moramos] Onde é o caldeirão do diabo... (...) É muito difícil...”. No mesmo período, a Zona sul de São Paulo ganhou o apelido de Vietnã do Brasil (VAZ, 2016).

As falas de Japão, Mano Brown, Max e Sérgio Vaz corroboram a afirmação de Crosta (2001) de que o pertencimento é uma escolha, ainda que não seja uma escolha fácil. E, nesse sentido, defender que uma experiência pública é sempre situada não significa afirmar que tal experiência seja restrita ao lugar onde ocorre – à Praça do Cidadão, na Ceilândia Norte, por exemplo – mas, sim, que a experiência do MHH ancora-se em relações sociais que só poderiam ter sido construídas na interação entre atores e um meio, no tempo e no espaço, entre centros e periferias. Trata-se, para Dewey (2010), da indissociabilidade, no âmbito da estrutura da experiência estética, entre sofrer e fazer, entre moldar e ser moldado (CROSTA, 2001; SHUSTERMAN, 1998). No caso do hip hop da Ceilândia, múltiplos deslocamentos – físicos e simbólicos – entre a periferia e o centro culminaram na defesa, por parte de seus praticantes, de que ‘a periferia é o centro’, o que permite interpretar que, lá, o hip hop se constituiu a partir de um movimento de retorno.

Vejam que o primeiro encontro de hip hop do Distrito Federal, realizado em 1986, não aconteceu, paradoxalmente, na Ceilândia (que hoje constitui a principal força do movimento hip hop no Distrito Federal), mas em uma danceteria chamada “Le Club”, no Lago Sul, região nobre de Brasília. Membros do movimento relatam que os filhos dos diplomatas e a classe média e média-alta de Brasília, que tinham oportunidade de viajar para o exterior, traziam de lá as novidades musicais e realizavam festas que reuniam jovens de todo o DF (TAVARES, 2010). Segundo o Dj Jamaika⁹⁷ (2016),

(...) foi lá [na Le Club] que muita gente passou a se conhecer... Foi quando eu conheci o Dj Raffa, conheci o Leandronic, X Câmbio Negro, pá... Essa galera toda... A gente se conheceu ali, de um evento que aconteceu... E a gente saiu do mesmo lugar, mas ninguém se conhecia... E daí pra frente a coisa foi crescendo.

De volta à Ceilândia, Jamaika, Kabala e Kalako criaram, menos de um ano depois, o grupo BSB boys, a que se seguiram importantes acontecimentos. Em 1989, por exemplo, juntamente com outros praticantes do movimento hip hop, os BSB Boys deram início ao Encontro de b-boys de Brasília, realizado em frente ao Shopping Conjunto Nacional (na parte superior da plataforma da Rodoviária do Plano Piloto). O evento acontecia no ‘centro’ de Brasília (e não na Ceilândia) por dois motivos principais: a necessidade de formar um público, o que era possibilitado pelas facilidades de acesso, via transporte coletivo, à Rodoviária do Plano Piloto, conectada a todas as periferias

97 Jefferson da Silva Alves, o Dj Jamaika, é produtor musical, Dj e rapper da Ceilândia, conhecido na cena do rap do Distrito Federal e do rap nacional por suas participações no grupo Câmbio Negro, ao lado do rapper X e no Grupo Álibi, ao lado de seu irmão, Kabala (atualmente, Rivas), em entrevista concedida em Brasília, em 18 de agosto de 2017.

do DF; e porque havia, por trás das atividades vinculadas ao movimento, a intenção de romper com as práticas vigentes no território, por meio da promoção de usos não usuais. Objetivava-se, em grande medida, chocar esteticamente a monumentalidade e a ordem, projetadas por Lúcio Costa e por Oscar Niemeyer. Em seus mais de 30 anos de trajetória, o Encontro de b-boys (e b-girls, como passou a ser enfatizado recentemente) já aconteceu no CONIC e, atualmente, ocorre aos primeiros sábados de todo mês, no Pátio da Biblioteca Nacional, em plena Esplanada dos Ministérios (Brasília/DF).

A lógica do retorno para a periferia está evidenciada nessa trajetória, narrada pelo Dj Jamaika (2016), sobretudo quando associada a outras narrativas, como, por exemplo, a do b-boy Papel (2017) – idealizador e realizador de 5 edições do Festival Nacional de Breaking ‘Quando as Ruas Chamam’, sempre na Ceilândia – e de Max Maciel (2019a) que, a frente da coordenação da RUAS, percebeu, ainda na década de 1990, a importância de ocupar o centro, de se apropriar de um espaço negado aos habitantes das periferias, de promover outros usos ao território, de dar visibilidade ao MHH da Ceilândia e, principalmente, de aprender a organizar, produzir e realizar eventos e práticas culturais. A lógica do retorno à periferia confirmou-se, também, ao longo dos três dias de debates e rodas de conversa que marcaram o I Seminário Diálogos em Movimento, realizado no âmbito do 5º Festival Elemento em Movimento. Nessa ocasião, Jaqueline Fernandes, idealizadora, curadora e coordenadora geral de oito edições do ‘Festival Latinidades’, lembrou que, nos anos 1990, ninguém da “quebrada” tinha a profissão de ‘produtor cultural’: “Tinha evento cultural, mas não era feito por ninguém da minha quebrada. No meu imaginário, produtor era uma figura superpoderosa, endinheirada...” (FERNANDES, 2017).

Assim, pautados na máxima de “nunca voltar pra quebrada de mente vazia” (RAFUAGI, 2017), o passo seguinte à realização de eventos em Brasília seria, então, levá-los à Ceilândia, juntamente com toda a cadeia produtiva. O principal resultado desse movimento de retorno é, justamente, o ‘Elemento em Movimento’, o primeiro grande festival de hip hop da Ceilândia e que, segundo os organizadores, é feito **na** periferia, é pensado e produzido **pela** periferia e realizado **para** a periferia, em uma espécie de “**marco zero da cultura**”, em que se elimina a distância entre produção e consumo cultural. Marta Carvalho – atriz, produtora executiva e gestora de projetos culturais – conta que entrou chorando no ‘Elemento em Movimento’, emocionada por ter feito parte da formação dos jovens profissionais que produziram o festival, participantes do curso de produção cultural ofertado pelo Programa Jovem de Expressão⁹⁸: “Hoje, essas lindezas são

98 O Jovem de Expressão é um Programa Social criado pelo Instituto Social Caixa Seguradora, em 2007, em parceria com o Grupo Azulim e com o Movimento Integrado de Saúde Comunitária do Distrito Federal, com o desafio de reduzir a exposição dos jovens a situações de violência, por meio do investimento no desenvolvimento de tecnologias sociais, associadas à arte e à cultura, tendo sido implementado, inicialmente, nas Regiões Administrativas de Ceilândia e Sobradinho II (JOVEM DE..., 2011). Em 2010, o programa foi considerado uma ‘tecnologia social’ sistematizada em um manual de quatro volumes (validados pelo escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC e pela Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS), e, em 2011, passou a ser executado pela ‘RUAS’, em função de sua experiência em cultura urbana, no desenvolvimento de instrumentos de intervenção socioterritorial e na promoção de espaços colaborativos, dinâmicos e agregadores (EXPRESSÃO, 2014). “Só em

profissionais da área, que querem mudar o nosso cotidiano” (CARVALHO, 2017).

Afirmar que “a periferia é o centro” significa, portanto, olhar de outra perspectiva, inverter a direção dos fluxos e atentar à interação entre os termos deste par dicotômico. Para a atual coordenadora geral da ‘RUAS’, Rayane Soares (2019), a Ceilândia é o centro, também, porque é ela que provê a força de trabalho necessária para manter Brasília viva. Mas, como lembra Chico César, no prefácio a Flores de Alvenaria (VAZ, 2016), a periferia não quer mais se afirmar como mão de obra, mas como obra em si. Por isso, o MHH da Ceilândia nos ajuda a ler o binômio centro-periferia de outras formas, porque, se entendemos que o território é processo e que a Ceilândia é, simultaneamente, produto e produtora de Brasília, a oposição dialética centro-periferia torna-se insuficiente. Tanto o território quanto os sujeitos situam-se em um dentro-fora e, também, na margem entre os dois, que, ao mesmo tempo em que separa, une. É justamente isso que lhes outorga a possibilidade de empurrar e de deslocar as margens. A complexidade oriunda das múltiplas facetas do movimento hip hop da Ceilândia revela que é na ‘experiência pública’ que o *eu* experimenta o *outro* e que, nesse processo, não se descobrem apenas coisas novas sobre os outros, mas sobre si mesmos. Nesse fluxo – de múltiplas entradas e de múltiplas saídas – o hip hop da Ceilândia constrói uma mesoescala de práticas – um ‘*entre*’, uma interação instável e não binária, que une (e que separa) o micro e o macro, em um processo constante de negociação e de mediação.

3 PODE, O MOVIMENTO HIP HOP DA CEILÂNDIA, SER VISTO COMO ‘EXPERIÊNCIA PÚBLICA’?

A resposta a essa pergunta depende das lentes através das quais olhamos para o MHH. Analisando-o em movimento, por meio das matrizes analíticas construídas no Capítulo 3, reconstruo, de forma narrativo-interpretativa, duas histórias (situações) que entrelaçam atores, trajetórias de vida, músicas, filmes, documentários, reportagens, eventos e práticas. Histórias que se entrelaçam e se reforçam mutuamente, conformando o chamo de mesoescala: um espaço intermediário capaz de revelar, em termos analíticos, a qualidade de ‘pública’ da experiência – o movimento hip hop da Ceilândia –, por meio da observação da situatividade, da processualidade e da performatividade das práticas. Recorrendo a essas ‘histórias de práticas’, revelo os choques ou gatilhos crítico-reflexivos que colocaram o hip hop da Ceilândia em movimento e como o MHH produz argumentos, se publiciza e se problematiza, constrói espaços de escuta e de diálogo, desencadeia processos de aprendizagem e se insere no fluxo das políticas públicas.

SITUAÇÃO 01. Situatividade e processualidade das práticas: música, cinema e reconhecimento como gatilhos de reflexividade crítica.

2018, o Programa formou 330 jovens em 24 oficinas trimestrais” (JEX, 2018, p. 8), que atuam profissionalmente e replicam a experiência para outras localidades do DF.

Quando aconteceram os primeiros encontros e foram realizadas as primeiras entrevistas (APÊNDICE A), na Ceilândia, entre outubro de 2016 e setembro de 2017, três preocupações centrais permeavam o planejamento da pesquisa: a) estabelecer, com a Ceilândia e com os praticantes do Movimento Hip Hop, uma relação de respeito e de confiança, que resultasse – no longo prazo – na aceitação de meu corpo e minha presença ‘estrangeira’ naquele território, permitindo, talvez, que no decorrer do processo, que me tornasse também público daquela experiência; b) escutar ativamente, com todo o corpo, o conjunto de histórias narradas, para que, a partir dessa experiência estética, fosse possível encontrar uma ‘história de pesquisa’⁹⁹; e c) compreender o movimento hip hop em sua multidimensionalidade e transversalidade, o que significava, inicialmente, olhar primeiramente para todos os seus elementos – o rap, o *scratching* (realizado pelos Djs), o *breaking* e o *grafitti* –, em busca de dimensões subjacentes.

Assim, o primeiro encontro, gentilmente organizado por Edson Rodrigues da Silva, um colega da Universidade de Brasília (UnB) (campus Ceilândia), foi com Marcos Vinicius de Jesus Morais, o *rapper* Japão, em frente à Praça da Bíblia, depois de um passeio pelas feiras Central e do P Sul, pela Praça do Cidadão e pelo Sol Nascente. O segundo encontro, também facilitado pelo Edson, aconteceu, a pedido do Dj Jamaika, na Praça do Cidadão, onde ele narrou não apenas a história dos primórdios do Movimento hip hop da Ceilândia¹⁰⁰, como sua trajetória pessoal no âmbito do movimento. O encontro com Rivas¹⁰¹ (2017), por sua vez, aconteceu quase um ano depois, na sede da Administração Regional da Ceilândia – que também abrigava a biblioteca Pública Carlos Drummond de Andrade e o Centro cultural e Desportivo da Ceilândia. Como coordenador dos grafiteiros, Rivas tinha uma sala no prédio da Administração e, lá, narrou não apenas uma história do hip hop da Ceilândia, mas sua história de família¹⁰² e dos trânsitos entre o *gangsta*¹⁰³ rap e o rap gospel, passando por sua candidatura e a do Dj Jamaika à Câmara Legislativa do Distrito Federal (DF)¹⁰⁴ (RIVAS, 2017).

99 A partir do método de Peirce (2005), as perguntas de pesquisa devem ser construídas *abduktivamente*, ou seja, a *posteriori* da experiência. Por isso, toda esta pesquisa foi (re)pensada e (re)desenhada a partir de cada uma das histórias que embasam a construção deste item, desde as perguntas de pesquisa até seus resultados, passando pela construção do sujeito de pesquisa, do arcabouço reflexivo e pela construção das matrizes analíticas (Capítulo 03) – o que, em conjunto, conforma minha história de pesquisa.

100 A narrativa incluiu as histórias sobre o extinto Quarentão, sobre o surgimento das primeiras *crews* de *breaking* e de *grafitti* - Reforços *Breakers* (1984), DF Zulu *Breakers* (1989), sobre as brigas entre gangues rivais da Ceilândia Norte e da Ceilândia Sul, sobre a formação, as músicas e o reconhecimento nacional dos grupos de rap Câmbio Negro (1990-2000) e Álubi (1995-2002), sobre a parceria com o irmão, Rivas (que, antigamente era Kabala), sobre sua conversão à religião evangélica e ao rap gospel e, por fim, sobre suas candidaturas a deputado distrital (JAMAICA, 2016).

101 Rivanilson da Silva Alves foi *b-boy*, integrou o Grupo de rap Álubi, como *rapper* Kabala e atualmente é dono de uma empresa de produção cultural, é grafiteiro, Mc e *rapper*, ao lado de seu filho Ravel.

102 Rivas e Dj Jamaika são irmãos e atuam no movimento hip hop do Distrito Federal desde a década de 1980.

103 Não o estilo *gangsta* americano, ligado à ostentação e ao luxo, mas um rap com batidas pesadas e letras que narravam a violência, a criminalidade, o consumo de drogas e o descaso com as comunidades (RAFFA, 2007).

104 O Dj Jamaika candidatou-se a Deputado Distrital nos anos de 2010, 2014 e 2018. Em 2010, ainda com Ensino Fundamental incompleto, candidatou-se a Deputado Distrital pela Coligação ‘Quero Mudar’, formada pelo Partido Social Liberal (PSL) (partido pelo qual se elegeu Jair Messias Bolsonaro, atual presidente do Brasil) e pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC), tendo recebido 939 votos no primeiro turno das eleições, o que representou 0,07% dos votos válidos (não eleito) (TERRA, 2010). Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/eleicoes/resultados/distrito-federal/#/deputado-distrital/>. Acesso em: 13 jul. 2022. Em 2014, candidatou-se pela coligação entre o

O último encontro desse bloco foi com Alan Jhone Moreira, o *b-boy* Papel. Embora Papel seja mais jovem do que o trio de pioneiros do movimento hip hop ceilandense – Japão, Jamaica e Rivas –, ele se engajou cedo no *breaking*, ainda nos anos 1990, em uma época em que, na Ceilândia, tinha-se pouco ou nenhum acesso a espaços culturais e os movimentos de *breaking* que viam na televisão precisavam ser ensaiados em pedaços de papelão ou em montes de terra, nas ruas e praças da cidade (PAPEL, 2017). Seu engajamento com o hip hop foi motivado, inicialmente, pela necessidade de construção identitária e pelo desejo de superar limites pessoais e desenvolver sua autoestima: começou no *breaking* porque percebeu que a dança poderia servir de escudo contra o bullying. Só mais tarde, depois de sua primeira apresentação de dança no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE), ele percebeu que o movimento hip hop poderia promover, também, transformações coletivas.

a Ceilândia respira hip hop: em todo lugar que você vai, algo relacionado com a arte urbana acontece – seja um muro sendo grafitado, uma oficina de dança sendo ofertada em uma escola (...). O Estado já consegue enxergar a nossa arte marginal como uma parceira importante tanto no resgate (por esse lado social), como na educação, na saúde etc. Simultaneamente, muitos espaços estão sendo abertos (PAPEL, 2017).

As histórias narradas por estes quatro atores-personagens, embora reveladoras de trajetórias de vida bastante diferentes, entrecruzam-se, conformando uma trama de símbolos, sons e imagens, que se prova indissociável do território da Ceilândia e do contexto histórico-político de sua criação, enquanto nona Região Administrativa (RA IX) do Distrito Federal.

Por mais distintas que sejam as histórias e as formas de contá-las, elas conformam uma narrativa potente, que não apenas revela um conjunto bastante diverso de práticas, mas também revela processos: práticas que dão origem a outras práticas, práticas que se fundem ou que se bifurcam, práticas que adensam outras práticas, e assim por diante. Em outras palavras, os argumentos elaborados – por Japão, Jamaica, Rivas e Papel – revelam a situatividade e a processualidade¹⁰⁵ de um conjunto de práticas que compõe o movimento hip hop da Ceilândia, uma experiência (potencialmente) pública. Demonstrarei, a seguir, por meio do cruzamento entre trechos dessas conversas, de músicas e de falas registradas no premiado documentário de Adirley Queirós (2005) – *Rap, o Canto da Ceilândia* – as interações entre o movimento hip hop e seu ambiente

PSL e o Partido Ecológico Nacional (PEN), tendo recebido 3.031 votos (suplente). Em 2018, já com o Ensino Médio completo, registrou sua candidatura, novamente pelo PTC, na coligação “Mobilizar para mudar”, mas a candidatura foi indeferida, por “inaptidão” Disponível em: <https://www.todapolitica.com/eleicoes-2018/dj-jamaika/> Acesso em: 13 jul. 2022. Seu irmão, Rivanilson da Silva Alves (Rivas) candidatou-se, também a Deputado Distrital, pela coligação “Mobilização Progressista”, pelo Partido Progressista (PP) e Partido da Mobilização Nacional (PMN), tendo recebido 1001 votos (0,07% dos votos válidos – não eleito).

105 Vale enfatizar que as práticas no âmbito do movimento hip hop não apresentam uma processualidade linear. São, majoritariamente, práticas circulares e essa circularidade se evidencia de várias maneiras. Em termos objetivos, a quase totalidade das práticas observadas se organiza em roda – das rodas de conversa, palestras, conferências e oficinas às batalhas de Mcs, de b-boys ou aos saraus. Em termos subjetivos, a circularidade se evidencia, ainda, nas constantes trocas de papel no âmbito das práticas – o produtor pode virar receptor, o fotógrafo pode ser, também, Dj e um mesmo indivíduo pode ter entrado no movimento como b-boy e hoje pode ser grafiteiro, rapper e Mc, como é o caso de Rivas, por exemplo. Por fim, como vimos, as práticas são circulares, ainda, no que diz respeito ao constante trânsito (circulação) entre centro e periferia.

físico, as relações de identidade, de pertencimento, de investimento afetivo, de reconhecimento e de solidariedade que o movimento engendra em contextos socioemocionais que afetaram (e continuam afetando) esses atores.

O primeiro aspecto relevante que emerge dessas narrativas diz respeito à relação entre o movimento hip hop (e seus praticantes) e o território-Ceilândia. Japão (2016) enfatiza que uma das principais funções sociais do movimento hip hop é ser um “meio de comunicação entre áreas em conflito, entre pessoas que vivem em conflito” e que essa mediação (sobretudo comunicativa) precisa passar, necessariamente, por um trabalho de valorização (e até de enaltecimento) de um território historicamente estigmatizado. Essa percepção justifica o próprio nome do Grupo de rap que ele decidiu criar em 1997: Viela 17, em homenagem à rua onde morava com sua mãe, que “ganhou” um lote do Programa Habitacional da Sociedade de Habitação de Interesse Social (SHIS), na Expansão do Setor O, também conhecido como ‘Fundão’, ainda em um contexto marcado pelos desdobramentos da Campanha de Erradicação de Invasões.

Além do vínculo evidente entre o nome do grupo e o território, dificilmente se encontra uma música do Grupo que não traga ao menos uma referência explícita à viela 17, à Expansão, ao Setor O, à Ceilândia ou à periferia/favela, de forma geral. Além de ser comum, também, a referência e a articulação com outras “quebradas” do DF. Na faixa 2, do álbum 20 de 40 (VIELA 17, 2014a), além das múltiplas referências à ‘viela’, o rapper canta:

*Atitude é de **perifa**, coração é de vilão*

De XT na fuga, na missão

Olé na GTO, queimando asfalto a milhão

Putá, hein, fii?

*Bagúio é loco em ti dos **becos da samamba***

até as vielas, demorou...

‘Crise Sonora’, Viela 17 (2014a, grifo da autora)

Na faixa 05 do mesmo álbum, ‘Liberdade Financiada’, lá estão, novamente, a viela, a Expansão e a Ceilândia, protagonizando a narrativa:

Não posso ir e vir, tropeçar, se não, é fogo!

*Pode crer, se liga... sou **viela, Ceilândia no topo.***

(...)

A liberdade canta, vou pra rua.

Som de função, **favela é isso: compromisso!**

Na real missão, estamos prontos pro combate, **Salve Expansão!**

Sou de quebra, o Fundão é meu abrigo, firma. Juto aos parças, o som que contamina. Viva a vida.

'Liberdade Financiada, Viela 17 (2014b, grifo da autora)

E, assim, diversos exemplos se sucedem, passando por músicas que constituem verdadeiras odes à Ceilândia e às histórias de resistência e de superação, que marcam a vida e a memória da geração de ceilandenses que nasceu e cresceu junto com a cidade. São exemplos: a faixa 04 do Álbum 'O Jogo' (VIELA 17, 2001), intitulada 'Ceilândia Resistência' e a faixa 07 do álbum '20 de 40', 'Foi complicado pra chegar aqui' (VIELA 17, 2014d). O mesmo pode ser observado na discografia do grupo Álibi, sobretudo em músicas como 'Reino da Morte' e 'C.E.I. (compasso e indignação)', ambas do álbum 'Abutre' (ÁLIBI, 1995). No caso do Grupo Câmbio Negro, a música 'Pega a Manha', do álbum 'Círculo Vicioso (1998), também ilustra o protagonismo territorial.

*Cansei de ver meus chegados serem baleados, esfaqueados
condecorados com o aço da sorte
vivendo entre a vida e a morte, tá ligado?*

*Calibre por calibre, lado movimentado, roubos, assassinatos
maconha, merla e coca
mais uma boca de fumo estourada nas tora
Enquanto isso outras 10 são abertas, é festa!*

*Cuidado para não levar um eco na testa
a morte é gente boa, véi, ela é quem te escolhe
sempre fode o lado da rapaziada, vê se pode
Mas tá limpo com um pouco de sacrifício
atravessar a vontade de viver não é tão difícil*

limitada, véi, entre Taguá e Cei

*seu ponto forte poucos sabem e é bom assim
Entardecer, quase escuro, já eram três tubos*

*Um Dreher, uma cerva,
assim é o dia inteiro, dominó, um vício, Jamaika, meu parceiro*

*Quina de Ás, você sabe como é que faz
Décima sétima, se Deus quiser, véi, nunca mais*

(...)

Os versos do Reino da Morte ditam sua sorte:

A vida já é escassa na **Ceilândia Norte**'Reino da Morte', *Álibi* (1995, grifo da autora).

Assim como Japão, Jamaica e Rivas também defendem o movimento hip hop das acusações de 'bairrismo', justificando que é necessário que o rap reflita uma experiência, narre a vida cotidiana naquela localidade: "Se mora na Ceilândia, é de lá que precisa falar" (JAMAICA, 2016). Aos poucos, vai ficando claro que 'falar da Ceilândia' passou a fazer parte de um projeto coletivo:

A cultura periférica sempre teve um potencial político, mesmo sem saber. Enquanto a periferia não sabia, quem olhava (e sabia) usava a periferia. Hoje é diferente, porque essa consciência política muita gente já tem... (...). Então é assim, a gente vai ter vários grupos e... só Ceilândia, vamos falar só da Ceilândia (...) Se essas forças se unissem, na Ceilândia, ia ser sinistro mesmo. Pode acontecer? Pode... (...) muito difícil, hoje, né? Se isso chegar a acontecer... ah, eu queria tá dentro desse bagulho, vai ser louco... (RIVAS, 2017).

Essa 'primeira geração' do movimento hip hop da Ceilândia assumiu, como principal missão, reverter o estigma que pairava sobre a condição de ser *ceilandense*. Por isso, para além das práticas artísticas vinculadas ao rap, ao *scratching*, ao *breaking* e ao *graffiti* – shows, festas, eventos e trabalhos pontuais/individuais – estes artistas têm se engajado, desde a década de 1980, em um conjunto de práticas voltadas à valorização e à transformação do território: por meio de parcerias com artistas de outras localidades¹⁰⁶, para difundir o nome da Ceilândia, em busca de reconhecimento; por meio da participação em eventos ou de sua organização – aí incluídos os festivais, saraus, feiras, encontros e competições (nacionais e internacionais)¹⁰⁷; por meio do engajamento em projetos sociais; ou, ainda, por meio da criação de uma linha de

106 Como exemplo, pode-se citar as importantes relações estabelecidas com o rapper Genival Oliveira Gonçalves, o GOG, e com outros artistas nacionalmente conhecidos, como MV Bill e Mano Brown, líder do principal grupo de rap nacional, os Racionais MCs, que homenagearam a Ceilândia na música 'Capítulo 4, Versículo 3' (RACIONAIS, 1997, grifo da autora): *Enfim, o filme acabou pra você/ A bala não é de festim, aqui não tem dublê / Para os manos da Baixada Fluminense à Ceilândia / Eu sei, as ruas não são como a Disneylandia / De Guaianazes ao extremo sul de Santo Amaro / Ser um preto tipo A custa caro.*

107 Japão considera-se rapper e ativista social e, além de estar à frente do Grupo Viela 17 e da linha de produtos Viela 17 Shop, Japão criou a Fundação Comunidade e já atuou em diversos projetos socioeducativos, como "Rap com Ciência" – que culminou na produção coletiva de um CD, com tiragem de 10.000 cópias –, "Rap Hour nas Escolas", "Hip Hop contra o crack", "Atitude Hora H" e no Projeto "Roda de Rap", realizado em unidades de internação; Jamaica e Rivas, além de organizarem, juntamente com suas famílias, o maior Encontro de *b-boys* do Distrito Federal, que ocorre, mensalmente, há mais de 30 anos, no Plano Piloto de Brasília, estão a frente, também, do Projeto 'Rapensando nas Escolas', voltado à conscientização de jovens de escolas públicas do DF e à transmissão de informações sobre *bullying*, crime, violência e abuso de drogas; O *b-boy* Papel já foi vencedor de, aproximadamente, 30 competições nacionais de *breaking* e já participou de diversos eventos internacionais, nos Estados Unidos, na Alemanha e na Suíça, por exemplo, representando o movimento hip hop da Ceilândia. É, também, criador e realizador do Festival Nacional de *Breaking* "Quando as Ruas Chamam" (que já teve 5 edições), compõe o Colegiado Setorial de Dança do Distrito Federal, faz parte do Conselho de Economia Criativa (CONEC), do Distrito Federal, já foi homenageado pelo Programa *Internacional Visitor Leadership Program* (IVLP), da Embaixada dos Estados Unidos, é idealizador do Projeto Urbanidades (2017), dá aulas de dança de rua e ministra oficinas de reabilitação e reinserção de jovens infratores, em centros como CAJE, CESAMI e CIAGO, além de estar engajado em diversos projetos sociais, como o "In Steps".

produtos de vestuário¹⁰⁸, que valorizem, simultaneamente, a estética do movimento hip hop e a Ceilândia. Tudo isso – essa pluralidade de atividades, de eventos e de práticas –, porém, foi desencadeado pela experiência de viver na Ceilândia da década de 1970 e de fazer parte de um movimento artístico-cultural. São processos que, interpretados à luz do pragmatismo e da virada argumentativa, foram desencadeados por *choques* (estéticos), que assumiram a função de gatilhos crítico-reflexivos (mais ou menos conscientes), capazes de colocar atores ou grupos de atores *em movimento*. Identifico e elenco, abaixo, três deles:

1. Associo o primeiro gatilho à letra do rap ‘Careca sim e daí?’, que compõe o álbum *Sub-Raça*, do grupo de rap *Câmbio Negro* (1993)¹⁰⁹. Nas conversas sobre a imagem negativa, os preconceitos sofridos pelos moradores da Ceilândia e a estigmatização da cidade, o verso “Sou negão careca da Ceilândia mesmo, e daí?”¹¹⁰ é apontado diversas vezes como um ponto de inflexão que conferiu, à juventude ceilandense, a coragem de se autoafirmar, não apenas em termos raciais, mas em termos estéticos e territoriais (por meio do vínculo com símbolos, imagens, sons, vestimentas, cortes de cabelo e estilos, que são próprios da cultura hip hop, e com a própria cidade): sou negão, sou careca e sou da Ceilândia.

Japão (2016) e Rivas (2017) enfatizam que a música gravada por *Câmbio Negro* é um ato político:

as pessoas gostaram, acharam até bonito..., mas não era pra ser bonito (!), era uma parada que tava engasgada, era um desabafo! Sabe por quê? Porque, na Ceilândia, desde 1971, quando foi fundada, até 1976, nós não atínhamos nem água [longo silêncio]. Entendeu? (JAPÃO, 2016).

...antigamente, falava-se muito mais em Brasília, porque falar que era da Ceilândia ‘queimava’. (...) a música do *Câmbio Negro* mudou essa história, quando eles colocaram a identidade... falaram que ‘nós somos Ceilândia’, que nós somos isso aqui e acabou! Aí pronto, aí muda tudo... a galera começa a olhar e se sentir representada e valorizar aquilo ali. É massa ver o Japão, ver todo mundo, com camiseta da Ceilândia. Eu creio que é a única cidade que a galera pega e compra as camisetas pra vestir e falar

108 Há diversas iniciativas como essa, na Ceilândia, e é muito comum encontrar jovens e praticantes do movimento hip hop com itens de vestuário que homenageiam a cidade. São exemplos: a linha de produtos do Grupo *Atitude*; os bonés e camisetas da marca ‘*Cirurgia Moral*’, a própria *Viela 17 Shop* e a *RA.IX*, que, em 2019, inaugurou sua primeira loja colaborativa, na sede do RUAS/Jovem de Expressão, na Praça do Cidadão (Ceilândia-DF). As camisetas e bonés são estampados com o nome da Ceilândia, com trechos de música rap de grupos locais e com dizeres como “100% Ceilândia”, “I<3CEI”, “Ceilândia, 1971”, “Straight Outta Ceilândia”, “Nóis por Nóis”, “Ceilândia está em meu DNA”, “Cria da Quebra” ou “Ceilândia, Solução Social Pioneira”, ironizando uma campanha do governo Militar, na década de 1970. Diversos exemplos aparecem nos perfis das lojas no Instagram: [@viela17shop](#) e [@ra_ix](#) e [@atitudejovem](#).

109 O Grupo de rap *Câmbio Negro* foi criado na Ceilândia, em 1990, pelos *rappers* X e Jamaica e pelo Dj *Chocolate*, tendo sido, na opinião do produtor musical e Dj *Raffa Santoro*, “uma das maiores expressões culturais do segmento hip-hop de todos os tempos” (DJ RAFFA, 2007). O Álbum *Sub-Raça* foi lançado em 1993 e em 1995, X e Jamaica se separaram, mas o grupo continuou, com nova formação, até a saída de X, nos anos 2000. O Grupo *Câmbio Negro* foi três vezes indicado ao prêmio *Video Music Brazil (VMB)*, na categoria “melhor grupo de rap” e foi o vencedor da edição de 1999.

110 O verso foi repetido pelo *rapper* X, na abertura da faixa “A volta”, do álbum ‘*Diário de um feto*’ (1995), gravado logo depois que o Jamaica deixou o grupo.

assim “Eu sou da Ceilândia” e vai pra qualquer lugar, e gosta de ir com a camiseta, porque tá representando. A gente entende que tem uma identidade muito forte, todo mundo entendeu isso (RIVAS, 2017).

Nas palavras do Dj e produtor musical Raffa Santoro (DJ RAFFA, 2007, p. 27), músicas como ‘Sub-Raça’ e ‘Careca sim e daí?’ provocaram uma “revolução na autoestima dos negros das periferias de todo o Brasil”. Tratou-se, porém, de uma revolução ‘para dentro’, que se deu, pelo menos inicialmente, no âmbito pessoal ou de um ‘mini-público’, ainda restrito àqueles que eram diretamente afetados pela situação: os praticantes do movimento hip hop, que escutavam música rap ou que participavam de atividades e de práticas vinculadas ao movimento.

2. Associo o segundo gatilho à produção do documentário dirigido por Adirley Queirós (2005), intitulado ‘Rap, O Canto da Ceilândia’¹¹¹. As conversas com Adirley, Japão, Jamaika, Rivas e Papel revelam que a produção e a gravação do filme representaram um importante marco na construção de uma gramática própria e de uma narrativa sobre a Ceilândia e sobre sua relação com o movimento hip hop. Como afirmou o próprio Adirley Queirós (2015) “a apropriação simbólica das narrativas é o que há de mais político em qualquer sociedade”.

Questionado sobre a polêmica alteração promovida durante o governo de Rodrigo Rollemberg (2015-2018), de ‘Governo do Distrito Federal’ para ‘Governo de Brasília’, o Dj Jamaika foi taxativo: “Não. Naquele filme ‘Rap, O Canto da Ceilândia’, **a gente definiu muito bem isso...** assim: Ceilândia é Ceilândia... Nós estamos dentro do Distrito Federal e não dentro de Brasília” (JAMAICA, 2016). Na mesma direção, quando questionado se “Ceilândia é Brasília”, Japão (2016) responde:

Pro governo é... Porque era Governo do Distrito Federal e agora é só Governo de Brasília... então, pro Governo parece que é... Só que aquela Brasília é muito mais bem tratada do que essa aqui. Então, não é! Pra mim, aqui é Distrito Federal, sempre foi... **Eu costumo falar, eu falei até no filme do Adirley (...): ‘Não, peraí... Eu sou ceilandense, eu não sou brasileiro!’** (JAPÃO, 2016, grifo da autora).

Na reconstrução (interpretativa) da narrativa construída pelos praticantes do movimento hip hop – e materializada e registrada no ‘Rap, O Canto da Ceilândia’ (QUEIRÓS, 2005) – evidencia-se o que Bambaataa chamou de ‘quinto elemento’ do movimento hip hop: a consciência. Um tipo de consciêncianque dialoga, diretamente com o que Mead (1989, p. 371) chama de “consciência

¹¹¹ ‘Rap, O Canto da Ceilândia’ foi o primeiro trabalho audiovisual de Adirley Queirós (2005). O curta-documentário, com 15 minutos de duração, foi produzido e apresentado como trabalho de conclusão de curso, no Curso de Cinema da Universidade de Brasília (UnB), e inaugurou uma trajetória de criação artística em que a Ceilândia não é apenas um lugar onde suas histórias acontecem, mas é uma personagem, uma atriz (QUEIRÓS, 2013), o que se evidencia, ainda mais fortemente, no primeiro longa-metragem de Adirley Queirós (2011), ‘A cidade é uma só?’. De acordo com Adirley, a produção e a gravação do curta-documentário sobre o rap da Ceilândia envolveram muita pesquisa, sobre a história da cidade e das pessoas, além de pesquisa no Arquivo Público do Distrito Federal (ArqPDF) e de mais de 300 horas de entrevistas gravadas com personalidades como Jamaika, Japão e Markim do Tropa de Elite, considerados os pioneiros do movimento hip hop da Ceilândia.

reflexiva”, aquela que desencadeia a concepção de um mundo diferente, que “não nos carrega para o mundo que ‘deve ser’, mas coloca nosso próprio pensamento e esforço no processo de evolução” ou de transformação social do mundo.

Nesse sentido, o documentário serviu como catalisador de um discurso que já vinha sendo construído, de forma mais ou menos consciente, mais ou menos orquestrada, mas bastante fragmentada. E, de acordo com o próprio Adirley, serviu para dar visibilidade e repercussão a músicos que eram seus amigos, mas cujas carreiras estavam em decadência¹¹² (QUEIRÓS, 2013). No documentário, há referência ao processo de construção da autoestima do jovem, negro, periférico e ceilandense – por meio da música ‘Careca sim e daí?’; há referência ao processo pelo qual o hip hop da Ceilândia ganha relevância no cenário do hip hop nacional; há referência ao enfrentamento do racismo, por meio de músicas como ‘Sub-Raça’; há críticas à exigência de que o movimento hip hop se domestique e adote uma linguagem menos violenta – seja “maquiado”, nas palavras de Japão (QUEIRÓS, 2005). Acima de tudo isso, porém, há “a ideia de que Ceilândia tem uma identidade no imaginário da população, de que o território era um tema fantástico e de que o rap cantava o território da Ceilândia e, por isso, a gente se emocionava com ele” (QUEIRÓS, 2013, p. 24).

Por meio deste documentário, o movimento hip hop e os artistas da Ceilândia não apenas chegaram às telas do cinema, como também chegaram ao ‘centro’: ao Cine Brasília, onde receberam os prêmios mais cobiçados do Festival de Brasília¹¹³. E, ainda que o curta narre uma história ordinária e de fracasso, como afirma Queirós (2013), sua repercussão e os prêmios que recebeu provam não apenas o sucesso de uma produção cinematográfica, mas, também, de uma experiência vivida. Lança-se luz, ainda, sobre outra questão, utilizada como pano de fundo: o fato de que, no final da década de 1990, o movimento hip hop “já tinha sido apropriado: já era política social, estava no MinC, na SAV [Secretaria do audiovisual]”, assumindo registros – sobretudo em termos de estética, de linguagens e de temáticas – mais “politicamente corretos” (QUEIRÓS, 2013, p. 24). As palavras do cineasta revelam sua insatisfação e sua crítica às tentativas de reduzir o movimento hip hop à caixa estreita da “política social” ou de reduzi-lo a instrumento de assistencialismo ou de recuperação/ressocialização de uma juventude periférica considerada delinquente – conforme discutido no início deste capítulo.

Ao fim e ao cabo, o filme deixou diversos legados. Ao Adirley Queirós, garantiu sua formatura

112 “O X era porteiro, estava desempregado, o Jamaica também, o Marqui era um cara que andava com a cadeira de rodas dele para cima e para baixo, vendendo disco de mão em mão. E eu queria contar a história de uma primeira geração que perdeu: uma geração que prometia, mas perdeu... Não é uma geração heroica, entende?” (QUEIRÓS, 2013, p. 23).

113 Exibido no 38º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, em 2005, ‘Rap, O Canto da Ceilândia’ dividiu espaço com filmes de personalidades já bastante conhecidas no mundo das artes e do audiovisual nacional, como Camilo Cavalcante, Kléber Mendonça e Sérgio Oliveira. Recebeu os prêmios de ‘Melhor Curta – Júri Popular’ e ‘Melhor Curta – Júri Oficial’ (RAMOS, 2014), além de outras premiações em Festivais por todo o Brasil.

em Cinema, pela UnB, dois prêmios, visibilidade e o início de uma carreira promissora. Ao movimento hip hop da Ceilândia, legou o registro de uma história, a construção de uma narrativa, a possibilidade de que artistas do movimento pudessem se engajar em outro tipo de linguagem artística, que pudessem ser atores e que pudessem contar suas próprias histórias – o que pode ser resumido em um legado de valorização e de reconhecimento que articula, temporal e espacialmente, Brasília e Ceilândia, centro e periferia. E, à Ceilândia, além do papel de protagonista, legou o CeiCine, um coletivo de cinema, nascido desse processo, com o objetivo de negar os discursos e os argumentos produzidos em Brasília e de negar a forma tradicional de fazer cinema e de fazer cultura (RAMOS, 2014). Nas palavras de Queirós (2013, p. 41, grifo da autora), o mote era “fazer cinema numa cidade que não tem cinema”, criando “outra relação de produção: coletiva”, por meio da mobilização de um grupo em que “eu sou o diretor hoje e amanhã eu possa ser o caboman, que você vai ser roteirista hoje, amanhã vai ser diretor de arte. Existiria uma integração dos grupos e as pessoas chegariam sem conhecer nada de cinema e **aprenderiam no processo**, preferencialmente **pessoas comuns**”.

O documentário constitui um gatilho crítico-reflexivo porque, como revela Queirós (2013, p. 29), foi ali que eles “sacaram que esse imaginário é muito forte”. O documentário conferiu aos atores – praticantes da Ceilândia, no sentido crostiano (CROSTA, 2009) e praticantes do movimento hip hop – a prova prática do potencial de articulação política e territorial e de construção de uma narrativa sólida e de argumentos fortes, a partir da arte, a partir do rap e a partir de experiências cotidianas. Desencadeou, ainda, processos de formação de público, processos de aprendizagem e processos de democratização que muito se assemelham àqueles defendidos por John Dewey (1927; 1998 [1937; 1939]; 2010).

3. O terceiro gatilho crítico-reflexivo dialoga, diretamente, com a luta por reconhecimento – no terceiro sentido discutido por Honneth (2003), relativo a uma comunidade de valores ou de solidariedade¹¹⁴ (um tipo de reconhecimento coletivo) – e se associa a uma das cerimônias de premiação do Hutúz, realizada no Circo Voador (Lapa/Rio de Janeiro), em 2007, no âmbito do Hutúz Rap Festival¹¹⁵. O Dj Jamaica (2016) relata que, naquele ano,

(...) tinha um mapa do Brasil, ao fundo do palco, com as capitais... Rio de Janeiro, São Paulo, pá e tal... E quando chegou no centro, naquele quadradinho ali, que era o Distrito Federal, não tinha o nome ‘Distrito Federal’ e não tinha o nome ‘Brasília’, tava escrito ‘CEILÂNDIA!’ (...) e aquilo ali, cara, nos enobreceu demais, assim... A gente ver aquilo e entender que o que a gente tava fazendo tava dando certo, essa identificação que a gente tava procurando, né? Do reconhecimento lá fora....

114 Como enfatizam Sobottka e Saavedra (2012), a solidariedade depende, em grande medida, de relações simétricas entre indivíduos autônomos, porque é, justamente, a chance simétrica de desenvolver suas próprias concepções de ‘desenvolvimento’, de ‘bem-estar’ ou de ‘vida boa’ e o direito de ter suas concepções respeitadas que garantirá, a uma comunidade, dignidade e autoestima.

115 O Prêmio Hutúz, idealizado pelo produtor cultural e ativista social Celso Athayde e realizado pela Central Única de Favelas (CUFA), no âmbito do Festival Hutúz, foi, por 10 anos consecutivos, a principal premiação nacional do movimento hip hop, para o movimento hip hop. De 2000 a 2009 premiou quase 200 artistas, em 15 categorias.

Essa história ressurgiu em diferentes situações, envolvendo outros praticantes do movimento hip hop, sempre narrada com orgulho. Ali, naquele palco, naquele dia de novembro de 2007, Ceilândia, literalmente, era o centro: não o ‘centro de erradicação de invasões’, mas o centro do Brasil. É interessante notar que o nome da Ceilândia, no centro do mapa, se sobrepôs a outros acontecimentos importantes. Naquela mesma edição, o Grupo Cirurgia Moral, também da Ceilândia, recebeu três indicações¹¹⁶, o Dj Jamaica foi o vencedor da categoria ‘Produtor Revelação’ e GOG, que concorreu em quatro categorias, levou três prêmios¹¹⁷. Nenhuma dessas vitórias individuais, porém, foram relatadas em nossos encontros. A protagonista, mais uma vez, era a Ceilândia.

Os inúmeros encontros e conversas com praticantes do movimento hip hop, as músicas, filmes e reportagens, a participação em festivais, competições e eventos vinculados ao movimento e as reflexões e interpretações derivadas de diversas idas à Ceilândia – sobretudo à Praça do Cidadão, para onde converge boa parte das práticas associadas ao movimento – reforçaram o que já foi discutido por Tavares (2010) acerca da construção, por meio do hip hop, de uma consciência política e social. Há um público que se forma em torno do hip hop da Ceilândia e que, ao se engajar em suas práticas, não apenas se reconhece ceilandense, como constrói e atribui novos sentidos a esse pertencimento. Como lembra Cullen (2017, p. 150, grifo da autora), “esta luta pelo reconhecimento mútuo do desejo de ser (...) nos constitui, justamente, como **produtores de cultura** e como **produzidos**, em nossa própria identidade, **pela cultura a que pertencemos**”.

O movimento hip hop da Ceilândia conforma-se, nesse sentido, como uma arena na qual se desenrolam, ininterruptamente, diferentes tipos de lutas por reconhecimento. Diversos atores, diversos grupos sociais buscam, individual e coletivamente, desenvolver a capacidade de influenciar a vida pública, de construir novos significados, de construir gramáticas mais abrangentes e mais inclusivas e de fazer com que esses significados e essas gramáticas sejam não apenas socialmente reconhecidos, mas socialmente respeitados e promovidos. Por meio desse tipo de processo – que, como vimos, pode ser desencadeado por experiências públicas como a do movimento hip hop da Ceilândia – outros atores, outras práticas, outros significados, outros argumentos e outros valores podem passar a fazer parte de um novo “sistema de referência moral” (SOBOTTKA; SAAVEDRA, 2012, p. 137) ou, nas palavras de Boullosa (2019, p. 5), de novos “quadros de valor ativos”, que subjazem toda produção de conhecimento e todo processo de política pública.

SITUAÇÃO 02. RUAS e práticas: choque estético, ativação da mesoescala e construção de

¹¹⁶ Nas categorias de melhor ‘Grupo ou artista solo’, melhor álbum, com ‘Num dá nada... Se der é pouca coisa’ e ‘melhor música’, com a música de mesmo nome do álbum.

¹¹⁷ O prêmio de melhor álbum do ano, com ‘Aviso às Gerações’, o de melhor artista solo e o de melhor música do ano, com ‘Quando o pai se vai’. O prêmio de melhor álbum do ano, com ‘Aviso às Gerações’, o de melhor artista solo e o de melhor música do ano, com ‘Quando o pai se vai’.

arenas públicas

O território, de forma geral, – e o par ‘centro-periferia’, neste caso específico – é o longo e flexível fio que une as diversas práticas vinculadas ao movimento hip hop. Como venho demonstrando ao longo deste capítulo, cada ator ou cada grupo de atores dá vazão a um extenso número de atividades, de shows, de eventos, de projetos sociais, que, no fluxo, se constituem como práticas, nos sentidos conferidos por Frega (2018) e por Crosta (2009)¹¹⁸. O que a ideia de fluxo busca enfatizar, também, é que o movimento hip hop não cabe na caixa ‘sociedade civil organizada’, porque não se orchestra e não se planeja previamente em fluxo. O fluxo a que me refiro não é unívoco, não é formal/institucionalizado e não é homogêneo, mas, ainda assim, pode constituir uma ‘experiência pública’. Em uma das entrevistas realizadas com Max Maciel (2019a, grifo da autora), ele responde com firmeza:

(...) não, o hip hop é um movimento não organizado. É isso. E, como diz o Japão, se organizar, bagunça... O hip hop é muito múltiplo pra ser organizado (...), mas é importante dizer que o nosso movimento parte da Zulu Nation, de uma ideia de autoproteção e de solidariedade, de formação dos nossos, para superar nossos desafios.

Elaboro, a partir disso, duas razões que poderiam justificar sua não organização, que não deve ser confundida com desorganização ou com falta de estratégia:

1. Porque é constituído por uma diversidade de atores que não necessariamente se conhecem, que não têm, necessariamente, os mesmos interesses, opiniões, ideologias, pontos de vista, filiações político-partidárias, etc., que não compartilham, necessariamente, as mesmas experiências e os mesmos valores, mas que, seguramente, compartilham afetos, sentidos, pontos de contato, o apreço pela diversidade, compartilham pertencimentos – no mínimo, à Ceilândia e ao próprio movimento hip hop (com sua estética, com seus princípios, com suas obras-primas) – e compartilham, ainda, o desejo de reconhecimento e o desejo de transformar o território e a realidade em que vivem, ainda que cada um o faça a seu modo;
2. Porque é constituído por uma pluralidade de práticas, de diferentes tamanhos, densidades e capilaridades, que suscitam arranjos distintos de organização e de gestão, com diferentes fontes de financiamento, de diferente duração e diferente periodicidade... e que se distinguem e podem ser classificadas, por um caminho pragmatista, de acordo com suas **consequências**, podendo ser, socioterritoriais, artístico-culturais, econômicas, mercantis, políticas, estéticas, formativas, afetivas, etc.

Vejamos, então, como um *choque estético* é capaz de ativar a performatividade das práticas

¹¹⁸ Conforme discutido no Capítulo 01.

e, conseqüentemente, uma mesoescala – em que micropráticas (situadas) conectam-se com macroestruturas privadas, estatais ou político-institucionais, seja para reforçá-las ou para resistir a elas –, dando origem a novas práticas, abrindo espaços de escuta e de diálogo e desencadeando processos de aprendizagem, de inovação e de produção de conhecimento novo e socialmente útil. A centralidade da segunda história é a Praça do Cidadão e uma nova geração de jovens praticantes do movimento hip hop, atores que se articulam no âmbito da Rede Urbana de Ações Socioculturais (RUAS), que é, atualmente, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), mantida por grandes instituições – como o Instituto Caixa Seguradora, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, a Unesco, o Instituto Sabin, o Instituto Cláudio Sarkis de Desenvolvimento Humano e a Rede de Coletivos Culturais ‘Fora do Eixo’ – e gerida por uma equipe fixa de 15 jovens, em cargos de presidente, coordenadores e diretores (aí incluídas a coordenação de produção, gestão financeira, direção de arte, coordenação pedagógica, coordenação de comunicação, etc.) ou em funções específicas, como de *designer*, produtor(a) e psicólogo(a).

Mas, não foi sempre assim. As histórias acerca do nascimento da ‘RUAS’, narradas principalmente por Max Maciel (2019a; 2019b; 2019c) e interpretadas à luz do pragmatismo crítico e da gestão social, ilustram como um choque pode desencadear um processo reflexivo e investigativo, semelhante ao que aconteceu no caso de Afrika Bambaataa, um choque “da ordem do sentir e do ressentir”, capaz de organizar sentimentos de indignação e oferecer boas razões para agir (CEFAÏ, 2011, p. 75). É fácil perceber tal choque ao articular duas narrativas de Max Maciel: uma, construída durante o “2º Brasília Cidade Design¹¹⁹”, em que ele relata qual foi o a “impulsão” (DEWEY, 2010, p. 58) que o colocou em movimento, que o afetou a ponto de fazê-lo engajar-se em uma experiência e de sentir-se público dessa experiência (MACIEL, 2019c); e outra construída durante um evento intitulado “Desconferências: Urbanidades Criativas”¹²⁰, em que ele relata o processo de ocupação da Praça do Cidadão e o início da ‘RUAS’, em 2006 (MACIEL, 2019b). Por meio da reconstrução interpretativa dessas narrativas, é possível perceber que a ‘RUAS’ não é o resultado de uma ação ou de um conjunto de ações, mas que conforma uma ‘experiência’ estética, que tem uma estrutura e que tem um fluxo – uma performatividade. A diferença, segundo Dewey (2010), é que, na experiência, o sofrer e o fazer estão sempre juntos na percepção, estão conectados e são indissociáveis: formam um todo, o que não ocorre, necessariamente na ação.

Por volta dos anos 2000, Max já era um ativista social, engajado a movimentos ligados à questão urbana, o que lhe rendeu um convite para participar de uma roda de conversa acerca de uma peça teatral, que aconteceria no Teatro Goldoni, no Plano Piloto (Brasília/DF). O convite, realizado por um coletivo de São Paulo, estendia-se a ele e a três amigos que nunca tinham

119 A participação de Max Maciel, com o tema “A periferia é o Centro”, no ciclo de palestras organizadas pelo Coletivo Ossobuco, em parceria com o 2º “Brasília Cidade Design” aconteceu em 13/08/2019, no Museu Nacional (Brasília/DF).

120 Evento realizado em 13 de abril de 2019, no Espaço cultural Renato Russo, localizado na Asa Sul, em Brasília.

estado em um Teatro, todos da Ceilândia. Ansiosos e cientes das deficiências do transporte coletivo, sobretudo no que diz respeito à ligação periferia-centro fora dos dias de trabalho, os quatro foram cedo para a “parada de ônibus”, com o que consideravam suas melhores roupas – calças largas, camisetas que iam até a metade da canela e bonés de aba reta. Depois de mais de uma hora e de três tentativas frustradas de fazer um ônibus parar, criaram uma estratégia: um dos colegas tirou o boné e colocou a camiseta pra dentro, enquanto os outros três se esconderam atrás da estrutura de concreto. O ônibus seguinte parou e, rapidamente, os quatro entraram, em bloco, sob os olhares preocupados do motorista e do cobrador. Max conta que, ao longo do trajeto, discutiam Malcolm X, Che Guevara e ‘As veias abertas da América Latina’ e não se deram conta de que o ônibus mudou de rota e se dirigia à garagem, no Setor de Oficinas Sul, onde já aguardavam algumas viaturas da polícia. Os amigos se entreolharam, preocupados com o horário de início da peça teatral e imaginando que houvesse algum acidente na pista. O cobrador, então, levantou-se e explicou aos passageiros que haviam parado devido a uma ameaça de assalto. Indignados e procurando pela ameaça do lado de fora do ônibus, os quatro jovens demoraram a perceber que os assaltantes em potencial eram eles mesmos.

(...) E aquilo **doeu muito**...

Porque aquilo revelou a crueldade daquela cidade que, inclusive, nos coloca contra aqueles que também moram nos nossos territórios (...) pessoas que reconhecem, no nosso estereótipo, uma ameaça... ‘Por que esses moleques estão saindo da Ceilândia pra vir pro centro fora do horário de trabalho?’

Foi **ali que eu entendi** que eu não tinha direito a essa cidade.

(...)

Chegamos atrasados na nossa peça... E ali **começou o retorno**. Entendi que estava na hora de reverter essa lógica (MACIEL, 2019c, grifo da autora).

À luz do pragmatismo deweyano, a fala acima evidencia como se estrutura uma experiência estética, na dinâmica ou no movimento entre *um sofrer e um fazer* (Dewey, 2010). É interessante como Max começa quase todas as suas intervenções públicas lembrando dois episódios, ambos relacionados à questão territorial: em primeiro lugar, enfatiza que a cidade de Brasília foi planejada para que não houvesse tensão social – uma cidade em que ‘centro’ e ‘periferia’ não dividem nem o mesmo campo físico nem o mesmo campo visual; e, em segundo lugar, afirma que a Ceilândia é resultante de um “aborto”: o aborto dos filhos que construíram a cidade e que, em lugar de terem sido reconhecidos como trabalhadores (ou como heróis, talvez), foram considerados ‘invasores’ e foram ‘erradicados’, por meio de uma política pública oficial, que constituiu a terceira experiência de remoção de favelas, no Brasil¹²¹.

Em 2006, a Praça do Cidadão – criada durante o Governo de Cristóvão Buarque e localizada na Ceilândia Norte – era, segundo Max (MACIEL, 2019a; 2019b) um local tomado pelo consumo e pelo tráfico de drogas, por roubos e pelo conflito armado entre gangues de quadras rivais¹²²

121 A primeira teria sido a remoção que deu origem à vila Kennedy e, a segunda, a que deu origem à Cidade de Deus, ambas no Rio de Janeiro (RJ) e, também, durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

122 Sobre as gangues do Distrito Federal, ver ABRAMOVAY *et al.*, 2010.

(EXPRESSÃO, 2014), mas que, ao contrário do objetivo da maioria das políticas urbanas, a ocupação da Praça não tinha a intenção de pacificar ou de regular o território, e, sim, de negociá-lo e de pactuá-lo, por meio do desenvolvimento de novos usos. O principal objetivo do grupo era reverter a lógica: “enquanto todo mundo dizia pros meninos saírem das ruas, nosso nome é RUAS, porque a gente acredita que a rua é o espaço mais democrático que a gente tem” (MACIEL, 2019b); enquanto a sociedade condiciona tudo – se o jovem está na escola, se tem boas notas, se vai dar o resultado esperado –, o crime não pergunta nada, só agrega. Então,

(...) nós queríamos criar um espaço sem condicionantes. Se o crime não cria condicionante, eu não vou criar condicionante. Então, se o cara dá uma arma de R\$5.000,00 na mão dele [do jovem], eu vou dar uma câmera 35-DI, de R\$5.000,00 na mão do moleque e dizer: ‘– Vai, tio, tira foto...’ (...) Quem aqui foi no Jovem de Expressão, se eu estiver mentindo, por favor, pode me desmentir em qualquer momento (MACIEL, 2019b).

De acordo com Max, o processo de ocupação foi assim:

A gente chegou naquele prédio, bateu três vezes. Ninguém abriu, nós entramos... E estamos lá até hoje, sem nenhum papel. Num processo de ocupação é o seguinte, eu não posso dizer que vou ocupar um lugar, fazer uma intervenção e ir embora. Essa é uma ação pontual, que funciona em determinadas lógicas, quando você tem uma comunidade suficientemente engajada pra tocar aquele processo. Como nós estamos falando de uma praça que tinha conflito territorial, (...) a manutenção e o olhar é mais emergencial. (...) não pode permanecer absolutamente nada... A gente chama, na Psicologia, e nos ‘pop rua’ de memória química... Todos nós temos memórias químicas... A cidade também tem sua memória química.

(...)

Então, se eu passo por um lugar que me relembra conflitos urbanos, essa cidade me causa estresse, me causa uma série de problemas. Interferir arquitetonicamente em um processo, seja ele visual, seja ele de locomoção, é emergencial em um processo de ocupação, porque eu preciso mostrar pra população que algo mudou, ali, de forma sistêmica e real, né...

Isso é uma coisa muito louca, porque assim... a cultura urbana sempre interferiu e dialogou, pintando a cidade de suas formas coloridas... O problema é que o Estado sempre marginalizou essa produção artística nos nossos territórios (...)

O grupo ocupou o espaço, realizou um mutirão com a própria comunidade e, por meio de um processo de escuta e de diálogo com quem já usava a praça, criaram uma estratégia de transformação física do lugar, que garantisse a manutenção dos vínculos de pertencimento existentes e permitisse a criação de novos vínculos, mais saudáveis. Todo o material – tijolos, cimento, latas de tinta etc. – foi angariado por meio do apoio de comerciantes locais¹²³ e de chamamentos públicos, que convocavam voluntários e doações. Após a transformação física, porém, era necessário transformar a narrativa: “Isso tem que ser um discurso, todo dia... Todo dia você tem que dizer pras pessoas ‘aqui vai ser legal, aqui tá legal...’” (MACIEL, 2019b) e a construção de outra narrativa precisa passar, necessariamente, pela mídia – porque, “se há um

123 Em função da necessidade periódica de reformas e de manutenção, o Jovem de Expressão realiza, periodicamente, ações para a arrecadação periódica de materiais e para a organização de mutirões comunitários. As campanhas são divulgadas nas mídias virtuais e nas mídias locais, como, por exemplo, o Diário de Ceilândia (DIÁRIO DE..., 2018) e nos perfis do Jovem de Expressão no Facebook e no Instagram (<https://www.facebook.com/jovemdeexpressao/> e @jovemdeexpressao, respectivamente).

processo midiático de criminalização do território, automaticamente a gente precisa fazer um processo midiático para desmistificar o território e dizer que aqui tem potência”. Por fim, era necessário dar novos usos à praça: “a gente trazia os eventos, fazia um processo de ‘um outro olhar’: campeonato de basquete, (...)”, “internet sem fio e computadores em um espaço que não tem recepção... não interessa pra gente quem é que vai entrar no espaço... você entra, você tá dentro” (MACIEL, 2019b).

Aos poucos, a ‘RUAS’ foi diversificando suas práticas, com o objetivo de promover oficinas culturais, investir em ferramentas de comunicação comunitária e apoiar outras iniciativas e coletivos locais. E, quando passaram a executar o Programa Jovem de Expressão, em 2010 – em parceria com a Caixa Seguradora – a Rede tornou-se referência no Distrito Federal e passou a constituir uma importante catalisadora e articuladora de práticas: oficinas (gratuitas e com certificação)¹²⁴; espaços de escuta e diálogo, como o “Fala Jovem”, uma roda de terapia comunitária aberta à comunidade e mediada por psicólogas¹²⁵; um Laboratório de Empreendimentos Criativos (LECria)¹²⁶, que funciona como incubadora social, selecionando e financiando projetos ou coletivos, em diversas áreas. Atualmente a ‘RUAS’/Jovem de Expressão disponibiliza, ainda, “pra quem mais quiser colar” (MACIEL, 2019b), um infocentro, com computadores conectados à internet; uma biblioteca, com cerca de 60 retiradas por mês; uma sala de aula; um escritório coletivo; um galpão cultural (com sala de dança, galeria de arte e exposições e um teatro de bolso); aulas de ciranda, de forró, de percussão, de *voguing*, *street dance*, etc.; campeonatos de basquete, de rima e de *breaking*; um cursinho Pré-vestibular¹²⁷, totalmente gratuito e ofertado por 20 professores voluntários; atendimento jurídico voluntário à comunidade, em questão tributária, criminal e cível; e o próprio Festival Elemento em Movimento (EXPRESSÃO, 2014; JEX, 2018). Tudo é gratuito.

Sobre o Festival, vale enfatizar que a 3ª edição (2013) foi a primeira a concentrar todas as atividades na Praça do Cidadão, com o objetivo de reunir, em um só local – e na periferia – não apenas os elementos do movimento hip hop, mas outros elementos da cultura urbana,

124 De teatro, fotografia, audiovisual, estêncil, fanzine, produção de beats, intervenção urbana, cenografia, produção cultural, dança e discotecagem (Dj), vivências em língua estrangeira etc.

125 Ao longo de 2018 foram realizadas 30 rodas de terapia comunitária, na Praça do Cidadão, com oito psicólogos, atuando na promoção da saúde mental, emocional e física, tanto da juventude quanto da comunidade em geral. Dentre as principais violências relatadas estão o Racismo e a violência psicológica, que atinge 50% dos participantes, além da homofobia, da violência intrafamiliar e da violência moral, que atingem cerca de 30% dos jovens que participaram das rodas (JEX, 2018).

126 O LeCria lançou, no final de 2019, seu 3º Edital. A cada edital, o Laboratório seleciona até dez projetos, financiados com R\$ 10.000,00 cada. Quando os editais são lançados, a RUAS organiza consultorias, para o auxílio no desenvolvimento de projetos e busca impor, em seus editais, o mínimo de condições e barreiras possíveis, para que nenhuma ideia, por mais mirabolante que possa parecer, seja constringida ou desconsiderada a priori. O lema do LeCria é dar aos jovens da periferia a chance de errar (MACIEL, 2019b).

127 Dos 60 alunos que realizaram o cursinho pré-vestibular do Jovem de Expressão, em 2018, 07 foram aprovados na Universidade de Brasília, nos cursos de Terapia Ocupacional, Filosofia, Geografia, Artes Cênicas e Enfermagem (JEX, 2018).

ocupando a praça e transformando-a em um espaço saudável (MACIEL, 2013)¹²⁸. O nome do festival, que articula ‘movimento’ com a palavra ‘elemento’ – em associação com os elementos do movimento hip hop, mas, também, remetendo à forma como as forças policiais e os veículos midiáticos referem-se aos jovens envolvidos em crimes ou em situações de violência ocorridas nas periferias – é uma homenagem aos jovens que estão sempre ‘no corre’, buscando transformar seus territórios, por meio da arte e da cultura. No decurso desta pesquisa, pude participar da edição de 2017, em que o ‘conhecimento’ foi, efetivamente, incluído como quinto elemento, por meio da realização do ‘I Seminário Diálogos em Movimento’, o que representou a abertura de mais um espaço de escuta, de diálogo e de formação, voltado à circulação de saberes e à discussão de “novos” temas¹²⁹. Na edição de 2018, o tema central foi ‘Periferias contra o Machismo’ e, a programação do II ‘Diálogos em Movimento’ reuniu nomes como Roberta Estrela D’Alva, Preta Rara, Monique Evelle e Leandrinha Du’Art, em debates protagonizados pelas questões de gênero e de saúde mental¹³⁰, o que transformou o Seminário em um evento preparatório para o Encontro Latino-Americano de Feminismos (ELLA).

Mil e quinhentas pessoas participaram dos 03 dias de Seminário e 30 mil pessoas participaram da 6ª Edição do Festival Elemento em Movimento, com o tema ‘O que vem de nós’, em referência ao esforço pela manutenção de uma cadeia 100% local de produção: o Festival é parte do processo de formação do Programa Jovem de Expressão e é inteiramente produzido e realizado pelos alunos das turmas de *roadie*, fotografia, comunicação para festivais, produção cultural, privilegiando fornecedores e prestadores de serviço da Ceilândia. Nas palavras de Daiane, durante a abertura da 5ª Edição do ‘Elemento em Movimento’ (2017), “o festival representa a crença na periferia. É feito por nós e para nós (...) sem a contratação de nenhum tipo de serviço de fora da Ceilândia, sem a contratação de nenhum profissional de fora da Ceilândia”. Nesse sentido, a experiência da ‘RUAS’ representa o acúmulo e a consumação de outras experiências.

128 A Edição de 2013 – coproduzida pela CUFA/DF, pelo Jovem de Expressão – contou, em termos institucionais, com recursos do Ministério da Cultura, por meio da Lei Rouanet e da Lei de Incentivo à Cultura (LIC), patrocínio da Caixa Seguradora – que é a financiadora social do Programa Jovem de Expressão – e apoio do Governo do Distrito Federal, por meio da Coordenadoria da Juventude e da Administração Regional da Ceilândia. A produção e a organização do Festival, porém, é “100% favela”, como ressaltam seus organizadores, no vídeo institucional do Festival, (ELEMENTO..., 2013) e pelos jovens do Jovem de Expressão, os responsáveis pela produção, apoio, fotografia, montagem e desmontagem de palcos etc. Dentre as novidades da Edição de 2013, estavam o Campeonato de Skate DF Street; o campeonato de BMX (*mountain-bike*) e o *Parcour*, articulando o movimento hip hop com outras expressões da cultura urbana.

129 O ‘I Diálogos em Movimento’ aconteceu entre os dias 09 e 11 de agosto, na Casa do Cantador (Ceilândia/DF) e abordou, por meio de diversos formatos (debates com mediação, rodas de conversa, *talk-shows*, cineclubes, saraus, reuniões livres, etc.) temas como: a relação entre centro e periferia, as relações entre a periferia, a universidade e a construção de conhecimentos – por meio do diálogo acerca das ancestralidades, tradições e saberes marginais –, relações de gênero na arte e na cultura, experiências festivas de resistência, relações entre cultura e empreendedorismo periférico, possibilidades de uma “nova economia” – a partir da reflexão acerca de práticas econômicas periféricas –, direitos humanos, redes de proteção, relações entre o movimento hip hop e o movimento LGBTQI+ e entre culturas de massa e mídias.

130 As palestras e debates realizados intitulavam-se: Vamos cuidar de nós? Saúde mental e resistência’, ‘Cultura e masculinidades’, ‘De quem é essa festa? Por uma cidade aberta, acessível e sem machismo’ e ‘Mulheres contra o fascismo’, ‘Empreendedorismo = Empoderamento’, ‘A letra feminista: debate + slam + performances’ e ‘Negritude e comunicação’.

E, como lembra Dewey (2010, p. 113), “se uma conclusão é alcançada, é a conclusão de um movimento de antecipação e acumulação, um movimento que finalmente se conclui. Uma ‘conclusão’ nunca é uma coisa separada e independente; é a consumação de um movimento.” O Festival é, nesse sentido, consequência de um processo – de uma série de práticas responsivas que se acumulam em direção ao cumprimento de um objetivo – e o movimento hip hop da Ceilândia constitui-se como ‘experiência pública’.

Por fim, de toda essa história, vale enfatizar, ainda, a ênfase conferida à dimensão comunicativa do movimento hip hop, seja para a construção ou para a (re)construção de narrativas, a partir da perspectiva periférica. Nesse sentido, o ano de 2019 foi marcado, no âmbito da ‘RUAS’, por práticas predominantemente comunicativas e pela abertura de espaços de construção e de compartilhamentos de ideias, de conhecimento e de significados.

Interpretada à luz da ‘virada argumentativa’, a fala de Max Maciel (2019a), quando pondera que “(...) se TED *talks* e USP *talks*, a periferia também *talks!*”, evidencia sua compreensão de que a estética e a semântica constituem importantes campos de batalha (BOAL, 2009) e de que “a política pública é [mesmo] feita de palavras” (MAJONE, 1989, p. 35) e de valores (FISCHER, 2016). Para além da ‘TV de Expressão’ (que produz vídeos e documentários disponibilizados no Canal do Jovem de Expressão, no *Youtube*), do Cine Periferia (um espaço de divulgação de produções locais e de difusão e debate de produções nacionais¹³¹), e das parcerias com coletivos alternativos de mídia e de jornalismo – como o coletivo nacional “Mídia Ninja” e O “Coletivo DUCA”, da Ceilândia – foram criadas duas novas práticas ou tecnologias sociais¹³²: o *PerifaTalks*, que realizou 03 edições ao longo de 2019¹³³ e o Podcast “Papó de Quebrada”, idealizado e apresentado pelo próprio Max, com o objetivo de difundir outras visões – periféricas – sobre cidade, política, cultura e entretenimento.

Na metodologia do movimento hip hop, as práticas artísticas e comunicativas – os shows, os festivais, as letras de rap, as conferências, as produções audiovisuais (como documentários e podcasts, por exemplo) – podem funcionar como instrumentos de choque, no sentido deweyano, sendo responsáveis pelo ‘clique’ que afeta e convoca à ação..., mas é o “corpo a corpo”, a proximidade – ou seja, a própria ‘experiência pública’ – que têm o potencial de gerar

131 Na 1ª Edição de 2020, o cine Periferia exibiu ‘Bacurau’, filme de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, premiado no 72º Festival de Cannes, em 2019.

132 O Programa Jovem de Expressão considera tecnologia social “todo produto, método, processo ou técnica criada para solucionar algum tipo de problema social, que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social comprovado. As tecnologias sociais facilitam a adoção de novos conhecimentos, atitudes e práticas sociais, contribuindo para uma gestão efetiva de recursos e para a criação de estratégias que tornem os novos comportamentos mais atraentes e mais fáceis de serem assimilados pela população a ser beneficiada” (COLETÂNEA, 2014, p. 23).

133 A primeira edição contou com a participação do juiz titular da Vara de Execuções Penais do Amazonas, Luiz Carlos Valois; a segunda, foi protagonizada pela Deputada Federal, educadora popular e cientista política, Áurea Carolina; e, a terceira, contou com a parceria entre o Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos (Universidade de Coimbra/Portugal) e do rapper GOG, do Distrito Federal.

consequências políticas, sociais, econômicas, culturais, cognitivas e axiológicas. Nesse sentido, a 'RUAS' constitui a experiência mais densa, transversal e capilarizada que pude identificar no fluxo do movimento hip hop da Ceilândia, o que se deve, em grande medida às possibilidades de captação de recursos e à capacidade de articulação entre práticas – derivadas de iniciativas individuais ou locais, de coletivos (locais e nacionais), de organizações não governamentais, de instituições governamentais, de autoridades políticas, de Instituições de Ensino Superior ou mesmo de organismos internacionais.

4 CONSEQUÊNCIAS DO MOVIMENTO HIP HOP DA CEILÂNDIA NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (OU, PARA QUE/QUEM ELE SERVE?)

Ao longo de todo o processo de pesquisa e de escrita deste livro, me vi às voltas com esta pergunta. Ou pior: para quem serve seu conhecimento? Para que serve uma pesquisa sobre o movimento hip hop da Ceilândia? Ainda que as perguntas acerca da serventia do movimento hip hop da Ceilândia sejam pouco (ou nada) pragmatistas e que ampliem, em alguma medida, a sombra da servidão que acompanha os corpos periféricos, ela permeia o pensamento de todo(a) cientista engajado(a) com a transformação social. Se a pergunta fosse formulada em outro tempo verbal – no pretérito perfeito, talvez – poderíamos respondê-la por meio de histórias individuais de sucesso: um rapper que se mudou para São Paulo e tornou-se nacionalmente conhecido; um b-boy internacionalmente premiado e convidado para fazer parte da trupe do Cirque du Soleil; um jovem em situação de rua que, após o contato com as oficinas do Jovem de Expressão, tornou-se Dj ou que, por meio do cursinho pré-vestibular, foi aprovado na Universidade de Brasília (UnB); um Dj e produtor musical que, há mais de 30 anos, vive do e para o movimento hip hop; o nome da Ceilândia citado em famosas letras de rap; os inúmeros projetos sociais desenvolvidos pelos praticantes do movimento hip hop da Ceilândia, os discos vendidos, os shows, os eventos e os festivais realizados, etc.

Poderia, alternativamente, pautar minha resposta em cifras que indicam que o movimento hip hop da Ceilândia gera empregos, gera renda e dinamiza a economia, citando, por exemplo, o número de empresas criadas a partir da experiência no âmbito do hip hop: a gravadora criada pelo rapper GOG, a empresa de produção cultural criada pelo Dj Jamaica, a marca de vestuário criada pelo rapper Japão ou a loja colaborativa criada por Wemmia, Wan, Skill e Palito, entre outras. Poderíamos citar os Anuários do Jovem de Expressão (JEX, 2015; 2016; 2017; 2018), que registram o número de oficinas ofertadas, o número de jovens atendidos pelo cursinho pré-vestibular, o número de rodas de terapia realizadas, o número de pessoas que passaram a circular, diariamente, pela Praça do Cidadão ou o público de mais de 30 mil pessoas que compareceu à última edição do Festival Elemento em Movimento.

Por outro lado, talvez seja mais interessante projetar a resposta para o futuro, porque, ainda que

isso envolva algum grau de abstração, permite elaborar futuros possíveis e imaginar respostas que não se restringem a um ponto de vista. Para fazer referência explícita à arte, essa mistura de coisas diferentes (ou a “miscelânea de heterogêneos”, nas palavras de Rancière, 2005, p. 39) sempre foi polêmica, desde o dadaísmo, seja por explicitar o lado sombrio das utopias ou por denunciar a segregação de determinados grupos do espaço público. E é isso que o movimento hip hop faz: mistura coisas diferentes, reúne um conjunto variado de práticas, que tem a produção artístico-cultural como referência central, mas que não se esgota na dimensão artística. À luz do arcabouço teórico-metodológico que construí – e concordando que o cantor de ópera e o rapper de bairro podem ser considerados grandes artistas, em plano de igualdade – afirmo que o movimento hip hop da Ceilândia serve para construir ‘espaços de diversidade’, de subjetivação política e de indeterminação. Espaços em que se vê, se aprende, se debate e se constroem coisas novas. O movimento contribui, assim, para reduzir o abismo – amplamente naturalizado – entre a experiência estética e a experiência ordinária, ao tornar cada vez mais difusas as fronteiras entre produtores e consumidores de arte – entre o artista e o cidadão (BOAL, 2009). Assumir, inspirados no pensamento pragmatista, que artista é quem cria, nos reconecta a outros modos de experimentar e, assim, de expandir nossos modos de pensar e de agir (DEWEY, 2010; SHUSTERMAN, 1998).

A reposta mais importante, porém, é a que emerge do próprio movimento hip hop da Ceilândia, visto e interpretado, por mim (que não sou praticante e que não sou periférica, mas que me fiz público dessa experiência), por meio de suas práticas. O movimento hip hop apresenta-se como uma força política, que visa abrir espaço para temáticas e reflexões capazes de desestabilizar o que se autointitula “centro”, não apenas para possibilitar a ocupação de espaços institucionais ou para repetir comportamentos do centro, mas para transformá-los, por meio da construção de alternativas, inclusive, dentro de espaços institucionais – como tem sido feito, por exemplo, por meio das experiências de mandatos políticos coletivos¹³⁴. Atuando nas poucas brechas existentes, o hip hop chama atenção para a abundância e para a potência que emerge das periferias, sem minimizar as ausências ou as consequências de décadas de abandono. Os praticantes do movimento hip hop não acreditam na existência de modelos únicos, mas na possibilidade de arquitetar, coletivamente e na co-presença dos diferentes, outros projetos políticos, que reúnam saberes diversos e metodologias transversais e multi-instrumentais, que não reproduzam guetos de conhecimento e que rompam com a ideia de que a democracia só se dá no consenso.

Os praticantes do movimento hip hop emergem como catalisadores, articuladores e multiplicadores de práticas e de encontros/conexões, voltados à desconstrução/reconstrução (a partir de uma perspectiva periférica) de realidades naturalizadas, de histórias aparentemente consolidadas, de narrativas produzidas por um único narrador, de políticas públicas que cristalizam apenas uma visão do problema, de interpretações parciais etc. Para vê-los, dessa forma, porém,

134 Para mais informações sobre o que são mandatos coletivos, ver: INESC; COMMONDATA (2020).

é imprescindível observá-los através de outras lentes. Visibilidade e inteligibilidade, afinal, são construções que dependem dos regimes de identificação e dos quadros valorativos que adotamos. É por isso, por exemplo, que uma mesma estátua ou que um mesmo quadro pode ser arte ou não ser, a depender do regime estético – de identificação, de valores – a partir do qual é julgado (RANCIÈRE, 2005; DEWEY, 2010). O utilitarista clássico, segundo Tribe (1972), focaria apenas no objeto, na quantidade de tintas ou de materiais utilizados e em características que poderiam ser comparadas de forma impessoal e objetiva. Reduziria todos os espectadores a um ‘espectador imparcial imaginado’ e todos os bens artísticos à produção de um único tipo de satisfação individual, para calcular os ‘benefícios líquidos totais’ gerados pelo contato com a obra. Sabemos, porém, que tais reducionismos – sem sangue e sem emoção (TRIBE, 1972) – pouco nos ajudam a escolher entre um Picasso ou um Kobra, tiram nossa atenção da dimensão processual e contingente das políticas públicas e geram, muitas vezes, conclusões limitantes, distorcidas ou inaceitáveis.

Reconhecer a publicização do movimento hip hop da Ceilândia e a atorização de seus praticantes que, até então, eram vistos apenas como alvos de políticas públicas, como obstáculos políticos ou como instrumentos de assistência social e considerar o conhecimento e os significados que produzem, localmente, como uma importante fonte de conhecimento especializado e transversal, não apenas reposiciona o movimento hip hop da Ceilândia no fluxo das políticas públicas, como realocaliza a própria expertise dos analistas, gestores e profissionais do campo de políticas públicas – de puro conhecimento geral de um assunto ao conhecimento de um processo plural de investigação e de aprendizagem (YANOW, 2016). Se a elaboração de políticas públicas reflete a capacidade que uma sociedade tem de construir significados compartilhados – sempre frágeis e mutáveis – através de processos contínuos de comunicação de experiências, de negociação e de aprendizagem, o caminho para aumentar essa capacidade e para conferir-lhe qualidade deve passar, necessariamente, pela ampliação das fronteiras deste campo de conhecimentos e práticas, de modo que outras racionalidades, outras visões de mundo, outros atores e diversos outros elementos possam ser levados em conta em tais processos de comunicação-negociação-ação (VLASSOPOULOU, 2005). Só assim teremos ampliada nossa capacidade de compreender outras experiências (mesmo as que não vivemos diretamente) e de transformar as realidades que estão dadas.

Como enfatiza Crosta (1998), as políticas públicas devem ser vistas como espaços de interação mutuamente contaminados por diferentes tipos de conhecimento, especializados ou comuns, porque é nesse processo de contaminação que se compartilham quadros de significados e que se transformam processos de planejamento em ações conjuntas. É nesse sentido que defendo que as interações observadas no fluxo do movimento hip hop da Ceilândia constituem uma ‘experiência pública’ de ação política conjunta, por meio da qual se reexaminam grades interpretativas e valorativas e se constroem significados comuns, que alimentam processos interativos de política (não necessariamente centrados no Estado ou em instituições formais). E é pública porque

forma públicos, no sentido deweyano (DEWEY, 1927) e porque não pertence a nenhum sujeito (GUIMARÃES, 2012).

É, precisamente, essa dimensão relacional que confere à experiência cotidiana ou ordinária sua qualidade estética (DEWEY, 2010). Se, como lembra Connell (2012), a grande ruptura epistemológica do século XX, na Academia, se deu com o surgimento da Escola de Chicago e com seus pesquisadores urbanos, debruçados, cada vez mais, sobre as diferenças sociais e sobre a desordem social nas cidades – operando uma espécie de fusão entre sociologia e psicanálise; nas ruas das periferias, tal ruptura, análoga, se dá por meio da fusão entre arte e política e o movimento hip hop é apenas mais um de seus vetores. O que não se pode perder de vista, porém, é o fato de que o movimento hip hop, além de ser, simultaneamente, global e situado, é heterogêneo e tem fronteiras móveis e permeáveis. No complexo movimento do rap gangsta ao rap gospel, compreender o movimento hip hop exige um olhar amplo, porque qualquer tentativa de reduzi-lo a um segmento ou a um de seus elementos significa não o compreender (TADDEI-LAWSON, 2005).

Assim, vale registrar que interpretar o movimento hip hop, impõe diversas armadilhas. **A primeira** delas diz respeito ao olhar de fora ou ao olhar estrangeiro, que sempre incorre no risco de promover análises estereotipadas ou demasiadamente descoladas da realidade. Em outras palavras, trata-se da armadilha do ‘lugar de fala’ (RIBEIRO, 2017), do qual a ciência e o saber social não podem nunca se dissociar (PUELLO-SOCARRÁS, 2010), porque o lugar de onde vemos, de onde enunciamos ou de onde escrevemos afeta ou transforma a experiência. Acredito na possibilidade de falar de muitos lugares, mas considero igualmente importante evidenciar que não sou praticante do movimento hip hop e que, ao menos em termos nacionais, não sou periférica. Por que, então, estudar uma experiência como esta? Em primeiro lugar, porque defendo que, a partir do campo das políticas públicas – meu principal lugar de fala –, sejamos capazes de ver, de interpretar e de reconhecer experiências diferentes daquelas que são tradicionalmente vistas, interpretadas e reconhecidas. Em segundo lugar, porque, em meu exercício científico, estava interessada na emergência de novos sujeitos de pesquisa e no abandono de velhos objetos. E, em terceiro lugar, por um princípio de justiça, que explico com uma fala de Alexandre Faria, em debate acerca do lugar e da fala da periferia (PENNA, 2016, p. 160):

Então, se por um princípio de justiça, quero lutar e se não é legítimo me alistar nesse exército, a única coisa que posso fazer é tentar correr por fora, e fazer o possível para bater em quem bate e não em quem apanha. Se isso não for possível, seria mais digno não entrar na luta, ficar neutro, mas isso me confundiria com o opressor. Se minha adesão à luta é ilegítima e meu silêncio sobre ela é minha confissão de culpa, prefiro ser ilegítimo.

A **segunda armadilha**, apontada por Hardman (2016, p. 10), chama atenção para os perigos de promover um tipo de “excepcionalismo periférico”, que, ao mesmo tempo em que é motivo de rejúbilo nos domínios da arte popular e da cultura autóctone, é motivo de rebaixamento nos

campos da economia ou da política formal/institucionalizada. O pensamento pragmatista, ao combater a separação entre a arte e a vida cotidiana, auxilia-nos a interpretar o movimento hip hop para além de suas inegáveis contribuições ao campo da cultura e para além, também, de sua instrumentalização como ferramenta externa, utilizada, de forma pontual e isolada, para a recuperação de jovens com comportamento desviante – seja nas escolas públicas das periferias ou em centros de detenção/recuperação de jovens ou jovens-adultos. Com esta pesquisa, não me proponho a julgamentos de valor, mas busco, justamente, combater tal seletividade – que valoriza o movimento hip hop em determinados contextos e o invisibiliza ou criminaliza em outros –, vendo-o como ‘experiência pública’ e reconhecendo-o como parte do fluxo de políticas públicas, a despeito de seu hibridismo – que articula práticas formais e informais, institucionalizadas e não institucionalizadas, centrais e periféricas. Ao fim e ao cabo, o que busco é provocar um deslocamento naquilo que entendemos como política pública – que deixe de ser a arte de fazer o que é possível, para ser “a arte de tornar possível o que é necessário” (BOAL, 2009, p. 22).

No que diz respeito ao fazer *científico*, a **terceira armadilha** é perder de vista essa noção de totalidade fragmentada e heterogênea e abandonar, a meio do caminho, a postura crítico-reflexiva. Um desdobramento disso é a romantização do movimento hip hop, alçando-o ao status de resposta ou de solução para todos os problemas. Isso porque são bastante comuns os relatos, por parte de praticantes do movimento, de que ‘o hip hop me salvou’, ‘mudou minha vida’ ou ‘me deu tudo que tenho’ e é comum, também, impregnar-se, no decurso da experiência, tanto do sentimento de que, ao fim e ao cabo, o que vale é o “nós por nós”, quanto do sentimento de que as dores e os sacrifícios individuais e coletivos são o motor das transformações e da criatividade periférica, o que confere ao choque positividade ilimitada e ignora as centenas de histórias de sofrimento, de perda, de frustração, de desemprego e de fracasso, que também conformam o fluxo do movimento hip hop da Ceilândia.

Como proponho nas matrizes de análise de experiências públicas¹³⁵, o olhar para a situatividade, a processualidade e a performatividade das práticas (e a análise de suas consequências em movimento), mais do que para os atores ou os resultados objetivamente mensuráveis, lança luz sobre a interação e sobre a construção de uma escala intermediária, em que não importam apenas as histórias individuais ou as práticas pontuais e isoladas e não importam apenas os exemplos de cooptação do movimento, seja pelo Estado ou pelo Mercado. Importa o que é possível construir de positivo a partir da interação entre essas escalas. Como disse no início deste capítulo, há inúmeras divergências e conflitos no seio do movimento hip hop (e, também, no da Ceilândia). Há divergência quanto ao papel central do hip hop: entreter? Resgatar? Denunciar? Ser vetor de transformação socioterritorial? Há divergência político-ideológica: enquanto uns defendem, por exemplo, que não existe rap de direita e que toda prática vinculada ao movimento hip hop deve ter alguma função social e comunitária, outros se associam a grandes empresas

135 Cf. Capítulo 03.

e a conglomerados midiáticos, em nome da visibilidade e da captação de recursos, criticam a ‘síndrome do periférico’ que assola o movimento e defendem que todos têm o direito de ascender socialmente por meio do poder de consumo; enquanto uns utilizam as estruturas estatais e se inserem em espaços institucionais, com o intuito de transformá-los, gradativamente, a partir de dentro, outros rejeitam a priori tudo o que vem do Estado e consideram impensável assumir cargos de poder dentro do atual sistema, em nome da autonomia plena; enquanto uns candidatam-se a cargos políticos pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ou pelo Partido Popular Socialista (PPS) (atual Cidadania), outros são candidatos pelo Partido Progressista (PP) (atual Progressistas) ou pelo Partido Social Liberal (PSL).

E é essa pluralidade que confere complexidade e densidade a essa ‘experiência pública’ e que exige de nós o apego ao olhar crítico-reflexivo, capaz de encontrar – no dissenso – o que há em comum, em um esforço de compreender que a mesma periferia e o mesmo movimento que podem desencadear práticas colaborativas e espaços de escuta, de diálogo e de aprendizagem, podem defender, protagonizar e desencadear, também, práticas preconceituosas, violentas ou autoritárias. Além disso, por mais proativo e engajado que se prove um público e por mais transformadora e positiva que se prove – na prática – uma ‘experiência pública’, não justifica injustiças sociais e não desresponsabiliza o Estado de seu papel de mediador de conflitos, de facilitador de ‘experiências públicas’ e de indutor de processos de emancipação.

5 EM BUSCA DA “BOLINHA DO ZÓIO”

Acompanhar o Hip Hop da Ceilândia em movimento, ao longo de quatro anos, me permitiu perceber como ele foi se atorizando (na escala do indivíduo) e se publicizando (na escala coletiva), desde seu ‘nascimento’ no Distrito Federal – como movimento predominantemente artístico-musical – até os dias atuais, tendo transbordado as fronteiras do próprio movimento (se é que tais fronteiras existem) e tendo se consolidado como um projeto transversal de intervenção socioterritorial. Um projeto que não é de curto ou de longo-prazo, mas de prazo indeterminado, que promove, por meio da construção e da promoção de uma mesoescala de práticas, uma rede de práticas de uso, que abarca a dança, a música, o teatro, o canto, a produção cultural, a palavra, as artes visuais, o esporte, a educação, a saúde (e, em especial, a saúde mental), a economia solidária (ou o empreendedorismo periférico), a assistência social, os direitos, a comunicação, etc. e que promove a articulação e a interlocução entre iniciativas micropolíticas (muitas vezes informais) a estruturas tecnopolíticas estatais ou institucionais.

Ao se atorizar-publicizar dessa maneira, o movimento Hip Hop deixa de ser “apenas” manifestação artístico-cultural, entretenimento, movimento social, instrumento de assistência social, instrumento de recuperação de jovens negros periféricos com comportamento social desviante, instrumento de denúncia social ou instrumento de conscientização e de politização, para, além de tudo isso

(ou, precisamente, por causa de tudo isso) ser arte *pública* e experiência *pública*. Uma experiência multiatorial, multidirecional, multidimensional e multissensorial que se publicizam na medida em que seus significados são coletivamente construídos e compartilhados e na medida em que conforma públicos engajados em promover reequilíbrios diante de situações problemáticas (situações de políticas públicas!). Compreender o Movimento Hip Hop nesses termos significa considerar que ele não apenas desencadeia atividades, práticas de uso do território e interações sociais, como ele é também ator e resultado de tais interações e de tais práticas. Significa ainda, entender, que suas consequências – diretas e indiretas – o transbordam (temporal e espacialmente), fomentando novas dinâmicas de construção de públicos e novas experiências públicas, em outros tempos-espacos, ressignificando, inclusive, o signo ‘periferia’.

O que parece mais interessante no Movimento hip hop da Ceilândia é seu processo reflexivo de publicização. Ou seja, no decurso de suas práticas, *forma* públicos e *forma-se*, reflexivamente, como público. Vai construindo e conferindo significados e vai se conscientizando de sua natureza e de seu papel, também no decurso da experiência. Compreender o movimento hip hop e as políticas públicas como processos ou como fluxos significa, também, romper com estruturas de poder e de hierarquia que subjazem pares dicotômicos como centro-periferia, razão-emoção ou estado-sociedade, por exemplo. No fluxo, importa a interação. Assim, defender que nesse fluxo seja reconhecido o maior número possível de ‘experiências públicas’ é estar convencida de que toda ação política e de que toda racionalidade está contaminada por um contexto espaço-temporal (uma situação) e por um quadro de valores específico e que essas diferenças são muito mais capazes de enriquecer o diálogo e de contribuir para o processo de políticas públicas do que a pretensão ilusória de as apagar ou de marginalizá-las.

A riqueza dos fluxos consiste no fato de que, para que existam, nenhuma prática pode funcionar sozinha ou de forma independente, porque cada uma carrega consigo um “ativismo ativo” (CROSTA, 2009) em dois sentidos: (a) carrega o ativismo de quem nela se engaja e (b) oferta as condições (a possibilidade e a ocasião) do próprio ativismo. É nesse sentido que Crosta (2009) defende que práticas têm natureza ‘política’ e que eu defendo, analogamente, a natureza política e a natureza estética de toda ‘experiência pública’. O encontro entre os fluxos das ‘políticas públicas’ e os das ‘experiências públicas’ tem o potencial de romper relações lineares ou sequenciais entre meios e fins, deslocar saberes instituídos, desorganizar intenções/ações, bagunçar a divisão entre efeitos esperados e resultados obtidos e confundir os papéis dos atores, articulando-os, portanto, em relações mais colaborativas e menos assimétricas em termos de poder.

A partir desta interpretação, o MHH da Ceilândia passa a ser discutido como um conjunto de práticas de uso que, por sua permanência no fluxo, consolida outras gramáticas e conforma outros públicos. Evidencia, ainda, que as narrativas – sejam elas autoritárias ou democráticas

– se constroem e se difundem artística e esteticamente, o que significa dizer que não cabem em uma só linguagem ou em uma só gramática. Como discute Boal (2009), a arte está na coisa e a estética está no sujeito e em seu olhar. Assim, as interpretações (sejam elas de políticas públicas ou de experiências públicas) devem reunir, inevitavelmente, dois pensamentos: o simbólico (interpretado em palavras, símbolos e gestos convencionados) e o sensível (não verbal, interpretado por meio de sons, imagens, cores, ritmos, expressões corporais, sentimento). É nesse sentido que defendo a necessidade de proteger, no campo das políticas públicas, a subjetividade, a criatividade e a capacidade de reconhecer, em outras experiências, as possibilidades de transformação do que está dado. A arte, de forma específica, e a cultura, de forma geral, talvez sejam, ainda, as ‘chaves’ mais democráticas (e democratizantes) de interpretação de realidades tão diversas. Assim, o estudo de ‘experiências públicas’ apresenta-se como um caminho possível de radicalização democrática no campo das políticas públicas, por seu potencial de promover a pluralização epistemológica e a transformação de quadros valorativos individuais e coletivos, para que se tornem cada vez mais engajados no combate aos pré-conceitos e no fomento da diversidade.

Por meio da escuta ativa e *em movimento*, por meio do rastreamento e do mapeamento de atores, de projetos, de eventos e de práticas (APÊNDICE A) e por meio de pesquisa documental e do registro orgânico da experiência em campo¹³⁶, pude concluir que o fluxo do movimento hip hop da Ceilândia desemboca, ainda, em processos de formação de públicos e de comunidades de investigadores (DEWEY, 1927; 2010) e na construção de uma “arena pública”, no sentido discutido por Cefaï (2009; 2011; 2017). O movimento evidencia tipos de mobilização coletiva que não se restringem a cálculos de interesse, material ou simbólico, abarcando a construção de uma estética alternativa àquela que predomina no campo das políticas públicas, que dá vazão à imaginação de novas formas de *fazer-comum* e de *fazer-público*, em um movimento de transformação socioterritorial que se dá por meio da ressignificação do cotidiano e da redefinição de horizontes possíveis de ação.

Este *fluxo* atua não apenas no sentido de formar um *público*, mas de afinar um discurso atravessado pelo desejo de legitimação, de autoafirmação e de reconhecimento. O movimento hip hop da Ceilândia busca construir uma narrativa alternativa e produzir argumentos que desafiem e desestabilizem, inclusive no campo das políticas públicas, os argumentos oficiais¹³⁷. Desdobram-se desse *fluxo*, também, formas coletivas de tratamento ou de reenquadramento de problemas considerados de pública relevância (para aquele público específico) e modos próprios de organização, desencadeados pela reunião de seus praticantes e da comunidade, de forma geral, em torno de vivências, valores, temas comuns, eventos artístico-culturais e oportunidades de formação profissional ou política. Nesse sentido, emergem, MHH da Ceilândia, novos arranjos de governança – sociocultural, sociopolítica, socioeconômica e socioterritorial –, pautados,

136 Cf. Capítulo 03.

137 Cf. Capítulo 04.

muitas vezes, em princípios da gestão social, como a criticidade, a reflexividade, a dialogicidade, a interatividade, a liberdade nos processos compartilhados de deliberação, na solidariedade e no compromisso com a emancipação, em suas múltiplas dimensões.

Por fim, e talvez de forma ainda mais relevante, inspirada no pragmatismo e, sobretudo, em sua releitura cristiana, verifiquei que o *fluxo* do MHH da Ceilândia conforma uma mesoescala de práticas, ao articular – ao colocar em interação e em interlocução – diferentes escalas espaço-temporais e institucionais e ao configurar uma multiatorialidade (que não se confunde com a soma de seus atores). E, se a **dimensão relacional e interativa é o que confere às experiências ordinárias uma qualidade estética**, é ela também que pode conferir qualidade estética às políticas públicas. O movimento hip hop da Ceilândia, por sua capacidade de articular práticas isoladas e pontuais a macroestruturas privadas, estatais, governativas ou institucionais, torna-se veículo político e suporte de experiências associativistas e de subjetivação. E, por meio dessas articulações, é capaz de dar origem a novas experiências, a novas práticas e a novos espaços de escuta, de diálogo, de aprendizagem, de produção de conhecimento, de construção de significados e de projeção de novos futuros possíveis. Quer dizer: no bojo de uma ‘experiência pública’ – que só se dá em situações de interação e de copresença – configuram-se outros mundos possíveis.

E, nesse sentido, o **contato** físico-teórico-estético com ‘experiências públicas’, por menores que pareçam, aumenta nosso vocabulário ético-político, transforma nosso quadro valorativo e expande nossa compreensão do mundo – deste em que vivemos ou de outro mundo imaginado. Ver, interpretar e reconhecer experiências públicas é parte, portanto, de um importante movimento crítico-reflexivo, que deve ser entendido como um compromisso ético: enquanto os teóricos do pragmatismo, dos estudos críticos e da gestão social auxiliam a ‘ler’ experiências públicas, as experiências públicas e seus atores ajudam-nos a ler os teóricos e a própria sociedade. No jogo de palavras do rapper Renan Inquerito (2014), a palavra menor, repetida várias vezes, vira menormenormenor. No jogo de palavras de GOG (2017), no lugar de autoridades no topo, poetas na base; no lugar de ostentação, sustentação; no lugar da política institucional, a política da proximidade, porque, “mais do que nunca, no país da bola, o que vai decidir o jogo é a bolinha do zóio”.

6 BATALHAS FINAIS: DESAFIOS PASSADOS E O PORVIR

Tudo o que posso dizer, depois de todas estas páginas, é que cada experiência é *uma* e que é impossível prever ou atestar – sem que seja no curso da própria experiência – todas as suas consequências. A experiência é sua própria *prova* de validade. E, às vezes, é preciso sair completamente do que se entende, tradicionalmente, por ‘política pública’, para falar dela. Se, na década de 1990, os estudos acerca do hip hop indicavam que o estilo era um produto da sociabilidade juvenil e uma forma peculiar de apropriação do espaço urbano, com o potencial de mobilizar jovens excluídos, o que o MHH da Ceilândia contemporânea revela é sua capacidade de mobilização de jovens e adultos *incluídos*, pessoas que cotidianamente se implicam em processos de aprendizagem de transformação socioterritorial, pessoas que abrem ou ocupam continuamente espaços de escuta, de diálogo, de negociação e de criação – seja de novas tecnologias sociais, de novos significados para velhos significantes, de iniciativas de geração de renda, de projetos comunitários de intervenção socioterritorial, de eventos de lazer, de promoção de saúde mental, de atividades esportivas, etc. Praticantes, investigadores, comunicadores de experiências – *públicos* – implicados em uma ampla variedade de práticas e de experiências que se publicizam em seus decursos.

Trata-se de uma mudança significativa e que já vem se desenhando, internacionalmente, há muitas décadas. Em 1989, Giandomenico Majone já anunciava que os profissionais de políticas públicas deixavam de ser os discretos conselheiros do príncipe, para se tornarem atores em um processo político. Por meio de pesquisas como esta, em movimento, percebo como, cada vez mais, precisamos problematizar quem pode assumir o papel de analista ou de formulador de políticas públicas. Em 2010, duas décadas depois, Boaventura de Sousa Santos seguia reforçando que a aproximação de saberes é o que faz emergir outros possíveis, faz emergir o **“ainda-não” das sociedades**, faz emergir uma série de coisas que jamais teriam sido inventadas pela classe dominante ou por modos tradicionais de fazer, de dizer, de pensar, de imaginar e de agir. Autores como Majone (1989) e Sousa Santos (2010) – juntamente com tantos outros – me inspiraram a encontrar as pessoas que não estão debaixo de nossos narizes; a conhecer seus dramas, não só suas lutas de resistência, mas suas resistências na luta; a compreender e a aprender com sua criatividade (tantas vezes considerada loucura), com seus silêncios, com suas paixões e com seus ódios; a construir um caminho diferente. Escolhi fazer isso na Ceilândia e com praticantes do movimento hip hop, mas poderia tê-lo feito em qualquer *outro lugar*.

São, seguramente, inúmeros os territórios e as vozes capazes de oxigenar o campo de estudos

em políticas públicas, de trazer à tona desafios ou problemas públicos – éticos e políticos – reais e de resistir aos desmandos e às violências sistematicamente impostas aos diversos grupos sociais e, sobretudo, aos marginalizados ou periferizados. Para isso, porém, é preciso ter **liberdade de ‘procurar’ e de ‘inventar’** – um tipo de liberdade que nunca poderá ser tomado por óbvio. É preciso sair dos *lugares* onde tudo é homogêneo, mensurável, dominável, igualável e instrumentalizável. É preciso indignar-se e engajar-se, a exemplo do que fazem, cotidianamente, os praticantes incansáveis do movimento hip hop da Ceilândia. É preciso assumir a dúvida, o distúrbio e a incerteza como estados existenciais, para que em lugar de serem paralisantes, sejam catalisadores de perguntas, de discussões e de experimentações. As sociedades, quando *em movimento*, compartilham diferentes interpretações da experiência – contando, pintando, dançando, dramatizando, performando, cantando, desenhando, declamando – e, nesse processo de compartilhamento, geram possibilidades de *fazer alguma coisa*. É o acúmulo de experiências – as que vivemos diretamente e as que não experimentamos, mas conhecemos *por mediação* – que nos permite *fazer coisas*. Nesse sentido, a gestão pública enquanto gestão social pode assumir o papel de mediadora dos contatos, das trocas, das comunicações, das experiências e de facilitadora da aprendizagem pública e do empoderamento político; as políticas públicas – em seu fluxo processual – podem assumir o papel de interpretar o mundo e de transformá-lo, como também defendeu Fischer (2016). Assim se constrói a democracia.

Já tendo apresentado minhas principais conclusões, a cada etapa desse caminho, escolhi utilizar este espaço final, para apresentar alguns percalços. Registro, então, três desafios teórico-práticos centrais que permearam esta pesquisa e alguns caminhos que percorri, para superá-los:

1. **Desafio 01:** Os estudos críticos em políticas públicas ainda são pouco conhecidos no Brasil e pouco mobilizados por professores e pesquisadores brasileiros. Embora tal abordagem já venha sendo sistematicamente desenvolvida há mais de três décadas, encontrando-se já fortemente institucionalizada no âmbito internacional (com inúmeras publicações em livros, periódicos especializados, associações, grupo de pesquisa e eventos) os *critical policy studies* – que considero como uma alternativa consistente ao chamado *mainstream positivista* (BOULLOSA *et al.*, 2021) ainda não foi devidamente difundido no campo de estudos em políticas públicas brasileiro, nem no âmbito do ensino nem da pesquisa.

Caminhos escolhidos para superá-los:

- a. Participação no Grupo de Estudos Críticos em Políticas Públicas – “Processos de Inovação e Aprendizagem em Políticas Públicas e Gestão Social: mirada ao revés” –, no âmbito Departamento de Gestão de Políticas Públicas (GPP), da Universidade de Brasília (UnB), coordenado pela Prof^a. Dr^a. Rosana de Freitas Boullosa;

b. Mobilização e discussão dessa literatura no âmbito do ensino de Graduação (no Departamento de Gestão de Políticas Públicas/UnB) e de Pós-Graduação (no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional – PPGSDCI/CEAM/UnB, atualmente coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Fernando Macedo Bessa); **da pesquisa** (em minhas próprias pesquisas e nas pesquisas dos membros do Grupo de Pesquisa e orientados de professores envolvidos no Grupo); e **da extensão** (especificamente, no âmbito do Observatório de Formação em Gestão Social e da Escola Livre em Gestão Social - ELGS), por meio da promoção de encontros formativos, minicursos e oficinas;

c. Organização de eventos e participação em eventos nacionais e internacionais do campo, promovendo trocas e debates acerca da literatura crítica em políticas públicas, como por exemplo:

i. I e II Seminário Internacional Perspectivas Democráticas em Políticas Públicas (Brasília/DF);

ii. II Colóquio Crítica e Pragmatismo nas Ciências Sociais (SOL/UnB);

iii. II e III Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas – ENEPCP (UnB, Brasília/DF e UFRN, Natal/RN);

iii. VI Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades – CONINTER (UNIRIO, Rio de Janeiro/RJ);

iv. X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – ENAPEGS (UFCA, Juazeiro do Norte/CE);

v. Oficina de Arte Pública – organizada por Janaina Peres, Flávio Marzadro e Luiz Fernando M. Bessa, no âmbito da Escola Livre em Gestão Social – ELGS;

vi. VIII Conferência Latino-Americana e do Caribe sobre Ciências Sociais – CLACSO (Buenos Aires/Argentina);

vii. VII, VIII, IX e X Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas – GIGGAP (Madrid/Espanha);

viii. IV International Conference on Public Policy – ICPP (Montréal/Canadá);

2. Desafio 02: Há claros limites em se adotar estudos que nasceram e que se desenvolveram nos Estados Unidos, na Europa ou no Norte do mundo, como são os casos dos estudos críticos em políticas públicas e do pragmatismo deweyano, para

tratar da realidade brasileira. Além disso, há obstáculos à aproximação entre essas duas correntes, sobretudo em função da forte influência exercida por Jürgen Habermas no desenvolvimento dos Critical Policy Studies, por exemplo. Embora reconheça a importância da Escola de Frankfurt e, especificamente, de Jürgen Habermas, para o desenvolvimento de uma teoria crítica que avançasse em relação à crítica marxista, acredito que o caminho do pragmatismo deweyano é mais fértil do que o caminho habermasiano, se queremos propor uma abordagem crítico-reflexiva e radicalmente sociocêntrica. Assim, não podemos nos esquivar das críticas elaboradas a partir do Sul do mundo, seja a crítica à teoria da ação comunicativa habermasiana – considerada por Cullen (2017) como um “neoiluminismo democrático” – seja a crítica à utilização de matrizes teóricas eurocêntricas ou anglocêntricas, para interpretar problemas brasileiros ou latino-americanos.

Caminhos escolhidos para superá-los:

- No plano deontológico: assumi o paradigma da Gestão Social e busco pluralizar os estudos no campo das políticas públicas, sugerindo a inclusão de novos atores e de novos temas nos repertórios de pesquisa em política pública.
 - No plano teórico-metodológico: busquei afiliar-me com a filosofia pragmatista que, apesar de estadunidense e amplamente discutida na Europa, me parece mais interessada na democratização da democracia do que na proposição de um modelo neoiluminista ou racional-tecnocrático de participação e de deliberação; como agenda de pesquisa futura, pretendo buscar ainda mais contato com a literatura africana e latino-americana e aprofundar leituras nos campos dos estudos culturais, feministas e decoloniais;
 - No plano empírico: busquei substituir a perspectiva das políticas públicas como ciências sociais aplicadas pela noção de ciências sociais implicadas, desenvolvida por Boullosa (2019); e busquei pautar meu trabalho de campo no respeito mútuo, no estabelecimento de relações horizontais, na pesquisa orgânica, na criação de espaços de aprendizagem mútua e no reconhecimento dos sujeitos (e não objetos) de pesquisa enquanto produtores de conhecimento e praticantes de políticas públicas, tão legítimos quanto nós mesmos(as), acadêmicos(as).
3. **Desafio 03**: A invisibilidade de sujeitos, a ininteligibilidade de determinados temas e o desperdício de experiências no campo das políticas públicas;

Caminhos escolhidos para superá-los:

- a. Construir um novo arcabouço teórico-metodológico a partir do campo de estudos em

políticas públicas;

- b. Construir uma noção de ‘experiência pública’, a partir dos estudos críticos em políticas públicas, do pragmatismo deweyano e da gestão social, não como substituto, mas como complementar ao conceito de ‘políticas públicas’, entendidas como fluxo e não como objeto, resultado ou produto da ação do estado, o que dialoga diretamente com a recente chegada dos *critical policy studies* no Brasil;
- c. Propor um percurso analítico-metodológico alternativo – reflexivo-interpretativo –, para o estudo de experiências públicas em movimento, que pressupõe, em linhas gerais, a construção abduzitiva de perguntas de pesquisa (em lugar das tradicionais inferências dedutivas ou indutivas), a construção coletiva de múltiplos materiais de pesquisa (em lugar da coleta de dados), a análise crítico-reflexiva ‘com’ sujeitos de pesquisa em movimento (em lugar da análise ‘de/sobre’ objetos de pesquisa, compreendidos em um determinado tempo-espaço, como em uma fotografia);
- d. Estudar, em sua transversalidade, situações ou casos de políticas públicas situados, localizados, que constituem o que chamo de ‘experiência pública’, como é o caso do MHH da Ceilândia;

Cada vez que experimentamos – multissensorialmente - algo novo, mudamos de lugar, adentramos outros solos, estabelecemos relações diferentes, aprendemos. Deixamos, nas palavras de Scarry (2001), o chão girar abaixo de nós e, assim, deixamos de ser o centro do nosso mundo, cedendo nosso terreno às coisas diante de nós. É isso o que acontece, também, no âmbito das experiências públicas – seja de uma experiência como ‘tentativa’ (potencialmente pública) ou como ‘alteração’. Por menor que seja, ela compensa os limites do campo, abrindo seus horizontes e incluindo outros elementos nos fluxos de políticas públicas. Ela constitui outros óculos (ou réguas), mais adequadas para julgar (ou medir) o que é abstrato demais, sensível demais ou demasiadamente informal e não padronizado, para ser compreendido pelo campo de estudos em políticas públicas. A fé no potencial transformador – de baixo para cima e das margens para o centro – do movimento hip hop da Ceilândia não é invenção minha, é fruto da minha experiência.

Toda vez que eu dou um passo, o mundo sai do lugar

SIBA, 2007.

POSFÁCIO

Semanas antes da finalização deste texto, em janeiro de 2020, eu lia “A estética do Oprimido”, de Augusto Boal (2009). Ia pela página 80 quando recebi, por Whatsapp, um vídeo em que o então Secretário Especial de Cultura, Roberto Alvim, pensava traçar os novos rumos da cultura brasileira – anunciando, ao som de ‘Lohengrin’, de Wagner, que 2020 seria o ano de uma “virada histórica”, o ano do renascimento da Arte e da Cultura nacionais (assim, em letras maiúsculas).

A virada mencionada por Alvim seria em direção à tradicional separação entre as Belas Artes (em maiúsculas) e as artes populares (em minúsculas), alçando obras de arte – em sentido estrito – a um solo sagrado; seria, também, uma virada em direção ao apagamento de uma diversidade cultural e de uma pluralidade de expressões culturais que mal conseguiram sair da invisibilidade; uma virada em direção ao que o secretário chamou de ‘mitos fundantes’ não apenas da cultura brasileira, mas das futuras políticas públicas: a pátria, a família e Deus.

Na página seguinte do livro, Boal dizia que tanto “José Carreras, no palco do Scala de Milão” quanto “o pedreiro anônimo construindo sua casa”, “tem a sua voz e sua arte” (BOAL, 2009, p. 81). ‘Cantar é vestir-se com a voz que se tem!’ – canta, na Lapa, com a voz suave que tem, Teresa Cristina. Ser humano é ser artista. Enquanto isso, a propaganda governamental anunciava que quase 30% dos recursos disponíveis, por meio do Prêmio, seriam destinados a cinco óperas, uma de cada região do país. Cinco óperas. Cada uma premiada com R\$1,1 milhão.

Lembrei-me então de Gilberto Gil, em pronunciamento enquanto Ministro da Cultura, em 2014, cumprimentando os milhões de fazedores de arte e de cultura desse país e falando sobre o ‘Mais Cultura’ e sobre a importância de garantir que a diversidade cultural brasileira pudesse se manifestar em sua plenitude. Nesse vídeo, Gil relembra a realidade brasileira: em que mais de 90% dos municípios não possuem qualquer tipo de equipamento cultural e apenas 10% dos cidadãos têm acesso ao cinema.

Lembrei-me de Ellen Cristina, representante do Coletivo Casa Frida (DF), apresentando os dados do Mapa das Desigualdades do Distrito Federal, durante o I Festival ‘Diálogos em Movimento’: enquanto, no plano piloto, as idas ao cinema fazem parte do cotidiano de 70% da população, em regiões administrativas como a Estrutural, 89% da população não vai ao cinema.

Lembrei-me, por fim, de Max Maciel, que, em todas as suas falas, enfatiza que, na Ceilândia, com seus mais de 600 mil habitantes, não há nenhuma sala de cinema, enquanto no plano piloto, há 97 salas para menos de 200 mil habitantes.

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espolar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.

A escritora americana Alice Walker escreveu sobre seus parentes do sul que haviam se mudado para o norte quando apresentou a eles um livro sobre a vida que haviam deixado para trás: “ficaram sentados, lendo eles próprios o livro, me ouvindo ler o livro, e uma espécie de paraíso foi reavido”.

Eu gostaria de terminar com esta ideia: **quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso.**

- Chimamanda Ngozi Adichie, em ‘O perigo de uma história única’ (2009, grifo da autora).

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Márcio Moutinho; FARIA, Alexandre. Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 914-929, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/qCPMJCKSWD9BtFWmLmnDjds/?lang=pt>. Acesso em: 1 nov. 2021.

ABRAMOVAY, Miriam; WAISELFISZ, Julio Jacobo; ANDRADE, Carla Coelho de; RUA, Maria das Graças. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ADORNO, Theodor W. **Teoria Estética**. Lisboa: Edições 70, 1982.

ÁLIBI. Reino da Morte. In: **Abutre** (2ª ed.). Brasília: Discovery, 1995. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3aZAp0balxg>. Acesso em: 1 out. 2016.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

ALVES, Soraia. **Criação do “Espaço Favela” no Rock in Rio causa polêmica**. Não sem motivos. Online: B9 Conteúdo e Mídia Ltda., 2018. Disponível em: <https://www.b9.com.br/90169/criacao-do-espaco-favela-no-rock-in-rio-causa-polemica-nao-sem-motivos/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

ANDION, Carolina; RONCONI, Luciana; MORAES, Rubens Lima; GONSALVES, Agatha Karoliny Ribeiro; SERAFIM, Lilian Brum Duarte. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, pp. 369-387, maio/jun. 2017.

ANDRADE, E. N. (org.). **Rap e educação, rap é educação**. São Paulo: Summus, 1999.

ANHEIER, Helmut. **On the future of the public policy school**. Berlin: Hertie School of Governance, 2018. Disponível em: https://www.hertie-school.org/fileadmin/4_Debate/Debate_Photos_Downloads/2018/2018-06-12_The_future_of_the_public_policy_school/On_the_future_of_the_public_policy_school.pdf. Acesso em: 1 jun. 2018.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARAÚJO, Edgilson Tavares de. **(In)consistências da gestão social e seus processos de formação**: um campo em construção. 2012. 257f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARGYRIS, Chris; SCHÖN, Donald. **Organizational Learning**: a theory of action perspective. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley Pub. Co., 1978.

ATLAS do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. Brasília: PNUD/ IPEA/ FJP, 2014.

AZEVEDO, Anna Maria de. **A potência da imagem-ruína na poética do cinema**. 2014. 93 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-graduação em Comunicação Social do Departamento de Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2014.

BAKER, Houston A. Hybridity, the Rap Race, and Pedagogy for the 1990s. **Black Music Research**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 217–228, 1991.

BARBOSA, Ricardo. Habermas e a especificidade do estético. **O que nos faz pensar**, [S. l.], n. 18, p. 7-25, set. 2004. Disponível em: <http://www.oquenofazpensar.fil.pucRio.br/index.php/oqnf/article/view/186>. Acesso em: 1 jun. 2018.

BARROS, Manoel de. **Memórias Inventadas**: as infâncias de Manoel de Barros. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. Agenda dynamics and policy subsystems. **Journal of Politics**, v. 53, n. 4, p. 1044-1074, 1991.

BAWDEN, Heath H. What is Pragmatism? **The Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods**, v. 1, n. 16, p. 421-427, aug. 4, 1904.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BECKER, Gary C. **The Economic approach to human behavior**. Chicago: Chicago University Press, 1976.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura [Obras escolhidas]. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BENTES, Anna Christina. **Linguagem**: Práticas de Leituras e Escrita. vol. 2. São Paulo: Global, 2004.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de Sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1999.

BICCA, Paulo. Brasília: mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília, ideologia e realidade**: espaço urbano em questão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

BLUES, Baco Exu do. 'Buesman' [Faixa 1]. In: Bluesman. EAEO Records, 2018.

BLUES, Baco Exu. 'BB King' [Faixa 9]. In: Bluesman. EAEO Records, 2018.

BLUES, Baco Exu. Tropicália, [single], track 1, 2:22, 2016.

BLUMER, Herbert. Social problems as collective behavior. *Social problems*, Vol. 18, Issue 3, Winter 1971, pp. 298–306.

BOAL, Augusto. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BOLTANSKI, L. Uma crítica para o presente. Entrevista realizada por Camila Gui Rosatti, Eduardo Vilar Bonaldi e Mariana Toledo Ferreira. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 217-230, 2014.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. The Sociology of critical capacity. **European Journal of Social Theory**, v. 2, n. 3, p. 359-377, 1999.

BOULLOSA, R. F. Mirando ao revés as políticas públicas: notas sobre um percurso de pesquisa. **Pensamento & Realidade**, [S.l.], v. 28, p. 68-86, 2013.

BOULLOSA, R. F. Mirando ao Revés as políticas públicas: os desenvolvimentos de uma abordagem crítica e reflexiva para o estudo das políticas públicas. **Publicações da Escola da AGU**, série especial, p. 89-105, 2019.

BOULLOSA, R. F. **Problemas públicos**: estado da arte e notas sobre um novo sujeito de pesquisa. 2015. (não publicado).

BOULLOSA, R. F. **Lasswell and the mirror of time**: considering some of the questions raised by Torgerson. *Critical Policy Studies*, latest articles, 2019.

BOULLOSA, R. F.; PERES, J. L. P.; BESSA, L. F. M. Por dentro do campo: uma narração reflexiva dos estudos críticos em políticas públicas. **Organizações & Sociedade**, [S.l.], v. 28, n. 97, p. 306-332, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/ZztJR8csHT7B7LKc8VwZ3Ts/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 2 nov. 2021.

BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da gestão social? In: ENCONTRO DA ANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ENANPAD, 2008. p. 1-16.

BOURDIEU, P. Champ intellectuel et projet créateur. **Les Temps modernes**, n. 246, p. 865-906, 1966.

BOURDIEU, Pierre. Le champ scientifique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 2/3, p. 88-104, jun. 1976.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **The logic of practice**. Cambridge: Polity Press, 1990.

BOURRIAUD, Nicolas. **Pós-produção**: como a arte reprograma o mundo contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRASIL. **Constituição de 1891**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, Congresso Nacional Constituinte, 1891. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em: 1 jan. 2020.

BRASILEIRO, Paula. **'Favela'**: camiseta da Osklen vira polêmica na internet. Cultura. Moda. Online: LeiaJá, 2015. Disponível em: <https://www.leiaja.com/cultura/2015/12/29/favelacamiseta-da-osklen-vira-polemica-na-internet/>. Acesso em: 5 out. 2019.

BRAUN, Kathrin. Critique as a two-dimensional project. **Critical Policy Studies**, v. 10, n. 1, p. 110-112, 2016.

BRITO, Eduardo. **Memórias da Redação** – Mário Eugênio morreu. Online: Portal dos Jornalistas, 2017. Disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/mario-eugeniomorreu/>. Acesso em: 1 out. 2019.

BUTLER, Judith. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. In: CASE, Sue-Ellen (Ed). **Performing Feminisms, Feminist Critical Theory and Theatre**. Baltimore: The John Hopkins Press, 1990.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUZO, A. **Hip-hop**: dentro do movimento. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2010.

CALLAHAN, Daniel; JENNINGS, Bruce (Ed.). **Ethics, the social sciences, and policy analysis**. New York - London: Penum Press, 1983.

CALVINO, Italo. **As Cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMARGOS, Roberto. **Rap e política**: percepções da vida social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2015.

CÂMBIO NEGRO. **Sub-Raça**. Brasília: Discovery/Dj Raffa, 1993.

CANÇADO, Airton C.; PEREIRA, José R.; TENÓRIO, Fernando G. Possibilidades da Gestão

Social como campo do conhecimento científico: considerações sobre os critérios de demarcação. *Revista Nau Social*, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 33-51, 2015, University Press, 1990.

CANÇADO, Airton Cardoso. **Fundamentos teóricos da Gestão Social**. 2011. 246f. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Lavras, Lavras, 2011.

CANCLINI, Nestor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CAPANO, G.; GIULIANI, M. **Dizionario di politiche pubbliche**. Roma: Caroci Ed., 1998.

CARVALHO, Marta. A voz das mulheres: o debate de gênero na cultura e arte da periferia [mesa redonda]. In: Seminário Diálogos em Movimento. Ceilândia, 10 de agosto de 2017.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. A era da Informação: Economia. **Sociedade e Cultura**, [S. l.], v. 1, n. 5, 1999.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da Escala, p. 117-140. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **DILEMAS**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

CEFAÏ, Daniel. Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arenas públicas em torno da associação La Bellevilleuse, em Paris. In: CEFAÏ, Daniel; MELLO, M. A. S.; MOTA, F. R.; VEIGA, F. B. **Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.

CEFAÏ, Daniel. **L'Enquête de terrain**. Paris: La Découverte, 2003.

CEFAÏ, Daniel. La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques. **Communication-Technologie-Société**, v. 14, n. 75, p. 43-66, 1996. Disponível em: <http://deey.free.fr/documents/Documents%20Citoyennete,%20Espace%20et%20Politique%20publique/Construction%20problemes%20publics%20Cefai.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2018.

CEFAÏ, Daniel. L'expérience des publics: institution et réflexivité. **Espaces Temps** [online], p. 1-17, Mars 2013. Disponível em: <https://www.espacestemp.net/articles/l'experience-des-publicsinstitution-et-reflexivite/?output=pdf>. Acesso em: 2 ago. 2018.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 129-142, jul. 2017.

CEFAÏ, Daniel. Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In: CEFAÏ, Daniel [e] Isaac Joseph. **L'Héritage du pragmatisme: Conflits d'urbanité et épreuves de civisme**. Paris: Éditions de l'Aube, 2002, p. 51-82.

CEFAÏ, Daniel; MELLO, M. A. S.; MOTA, F. R.; VEIGA, F. B. **Arenas Públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.

CEFAÏ, Daniel; TERZI, Céric (Dir.). L'expérience des problèmes publics. **Raisons pratiques**, n. 22. Paris: Éditions de l'EHESS, 2012.

CHATEAURAYNAUD, Francis. Pragmatismo e Complexidade: como a sociologia afronta a não-linearidade dos processos [conferência]. In: COLÓQUIO CRÍTICA E PRAGMATISMO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: DIÁLOGOS ENTRE BRASIL E FRANÇA, 2., 2018, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Instituto de Ciências Sociais, 2018.

Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). **Demografia em foco**: Evolução dos Movimentos Migratórios para o Distrito Federal (1959-2010), v. 7. Brasília: CODEPLAN, 2013. Disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Demografia_em_Foco_7-Evolu%C3%A7%C3%A3o_dos_Movimentos_Migrat%C3%B3rios_para_o_Distrito_Federal-1959-2010.pdf. Acesso em: 2 jan. 2020.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal (PDAD) 2013**. Brasília: Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, 2014.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD) 2018**. Brasília: GDF, 2019.

COHEN, Michael D.; MARCH, James G.; OLSEN, Johan. **A Garbage Can Model of Organizational Choice**. 1972, p. 294-334.

COLEMAN, James S.; FARARO, Thomas J. **Rational choice theory**. NY: Sage, 1992.

COLETÂNEA – Guias das metodologias do Jovem de Expressão. Volume 1: Juventude ativa: a experiência do Jovem de expressão na prevenção à violência – ferramentas para a construção de um Programa Social de impacto. Brasília: Grupo Caixa Seguros, 2014. Disponível em: http://jovemdeexpressao.com.br/wp-content/uploads/2017/03/manual_1.pdf. Acesso em: jan. 2020.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). **Demografia em foco**: Evolução dos Movimentos Migratórios para o Distrito Federal (1959-2010), v. 7. Brasília: CODEPLAN, 2013. Disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/Demografia_em_Foco_7-Evolu%C3%A7%C3%A3o_dos_Movimentos_Migrat%C3%B3rios_para_o_Distrito_Federal-1959-2010.pdf. Acesso em: 1 jan. 2020.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 27, n. 80, p. 9-20, out. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n80/v27n80a01.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2020.

CONNELL, Raewyn. O Império e a Criação de Uma Ciência Social. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 309-336, jul./dez. 2012.

- CONTIER, A. D. O rap brasileiro e os Racionais MC's. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s. n.], 2005. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 nov. 2016.
- COSTA, Lucio (coord.). **Brasília 57-85**. Brasília: TERRACAP, 1985.
- COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto de Brasília [1957] In: IPHAN. **Brasília, cidade que inventei**. Brasília: IPHAN, 2014.
- CRIOLO. **'Não existe amor em SP' [Faixa 03]**. Nó na Orelha. São Paulo: Oloko Records, 2011.
- CROSTA, Pier Luigi (Org.). **Casi di politiche urbane**: la pratica delle pratiche d'uso del territorio. Milano: Angeli, 2009.
- CROSTA, Pier Luigi. **L'abitare itinerante come "pratica dell'abitare"**: che costruisce territori e costituisce popolazioni. Politicità delle pratiche. Venezia: Dipartimento di Pianificazione, Università IUAV di Venezia, 2006.
- CROSTA, Pier Luigi. **Politiche**. Quale conoscenza per l'azione territoriale. Milano: Franco Angeli, 1998.
- CROSTA, Pier Luigi. Pubblici locali. L'interattività del piano, rivisitata. **Urbanistica**, n. 119, p. 20-26, 2002.
- CROSTA, Pier Luigi. Reti traslocali. Le pratiche d'uso del territorio come 'politiche' e come 'politica', **Foedus**, v. 3, v. 7, p. 5-18, 2003.
- CUFA. **Website oficial**. Rio de Janeiro, Madureira, 2020. Disponível em: <https://www.cufa.org.br/sobre.php>. Acesso em: 2 jan. 2020.
- CULLEN, A. Carlos. **Reflexiones desde nuestra América**. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2017.
- DAHL, Robert Alan; LINDBLOM, Charles Edward. **Politics, economics and welfare**: planning and politico-economic systems, resolved into basic processes. New York: Harper & Brothers, 1953.
- DARBY, Derrick; SHELBY, Tommie. **Hip Hop and Philosophy**. Rhyme 2 Reason. Illinois: Open Court, 2011.
- DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 117-136, jan./jun. 2002. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000100009. Acesso em: 14 jul. 2022.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DE PAULA, Alexandre. Um guerreiro da Tropa. Notícia. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 de março de 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/meu-lugar/ceilandia/2019/2019/03/27/noticia-meulugarceilandia-2019,745389/um-guerreiro-da-tropa.shtml>. Acesso em: 1 jan. 2020.

DEBAUGE-STAVO, Joan. Des “événements difficiles à encaisser”: un pragmatisme pessimiste. In: CEFAÏ, Daniel; TERZI, Cédric. **L’expérience des problèmes publics**. Paris: Éditions de l’EHESS, 2012. p. 191-223.

DEWEY, John. O desenvolvimento do pragmatismo americano. **Scientle Studia**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 227-243, 2007.

DEWEY, John. What does pragmatism mean by practical? **The Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods**, v. 5, n. 4, p. 85-99, feb. 1908.

DEWEY, John. **How we think**. Boston, New York, Chicago: D.C Heath & Co., 1910.

DEWEY, John. **Human Nature and Conduct**: an introduction to social psychology. New York: The Modern Library, 1922.

DEWEY, John. **The Public and Its Problems**. New York: Henry Holt, 1927.

DEWEY, John. **The Quest for Certainty**: a study of the relation of knowledge and action. New York: Minton, Balch & Company, 1929. Disponível em: <https://archive.org/details/questforcertain032529mbp/page/n7>. Acesso em: 1 dez. 2018.

DEWEY, John. **Experience and Nature**. London: George Allen & Unwin, Ltd., 1929.

DEWEY, John. **Qualitative Thought**. Philosophy and Civilization. New York: Minton, Balch and Co., 1931.

DEWEY, John. **The theory of inquiry**. New York: Henry Holt, 1938.

DEWEY, John. **The logic of Inquiry**. New York: Henry Holt and Company, 1939.

DEWEY, John. Aesthetic Experience as a Primary Phase and as an Artistic Development. **The Journal of Aesthetics and Art Criticism**, v. 9, n. 1, p. 56-58, Sept. 1950. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/426103>. Acesso em: 1 jul. 2018.

DEWEY, John. **Reconstruction in philosophy**. Boston: Beacon Press, 1957.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**: uma introdução à filosofia da educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DEWEY, John. **Liberalism and Social Action**. New York: Capricorn Books, 1963.

DEWEY, John. **Art as experience**. New York: Perigee Printing, 1980.

DEWEY, John. **Experience and Education**. New York: Touchstone Book, 1997.

DEWEY, John. A democracia é radical (1937). In: HICKMAN; LARRY; ALEXANDER. **The essential Dewey**, vol. 1: Pragmatism, Education, Democracy. Bloomington: Indiana University Press, 1998a. p. 337-339.

DEWEY, John. Democracia criativa: a tarefa diante de nós (1939). In: HICKMAN; LARRY; ALEXANDER. **The essential Dewey**, vol. 1: Pragmatism, Education, Democracy. Bloomington: Indiana University Press, 1998b. p. 340-343.

DEWEY, John. O desenvolvimento do pragmatismo americano. **Scientle Studia**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 227-243, 2007.

DEWEY, John. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DEWEY, John; BENTLEY, A. F. Interaction and transaction. **The Journal of Philosophy**, v. 43, n. 19, p. 505-517, 1946.

DIÁRIO DE CEILÂNDIA. **Conheça o Movimento Cultural Grupo Atitude em Ceilandia** [sem categoria]. Brasília: Diário de Ceilândia, 14 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.diariodeceilandia.com.br/sem-categoria/conheca-o-movimento-cultural-grupo/>. Acesso em: 1 jan. 2020.

DJ RAFFA. **Trajectoria de um guerreiro: história do DJ Raffa**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

DOMINGUES, Sérgio. **A contribuição do hip hop para a construção de pedagogias de resistência e de transformação social**. 2014. 139f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

DRYZEK, J. S. Discursive design: critical theory and political institutions. **American Journal of Political Science**, 31, 1987.

DRYZEK, John S. Policy Analysis as Critique. In: MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, Robert E. **The Oxford Handbook of Public Policy**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 190-206.

DRYZEK, John. Policy analysis as a hermeneutic activity. **Policy sciences**, v. 14, n. 4, p. 309-329, 1982.

DRYZEK, John. Policy Sciences of Democracy. **Polity**, v. 22, n. 1, Autumn, p. 97-118, 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/3234848.pdf?refreqid=excelsior%3AAbaca04dd7458aa78a46cfa9c432a9044>. Acesso em: 2 jan. 2020.

DRYZEK, John. S. Policy Analysis and Planning: from Science to Argument. In: FISCHER,

F.; TORGERSON, D.; DURNOVÁ, A.; ORSINI, M. **Introduction to critical policy studies**. Handbook of Critical Policy Studies. Northampton: Edward Elgar Pub., 2016.

DRYZEK, John; NIEMEYER, Simon. Discursive Representation. **American Political Science Review**, v. 102, n. 4, p. 481-493, 2008.

DUBET, François. **Sociologie de l'expérience**. Paris: Seuil, 1994.

DURAP DF. **O Crack, por nós** [entrevista coletiva]. Brasília: blogspot DURAPDF. [20--]. Disponível em: <http://durapdf.blogspot.com/p/destaque.html>. Acesso em: 2 jan. 2020.

DURNING, Steven; ARTINO, Anthony. Situativity theory: a perspective on how participants and the environment can interact. **AMEE Guide**, v. 33, n. 52, p. 188-199, 2011.

DURNOVÁ, Anna. Lost in translation: expressing emotions in policy deliberation. In: FISCHER, F.; TORGERSON, D.; DURNOVÁ, A.; ORSINI, M. **Introduction to critical policy studies**. In: Handbook of Critical Policy Studies. Northampton: Edward Elgar Pub., 2016. p. 222-238.

DURNOVÁ, Anna; ZITTOUN, Philippe. Interpretive policy analysis in a French setting. The Fifth Interpretive Policy Analysis Conference, Grenoble, jun. 2010. **Critical Policy Studies**, v. 5, n. 2, p. 103-105, 2011.

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1972.

EASTON, David. **The Political System: An Inquiry into the State of Political Science**, New York: Knopf, 1953.

EASTON, David. **Framework for Political Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.

EBC. Rádio Agência Nacional. **História Hoje: Assassinato do jornalista Mário Eugênio completa 32 anos**. Geral. Programetes. Brasília: EBC, nov. 2016. Disponível em: <http://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2016-11/historia-hoje-assassinato-do-jornalista-mario-eugenio-completa-32-anos>. Acesso em: 1 out. 2019.

EBC. Rádio Agência Nacional. **Rádios: Rollemberg defende que moradores do DF são todos de Brasília**. Brasília: EBC, abr. 2015. Disponível em: <http://radios.ebc.com.br/tarde-nacional-brasilia/edicao/2015-04/governador-rollemberg-diz-esta-trabalhando-para-o-crescimento>. Acesso em: 1 out. 2019.

EDENSOR, Tim; JAYNE, Mark. **Urban Theory beyond the West: a world of cities**. New York: Routledge, 2011.

EMICIDA. Yasuke (Benito, Louvado Seja) [Faixa 01]. In: Yasuke. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2017.

EMICIDA. AmarElo. É tudo pra ontem [documentário]. 2020. Direção: Fred Ouro Preto. 89 min. Distribuidora: Netflix, 2020.

EXPRESSÃO JOVEM. **Memórias das conquistas do Programa Jovem de Expressão nos últimos 4 anos.** [Edição Especial]. Brasília: Instituto Social Caixa Seguradora, dez. 2014. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/noticias/2014/12/revista_expressao_jovem_A5_legendas_web.pdf. Acesso em: 1 jan. 2020.

FALCÃO, Clóvis. O pragmatismo estético e social de John Dewey. **Revista Acadêmica**, [S. l.], v. 85, n. 1, p. 278-315, 2013.

FARAH, Marta. Administração Pública e Políticas Públicas. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 813-36, maio/jun. 2011.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do 'campo de públicas'. **Revista de Administração Pública** (Impresso), Rio de Janeiro, v. 50, p. 959-979, 2016.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Institucionalização do campo de Administração Pública no Brasil: reflexões sobre o passado e desafios do futuro. **NAU - A REVISTA ELETRÔNICA DA RESIDÊNCIA SOCIAL**, [S. l.], v. 9, p. 76-91, 2018.

FAVELA HOLDING. **Website oficial**. Rio de Janeiro, Madureira, 2020. Disponível em: <https://www.fholding.com.br/>. Acesso em: 4 jan. 2020.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Être affecté. **Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie**, v. 8, p. 3-9, 1990.

FERNANDES, Jaqueline. **A voz das mulheres**: o debate de gênero na cultura e arte da periferia [mesa redonda]. In: Seminário Diálogos em Movimento. Ceilândia, 10 de agosto de 2017.

FERRARA, Lucrecia. A ciência do olhar atento. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 9/10, p. 1-7, 1986/87.

FIGUEIREDO, Vanessa G. Bello. Patrimônio cultural, cidade, sustentabilidade: qual o papel da legislação urbanística na preservação e no desenvolvimento? **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 91-110, abr./jun. 2014.

FISCHER, Frank. Para além do empirismo: policy inquiry na perspectiva pós-positivista. **Revista NAU Social**, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 163-180, maio/nov., 2016a.

FISCHER, Frank. What is critical? Connecting the policy analysis to political critique. **Critical Policy Studies**, v. 10, n. 1, p. 95-98. 2016b.

FISCHER, Frank; FORESTER, John. **The argumentative turn in policy analysis and planning**. Durham: Duke University Press Books, 1993.

FISCHER, F.; GOTTWEISS, H. **The argumentative Turn Revisited**: Public Policy as Communicative Practice. Durham & London: Duke University Press, 2012.

FISCHER, F.; TORGERSON, D.; DURNOVÁ, A.; ORSINI, M. **Introduction to critical policy studies. Handbook of Critical Policy Studies**. Northampton: Edward Elgar Pub., 2016.

FIUZA, Alexandre F.; MACEDO, Iolanda. A educação informal e o rap como agente educativo. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, n. 31, p. 17-32, maio/ago. 2013.

FONSECA, Ana Silvia Andreu da. **Versos violentamente pacíficos: o rap no currículo escolar**. 2011. 242 p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269696>. Acesso em: 18 ago. 2018.

FORESTER, John. On the theory and practice of critical pragmatism: Deliberative practice and creative negotiations. **Planning Theory**, v. 12, n. 1, p. 5-22, 2012.

FORESTER, John. Policy Analysis as critical listening. In: MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, Robert E. **The Oxford Handbook of Public Policy**. Oxford: Oxford University Press, p. 122-149, 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Soc. estado**, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 245-275, dez. 2001.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos Ebape. Br**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 1-18, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Gestão Social: Um Conceito em Construção. In: IX COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL - II COLÓQUIO INTERNACIONAL EL ANÁLISIS DE LAS ORGANIZACIONES Y LA GESTIÓN ESTRATÉGICA: PERSPECTIVAS LATINAS, 9., 2003. **Anais [...]**. Salvador: [s. n.], 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; BOULLOSA, Rosana de Freitas. Gouvernance démocratique, gestion sociale et para-économie. In: EYNAUD, Philippe. **La Gouvernance entre diversité et normalization**. Paris: Editions Juris, 2015.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.) **Democracia hoje**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FREGA, Roberto. Qu'est-ce qu'une pratique?. In: COHEN, Yves; CHATEAURAYNAUD, Francis. **Histoires pragmatiques. Raisons pratiques**, v. 25, Paris, 2016. p. 321-347.

FRYE, Marilyn. **The Politics of reality: essays in feminist theory**. Trumansburg, NY: The Crossing Press, 1983.

G1. **Ceilândia, no DF, recebe '2º Expo Hip Hop Brasil' de sexta a domingo**. [Distrito Federal]. Brasília: G1, 08 de outubro de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/10/ceilandia-no-df-recebe-2-expo-hip-hop-brasil-ate-domingo.html>. Acesso em: 1 jan. 2020.

- G1. **Edição nacional do Expo Hip Hop terá 3 dias de eventos em Ceilândia, no DF.** [Distrito Federal] Brasília: G1, 23 de maio de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/05/edicao-nacional-do-expo-hip-hop-tera-3-dias-de-eventos-em-ceilandia-no-df.html>. Acesso em: 2 jan. 2020.
- G1. **Festa para médicos com cenário de favela causa polêmica nas redes sociais.** [S. l.]: Globo Comunicações e Participações S.A., 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2019/09/08/festa-de-medicos-com-cenario-de-favela-gera-repercussao-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 1 out. 2019
- G1. MÚSICA. **Miele gravou 'melô do tagarela', considerado 1º rap brasileiro.** São Paulo: G1, out. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/musica/noticia/2015/10/miele-gravou-melo-do-tagarela-considerado-1-rap-brasileiro-ouca.html>. Acesso em: 5 jan. 2020.
- GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology.** Cambridge: Polity Press, 1967.
- GARONCE, Luiza. **GDF Promete educação bilíngue em escolas do DF no prazo de três semanas.** In: G1. Distrito Federal, Brasília, 25 de março de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/03/25/gdf-promete-educacao-bilingue-em-escolas-do-df-no-prazo-de-tres-semanas.ghtml>. Acesso em: 2 jan. 2020.
- GARRET, Adriano. **Entrevistas. Curtas & Festivais – Conheça a carreira do Diretor Adirley Queirós.** [S. l.]: Cines Festivais, 2015. Disponível em: <https://cinefestivais.com.br/conheca-a-carreira-do-diretor-adirley-queiros/>. Acesso em: 1 out. 2019.
- GATTI, Claudia. El rol del concepto de “prácticas sociales” en el análisis de la producción del espacio común. In: CUARTAS JORNADAS DE JÓVENES INVESTIGADORES, 4., 2007, Buenos Aires. **Anais [...]** Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2007.
- GDF. **Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987.** Brasília: GDF, 1987.
- GDF. **Lei nº 1.648, de 16 de setembro de 1997.** Dá nova denominação à Região Administrativa I. Brasília: GDF, 1997.
- GDF. **Decreto nº 19.040, de 18 de fevereiro de 1998.** Proíbe a utilização da expressão satélite para designar as cidades situadas no território do Distrito Federal, nos documentos oficiais e outros documentos públicos no âmbito do DGF. Brasília: GDF, 1998.
- GDF. **Portaria Conjunta nº 01, de 31 de janeiro de 2019.** Dispõe sobre a implementação do projeto piloto Escoa de Gestão Compartilhada, que prevê a transformação de quatro unidades específicas de ensino da rede pública do Distrito Federal em Colégios da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências. Diário Oficial do distrito Federal: Brasília, DF, no XLVIII, nº 23, p. 03-04, 01 fev. 2019. Disponível em: http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2019/02_Fevereiro/DODF%2023%2001-02-2019/DODF%20023%2001-02-2019%20INTEGRA.pdf. Acesso em: 4 jan. 2020.
- GEERTZ, Clifford. **A interpenetração das culturas.** Rio de Janeiro: Ed. LTC SA, 1989.

GEORGE, Nelson. **Hip Hop America**. New York: Penguin Books, 2005.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GILROY, Paul. It ain't where you're from, it's where you're at... The dialectics of diasporic identification. **Third text**, v. 5, n. 13, 1991, p. 3-16.

GITHAY, Celso. **O que é Graffiti**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1999.

GLOBO COMUNIDADE. Reportagem sobre a CUFA DF. Repórter: Márcia Witczak. Imagens: Mário Reis. Vídeo de 3' 50''. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=neZsz22Ebec>. Acesso em: 2 jan. 2020.

GOG (Genival Oliveira Gonçalves). **A rima denuncia**. São Paulo: Global Editora 34, 2010.

GOG (Genival Oliveira Gonçalves). Entrevista concedida a Rebeca Oliveira. In: CORREIO BRAZILIENSE. **GOG prepara disco para comemorar 25 anos de estrada**. Brasília, 29 de agosto de 2017. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2017/08/29/interna_diversao_arte,621453/gog-e-o-principal-rapper-de-brasilia.shtml. Acesso em: 1 jan. 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011.

GÓMEZ LECHAPTOIS, Francisca. Trabajo Social, descolonización de las políticas públicas y saberes no hegemónicos. **R. Katál**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 87-94, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v17n1/a09v17n1.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2018.

GONSALVES, Aghata K. R.; ANDION, Maria Carolina M. Ação Pública e inovação social: uma análise do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis-SC. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 26, n. 89, abr./jun. 2019.

GONZALEZ, Philippe; KAUFMANN, Laurence. The Social Scientist, the Public, and the Pragmatist Gaze. Exploring the Critical Conditions of Sociological Inquiry. **European Journal of Pragmatism and American Philosophy** [online], v. 4, n. 1, p. 55-85, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ejppap/766>. Acesso em: 2 abr. 2018.

GOSSE, Johanna. From Art to Experience: The Porous Philosophy of Ray Johnson. **Journal of Black Mountain College Studies**, v. 1, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.blackmountainstudiesjournal.org/current-issue/johanna-gosse-2/>. Acesso em: 1 jan. 2020.

GRANGENEUVE, Loïc. **Politique du hip-hop**. Action publique et cultures urbaines. Toulouse: Presses universitaires du Mirail, 2008.

GRAU-SOLÉS, M.; ÍÑIGUEZ-RUEDA, L.; SUBIRATS, J. ¿Cómo gobernar la complejidad? Invitación a una gobernanza urbana híbrida y relacional. **Athenea Digital**, v. 11, n. 1, p. 63-84, 2011.

GREEN, Judith. Richard J. **Bernstein and the Pragmatist Turn in Contemporary Philosophy: rekindling Pragmatism's Fire**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

GREENO, J. G. The situativity of knowing, learning, and research. **American Psychologist**, v. 31, n. 1, p. 5-26, 1998.

GREENO, J. G.; MOORE, J. L. Situativity and symbols: Response to Vera and Simon. **Cognitive Science**, v. 17, n. 1, p. 49-60, 1993.

GROSS, Neil. A Pragmatist Theory of Social Mechanisms. **American Sociological Review**, v. 74, n. 3, 2009, p. 358-379, 2009.

GUIMARÃES, Victor Ribeiro. A experiência do hip hop na cena da mediatização. **Contemporânea**, ed. 20, v. 10, n. 2, p. 102-116, 2012.

GUSFIELD, Joseph. **The culture of public problems. Drinking-driving and the symbolic order**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1981.

HAAS, P. M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**, v. 46, n. 1, p. 1-35, 1992.

HABERMAS, J. The Public Sphere: An Encyclopedia Article. **New German Critique**, n. 3, Autumn, p. 49-55, 1964.

HABERMAS, Jürgen. New Social Movements. **Telos**, 49, p. 33-37, 1981.

HABERMAS, J. **The Theory of Communicative Action: The Critique of Functionalist Reason**, v. 2. Cambridge: Polity Press, 1986.

HABERMAS, Jürgen. **Theory of communicative action**. Boston: Beacon Press, 1987.

HAN, Byung-Chul. **A Salvação do Belo**. Petrópolis: Vozes, 2019a.

HAN, Byung-Chul. **Bom Entretenimento: uma desconstrução da história da paixão ocidental**. Petrópolis: Vozes, 2019b.

HAN, Byung-Chul. **Agonia do Eros**. Petrópolis: Vozes, 2019c.

HARDMAN, Francisco Foot. Ilusões geográficas sobre a volubilidade da noção de periferia no espaço-tempo global. **Tuttamerica**, anno XXXVI, p. 5-18, 2016.

HAWKESWORTH, M. Policy Studies with a Feminist Frame. **Policy Sciences**, v. 27, n. 2/3,

Feminism and Public Policy, p. 97-118, 1994.

HEAD, Brian W. Wicked problems in public policy. **Public Policy**, v. 3, n. 2, p. 101-118, 2008.

HECLO, Hugh. Issue networks and the Executive Establishment. **The new American Political System**, p. 87-107, 1978.

HERSCHMANN, M. **Abalando os anos 90 - Funk e Hip-Hop**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

HERSCHMANN, M. **O funk e o hip-hop invadem a cena**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

HISTÓRIA DA CEILÂNDIA. Vídeo de veiculação do que aparenta ser uma propaganda do Governo do Distrito Federal. 3 min. 30 seg., [1971], divulgado em 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SGh84AN6Fsc&t=60s>. Acesso em: 2 out. 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Estética da periferia** [entrevista]. Catálogo da Exposição 'Estética da Periferia'. Site pessoal, 2010. Disponível em: <https://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/estetica-da-periferia/>. Acesso em: 2 maio 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. A política do hip-hop nas favelas brasileiras. **Alter/nativas Latin American Cultural Studies Journal**, v. 1, n. 2, s/p, 2014. Disponível em: <https://www.alternativas.osu.edu/pt/issues/spring-2014/essays1/buarque-de-hollanda.html>. Acesso em: 1 jan. 2020.

HOLSTON, James. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HONNETH, Axel. Democracia como cooperação reflexiva. John Dewey e a teoria democrática hoje. In: SOUZA, Jesse (org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UnB, 2001.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOOKS, Bell. **Yearning. Race, Gender, and Cultural Politics**. Boston: South End Press, 1990.

HOWLLETT, M.; RAMESH, M. **Studying public policy**: policy cycles and policy subsystems. Oxford: Oxford University Press, 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades – Crato**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/crato/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>. Acesso em: 2 jan. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IIBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece.** Agência IBGE Notícias. Estatísticas Sociais. Notícia de 13 de novembro de 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>. Acesso em: 2 jan. 2020.

INQUÉRITO, Renan. **#POUCASPALAVRAS**. Belo Horizonte: LiteraRua, 2014.

INSTITUTO UPDATE. **Emergência Política Periferias**. [S. l.]: Instituto Update; Periferia em Movimento, 2018. Disponível em: <https://emergenciapolitica.org/periferias/>. Acesso em: 2 ago. 2019.

IPHAN. **Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992**. Brasília: IPHAN, 1992.

JAMAICA [Jefferson da Silva Alves]. 2016. **Entrevista II**. Entrevista concedida a Janaina Lopes Pereira Peres. Brasília, 16 de novembro de 2016. 01 arquivo [.m4a], com duração de 01 hora, 14 minutos e 07 segundos.

JAMES, William. **Pragmatism: a new name for some old ways of thinking**. Adelaide: The University of Adelaide Library, 1907.

JAPÃO [Marcos Vinicius de Jesus Moraes]. 2016. **Entrevista I**. [out. 2016]. Entrevista concedida a Janaina Lopes Pereira Peres. Brasília, 25 de outubro de 2016. 02 arquivos [.m4a], com duração de 52 minutos, 42 segundos e 31 minutos e 53 segundos.

JAPÃO [Marcos Vinicius de Jesus Moraes]. 2017. **Do Fundão da Ceilândia ao protagonismo no rap nacional [oficina]**. Brasília: SESC Ceilândia.

JEX. **A juventude empreendedora**: Anuário 2015 do Programa Jovem de Expressão. Brasília: Caixa Seguradora, 2015. Disponível em: <http://jovemdeexpressao.com.br/publicacoes/>. Acesso em: 1 jan. 2020.

JEX. **A juventude empreendedora**: Anuário 2016 do Programa Jovem de Expressão. Brasília: Caixa Seguradora, 2016. Disponível em: <http://jovemdeexpressao.com.br/publicacoes/>. Acesso em: 1 jan. 2020.

JEX. **A juventude empreendedora**: Anuário 2017 do Programa Jovem de Expressão. Brasília: Caixa Seguradora, 2017. Disponível em: <http://jovemdeexpressao.com.br/publicacoes/>. Acesso em: 2 jan. 2020.

JEX. **A juventude empreendedora**: Anuário 2018 do Programa Jovem de Expressão. Brasília: Caixa Seguradora, 2018. Disponível em: <http://jovemdeexpressao.com.br/publicacoes/>. Acesso em: 2 jan. 2020.

JORDAN, Grant. Policy community realism versus 'new' institutionalist ambiguity. **Political Studies**, n. 38, p. 470-484, 1990.

JOSÉ, B. As intervenções 'res' – contribuindo para o debate. *In: Simpósio de Arquitetura e Urbanismo do SENAC*. Santo Amaro, 2012.

JOVEM DE EXPRESSÃO. **Vídeo institucional**. Brasília: Caixa Seguradora, 2011. Disponível em: <https://www.facebook.com/jovemdeexpressao/>. Acesso em: 1 jan. 2020.

KADLEC, Alison. **Dewey's Critical Pragmatism**. Lanham: Lexington Books, 2007.

KEMP, R. Planning, public hearings, and the politics of discourse. *In: FORESTER, John (Ed.). Critical theory and public life*. Cambridge: MIT Press, 1985. p. 177-201.

KINGDON, John. **Agendas, alternatives and public policies**. Nova York: Haper Collins, 2003.

KNAUSS, Paulo. Arte pública: a cidade como experiência. *In: GOUVÊA, Maria José Motta; MELLO, Ramon Nunes (Coord.). Arte urbana e a (re)construção do imaginário da cidade*. Rio de Janeiro: SESC, Administração Regional no Rio de Janeiro, 2015.

KURIVILLA, Shyama; Philipp, DORSTEWITZ. There is no "point" in decision-making: a model of transactive rationality for public policy and administration. *Policy Sci*, 43, p. 263-287, 2010.

LANNES, Paulo. **#VEMPRACEI mapeia 50 locais de Ceilândia e cria roteiros pela região** [Vida e Estilo - Turismo]. Brasília: Metrôpoles, 2017. Disponível em: <https://www.metropoles.com/vida-e-estilo/turismo/vempracei-mapeia-50-locais-de-ceilandia-e-cria-roteiros-pela-regiao/amp>. Acesso em: 2 jan. 2020.

LASCOUMES, P., LE GALÈS, P. **Sociologia da Ação Pública**. Maceió: EDUFAL, 2012.

LASSWELL, Harold. The Theory of Political Propaganda. *The American Political Science Review*, v. 21, n. 3, p. 627-631, aug. 1927.

LASSWELL, Harold. The Measurement of Public Opinion. *The American Political Science Review*, v. 25, n. 2, p. 311-326, May 1931.

LASSWELL, Harold. The Policy Orientation. *In: LERNER, Daniel; LASSWELL, Harold. The Policy Sciences*. Stanford: Stanford University Press, 1951. p. 3-15.

LASSWELL, Harold. The public interest. *In: Friedrich, C. F. (ed.) The public interest*. New York, Atherton Press, 1962.

LASSWELL, Harold. The Emerging Conception of the Policy Sciences. *Policy Sciences*, v. 1, n. 1, p. 3-14, 1970.

LASSWELL, Harold. **A pre-view of policy sciences**. New York: Atherton, 1971.

LASSWELL, Harold. **Propaganda technique in the World War**. Boston: MIT Press, 2009.

LASSWELL, Harold; KAPLAN, Abraham. **Power and Society: A Framework for Political Inquiry**. London: Routledge and Kegan Paul, 1952.

LEAL, S. J. M. **Acorda Hip Hop!: despertando um movimento em transformação**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

LEMINSKY, Paulo. **Palestra conferida a estudantes da Universidade Federal do Paraná** [Reitoria]. Curitiba: UFPR, [1983?]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=221&v=cXdKmKUcXAk&feature=emb_logo. Acesso em: 1 jan. 2020.

LINDBLOM, C. The science of 'muddling through'. **Public Adm. Review**, v. 19, n. 2, p. 79–88, 1959.

LINDBLOM, Charles. **The Intelligence of Democracy: decision making through mutual adjustment**. New York: Free Press, 1965.

LINDBLOM, Charles E. Still muddling, not yet through. **Public Adm. Review**, v. 39, n. 6, p. 517-526, 1979.

LIPSKY, Michael. **Street Level Burocracy: Dilemmas of the Individual in Public Services**. London: Russell Sage Foundation, 1980.

LUKE, Timothy W. What is 'critical'? **Critical Policy Studies**, v. 10, n. 1, p. 1-4, 2016.

MACHADO, Lia; MAGALHÃES, Themis Quezado de. *Imagens do espaço: imagens da vida*. In: PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

MACIEL, Max. 2019. Entrevista V. [abril 2019]. Entrevista concedida a Janaina Lopes Pereira Peres. Brasília: 04 de abril de 2019. 01 arquivo (m4a), com duração de 27 minutos e 22 segundos. Brasília, 2019a.

MACIEL, Max. *Urbanidades Criativas*. In: *Desconferências. Mercado Território Criativo*. Brasília, Espaço Cultural Renato Russo, 12 de abril de 2019b.

MACIEL, Max. *A periferia é o centro* [palestra]. In: *2º Brasília Cidade Design*. Brasília, Teatro Nacional, 13 de agosto de 2019c.

MAJONE, G. **Evidence, Argument and Persuasion in the Policy Process**. New Haven: Yale University Press, 1989.

MARCONDES, Ofélia Maria. **Dewey: estética social e educação democrática**. 2017. 176f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2017.

MARCUSE, Herbert. **Culture et société**. Paris: Minuit, 1970.

MARTINS, Leda. Performances do tempo espiralar. In: RAVETTI, Graciela, ARBEX, Márcia (org.). **Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

MARZADRO, Flavio. Espaço público, arte urbana e inclusão social. **NAU Social**, [S. l.], v. 4, n. 6, p. 169-188, 2013.

MARZADRO, Flávio. **Quando a arte pública ativa e produz espaços públicos: experiências artísticas em Salvador e em Roma** [projeto de tese]. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo [doutorado] da Universidade Federal da Bahia, 2019.

MATEUS, Samuel. The public as social experience. **Comunicação e Sociedade**, v. 19, p. 275-286, 2011.

MATEUS, Samuel. What public experience may be – on publicity, communication, and the expression of lived experiences. **COACTIVITY: Philosophy, Communication**, v. 24, n. 2, p. 137-147, 2016.

MEAD, George Herbert. The working hypothesis in Social Reform. **American Journal of Sociology**, v. 5, n. 03, p. 367-371, nov. 1899.

MEAD, George Herbert. The Social Self. **Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods**, v. 10, p. 374- 380, 1913.

MEAD, George Herbert. **Mind self and society from the standpoint of a social behaviorist**. Chicago: University of Chicago, 1934.

MENDES, L. A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pósfordismo. **URBE – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 33-45, jan./jun. 2013.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Teorias críticas e pragmatismo: a contribuição de G. H. Mead para as renovações da Escola de Frankfurt. **Lua Nova**, [S. l.], São Paulo, 90, p. 367-403, 2013.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Antes de Habermas, para além de Habermas: uma abordagem pragmatista da democracia deliberativa. **Soc. Estado** [online], [S. l.], v. 31, n. 3, p. 741-768, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000300741&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 mar. 2019.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Reabilitação Urbana com foco em Áreas Centrais**. Módulo I – Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais. Unidade 3 – Reabilitação Urbana – Conceitos e experiências. Brasília: Programa Nacional de Capacitação das Cidades, 2016.

MORAES, Felipe. **Ator e rapper Marquim do Tropa junta ação social e arte no “Show Talk”** [entretenimento/Música]. Brasília: Metrôpoles, jun. 2015. Disponível em: <https://www>.

metropoles.com/entretenimento/musica/ator-e-rapper-marquim-do-tropa-junta-acao-social-e-arte-no-show-talk/amp. Acesso em: 5 jul. 2022.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e pluralismo. **Política & Sociedade**, [S. l.], n. 3, p. 11-26, out. 2003.

MOUFFE, Chantal. **On the political**. New York: Routledge, 2005.

MUNCK, Jean de. Qu'est-ce que la critique artiste? In: FRÈRE, Bruno. **Le tournant de la théorie critique**. Paris: Desclée de Brouwer, 2015. p. 219-238.

MUSSELIN, Christine. Sociologie de l'action organisée et analyse des politiques publiques: deux approches pour un même objet? **Presses de Sciences Po**, v. 55, n. 1, p. 51-71, 2005. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-science-politique-2005-1-page-51.htm>. Acesso em: 2 jan. 2020.

NAPOLITANO, Marcos. Pretexto, texto e contexto na análise da canção. In: SILVA, Francisco Carlos T. (org.) **História e imagem**. Rio de Janeiro: UFRJ/Proin-Capes, 1998.

NUSSBAUM, Martha. **Love's Knowledge: essays on Philosophy and Literature**. New York: Oxford University Press, 1992.

OLSON, Mancur. **The logic of collective action**. Cambridge: Harvard niversity Press, 1965.

OSPINA-BOZZI, Sonia M. La administración pública como "comunidad discursiva": algunas lecciones del caso estadounidense para América Latina. **Reforma y Democracia**, n. 10, p. 85-112, 1998.

OXÓSSI, Mãe Stella de. **Orientações de Mãe Stella**. Cascudo. Aplicativo do Google Play virtual, 2017. Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.sisau.axe>. Acesso em: 2 jan. 2020.

PANKRATZ, David. **Multiculturalism and Public Arts Policy**. London: Greenwood Publishing Group, 1993.

PAPEL [Alan Jhone Moreira]. 2017. Entrevista III. [ago. 2017]. Entrevista concedida a Janaina Lopes Pereira Peres. Brasília, 18 de agosto de 2017. 01 arquivo [.m4a], com duração de 75 minutos e 47 segundos.

PAPO DE CINEMA. Artistas. **Adirley Queirós**. Disponível em: <https://www.papodecinema.com.br/artistas/adirley-queiros/>. Acesso em: 1 out. 2019.

PARDUE, Derek. "Writing in the Margins": Brazilian Hip-Hop as na Educational Project. **Anthropology & Education Quarterly**, v. 35, n. 4, p. 411-432, dec. 2004.

PAVIANI, Aldo. **Mobilidade intra-urbana e organização espacial: o caso de Brasília**. Tese (livre docência). Universidade de Brasília: Brasília, 1976.

PAVIANI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, A. **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010a.

PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária. In: PAVIANI, A. (org.). **Brasília, Ideologia e Realidade: o espaço urbano em questão**. 2. ed. São Paulo: Ed. Unb, 2010b.

PEIRCE, Charles S. What Pragmatism is. **The Monist**, v. 15, n. 2, p. 161-181, abr. 1905.

PEIRCE, Charles S. The Essential Peirce. **Bloomington**: Indiana University Press, 1992.

PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PEIXOTO, Elane R.; PERES, Janaina L. P.; BATISTA, Marina O. V.; WALDWOGELL, Alana S. O rap da Ceilândia. In: ENANPUR, 17., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-20.

PENNA, João Camillo. O lugar e a fala da periferia. Debate com Alexandre Faria e Paulo Roberto Tonani do Patrocínio. **Tuttamerica**, anno XXXVI, p. 151-165, 2016.

PEREIRA, José Roberto. Gestão pública. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (Org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 77-79.

PERES, Janaina Lopes Pereira. A cidade é uma só? Brasília e os perigos de uma resposta única. In: VASCONCELOS *et al.* (Orgs.). **Território e Sociedade: as múltiplas faces da Brasília metropolitana**. Brasília: UnB, 2019.

PERES, Janaina Lopes Pereira. **Patrimonialização e Desenvolvimento: conexões e contradições em Brasília**. 2016. 213f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacionais) - Centro de Estudos Multidisciplinares, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2016.

PERES, Janaina Lopes P.; BESSA, Luiz Fernando Macedo. Cultura periférica, Cidadania e Espaço público: o potencial político do movimento hip hop da Ceilândia/DF. In: CONGRESO INTERNACIONAL EN GOBIERNO, ADMINISTRACIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS GIGAPP, 8., 2017, Madrid. **Anais [...]**. Madrid: GIGAPP, 2017.

PERES, Janaina Lopes P.; BOULLOSA, Rosana de F.; BESSA, Luiz F. Macedo. O campo de políticas públicas na encruzilhada: aproximações teórico-metodológicas entre os estudos críticos, o pragmatismo e a gestão social. **Nau Social**, [S. l.], v. 12, n. 22, p. 493-515, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/43707>. Acesso em: 1 nov. 2021.

PITOMBO, João Pedro. **Unimed faz festa com cenário de favela e gera polêmica**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/unimed-faz-festa-com-cenario-de-favela-e-gera-polemica.shtml>. Acesso em: 2 out. 2019.

POULSEN, Thomas; EAST, W. Gordon; WINDLEY, Brian Frederick; BERENTSEN, William H. **Europe**. Encyclopædia Britannica [website]. Encyclopædia Britannica, inc., 2019. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Europe>. Acesso em: 1 jan. 2020.

PRESSMAN, Jeffrey L.; WILDAVSKY, Aaron. **Implementation: How Great Expectations in Washington Are Dashed in Oakland; Or, Why It's Amazing that Federal Programs Work at All, This Being a Saga... Morals on a Foundation**. Berkley: University of California Press, 1984.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. **Ciencias Sociales, políticas y foros públicos: nexos (inter) conexiones y (des)vinculaciones contemporáneas**. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

QUEIRÓS, Adirley. **Rap, O canto da Ceilândia** [curta-metragem]. 2005. Direção: Adirley Queirós. Local: DF. Produção: João Break. 15 min. Som: Francisco Craesmeyer. Formato: 35mm. Brasília: 2005.

QUEIRÓS, Adirley. **A cidade é uma só?** [documentário longa-metragem]. 2011. Direção: Adirley Queirós. Local: Distrito Federal. Produção: Vitrine Filmes. 79 min. Formato: 35mm. Patrocínio: Ministério da Cultura, em parceria com Empresa Brasil de Comunicação. Brasília: MinC/EBC, 2011.

QUEIRÓS, Adirley. "Entrevista Adirley Queirós". Entrevista concedida a Maurício Campos Mena, Claudio Reis e Raquel Imanishi. **Negativo**, Brasília, v. 1 n. 1, 2013.

QUEIRÓS, Adirley. "É um filme de vingança declarada", diz diretor de Branco sai, preto fica. Entrevista concedida a Adriano Garret. **Cine festivais**, 30 mar. 2014. Disponível em: <https://cinefestivais.com.br/e-um-filme-de-vinganca-declarada-diz-diretor-de-branco-sai-preto-fica/>. Acesso em: 2 jan. 2020.

QUEIRÓS, Adirley. Entrevista com Adirley Queirós: o historiador do futuro. Entrevista concedida a Amanda Seraphico, **MEDIUM Revista Beira**, 19 out. 2015. Disponível em: <https://medium.com/revista-beira/na-manh%C3%A3-do-dia-16-de-setembro-de-2015-tive-um-encontro-via-skype-com-adirley-queir%C3%B3s-para-d2541b63eb28>. Acesso em: 3 jan. 2020.

QUÉRÉ, Louis. **Le public comme forme et comme modalité d'expérience**. Les sens du public. Publics politiques, publics médiatiques. Paris: Presses universitaires de France, 2003.

QUÉRÉ, Louis. **Bourdieu et le pragmatismo americano sur la créativité de l'habitude**. Occasional Papers, vol. 37. Paris: Institute Marcel Mauss - CEMS, nov. 2016. Disponível em: <http://cems.ehess.fr/docannexe/file/3839/op37.pdf>. Acesso em: 1 set. 2018.

QUÉRÉ, Louis; TERZI, Cédric. **Pour une sociologie pragmatiste de l'expérience publique**. Quelques apports mutuels de la philosophie pragmatiste et de l'ethnométhodologie. SociologieS [En ligne] Pragmatisme et sciences sociales: explorations, enquêtes, expérimentations, fév. 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/sociologies/4949>. Acesso em: 1 set. 2019.

RACIONAIS MCs. Voz Ativa, por Mano Brown, Edy Rock e Ice Blue. In: **Escolha o seu**

caminho. Zimbabwe, 1992.

RACIONAIS MCs. **Álbum Sobrevivendo no Inferno** [12 faixas]. São Paulo: Casa Nostra, 1997.

RAFUAGI [rapper]. **Periferia também é campus: ancestralidades, tradições e saberes marginais** [mesa redonda]. In: **Seminário Diálogos em Movimento**. Ceilândia, 10 de agosto de 2017.

RAIOXDF. **Projeto apoiado pelo JK Shopping vai incentivar o turismo em Ceilândia**.

Variedades. Brasília: RAIODF, 17 de abril de 2017. Disponível em: <http://raioxdf.com.br/?p=9104>. Acesso em: 2 jan. 2020.

RAMOS, Bruno. **Funk** – a estética do caos [podcast]. Entrevista concedida a Max Maciel. Papo de quebrada. Duração de 28 minutos e 35 segundos. Disponível em: <https://soundcloud.com/papodequebrada>. Acesso em: 2 jan. 2020.

RAMOS, Celia Maria Antonacci. **Grafite, Pichação e Cia**. São Paulo: AnnaBlume, 1994.

RAMOS, Talita Silva Porto. **Fora de Campo: a identidade, a heterodoxia e o fazer cinematográfico de Adirley Queirós**. 2014. 63f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **The Politics of Aesthetics**. The distribution of the Sensible. New York: Continuum, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. **Sobre políticas estéticas**. Barcelona: Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona, 2005.

RAVENA, Nírvia; CARDOSO, Ana Cláudia D.; SANTOS, Renata Callaça Gadioli dos; PERES, Janaina Lopes P. Em busca de políticas públicas decoloniais de desenvolvimento: possibilidades na Amazônia brasileira. **Nau Social**, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 33-45, nov. 2018/abr. 2019.

REALLEZA, Rebeca. **Revolução dos bichos**, por Paulo Amaro. Ceilanwood, 2018.

REGAN, D. E. Rationality in Policy Making: two concepts not one. **Long Range Planning**, v. 11, p. 83-88, oct. 1978.

REIN, Martin; SCHÖN, Donald A. Problem setting in policy research. In: WEISS, Carol H. (Ed.). **Using Social Research in Public Policy Making**. Lexington: Lexington, 1977. p. 235-251.

REVISTA CASA & JARDIM. Nem samba nem futebol. Design. **Revista Casa & Jardim**, Ed. Globo, Edição 590, mar. 2004. Disponível em: http://revistacasaejardim.globo.com/EditoraGlobo/componentes/article/edg_article_print/0,3916,695392-2186-1,00.html. Acesso em: 3 out. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017.

RICHARD, B. **Hip-hop: consciência e atitude**. São Paulo: Livro Pronto, 2005.

RISTOW, Fabiano. **Rock in Rio: Beijo gay, coreografias e protestos tomam o Espaço Favela, que divide opiniões**. Online: O GLOBO, 2019. Acesso em: <https://oglobo.globo.com/cultura/rock-in-rio/rock-in-rio-beijo-gay-coreografias-protestos-tomam-espaco-favela-que-divide-opinioes-23980776>. Acesso em: 1 out. 2019.

RITTEL, Horst; WEBBER, Melvin. Dilemmas in a General Theory of Planning. **Policy Sciences**, v. 4, n. 2, p. 155-169, jun. 1973.

RIVAS [Rivanilson da Silva Alves]. 2017. **Entrevista IV**. [ago. 2017]. Entrevista concedida a Janaina Lopes Pereira Peres. Brasília, 18 de agosto de 2017. 01 arquivo [.m4a], com duração de 93 minutos e 44 segundos.

RODRIGUES, Artur; PAULUZE, Thaiza. Ações da polícia contra bailes funk acumulam abusos em SP. **Folha de São Paulo** [edição impressa]. Cotidiano. São Paulo, 6 de dezembro de 2019.

ROE, E. **Narrative Policy Analysis**. Durham: Duke University Press, 1994.

RORTY, Richard. **Metaphilosophical difficulties of linguistic philosophy**. The linguistic turn, p. 1-39, 1967.

ROSA, Alexandre Reis; MENDONÇA, Patrícia. Movimentos sociais e análise organizacional: explorando possibilidades a partir da teoria de frames e oportunidades políticas. **Organizações & Sociedade**, [S. l.], v. 18, p. 623-640, 2011.

ROSE, Richard. **Ordinary people in public policy**. Prague: CESES Charles University, 1989.

ROSE, Tricia. **Black noise: rap music and black culture in contemporary America**. Middletown: Wesleyan University, 1994.

RUFINO, Luiz. Performances Afro-diaspóricas e decolonialidade: o saber corporal a partir de exu e suas encruzilhadas. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 40, p. 54-80, sem. 2016.

RUIZ, Castor Bartolomé Bartolomé. **Os paradoxos do imaginário**. Ed. Unisinos, 2003.

RUSSI, Pedro. **Entrevista concedida a Thaís Antonio**. Brasília: Projeto Lupa, 2017. Disponível em: <https://lupa.atavist.com/entrevista-pedro-russi>. Acesso em: 2 jan. 2020.

RYKWERT, Joseph. **A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SABATIER, P. A.; JENKINS-SMITH, H. **Policy Change and Learning: an advocacy coalition approach**. Boulder, CO: Westview, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da

experiência. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conocer desde el Sur**. Para uma cultura política emancipatória. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales UNMSM, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, [S. l.], p. 71-94, nov. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A ecologia de saberes. In: **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 137-165.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Ana Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Boaventura de Sousa Santos fala sobre 'Rap Global'. Entrevista concedida a Miguel Conde. **Globo**, [S. l.], 2010. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/boaventura-de-sousa-santos-fala-sobre-rap-global-310530.html>. Acesso em: 2 jan. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Metodologias pós-abissais**: luta, experiência, corpo e autoria [parte II]. Aula magistral, 1h16'13". Lisboa: Universidade de Coimbra, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7FpXcPYdS7s>. Acesso em: 2 abr. 2019.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, 1999.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Wemmia Anita. **Entrevista VII**. Entrevista concedida a Janaina Lopes Pereira Peres. Brasília, 20 de setembro de 2019. 01 arquivo [.m4a], com duração de 123 minutos e 05 segundos.

SARTRE, Jean Paul. Questão de método. In: SARTRE, J. P. **Os Pensadores** (Coleção). São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SCARRY, Elaine. **On Beauty and Being Just**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

SCHATZKI, T. R. Introduction. In: SCHATZKI, T. R.; KNORR CETINA, K.; SAVIGNY, E. von (Ed.). **The practice turn in contemporary theory**. London: Routledge, 2001. p. 1-14.

SCHATZKI, Theodore R. **Social practices**: A Wittgensteinian approach to human activity and the social. Cambridge University Press, 1996.

SCHOMMER, Paula Chies; BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Gestão social como**

caminho para a redefinição da esfera pública. Florianópolis: UDESC Editora, 2011.

SCHÖN, Donald A. **The reflective Practitioner.** How professionals think in action. New York: Basic Books, 1983.

SEIGFRIED, Charlene Haddock. **Pragmatism and feminism:** Reweaving the social fabric. Chicago: Chicago University Press, 1996.

SELLARS, Wilfrid. **Empiricism and the Philosophy of Mind.** Science, Perception and Reality, London, p. 127-196, 1963.

SHUSTERMAN, Richard. **Pragmatist Aesthetics:** Living Beauty, Rethinking Art. Cambridge: Blackwell, 1992.

SHUSTERMAN, R. **Vivendo a Arte:** o pensamento pragmatista e a estética popular. São Paulo: Editora 34, 1998.

SHUSTERMAN, Richard. **Body consciousness:** A philosophy of mindfulness and somaesthetics. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SHUSTERMAN, Richard. Pierre Bourdieu and Pragmatist Aesthetics: between practice and experience. **New Literary History**, 46, p. 435-457, 2015.

SHUSTERMAN, Richard. TOMLIN, Adele. **Aesthetic Experience.** New York: Routledge, 2007.

SILVA JR., Jeová Torres; MÂSIH, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies. **Gestão Social:** práticas em debate, teorias em construção. Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Ceará/Campus Cariri, 2008.

SILVA, Gustavo Souza da. **Pontos de vista em documentários de periferia:** estética, cotidiano e política. 2011. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, Jailson de Souza e. **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Rodrigo Lages; SILVA, Rosane Neves da. Paradigma preventivo e lógica identitária nas abordagens sobre o Hip Hop. *Fractal*, **Rev. Psicol.**, [S. l.], v. 20, n. 1, p.135-148, jun. 2008.

SILVA, Úrsula Rosa da; VAZ, Ana Beatriz Campos. Arte contemporânea e ensino: mediação e racionalidade estética. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM ARTE E CULTURA VISUAL: ARQUIVOS, MEMÓRIAS, AFETOS, 8., 2015. **Anais [...].** Goiânia: UFG/Núcleo Editorial FAV, 2015, p. 662-673.

SIMMEL, Georg. Sociological Aesthetics [orig. 1896]. In: ETZKORN, K. Peter (Ed. and Trans.). **Georg Simmel:** The Conflict in Modern Culture and Other Essays. New York: Teachers College Press, 1968.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Volume I. Serviço de Educação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1776.

SOARES, Luis Eduardo; ATHAYDE, Celso. MV BILL. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOARES, Rayane da Silva. 2019. **Entrevista VI**. Entrevista concedida a Janaina Lopes Pereira Peres. Brasília, 19 de setembro de 2019. 2 arquivos [.m4a], com duração de 11 minutos e 27 segundos e 33 minutos e 19 segundos.

SOBOTTKA, Emil A.; SAAVEDRA, Giovani A. Justificação, reconhecimento e justiça: tecendo pontes entre Boltanski, Honneth e Walzer. **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 126-144, jan./abr. 2012. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8249/2/Justificacao_reconhecimento_e_justica_Tecendo_pontes_entre_Boltanski_Honneth_e_Walzer.pdf. Acesso em: 2 out. 2019.

SOUZA, Celina. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 15-20, 2003.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SPOSITO, M. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**, [S. l.], v. 5, n. 1-2, p. 161-178, 1993.

STONE, Deborah A. **Policy paradox and political reason**. Illinois: Scott Foresman & Co, 1988.

STONE, Deborah. **Policy Paradox: the Art of political decision making**. New York: Norton & Company, 2002.

TADDEI-LAWSON, Hélène. Le mouvement hip-hop. **Insistance**, n. 1, p. 187-193, 2005.

TAVARES, Breitner Luiz. **Na quebrada, a parceria é mais forte - Juventude hip-hop: relacionamento e estratégias contra a discriminação na periferia do Distrito Federal**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

TAVARES, Breitner. Geração hip-hop e a construção do imaginário na periferia do Distrito Federal. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, maio/ago. 2010.

TAYLOR, Charles. Interpretation and the Sciences of Man. **The Review of Metaphysics**, v. 25, n. 1, p. 3-51, set. 1971.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Democracia. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 45-47.

TERRA. **Eleições 2010**. Resultados – Distrito Federal, 2010. Disponível em: <http://noticias>.

terra.com.br/eleicoes/resultados/distrito-federal/#/deputado-distrital/. Acesso em: 2 jan. 2020.

TERZI, C. L'expérience constitutive des problèmes publics. La question des "fonds em déshérence". In: Carrel M. *et al.* **Le Public en action, Usages et limites de la notion d'espace public en sciences sociales**. Paris: Éditions L'Harmattan, 2003. p. 25-50.

TOMAZ, Kleber. **Ouvidoria denuncia 8 casos de violência policial com 15 mortos em bailes funk de 2018 e 2019 em SP**. G1 – São Paulo. São Paulo, 10 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/12/10/ouvidoria-denuncia-8-casos-de-violencia-policial-com-12-mortos-em-bailes-funk-de-2018-e-2019-em-sp.ghtml>. Acesso em: 1 jan. 2020.

TOOP, David. **The Rap Attack: African Jive to New York Hip Hop**. Boston: South End Press, 1984.

TORGERSON, Douglas. Contextual Orientation in Policy Analysis: the contribution of Harold D. Lasswell. **Policy Sciences**, v. 18, p. 241-261, 1985.

TORGERSON, Douglas. Lasswell in the looking glass: a 'mirror' for critical policy studies. **Critical Policy Studies**, v. 13, n. 1, p. 122-130, 2019.

TOURAINÉ, Alain. **The voice and the eye: An analysis of Social Movements**. London: Cambridge University Press, 1981.

TRIBE, Laurence H. Policy Science: Analysis or Ideology? **Philosophy & Public Affairs**, v. 2, n. 1, p. 66-110, 1972. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2264920>. Acesso em: 2 abr. 2019.

TROTTA, Felipe da Costa. O funk no Brasil contemporâneo: uma música que incomoda. **Latin American Research Review**, v. 51, n. 4, p. 86-101, 2016.

TROTTMANN, Paula *et al.* A produção científica em Políticas Públicas no Brasil: descrição e análise de alguns resultados de uma investigação sobre a primeira década dos anos 2000. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, v. 5, n. 2, p. 223–253, 2017.

TURKIENICZ, Benamy. A estética urbana como política. **ARQTexto**, 17, p. 192-215, 2010. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_17/08_BT_A%20ESTE%C2%B4TICA%20URBANA%20COMO%20POLI%C2%B4TICA.pdf. Acesso em: 2 maio 2018.

UNESCO. **The Criteria for selection**, 2015. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/criteria/>. Acesso em: 2 fev. 2016.

UNESCO. World Heritage List, 2016. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/>. Acesso em: 1 fev. 2016.

UPDATE. **Emergência Política Periferias**. [S. l.]: Instituto Update, 2018.

VAZ, Sérgio. **Literatura, pão e poesia**. São Paulo: Global, 2011.

VAZ, Sérgio. **Flores de Alvenaria**. São Paulo: Global, 2016.

VELOSO, Mariza. Espaço público, estética, política e memória. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, [ST 04], 25., 2001, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPOCS, 2001. p. 1-15. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st06-3/4583-mveloso-espaco/file>. Acesso em: 2 jun. 2018.

VIOLA 17. 2001. 'Ceilândia Resistência' [faixa 04]. *In*: **O Jogo**. Brasília: Zambia / Dj Raffa / Viela 17.

VIOLA 17. 2005. "Vou em frente" [faixa 05], *In*: **O Alheio chora seu Dono**. Brasília: Viela 17, 2005.

VIOLA 17. 2014. 'Crise Sonora [faixa 02]. *In*: **20 de 40**. Brasília: Laser Disc do Brasil / Dj Raffa, 2014a.

VIOLA 17. 2014. 'Liberdade Financiada' [faixa 05]. *In*: **20 de 40**. Brasília: Laser Disc do Brasil / Dj Raffa, 2014b.

VIOLA 17. 2014. "Melhor não reagir" [faixa 07], *In*: **20 de 40**. Brasília: DJ RAFFA / Viela 17, 2014c.

VIOLA 17. 2014. 'Foi complicado pra chegar aqui' [faixa 08]. *In*: **20 de 40**. Brasília: Laser Disc do Brasil / Dj Raffa, 2014d.

VIEZZER, Moema. '**Si me permiten hablar...**' Testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolívia. Ciudad de Mexico: Siglo XXI Editores SA, 1977.

VILLAÇA, Nizia. **A periferia pop na idade média**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2012.

VITRINE. Filmes. **A cidade é uma só?** [20--]. Disponível em: http://www.vitrinefilmes.com.br/site/?page_id=2622. Acesso em: 4 out. 2019.

VLASSOPOULOU, Chloé. Une évaluation constructiviste des politiques publiques? **Revue Espaces Temps**, n. 89/90, p. 1-10, 2005.

VYGOTSKY L. S. **Thought and language**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1962.

WAINER, João; OLIVEIRA, Roberto T. **PIXO** [documentário]. 2009. Local: São Paulo: Produção: Sindicato Paralelo. 61 min. 2009.

WANDERLEY, Sergio. Aliança para o Progresso, geopolítica do conhecimento e o encobrimento do outro: o caso da CEPAL no Brasil. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS

ORGANIZACIONAIS, 4., 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: CBEO, 2016. p. 1-27. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/viewFile/149/141>. Acesso em: 2 maio 2019.

WATKINS, Samuel Craig. **Hip hop matters: Politics, pop culture, and the struggle for the soul of a movement**. Boston: Beacon Press, 2005.

WAUTIER, Anne Marie. Para uma Sociologia da Experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 9, p. 174-214, jan./jun. 2003.

WEISS, Carol. The many meanings of research utilization. **Public Administration Review**, v. 39, n. 5, p. 426-431, set./out. 1979.

WELLER, Wivian. A construção de identidades através do hip hop: uma análise comparativa entre rappers negros em São Paulo e rappers turco-alemães Em Berlim. **Caderno CRH**, Salvador, n. 32, p. 213-232, jan./jun. 2000.

WELLER, Wivian. O hip hop como possibilidade de inclusão e de enfrentamento da discriminação e da segregação na periferia de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 40, p. 103-116, jan./abr. 2004.

WELLMER, Albrecht. **Sobre la dialéctica de modernidade y postmodernidad**. La crítica de la razón después de Adorno. Madrid: La Balsa de la Medusa, 1985. Disponível em: <https://issuu.com/filosofiacidadania/docs/named953b4>. Acesso em: 2 out. 2010.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar**. A partilha da África 1880-1914. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora Revan, 2008.

WEST, Cornell. Foreword. In: DARBY, Derrick; SHELBY, Tommie. **Hip Hop and Philosophy: Rhyme 2 Reason**. Chicago: Open Court, 2005.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus** (1921). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

WOLF, Amanda. From Relational Concept to Relational Measure. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON PUBLIC POLICY - ICPP4, 4., 2019, Montréal. **Anais [...]**. Montréal: ICPP4, 2019. p. 1-29.

YANOW, D.; SCHWARTZ-SHEA, P. **Interpretation and Method: Empirical Research and the Interpretative Turn**. Armonk, London: M. E. Sharpe, 2006.

YANOW, Dvora. Accessing local knowledge. In: HAJER, M; WAGENAAR, H (Eds.). **Deliberative Policy Analysis: Understanding Governance in the Network Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 228-246.

YANOW, Dvora. Making sense of policy practices: interpretation and meaning. In: FISCHER, F.; TORGERSON, D.; DURNOVÁ, A.; ORSINI, M. **Handbook of Critical Policy Studies**.

Northampton: Edward Elgar Pub., 2016. p. 401-421.

ZASK, Joëlle. Pratiques artistiques et coinduites démocratique. **Noesis** [online], n. 11, p. 103-115. 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/noesis/833>. Acesso em: 2 jan. 2020.

ZITTOUN, Philippe. **The political process of policymaking**: a pragmatic approach to public policy. London: Palgrave Macmillan, 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE A – MAPEAMENTO DE ATORES, GRUPOS, REDES, COLETIVOS, PROJETOS E EVENTOS RELATIVOS AO MOVIMENTO HIP HOP DA CEILÂNDIA

ENTREVISTAS, PALESTRAS, OFICINAS, MESAS REDONDAS E CONVERSAS INFORMAIS:

os coautores desta pesquisa, que encontrei em campo

JAPÃO – MARCOS VINICIUS DE JESUS MORAIS (*rapper* e ativista social)

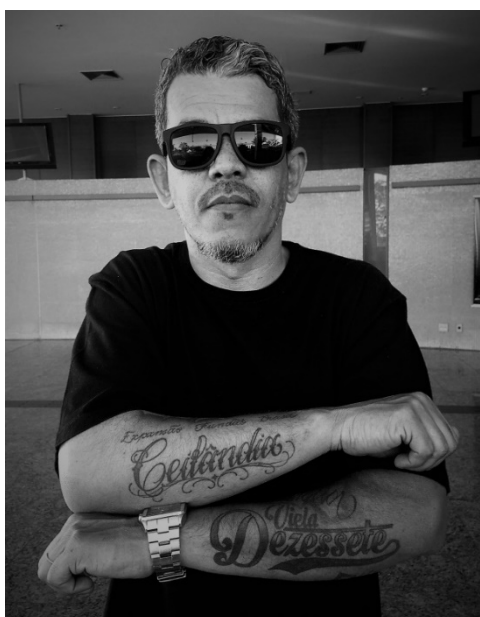


Foto: Janaina Lopes Pereira Peres (2016).

Japão nasceu em 1971, junto com a Ceilândia, e tem 30 anos de carreira no movimento hip hop. Foi integrante, por 08 anos, da banda de Genival Oliveira Gonçalves - o rapper GOG, um dos pioneiros do movimento no Distrito Federal; foi b-boy; há 20 anos, criou o Grupo Vieira 17, que lidera até os dias atuais e é o idealizador da marca de vestuário do mesmo nome. O Grupo que já foi indicado, por duas vezes, ao prêmio Hutúz nas categorias “Grupo ou artista solo” e “melhor Dj de grupo”, com o Dj Fabiano, em 2005, e nas categorias “música do ano” e “melhor Dj de grupo”, com o Dj Batman, em 2008.

No Instagram, pode ser encontrado nos perfis @ japaoviela17; @viela17shop; @viela17oficial;

No Facebook: www.facebook.com/oficialviela17

Principais momentos de encontro:

1. Entrevista concedida em 25 de outubro de 2016, na praça da Bíblia;
2. Conversa durante a 3ª Edição do Festival Quando as Ruas Chamam, em 10 de dezembro de 2016;
3. Mesa redonda realizada no âmbito do I Seminário diálogos em Movimento (5ª Edição do Festival Elemento em Movimento), em 10 de agosto de 2017;
4. Oficina ‘Do fundão da Ceilândia ao protagonismo no rap nacional’, realizada no SESC Ceilândia, em 23 de agosto de 2017;

5. Palestra conferida durante a Aula Pública 'Democracia, Universidade e Periferia', na Universidade de Brasília (UnB), em 25 de outubro de 2018;
6. Conversa durante o I Seminário Ceilândia Nacional de Literatura Periférica, realizado no Teatro SESC Ceilândia, em 12 de abril de 2019.

JAMAICA – JEFFERSON DA SILVA ALVES (Dj)



Foto: Instagram @djjamaikaoficial, 2019.

O Dj Jamaica, além de ter feito parte dos Grupos BSB Boys, Detrito Federal, Câmbio Negro e Álibi, também realizou, paralelamente, diversos trabalhos em carreira independente, de 1998 aos dias atuais, tendo lançado álbuns como 'Utopia' (1998); 'Pá Doido Pirá' (2000, produzido pela Warner Music), 'Antídoto' (2005, um álbum totalmente gospel, em parceria com seu irmão, Rivas); 'Álibi para Morte' (2007), 'Evangeloco' (2008) e 'Fé em Deus' (2012). Além disso, é conhecido por ter integrado o elenco do curta-documentário "Rap, O

Canto da Ceilândia" e do longa-metragem "Branco Sai, Preto Fica", ambos dirigidos por Adirley Queiroz; por seu programa de rádio e, ainda, por ser o Dj residente, há 16 anos, da Festa Makossa Baile Black, realizada em Brasília desde 2002 (GDF, 2018). Jamaica também já atuou ao lado de sua filha, Saphira, que também é rapper, cantora e compositora. É produtor musical, Dj e rapper da Ceilândia, conhecido na cena do rap do Distrito Federal e do rap nacional por suas participações no grupo Câmbio Negro, ao lado do rapper X e no Grupo Álibi, ao lado de seu irmão, Kabala (atualmente, Rivas).

O Dj Jamaica candidatou-se a Deputado Distrital nos anos de 2010, 2014 e 2018. Em 2010, ainda com Ensino Fundamental incompleto, candidatou-se a Deputado Distrital pela Coligação 'Quero Mudar', formada pelo Partido Social Liberal – PSL (partido pelo qual se elegeu Jair Messias Bolsonaro, atual presidente do Brasil) e pelo Partido Trabalhista Cristão - PTC, tendo recebido 939 votos no primeiro turno das eleições, o que representou 0,07% dos votos válidos (não eleito).

No Instagram, podem ser encontrados nos perfis @djjamaikaoficial / @saphiraoficial

No Facebook: www.facebook.com/DjJamaika

Principal momento de encontro:

1. Entrevista concedida em 16 de novembro de 2016, na praça do Cidadão.

RIVAS – RIVANILSON ALVES DA SILVA (*grafiteiro, rapper, Mc, produtor cultural*)

Foto: Instagram @rivas.oficial, 2019.

Rivanilson Alves da Silva já transitou por todos os elementos do movimento hip hop. Engajou-se no movimento como b-boy, fundando o grupo Reforços Breakers; mais tarde, conhecido como rapper Kaballa, formou o Grupo 'Álibi', com seu irmão Jamaika. Em 2002, converteu-se à religião evangélica, adotou o apelido 'Rivas' e começou a desenvolver a vertente do rap gospel. Fez carreira solo, lançou o disco "Valorizando a nossa arte", envolveu-se em diversos projetos

sociais com escolas e centros de internação e, atualmente, tem uma empresa de Produção Cultural e Promoção de Eventos, em que atua, juntamente com sua esposa, Jane (que já foi b-girl e sempre esteve presente na cena hip hop da Ceilândia) e seu filho Ravel, que também é rapper.

Rivas candidatou-se a Deputado Distrital, pela coligação "Mobilização Progressista", pelo Partido Progressista (PP) e Partido da Mobilização Nacional (PMN), tendo recebido 1001 votos (0,07% dos votos válidos – não eleito).

Principais momentos de encontro:

1. Entrevista concedida em 18 de agosto de 2017, na Administração Regional da Ceilândia;
2. Conversa no âmbito do Projeto "Vivendo e Aprendendo com o Hip Hop", no CEF 19 da Ceilândia, em 04 de outubro de 2019.

PAPEL – ALAN JHONE MOREIRA (*b-boy*)

Foto: Facebook (alanjhonemoreira), 2017.

Nascido na Ceilândia, em 1981, envolveu-se com o breaking em meados dos anos 1990, quando os jovens que viviam em bairros afastados do centro da Ceilândia – na periferia da periferia – tinham pouco ou nenhum acesso a espaços culturais. O b-boy Papel já foi vencedor de, aproximadamente, 30 competições nacionais de breaking e já participou de diversos eventos internacionais, nos Estados Unidos, na Alemanha e na Suíça, por exemplo, representando o movimento hip hop da Ceilândia. É, também, criador e realizador do Festival Nacional de Breaking “Quando as Ruas Chamam” (que já teve 5 edições), compõe o Colegiado Setorial de Dança do Distrito Federal, faz parte do Conselho de Economia Criativa – CONEC, do Distrito Federal, já foi homenageado pelo Programa Internacional

Visitor Leadership Program (IVLP), da Embaixada dos Estados Unidos, é idealizador do Projeto Urbanidades (2017), dá aulas de dança de rua e ministra oficinas de reabilitação e reinserção de jovens infratores, em centros como CAJE, CESAMI e CIAGO, além de estar engajado em diversos projetos sociais, como o “In Steps”.

No Facebook: www.facebook.com/alanjhonemoreira

Principais momentos de encontro:

1. Entrevista concedida em 18 de agosto de 2017, na Administração Regional da Ceilândia;
2. Conversa no âmbito do Projeto “Vivendo e Aprendendo com o Hip Hop”, no CEF 19 da Ceilândia, em 4 de outubro de 2019.

ADIRLEY QUEIRÓS (*cinasta*)

Foto: Facebook (aadirleyqueiros), 2014.

É cineasta, radicado na Ceilândia. Seu primeiro trabalho audiovisual foi 'Rap, O Canto da Ceilândia' (2005). O curta-documentário, com 15 minutos de duração, foi produzido e apresentado como trabalho de conclusão de curso, no Curso de Cinema da Universidade de Brasília – UnB, e inaugurou uma trajetória de criação artística em que a Ceilândia não é apenas um lugar onde suas histórias acontecem, mas é uma personagem, uma atriz (QUEIRÓS, 2013), o que se evidencia, ainda mais fortemente, no primeiro longa-metragem de Adirley Queirós (2011), 'A cidade é uma só?', em que Ceilândia também é protagonista.

'Rap, O canto da Ceilândia' foi premiado no Festival de Cinema de Brasília, em 2005, a primeira vez que Adirley Queirós entrou no Cine Brasília, localizado no Plano Piloto.

'A cidade é uma só?' recebeu Menção Honrosa de Melhor Filme na Semana dos Realizadores de 2011, ganhou o prêmio de melhor filme escolhido pela crítica na 15ª Mostra de Cinema de Tiradentes e recebeu, ainda, o BACIFI 2012, em Buenos Aires, durante o Festival Internacional de Cinema Independente, o Word Cinema Amsterdã (2012), o INDIE Brazil, em Los Angeles (2012), o Panorama de Cinema da Bahia (2012) e o prêmio de melhor filme no Docs BH.

No Facebook: <https://www.facebook.com/aadirleyqueiros/>

Principais momentos de encontro:

1. Palestra conferida no âmbito do workshop 'Perspectivas para o desenvolvimento da Área Metropolitana de Brasília (AMB): território e ambiente', realizado na Universidade de Brasília - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI), em 29 de setembro de 2016;
2. Conversa durante Cinedebate, realizado na Casa da Cultura da América Latina (CAL) da Universidade de Brasília (UnB), em 5 de outubro de 2017;
3. Conversa-entrevista durante Cinedebate, realizado no Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), em 11 de maio de 2018.

MAX MACIEL (ex-rapper, pedagogo e ativista social)



Foto: instagram @maxmacieldf, 2019.

Ex-rapper, Max faz parte do movimento hip hop da Ceilândia desde os anos 1990, já foi coordenador da CUFA/DF e esteve à frente da RUAS. Jovem de Expressão, ao lado de Antônio de Pádua, o atual presidente, por aproximadamente 10 anos. Em 2018, candidatou-se a deputado distrital, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Foi Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal e consultor da Rede Urbana de Ações Socioculturais (RUAS) e, em 2019, voltou a fazer parte da equipe fixa da 'RUAS' como coordenador pedagógico, atuando na articulação da Organização com diversos coletivos e instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão, por todo o Brasil. É graduado em e

especialista em políticas públicas, com foco em estudos de raça e gênero, pela Universidade de Brasília (2014).

No Instagram: @maxmacieldf / No Facebook: <https://www.facebook.com/maxmacieldf/>

Principais momentos de encontro:

1. Entrevista concedida a Janaina Lopes Pereira Peres, na Universidade de Brasília (04/04/19);
2. Conversa no âmbito do I Seminário Diálogos em Movimento (5ª Edição do Festival Elemento em Movimento), em 10 de agosto de 2017;
3. Conversa no âmbito do II Seminário Diálogos em Movimento (6ª Edição do Festival Elemento em Movimento), em 10 de agosto de 2018;
4. Palestra conferida durante a Aula Pública 'Democracia, Universidade e Periferia', na Universidade de Brasília (UnB), em 25 de outubro de 2018;
5. Palestra "Desconferências: Urbanidades Criativas" conferida no Espaço cultural Renato Russo, em 13 de abril de 2019;
6. Palestra "A periferia é o Centro" conferida no âmbito do ciclo de palestras organizadas pelo Coletivo Ossobuco, em parceria com o 2º "Brasília Cidade Design", no Museu Nacional (Brasília/DF), em 13 de agosto de 2019;
7. Mesa Redonda 'Ativismos pelo direito à cidade no DF', no âmbito do 'Encontro sobre o

- direito à cidade no DF', na Universidade de Brasília – UnB, em 15 de agosto de 2019;
8. Fala de abertura no âmbito do II Perifa Talks, com a Deputada Federal Áurea Carolina, na Praça do Cidadão, em 19 de setembro de 2019;
 9. Fala de abertura no âmbito do III Perifa Talks, com o Professor Dr. Boaventura de Sousa Santos, na Praça do Cidadão, em 25 de outubro de 2019;
 10. Palestra conferida no âmbito do Manifesto cultural em 'Homenagem ao Hip Hop: Celebrando o Dia Nacional da Consciência Negra', na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados (Anexo II, Plenário 10), em 20 de novembro de 2019.

RAYANE DA SILVA SOARES (coordenadora da Rede Urbanas de Ações Socioculturais - RUAS)



Foto: instagram @rayanesoaresss, 2018.

Nascida no Gama, Rayane da Silva Soares cegou ao Programa Jovem de Expressão, para realizar uma oficina de audiovisual, em 2011, e, há quatro anos, tornou-se uma das coordenadoras do Programa. Ela entrou como educanda da oficina de audiovisual por meio de uma amiga, se tornou funcionária e hoje está na coordenação. O programa foi criado em 2007, a partir de uma pesquisa que demonstrou como a violência afeta a juventude. Sua tecnologia social uniu a promoção da saúde ao

potencial criativo de pessoas entre 18 e 29 anos e sua capacidade única de gerar respostas, promovendo a colaboração e autonomia da juventude por meio de oficinas e ações culturais. Para Rayane, formada em pedagogia e cujo contato com a política se deu ainda na escola quando participou do movimento estudantil, é de lugares como esse que virão as lideranças políticas que representam a população. “A mudança vai vir do Estado, mas não das pessoas que estão lá agora. São dessas pessoas que estão entrando nas universidades, são desses jovens que estão fazendo trabalho de base nas comunidades e ocupando esses espaços, porque os que estão lá agora não querem não, não querem mudar”, diz ela.

No Instagram: @rayanesoaresss

Principais momentos de encontro:

1. Entrevista concedida a Janaina Lopes Pereira Peres, na Praça do Cidadão, em 19 de setembro de 2019;
2. Conversa no âmbito do II Perifa Talks, com a Deputada Federal Áurea Carolina, na Praça do Cidadão, em 19 de setembro de 2019;
3. Conversa no âmbito do III Perifa Talks, com o Professor Dr. Boaventura de Sousa Santos, na Praça do Cidadão, em 25 de outubro de 2019.

WEMMIA ANITA LIMA SANTOS



Foto: instagram @wemmia, 2019.

Nascida e criada na Ceilândia, teve seu primeiro contato com o movimento hip hop por meio de amigos grafiteiros, Sarau da CM, que acontecia na Praça da Bíblia (Ceilândia) e do sarau-Vá. Mais tarde, juntamente com outras mulheres que frequentavam o sarau, criou o coletivo feminista 'Maria Perifa' e buscou abrigo na sede da RUAS, onde passaram a realizar reuniões de formação política, aos finais de semana (quando as salas da associação não eram utilizadas para oficinas). Wemmia possui graduação em Serviço Social pela Universidade de Brasília (2015). Atua em pesquisas e palestras em temas relativos ao empreendedorismo periférico, questões etno-raciais, educação socioambiental e inserção social. É uma das idealizadoras da RAIX, uma marca de vestuário e um coletivo voltado ao fortalecimento da identidade periférica. É uma das organizadoras da Feira de Quebrada e se considera uma empreendedora periférica. Participante ativa dos saraus da Ceilândia,

Wemmia também escreve para a plataforma de inteligência coletiva para produção de conteúdo 'Desabafo Social' e autora do artigo 'Nem estuda, nem trabalha. Sério mesmo?'

No Instagram: @wemmia e @r.a_ix

Principais momentos de encontro:

1. Entrevista concedida a Janaina Lopes Pereira Peres, na Praça do Cidadão, em 20 de setembro de 2019;
2. Conversa no âmbito do III Perifa Talks, com o Professor Dr. Boaventura de Sousa Santos, na Praça do Cidadão, em 25 de outubro de 2019.

GRUPOS, ASSOCIAÇÕES E COLETIVOS MAPEADOS

Associados, diretamente, a um dos quatro elementos do movimento hip hop (dimensão artística): rappers, Djs, b-boys e b-girls, grafiteiros e Mcs

- a. **Grupo de breaking ‘Reforços’ (1985):** criado por Rivanilson da Silva Alves¹³⁸ – atualmente conhecido como Rivas – e por b-boys como Flash, Turbo e BK (RAFFA, 2007);
- b. **Grupo de breaking ‘BSB Boys’ (1987):** formado por Jamaica, Kabala e Kalako (GDF, 2018);
- c. **Grupo de rap ‘Liberdade condicional’ (1987):** já teve diversas formações, oito CDs gravados e diversas atuações em projetos de inclusão social;
- d. **Grupo de breaking ‘DF Zulu Breakers’ (1989):** já reuniu nomes como Sowtto, Luiz Índio, Kid Ventania, Borracha, Leoroy e Pipoka. O grupo, talvez o mais longevo da história do movimento hip hop da Ceilândia, começou a atuar há mais de 30 anos, promovendo rodas de breaking em todo o Distrito Federal. Atualmente, reconhecido pelo fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, o grupo promove, além de apresentações, intervenções artísticas, trabalhos sociais nas escolas da Ceilândia, palestras e oficinas, geralmente gratuitas (GDF, 2018);
- e. **Grupo de rap ‘Tropa de Elite’ (1989):** um grupo que começou com 72 componentes, na Expansão do Setor O, reunindo todos os elementos do hip hop e comandado pelo Dj e Mc Marquim (também conhecido como Marquinho, Markim ou Marquin do Tropa). Depois de participar do elenco de ‘Rap, O Canto da Ceilândia’, Marquim consagrou-se ator no filme ‘Branco Sai, Preto Fica – quando recebeu os prêmios de melhor ator geral e melhor ator local, também de Adirley Queirós (DE PAULA, 2019). O Grupo já gravou 10 CDs e 05 DVD, sendo que o último álbum completo, intitulado ‘De rolê na quebrada’, foi lançado em 2004, um ano antes da produção do curta-documentário

de Adirley Queirós;

- f. **Grupo de rap 'Esquadrões MCs' (1989-1992):** liderado pelo rapper Japão;
- g. **Grupo de rap 'Câmbio Negro' (1990-2000):** formado, inicialmente pelos rappers X e Jamaika (nos vocais) e o Dj Chocolate nas pick-ups;
- h. **Grupo de rap 'Cirurgia Moral' (1993):** sob o comando do rapper Paulo Rogério gomes de Oliveira, o Rei, morador do Setor M Norte, na fronteira entre Taguatinga e Ceilândia. O 'Cirurgia Moral' tornou-se um dos principais grupos de rap do Brasil, com álbuns como 'Cérebro Assassino', fortemente influenciado pelo estilo musical mais acústico do Grupo Câmbio Negro, e 'A minha parte eu faço', misturando o estilo de rap gangsta com rap consciente. Em 1994, o grupo recebeu um prêmio concedido pela rádio Metrô FM (São Paulo), na categoria 'revelação do ano' (RAFFA, 2007, p. 334). Rei fez diversas parcerias com o Dj Jamaika e com o Grupo Álubi, com destaque para as músicas 'Reino da Morte', 'Chaparral', 'Intro' e 'Lobo do Asfalto', sucessos nacionais. Em 2008, Rei converteu-se ao cristianismo e, em 2014, lança o álbum 'Ao Rei dos Reis, Jesus Cristo', que marcou o início de uma nova fase de sua carreira, como produtor musical, a frente do estúdio de gravação 'Majestic Fonográfica', onde grava e produz suas próprias músicas e estabelece parcerias com outros artistas e grupos, como o Donas da Rima, por exemplo. Além da produção musical, o rapper também investe em projetos sociais – a frente da Associação de Apoio e Ressocialização do Preso e seus Familiares – AARPF, realizando oficinas e intervenções culturais, e projetos em escolas, como o Rap Hour e o Rapensando nas escolas, com palestras contra bullying, crime, violência e drogas – e está se firmando na área de confecção de bonés e camisetas da marca 'Cirurgia Moral'. Sua página oficial no Facebook é 'Rei – Servo de Deus';
- i. **Grupo de rap 'Guind'Art 121' (1994):** formado por Daher e Markim, é um dos grupos mais tradicionais de rap do Distrito Federal. Além dos shows e trabalhos associados aos quatro elementos do movimento hip hop, o grupo promove, há mais de duas décadas, ações sociais – como arrecadação de alimentos, roupas, livros, etc. e projetos de prevenção à violência e ao uso de drogas e de reinserção social de jovens com passagem pelo sistema prisional – nas regiões e comunidades socialmente vulneráveis. O grupo também tem sua própria linha de produtos de vestuário e, em 2002, adquiriu a gravadora Discovery – um dos selos mais importantes da cena musical do rap no Brasil –, passando a promover diversos artistas locais, com o objetivo de renovar o cenário do hip hop no Distrito Federal (RAFFA, 2007; GDF, 2018);
- j. **Grupo de rap 'Álubi' (1995):** criado quando Jamaika sai do Grupo Câmbio Negro e se reúne com seu irmão, cujo nome artístico, à época, era Kabala. GOG e Rei também já participaram do grupo, que lançou seu último álbum em 2001 – A posse nunca morre

- e se dissolveu no início de 2002, com a conversão de Jamaika¹³⁹ e de Rivas à religião evangélica;
- k. **Grupo de rap ‘Sobreviventes de Rua – SRD’ (1997):** que já teve diversas formações, reunindo nomes como Buda, Preto Beto, Rebeca Reallega (hoje em carreira-solo) e Henrique EXP;
- l. **Grupo de Rap ‘Família PR15’ (1999):** grupo formado a partir de um Projeto Social, desenvolvido na Escola Classe 38, no setor P Norte da Ceilândia, intitulado ‘Oficina de Rima’, que ensinou aos estudantes diversas linguagens do movimento hip hop. Durante o projeto, integrantes de cinco grupos diferentes – Existência Negra, Conscientes MC’s, Realidade Anônima, Predica Febril e Tropa de Elite) decidiram unir-se, para montar uma posse com 15 integrantes. Buscam associar suas músicas a valores éticos e morais associados ao movimento hip hop e seus trabalhos estão voltados à promoção da capacidade de autoexpressão, reforço da autoestima, promoção do exercício da cidadania e da diversidade, incentivo ao empreendedorismo e de luta contra todos os tipos de discriminação (GDF, 2018). Possuem uma página no Facebook – Família PR15 – e, no Instagram, pode ser encontrado no perfil @familiapr15oficial;
- m. **Grupo de rap ‘Viela 17’ (1997):** sob o comando do rapper Japão;
- n. **Grupo de dança ‘Periféricos no topo’:** de rua (charme/breaking);
- o. **Grupo de rap/hip hop ‘Minas de Styly’:** Sol Nascente;
- p. **Grupo de rap ‘Marmitos’:** formado por Wandin, Chocola e MJ;
- q. **Associação Cultural Menino da Ceilândia (1995);**
- r. **Associação Cultural Grupo Atitude;**
- s. **Associação Vila dos Sonhos;**
- t. **Coletivo Elemento 5;**
- u. **CeiCine:** iniciativa que emerge durante a gravação de um videoclipe, com Adirley

139 O Dj Jamaika, além de ter feito parte dos Grupos BSB Boys, Detrito Federal, Câmbio Negro e Álibi, também realizou, paralelamente, diversos trabalhos em carreira independente, de 1998 aos dias atuais, tendo lançado álbuns como ‘Utopia’ (1998); ‘Pá Doido Pirá’ (2000, produzido pela Warner Music), ‘Antídoto’ (2005, um álbum totalmente gospel, em parceria com seu irmão, Rivas); ‘Álibi para Morte’ (2007), ‘Evangeloco’ (2008) e ‘Fé em Deus’ (2012). Além disso, é conhecido por ter integrado o elenco do curta-documentário “Rap, O Canto da Ceilândia” e do longa-metragem “Branco Sai, Preto Fica”, ambos dirigidos por Adirley Queiroz; por seu programa de rádio e, ainda, por ser o Dj residente, há 16 anos, da Festa Makossa Baile Black, realizada em Brasília desde 2002 (GDF, 2018). Jamaika também já atuou ao lado de sua filha, Saphira, que também é rapper, cantora e compositora. No Instagram, podem ser encontrados nos perfis @djamaikaoficial / @saphiraoficial.

Queirós e o Dj Jamaica e que nasce com o intuito de fazer um cinema que não é Brasília, mas, sim, Ceilândia. Fazer cinema numa cidade que não tem cinema, criar imagens que não são as imagens do Congresso ou das Asas e de a partir de outras relações de produção – essencialmente coletiva (QUEIRÓS, 2013);

- v. **Associação cultural de Estudos Sociais e sustentabilidade Organizada (ACESSO):** fundada em 2009, a Associação está localizada na Ceilândia Norte e utiliza a cultura hip hop como pilar, para a promoção da “assistência cultural e social às minorias; difusão do conhecimento; combate à exclusão”, além de apresentações artísticas, promoção da cidadania, realização de ações sociais, ambientais e culturais e palestras em escolas, centros culturais e unidades de ressocialização de jovens em todo o Distrito Federal;
- w. **Central Única de Favelas (CUFA/DF);**
- x. **Coletivo Maria Perifa;**
- y. **Coletivo Hands-up (2012):** coletivo fundado por Carlos Eduardo Kon Zion, voltado à dança urbana (estética voguing e cultura ballroom) e ao empoderamento LGBTQIA+
- z. **Casa Ipê (2015):** espaço de cultura feminista voltado à realização de saraus e rodas de conversa sobre perspectivas de vida, trocas afetivas e escuta.

REDES, PROJETOS E EVENTOS MAPEADOS

- 1. **Rede Urbana de Ações Socioculturais – RUAS/Jovem de Expressão;**
 - a. **Projeto DF Street;**
 - b. **Projeto Basquete de Rua;**
 - c. **Projeto Ação Periferia;**
 - d. **Projeto Voz Ativa;**
 - e. **Projeto Ruas Convida:** é um projeto voltado à descentralização da cultura e do entretenimento, por meio da promoção de shows com artistas nacionais e locais, na Ceilândia. Até o final de 2019, havia realizado três edições, todas na Praça do Cidadão. Todo o recurso arrecadado é revertido em intervenções socioterritoriais;

- i. 1ª Edição: em 6 de julho de 2018, aconteceu, na Praça do Cidadão, o ‘Ruas Convida Djonga’. O evento, cujos ingressos custavam R\$20,00, contou com a participação de Rebeca Realleza, rapper do Sol Nascente (DF);
- ii. 2ª Edição: em 10 de agosto de 2019, aconteceu o ‘Ruas Convida Makossa Baile Black’, também na Praça do Cidadão, com participação de Rebeca Realleza e diversos Djs locais e ingressos vendidos por R\$ 7,00 – R\$ 30,00;
- iii. 3ª Edição: em 11 de outubro de 2019, aconteceu o ‘Ruas Convida Marina Peralta e BNegão Trio, na Praça do Cidadão, com participação de DuoRoots. Ingressos vendidos por R\$7,00 a R\$30,00;
- iv. 4ª Edição: em 7 de dezembro de 2019 aconteceu, na Praça do Cidadão, o ‘Ruas Convida Mc Carol – O Baile Funk’, com ingressos vendidos por R\$7,00 a 30,00;

f. Projeto PerifaTalks: diálogos periféricos: é um projeto idealizado e realizado pela R.U.A.S. e que consiste em ciclos de conferências, inspirado em experiências como ‘TED Talks’ ou ‘USP Talks’, com o objetivo de reunir fazedores de cultura, artistas, empreendedores periféricos, militantes, pesquisadores etc., e promover discussões e provocações acerca dos possíveis caminhos a serem seguidos e os possíveis desafios dos territórios;

- i. 1ª Edição: ocorreu em 6 de agosto de 2019, com a participação de Luiz Carlos Valois, juiz titular da Vara de Execuções Penais do Amazonas, mestre e doutor em Direito Penal e Criminologia pela USP e pós-doutorando em criminologia pela Universität Hamburg. A primeira edição do Perifa Talks teve como tema “A Guerra às drogas: uma nova política de drogas e o encarceramento em massa”;
- ii. 2ª Edição: ocorreu em 19 de setembro de 2019, com a participação da Deputada Federal Áurea Carolina. Além de deputada, áurea Carolina é educadora popular, cientista política e especialista em gênero. Na conferência, Áurea abordou sua trajetória política e as experiências de campanhas e mandatos coletivos, com destaque para a experiência da ‘Gabinetona’, na Câmara Federal;
- iii. 3ª Edição: ocorreu em 25 de outubro de 2019, com a participação de Boaventura de Sousa Santos e do rapper GOG;

2. Programa Jovem de Expressão (JEX, 2018; JOVEM DE EXPRESSÃO, 2019);

- a. Fala Jovem:** projeto de roda de terapia comunitária, com psicólogos voluntários, que prestam atendimento gratuito;
- i. Projeto Periferia Viva: projeto de atendimento individual e holístico (yoga, aromaterapia e reiki);
 - ii. Programa ‘Se Cuida, Quebrada’: conjunto de ações voltadas à promoção da saúde mental e conscientização acerca da importância do autocuidado;
 - iii. Programa de Apoio a adolescentes em conflito com a lei: recebe e orienta jovens que precisam cumprir, por decisão judicial, medidas socioeducativas e medidas alternativas, encaminhados pelo Núcleo de Assessoramento a Magistrados sobre Usuários de Drogas (Neruq) e pela Unidade de Atendimento em Meio Aberto (Uama) (JEX, 2018).
- b. Sabadão Cultural:** evento que acontece de dois em dois meses, na sede do Jovem de Expressão, para realização de atividades culturais, abertas à comunidade, na Praça do Cidadão;
- c. TV de Expressão;**
- d. Cine Debate:** espaço de promoção e exibição das produções de audiovisual realizadas no âmbito da Oficina de Audiovisual do Jovem de Expressão e de filmes com temáticas relacionadas aos desafios contemporâneos da juventude periférica;
- e. Pré-Vestibular Jovem de Expressão:** rede coletiva voluntária, voltada à inclusão de jovens periféricos nas universidades;
- f. Espaço Aberto:** trata-se de um Edital voltado à promoção de atividades de ocupação do espaço público. Em 2019, o Edital selecionou oito propostas: a Exposição Multidão em Fúria, Espetáculo Alomorfia, Exposição CEILOM(BRA), Exposição de Rap, Vivência em Acrobacia Aérea – Tecido Acrobático, Exposição O corpo da Mulher Indígena no contexto urbano do século XXI, Exposição Quebrando Paradigmas e Exposição Corpos Negros
- g. Festival Elemento em Movimento (RUAS/Jovem de Expressão):** O Festival, que até 2013 foi coproduzido pela CUFA-DF, realizou sua 6ª Edição em 2018. Em 2019, não se realizou por falta de financiamento. Em 2019, o Fundo de Apoio à Cultura – FAC foi cancelado pelo Governo Distrito Federal, com a justificativa de reforma do Teatro Nacional. Alternativamente, a R.U.A.S./Jovem de Expressão

deram início ao projeto 'Ruas Convida';

i. Seminário 'Diálogos em Movimento', com duas edições, em 2017 e 2018;

h. Laboratório de Empreendimentos Criativos (LECria): Laboratório voltado à construção da economia solidária na periferia e à aceleração de empreendimentos criativos, por meio de financiamento, compartilhamento de experiências, captação de recursos, consultoria de projetos e de melhoria dos produtos (JEX, 2018). O Laboratório Em 2019, o LECria lançou seu 3º edital, para a seleção de 10 projetos, que serão apoiados com R\$ 10.000,00 cada;

i. Galpão cultural JEX;

i. Sala de Dança;

ii. Galeria Risofloras;

j. Teatro de Expressão;

k. CEI Dance Crew;

l. Coletivo DUCA – Departamento Urbano de Comunicação e Arte: trata-se de um coletivo de Artes Visuais e Comunicação, formado por 12 jovens de diferentes Regiões Administrativas do DF, muitos deles ex-alunos das oficinas do Jovem de Expressão, contemplados pelo 2º Edital do LECria (JEX, 2018)

m. Projeto Teia Criativa;

n. Guia de Metodologias e Tecnologias sociais: guia do Jovem de Expressão em 04 volumes. Disponível em: <http://jovemdeexpressao.com.br/publicacoes/>.

3. Seminário Ceilândia Nacional de Literatura Periférica: realizado pela Associação Vila dos Sonhos e pelo Coletivo Elemento 5, no SES Ceilândia, em 12 de abril de 2019, com o intuito de chamar atenção para a cultura periférica e promover oficinas de discotecagem, rap e percussão em Escolas da Ceilândia. A programação do evento incluiu palestras, uma parada poética com o rapper Renan Inquérito e shows da Família PR15, Rebeca Realaleza, Patrícia Sander e Ravier Hernandez. O rapper Japão atuou como Mestre de cerimônia (Mc);

4. Projeto Rap com Ciência: este projeto social, idealizado pelo rapper Japão, foi realizado em 15 escolas do Distrito Federal e envolveu 77 crianças, selecionadas entre mais de 570 alunos da rede pública. O projeto resultou na gravação de um CD, que teve 10.000 cópias distribuídas gratuitamente;

5. **Rap Hour nas Escolas;**
6. **Projeto da Associação de Apoio e Ressocialização do Preso e seus Familiares (AARPF);**
7. **Rapensando nas escolas:** voltado à conscientização de jovens de escolas públicas do DF e à transmissão de informações sobre bullying, crime, violência e abuso de drogas;
8. **Projeto Hip Hop contra o Crack:** consiste em um encontro de culturas urbanas, que busca combater a estigmatização da juventude periférica e dos jovens envolvidos com o consumo de crack, em um trabalho de desenvolvimento de autoestima e de transformação dos ambientes frequentados por esses jovens em espaços saudáveis. O projeto foi idealizado pelo Instituto Caminho das Artes – ICA, conta com a participação de diversos grupos movimento hip hop do Distrito Federal, como: Guind’Art. 121, Viela 17, Tropa de Elite, Cirurgia Moral, Tribo da Periferia, Atitude Feminina, Voz sem Medo, Pacificadores, Liberdade Condicional, entre outros (DURAP, [20--]);
9. **Projeto Hip Hop contra a fome:** arrecada mais de 10 toneladas de alimentos a cada edição (anual) do evento (FACEBOOK – Rei, servo de Deus);
10. **Projeto Roda de Rap:** realizado pelo rapper Japão, no sistema socioeducativo (JAPÃO, 2016);
11. **Projeto Hip Hop Hora H:** realizado pela ONG Grupo Atitude, voltado a discussão de temas como homossexualidade, preservativos e acessibilidade;
12. **Projeto CeilanSoul:** todas as sextas-feiras, na Praça do Cidadão, organizado pelo Dj jamaika, com aulas de breaking ministradas gratuitamente pelo b-boy Will Locking, bicampeão mundial de breaking.
13. **Projeto Jovem com Atitude** (2016);
14. **Projeto Sessão Periférica** (2016 – Sol Nascente);
15. **Projeto Cine Favela** (Sol Nascente);
16. **Projeto Roda-Prosa** (Casa Ipê);
17. **Projeto Lazer das Quebradas** (Casa do Cantador);
18. **Projeto “Show Talk”:** inspirado em um projeto de 1998, que acontecia nas escolas públicas da Ceilândia e idealizado por Marquim do Tropa e outros artistas do movimento hip hop dos Grupos Voz sem Medo e Liberdade Condicional, o projeto promove shows

de rap, torneios de futsal e cortes de cabelo não apenas na Ceilândia, mas em outras regiões do Distrito Federal (MORAES, 2015).

19. **Projeto Feira de Quebrada;**
20. **Projeto Podcast – Papo de Quebrada;**
21. **Sarau-vá;**
22. **Sarau da CM – Caligrafia Mardita;**
23. **Sarau Haynna e Os Verdes (2018):** realizado na Praça do Cidadão (Ceilândia/DF);
24. **Batalha do Cantador;**
25. **Cei my name;**
26. **Expo Hip Hop:** o evento teve duas edições, uma em 2014 e outra em 2015 e foi realizado pelo Movimento Hip Hop Organizado do DF (MH2O-DF), em parceria com o Governo do Distrito Federal, por meio das Secretarias de Cultura e Igualdade Social e da Administração Regional de Ceilândia. Aconteceu na Praça do Trabalhador (Ceilândia/DF), com estimativa de ter recebido 50 mil pessoas, em cada edição (G1, 2014; 2015).
27. **Hip Hop Solidário:** produzido por Stein Anistia e realizado no ginásio da Guariroba, em Ceilândia;
28. **Lazer Eu sou das Antigas:** na Ceilândia;
29. **Encontro Brasileiro de Grafiteiros:** 100 muros, mil cores (Ceilândia/DF), em defesa do Projeto de Lei 138/2008, de autoria do deputado federal Geraldo Magela (PT-DF);
30. **Festival Nacional de Breaking ‘Quando as Ruas Chamam’.**

